

ABSTRACT

Having been implemented in Brazil in 1992, the International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), from the International Labour Office (ILO), has drafted, carried out, followed up and evaluated, together with partners from the public and private sectors, over 100 action programmes against child labour throughout the country. The purpose of this anniversary edition is to carry out an assessment of IPEC's 10 years of action by means of a thorough analysis of its best experiences in the field of child labour eradication. The 10 best practices have been selected and are described herein, namely: 1) the constitution of the National Forum for the Prevention and Eradication of Child Labour (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI); 2) the experience of fighting child labour in the Sisal Plantation Region of the State of Bahia; 3) the process of fighting child labour in the leather/shoemaking sector in the municipalities of Franca - State of São Paulo and Novo Hamburgo - State of Rio Grande do Sul; 4) the process of fighting child labour in the charcoal sector in the State of Mato Grosso do Sul; 5) the initiatives aimed at fighting domestic child labour in the country; 6) the activities aimed at fighting child labour in drug traffic, in Rio de Janeiro; 7) the experience of fighting commercial sexual exploitation of children and adolescents in the State of Mato Grosso and on the Brazil-Paraguay border; 8) the action of Labour Union Federations in fighting child labour; 9) the action of the Abrinq Foundation for the Rights of Children in fighting child labour; and 10) the programmes that associate - in a privileged manner - child labour and education, throughout the whole country. In addition to this information, this publication contains a document that addresses the concerted action and the impact of the activities promoted by IPEC and its partners within the much broader context of advocacy of the rights of children in Brazil. In closing, we present a reflection that highlights the creativity of Brazilian society in facing such a cruel situation as that of child labour. We attribute the ongoing social mobilization that supports this issue to the enormous good-will Brazilians keep showing towards changing what can no longer be tolerated.

AGRADECIMENTOS

A reconstituição dos processos descritos em cada um dos documentos desta publicação contou com a valiosa e imprescindível contribuição de algumas pessoas que viveram de perto as situações descritas e analisadas.

Sendo assim, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) gostaria de agradecer publicamente, por sua atenção e solicitude frente ao pedidos de informação, às senhoras Beatriz Cunha, Eliane Araque, Isa Oliveira, Margaret Matos de Carvalho, Moema Prado, Nadir Magalhães, Soleny Hamú e Suely Ruiz, bem como aos senhores Caio Magri, José Cuty, Naidson Batista, Paulo Marques, Reinaldo Bicudo, Renato Herzog e Renato Mendes. O IPEC agradece ainda à Associação Gaúcha dos Inspetores do Trabalho (AGITRA), nas pessoas da Sra. Geraldina Inêz Ferreira de Matos e do Sr. José Cláudio de Magalhães Neto.

De igual maneira, o IPEC aproveita o ensejo desta edição comemorativa para prestar uma homenagem aos Diretores do Escritório da OIT no Brasil desde o início da implementação do Programa (ocorrida em 1992), os senhores Wilson Vieira dos Santos, João Carlos Alexim e Armand Pereira., aos seus coordenadores nacionais nos últimos 10 anos, Sr. José Claret Leite Cintra, Sra. Beatriz Cunha, Sra. Andréa Bolzon e Sr. Pedro Américo Furtado de Oliveira, bem como à Sra. Sônia Levi, assistente administrativa do IPEC desde sua criação até 2001, à Sra. Cecile de Boer, perita associada.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, o IPEC dedica esta publicação a todos o seus parceiros: Governos Municipais, Estaduais e Federal, demais Entidades do Poder Público, Organizações de Trabalhadores, Organizações de Empregadores, demais Entidades da Sociedade Civil Organizada, Movimentos Sociais e Organismos Internacionais, sem os quais pouco ou quase nada poderia ter sido feito.

APRESENTAÇÃO

Desde o início da história brasileira há 500 anos, as crianças pobres, de qualquer raça, carregaram o peso da maior de todas as misérias: viviam num contexto no qual eles não tinham direitos. O mundo dos adultos não incluía nos seus direitos às crianças nascidas em condições econômicas deploráveis, não os incluía nos seus projetos históricos, nem nas suas lutas. Elas deviam, apenas, ter a sorte de crescer para poder, talvez, reivindicar alguns dos direitos concedidos aos adultos.

Em consequência, tornou-se consenso a idéia de que o melhor para quem nasce pobre é começar a trabalhar cedo na vida. Formas leves e pesadas de trabalho, formas visíveis e invisíveis, formas “morais” e abertamente imorais, formas mal remuneradas e não remuneradas, livres e escravas, foram parte constitutiva da história das crianças pobres do Brasil.

No final da década de 80 o Brasil levantou os olhos com vergonha diante de uma realidade cruel e desumana. Era considerado um dos países do mundo em que existia maior número de crianças sendo exploradas das mais diversas formas. O mundo todo acordava para esse fato: aproximadamente 90 milhões de crianças sofriam pela falta de respeito aos seus direitos, dentre eles o direito de ir a escola e o direito de brincar. No Brasil cerca de 9 milhões de crianças padeciam o pesadelo de crescer sem futuro.

Desde 1988 iniciou-se um processo que hoje nos permite apresentar ao país e ao mundo um cenário bastante diferente. Mudanças significativas na Constituição brasileira, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção de normas internacionais e de mudanças na lei interna, junto com a participação decidida dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, operaram transformações importantes na vida e na história das crianças do Brasil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) participou desse processo de criatividade social desde que em 1992 decidiu incluir o Brasil como um dos seis primeiros países que implementariam **O Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC**. Com fundos vindos inicialmente do Governo da Alemanha, a OIT desencadeou uma série de atividades das quais participaram ampla e decididamente ministérios, organizações sindicais e empresariais, ONG's, organismos internacionais, estados e municípios. O objetivo único de todo esse empenho foi combater o trabalho infantil em todas as suas formas onde quer que ele se apresentasse no território brasileiro.

Em 2002 o **IPEC** completou 10 anos de presença no Brasil. A OIT deseja mostrar ao mundo os frutos da mudança de atitude vivida pelo Brasil perante a situação das crianças trabalhadoras, como resultado de todo o esforço compartilhado durante essa década. A modesta, porém significativa e intensa, participação do **IPEC** na luta pela erradicação do trabalho infantil, junto a todos os setores da sociedade que fizeram dessa a sua bandeira, nos permitem hoje apresentar um Brasil mobilizado, sensibilizado, conscientizado da necessidade de pôr um fim às condições estruturais de caráter político, cultural, econômico e social que mantêm as crianças longe da possibilidade de se tornarem cidadãs plenas e potencialmente livres e felizes.

Enquanto o número de crianças sendo exploradas em todas as formas de trabalho aumentou mais de 4 vezes, em nível mundial, no Brasil as estatísticas demonstram que diminuiu em cerca de 40%. Hoje o país precisa enfrentar a mais dura batalha: erradicar as piores formas de trabalho infantil. Milhares de crianças são ainda alvo de traficantes de drogas e de exploradores sexuais, crianças “invisíveis” são exploradas no trabalho doméstico e no trabalho escravo, entre outros. Trata-se de uma parcela de crianças que está em mãos de quem definitivamente não se importa com o destino delas. De quem definitivamente está fora da lei e de toda ética.

A OIT, através do IPEC, continuará apoiando as iniciativas, que como as apresentadas neste livro, por ser as mais criativas, ousadas, participativas e eficientes, contribuam para erradicar o trabalho infantil do Brasil. Esperamos contar igualmente com o apoio decidido de quem já o fez e dos que virão a reforçar tal empenho.

É nosso desejo que a sociedade brasileira veja refletido neste livro seu próprio esforço e se inspire nessas experiências para enfrentar com coragem e esperança àqueles que se negam a fazer das crianças a semente que abrirá um futuro belo e sustentável para o Brasil.

Armand Pereira
Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Pedro Américo Furtado de Oliveira
Coordenador Nacional do IPEC

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2002, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), comemorou o décimo aniversário de sua implementação no Brasil, ocorrida em novembro de 1992.

Como é natural em marcos temporais como este, o IPEC empreendeu um balanço geral de suas atividades no país a fim de vislumbrar possíveis novos rumos de atuação. O primeiro passo neste sentido foi dado, ainda em 2001, por meio da realização de uma avaliação externa do Programa, levada a cabo por uma instituição especializada.

Essa avaliação procurou mensurar o alcance das ações empreendidas no âmbito dos programas de ação do IPEC, de modo a tornar claro qual foi o papel do Programa nos processos nacionais, mais amplos, de defesa dos direitos da infância e da adolescência e de combate ao trabalho infantil.

A tentativa de delimitar o espectro das influências do IPEC no Brasil não foi uma tarefa fácil. As ações empreendidas foram planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas por meio do estabelecimento de parcerias vigorosas com o setor público governamental e não-governamental, bem como com a iniciativa privada. Tudo foi feito de maneira tão articulada, participativa e democrática que não houve como marcar o território dos progressos alcançados somente com uma ou outra chancela.

De qualquer maneira, a avaliação quantificou e qualificou as atividades realizadas (dando uma idéia do volume considerável de iniciativas auspiciadas pelo IPEC), bem como mostrou como os principais atores envolvidos com a questão dos direitos da infância e da adolescência reconhecem o IPEC como uma das peças centrais no desencadeamento de acontecimentos significativos nessa área.

Uma vez concluída a avaliação externa, que também analisou as estratégias do Programa em sua primeira década de vida e propôs novos modos de atuação, notou-se que poderia ser interessante tornar acessível a um público mais amplo uma síntese da documentação reunida nos arquivos do IPEC, que foi analisada pela equipe de avaliação.

Esta documentação relatava não somente os resultados alcançados pelos diferentes programas de ação do IPEC, mas também seu modo de operação, as principais dificuldades enfrentadas, o impacto das ações nas comunidades beneficiadas, entre outros. Todas essas informações eram ricas demais para serem simplesmente guardadas mais uma vez.

Sendo assim, foi montada uma pequena equipe de trabalho que se responsabilizou por: 1) sistematizar toda a documentação do programa; 2) produzir uma síntese de cada programa de ação identificado; 3) desenvolver e alimentar um banco de dados, em meio eletrônico, com as sínteses produzidas; e 4) elaborar estudos em profundidade sobre alguns dos programas considerados exemplares.



Resultados e Balanço do Trabalho

A sistematização da documentação deu origem a um novo arquivo que, hoje, permite à equipe do IPEC um acesso rápido e eficaz a qualquer texto de caráter técnico ou administrativo que se faça necessário. As sínteses em meio eletrônico de cada programa de ação foram elaboradas e se encontram hoje à disposição dos interessados, num banco de dados que foi especialmente desenvolvido para este fim¹.

Finalmente, os estudos sobre os casos exemplares foram realizados e constituem o corpo principal desta publicação. A seleção das melhores práticas aqui relatadas obedeceu aos critérios da continuidade, amplificação e complexificação de atividades que, inicialmente, tinham um escopo reduzido de impacto. Assim, todas as experiências selecionadas têm em comum o fato de terem começado pequenas, sendo que seus desdobramentos atingiram proporções muito maiores do que aquelas imaginadas pelos atores envolvidos.

Foram escolhidas 10 experiências dentre muitas outras que também poderiam ter sido analisadas de modo mais aprofundado. Em cada caso, a análise procurou focalizar sua atenção em um mesmo grupo de perguntas pré-definidas² (a fim de facilitar as comparações), que sofreram as alterações pertinentes relacionadas às especificidades de cada contexto.

As perguntas norteadoras de todos os estudos dividiam-se em quatro blocos. O primeiro bloco procurava esclarecer por que o projeto foi feito. As perguntas que guiavam esta reflexão eram: a) qual era a situação que precisava ser modificada?; b) qual era a situação ideal desejada ao final do projeto?; c) qual estratégia foi escolhida para propiciar a construção da situação ideal e por quê?; d) qual era o público-alvo?; e e) quais eram os produtos esperados ao final do projeto?

No segundo bloco, procurava-se entender, em detalhes, o que aconteceu durante a execução do projeto. Integravam este conjunto de reflexões as iniciativas tomadas e as atividades realizadas, os resultados e as mudanças observadas em geral e no público-alvo, os indicadores de mudanças, as reações dos atores envolvidos e de outros atores na área de implementação do projeto, os elementos que determinaram a adoção da estratégia escolhida, a avaliação do público-alvo sobre o projeto e o papel dos diferentes atores.

O terceiro bloco agrupava as reflexões sobre o que caracterizava cada projeto enquanto uma melhor prática. As reflexões realizadas incluíam as situações nas quais o projeto seria replicável, a exploração quanto aos resultados proporcionados pelo projeto em outro contexto e os motivos pelos quais alguém o implementaria. Foram também abordados os modos de tornar o projeto útil para outros projetos e os fatores a serem levados em consideração por outros implementadores.

Finalmente, o quarto bloco de perguntas procurava trazer à tona uma análise sobre como levar o projeto adiante. Três indagações conformavam o eixo desta parte: a) há necessidade de estudar o projeto de modo aprofundado?; b) que outras iniciativas poderiam melhorar o desempenho do projeto? e c) há implicações para as políticas públicas locais?

Ainda que cada estudo das 10 experiências selecionadas tenha sido pensado a partir destes 4 eixos problematizadores, o leitor não encontrará nos textos a seguir uma estrutura rígida que relaciona perguntas e respostas em cada caso. Os documentos produzidos, mais do que oferecer respostas prontas, foram elaborados de maneira a possibilitar que cada pessoa que deles se acerque possa elaborar uma reflexão autônoma.

Obviamente, isso não significa que os casos analisados tenham sido simplesmente descritos, sem que houvesse atribuições de valores aos cenários apresentados. Significa que, ainda que se defenda a exemplaridade dos projetos

¹ No futuro próximo estas informações também estarão acessíveis via internet, em endereço a ser divulgado.

² Estas perguntas foram elaboradas pela equipe do IPEC em Genebra com o objetivo de guiar a produção de relatórios sobre as melhores práticas do Programa em todo o mundo.



analisados, eles estão suficientemente descritos para que qualquer pessoa possa refletir sobre os mesmos eixos temáticos de maneira diversa àquela consolidada no texto final.

As dez experiências analisadas foram:

- 1) a constituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI);
- 2) o processo de combate ao trabalho infantil no setor carvoeiro, em Mato Grosso do Sul;
- 3) o combate ao trabalho infantil no setor coureiro-calçadista em Franca-SP e Novo Hamburgo-RS;
- 4) a experiência de combate ao trabalho infantil na Região Sisaleira da Bahia;
- 5) os programas que conectam de maneira privilegiada a erradicação do trabalho infantil e as atividades na área da educação, em todo o Brasil;
- 6) a atuação das Centrais Sindicais no combate ao trabalho infantil;
- 7) a atuação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança no combate ao trabalho infantil;
- 8) a experiência de combate à exploração sexual comercial infantil em Mato Grosso e na fronteira Brasil-Paraguai;
- 9) as iniciativas de combate ao trabalho infantil doméstico no país; e
- 10) as atividades ligadas ao combate ao trabalho infantil no tráfico de drogas, no Rio de Janeiro.

O texto sobre a constituição e atuação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) foi o primeiro a ser elaborado. O motivo desta escolha relacionou-se com o fato de que esta experiência permeava todas as demais a serem descritas.

O Fórum foi criado no final de 1994, tendo como objetivo propiciar uma instância aglutinadora e articuladora de agentes sociais institucionais, envolvidos com políticas e programas de promoção de medidas destinadas a prevenir e erradicar o trabalho infantil no Brasil. A reunião que instituiu o Fórum foi convocada pelo IPEC-OIT e pelo UNICEF, sendo que participaram da mesma representantes de 22 instituições, entre as quais, CUT, CGT, CONTAG, CNI, CNBB, INCRA, MTE, MPT, OAB, PNBE, Presidência da República, entre outros.

A história do Fórum Nacional pode ser dividida em quatro fases: 1) os primeiros anos de funcionamento (1994-1996); 2) a fase de reestruturação (1997-1998); 3) a retomada das atividades (1999-2000); e 4) os anos recentes (2001-2002).

A análise dos acontecimentos ao longo deste período mostra que é possível defender a idéia de que a criação e implementação do Fórum Nacional foi uma iniciativa que guardou uma estreita relação com a mudança do quadro do trabalho infantil no Brasil. Suas ações permitiram a adoção de uma abordagem nova para o problema. O trabalho infantil, a partir de então, passou a ser visto como uma questão de desenvolvimento, o que inclui todas as considerações sobre o acesso à educação e à saúde de qualidade, a erradicação da pobreza, a geração de renda, entre outros.

Uma vez elaborada a história do Fórum Nacional, partiu-se para a análise dos casos setoriais, ou seja, das experiências de combate ao trabalho infantil em alguns setores específicos da economia: a produção de carvão vegetal, a produção de calçados e a produção da fibra do sisal. e.

Neste caso, os três textos em foco têm em comum a descrição de processos locais, participativos, que tinham alvos relativamente bem delimitados, mas que foram além dos resultados esperados. Seja no Mato Grosso do Sul, em Franca e Novo Hamburgo ou na Região Sisaleira da Bahia, ou o que pôde ser observado foi o modo como uma luta contra o trabalho infantil ensejou o surgimento e fortalecimento de processos de organização comunitária que transcenderam a luta pontual contra uma situação intolerável.

Assim, no Mato Grosso do Sul, a ação inicialmente pontual e emergencial que previa a retirada das crianças do trabalho nas carvoarias desdobrou-se em um processo amplo de mobilização social que permitiu o acompanhamento e a intervenção do Estado e da sociedade civil em todas as frentes relacionadas com o trabalho infantil na região.

Do mesmo modo, em Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) e Franca (São Paulo), as ações iniciais frente à situação inaceitável de milhares de crianças submetidas a longas jornadas de trabalho, em ambientes insalubres, produzindo calçados, geraram outras iniciativas de defesa dos direitos da criança e do adolescente cujos resultados ainda podem ser sentidos em ambas regiões.

A mobilização na Bahia para retirar as crianças do trabalho junto às máquinas de beneficiamento do sisal (que provocavam acidentes graves fazendo com que muitas crianças perdessem suas mãos) não foi diferente: gerou um processo muito mais amplo de desenvolvimento local sustentável. Este processo, além de retirar todas as crianças do trabalho e de inseri-las nas escolas em tempo integral, articulou programas de geração de emprego e renda para as famílias destas crianças, programas de saúde e de mobilização política e cultural comunitários.

Da análise setorial, o foco dos estudos passou a incidir sobre um conjunto de ações que articula a dimensão da educação com a luta contra o trabalho infantil. Neste documento procura-se oferecer uma visão panorâmica da atuação do IPEC e de seus parceiros, mostrando desde os primeiros projetos de capacitação de educadores implementados até a elaboração e execução do projeto regional de educação, que incluía a produção de estudos e de material didático, a ação direta e a mobilização de esforços com o objetivo de fazer com que o tema trabalho infantil fosse incorporado pelas políticas públicas nacionais na área de educação.

Em seguida, dois outros estudos analisaram, separadamente, a atuação das Centrais Sindicais brasileiras no combate ao trabalho infantil e a atuação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (entidade sem fins lucrativos ligada ao setor privado) frente ao mesmo tema.

O texto sobre as Centrais Sindicais mostra como o envolvimento delas com a questão do trabalho infantil, iniciado em 1993, originou um corpo significativo de ações que incluíram desde a produção de estudos de caso setoriais (sobre crianças envolvidas com a produção de calçados, na construção civil, na colheita da cana e da laranja etc.) até a implementação de grandes processos de capacitação de trabalhadores sindicalizados.

O documento descreve mais de 10 programas de ação desenvolvidos pelas Centrais em parceria com o IPEC, mostrando como o grau de envolvimento do movimento sindical com a questão do trabalho infantil complexificou-se na última década.

Fazendo um contraponto à atuação das Centrais Sindicais, o documento sobre a atuação da Fundação Abrinq mostra um tipo de engajamento na luta contra o trabalho infantil muito particular, que privilegia a articulação junto ao empresariado nacional e o lançamento de campanhas que visem a mudança de preconceitos culturalmente estabelecidos, ligados ao universo do trabalho infantil.

Finalmente, o último conjunto de experiências focalizado relaciona-se aos programas de combate ao trabalho infantil que lidam com crianças envolvidas nas, assim chamadas, piores formas de trabalho infantil. Três textos foram então elaborados: o primeiro sobre a luta contra a exploração sexual comercial infantil, o segundo sobre o combate ao trabalho infantil doméstico e o terceiro sobre o combate ao trabalho de crianças envolvidas no narcotráfico.

O documento sobre a atuação do IPEC na área da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil mostra como se deu a consolidação de um aprofundamento maior acerca da questão, o que proporcionou a elaboração de definições mais exatas sobre como se configura essa exploração, inclusive mapeando as rotas de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.

Deixa ainda evidente que foi também significativa a implementação de programas de conscientização e de ação direta por meio da celebração de parcerias entre o IPEC e outras entidades ligadas ao tema, permitindo a adoção de novas práticas, mais efetivas e fundamentadas, por parte de organizações governamentais e não-governamentais.



O documento sobre o trabalho infantil doméstico mostra como a reflexão sobre este tema tomou corpo ao longo dos últimos 10 anos. As primeiras iniciativas de combate ao trabalho infantil doméstico surgiram no país em 1993, por meio de um projeto que retirava meninas deste tipo de trabalho e oferecia, em contrapartida, uma bolsa de estudos e o acesso a atividades sócio-educativas no período contrário ao período de aulas. Esta primeira experiência teve lugar no município de Campos dos Goitacazes – RJ e foi auspiciada pelo IPEC, em parceria com a prefeitura local.

Após esta primeira tentativa isolada de abordagem do problema, o tema foi retomado 4 anos mais tarde, no âmbito do IPEC, sendo que nesta época diversos outros atores sociais já se mostravam preocupados com a mesma situação (entre os quais o IPEA e o UNICEF). Esta retomada da discussão concretizou-se na elaboração de um grande programa de intervenção financiado pelo IPEC (que envolve a produção de conhecimentos, a realização de campanhas de conscientização e a ação direta), em parceria com diversos segmentos da sociedade.

Os resultados preliminares deste conjunto de intervenções são animadores e, ainda que existam dificuldades de percurso, é inegável que nunca antes o tema do trabalho infantil doméstico esteve tão presente no contexto da luta contra o trabalho infantil no Brasil e que esta presença já está proporcionando mudanças sensíveis no universo das meninas e adolescentes sujeitas a esse tipo de exploração.

No texto sobre as crianças envolvidas com o tráfico de drogas, descreve-se um processo de elaboração de um diagnóstico rápido sobre a situação de crianças e adolescentes aliciadas pela rede de tráfico de drogas no Rio de Janeiro, bem como todos os desdobramentos resultantes da realização deste estudo.

A mobilização social gerada a partir da realização deste diagnóstico e da divulgação de seus resultados (envolvendo governos e ONGs) demonstrou que somente a partir do estabelecimento de estratégias integradas entre todos os âmbitos sociais se tornará viável o enfrentamento desta problemática.

Uma vez finalizados os estudos de caso, notou-se a pertinência de elaborar um último documento que desse conta da história do próprio IPEC, aprofundando a reflexão sobre seu momento de implementação, as estratégias adotadas ao longo dos anos, os resultados alcançados e as perspectivas para o futuro.

Neste documento, que pode ser encontrado logo após esta introdução, as reflexões elaboradas são tecidas de modo a coletar indícios para responder uma questão central: qual é a relação entre a atuação do IPEC e o quadro evolutivo do trabalho infantil no Brasil nos últimos 10 anos?

Buscando construir um quadro analítico que permita a exploração desta questão, são abordadas as seguintes dimensões: 1) estatístico-social; 2) jurídica; 3) político-institucional; 4) simbólico-cultural; 5) projetos e recursos e 7) perspectiva internacional.

Tendo como pano de fundo o panorama desenhado a partir de todas as experiências descritas, são tecidas, na conclusão, considerações finais acerca do conjunto das reflexões empreendidas.

Inicialmente, cada um dos onze estudos elaborados seria publicado separadamente, em cadernos temáticos que seriam lançados ao longo de 2003. No entanto, em função de várias questões de ordem técnico-administrativa, decidiu-se, posteriormente, publicar este livro agregando todos os documentos produzidos.

Sendo assim, o leitor notará que cada capítulo pode ser lido como um todo, independentemente dos demais, o que facilita a busca por temas específicos que sejam de seu interesse, sem a necessidade de ler todo o corpo da publicação. Para aqueles que se interessarem em ler todos os capítulos, um certo grau de auto-referencialidade se fará sentir, o que, espera-se, não se torne um elemento enfadonho, mas, sim, deixe apenas evidente o alto grau de inter-relacionamento existente entre todos os processos apresentados.



Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



A Atuação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil

INTRODUÇÃO

A idéia de implementar um programa mundial de combate ao trabalho infantil, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nasceu de um encontro entre o Diretor Geral da OIT e o Ministro do Trabalho da Alemanha, no outono de 1990. Naquela ocasião, o governo alemão comprometeu-se a aportar, inicialmente, 10 milhões de marcos alemães por ano para enfrentar o trabalho infantil em alguns países do mundo. Foi então criado o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), sendo que os seis primeiros países membros da OIT escolhidos para acolher esta iniciativa foram a Índia, a Indonésia, a Tailândia, o Quênia, o Brasil, e a Turquia.



Em 1992, a implementação do IPEC no Brasil, por parte da OIT, foi o resultado de um processo multicausal no qual intervieram fatores de caráter político, econômico, social, institucional e jurídico, entre outros. Não é possível pensar esse evento sem realizar uma análise histórica e conjuntural dos principais elementos que levaram à inclusão do Brasil, entre outros países, como uma das primeiras seis nações do mundo a receber o IPEC.

O fenômeno do trabalho infantil encontra suas raízes e características na própria história brasileira. Sendo assim, para ter uma compreensão mínima do papel desempenhado pelo IPEC no Brasil, deve-se, ainda que brevemente, iniciar com o relato dos antecedentes sociais, institucionais, jurídicos e, inclusive, estatísticos do fenômeno, comparando as décadas de 80 e de 90.

A compreensão das tendências do trabalho infanto-juvenil registradas no ano 2001 somente pode ser entendida quando comparada, minimamente, à década anterior, bem como ao contexto histórico que configurou um momento tão particularmente crítico para as crianças e adolescentes do Brasil, como aquele vivido entre 1980 e 1992. Visto em perspectiva, talvez esse tenha sido o pior momento da história das crianças e adolescentes do País, dada a intensidade da violação de seus direitos e sua abrangência geográfica.

Nessa perspectiva, é possível perceber a dinâmica do trabalho infantil evoluindo cumulativamente ao longo de séculos, encaminhando-se até o momento em que a presença e a quantidade de meninos e meninas vivendo em situações alarmantes de miséria e atraso surpreende não somente aos próprios brasileiros, mas ao mundo como um todo.

Até 1992, o trabalho infantil tinha uma determinada configuração. Seu volume, sua intensidade, seus processos chamaram a atenção da comunidade internacional. A situação das crianças e adolescentes trabalhadores do Brasil era tão alarmante que, no final da década de 80, o país tornou-se sinônimo de desigualdade social, concentração de renda, miséria, subdesenvolvimento, corrupção e negligência. O Brasil, que nos anos sessenta tinha proclamado ser “o país do futuro”, nos anos oitenta era o país que negava um futuro às suas próprias crianças e adolescentes.

Essa mesma situação era vivida por muitos países do então chamado terceiro mundo. O Brasil, pela configuração de seus fatores históricos, demográficos, institucionais e jurídicos, tornou-se um palco de observação das tendências do mundo em crise.

A situação e a quantidade das crianças e adolescentes que, em 1992, faziam parte do contingente de trabalhadores do país refletia perfeitamente a situação geral da chamada “década perdida”. De fato, dentre todos os segmentos sociais atingidos pela crise da economia mundial, as crianças e adolescentes levaram a pior parte. Possivelmente, mais de 10 milhões de trabalhadores tinham apenas entre 5 e 17 anos no começo da última década do século XX. Deles apenas uma ínfima minoria ganhava o equivalente a um salário mínimo. A maioria recebia pouca ou nenhuma remuneração, o que os colocava entre os mais pobres dos pobres.

Uma década depois, a situação das crianças no Brasil não é, definitivamente, a mesma. Ainda que persista o trabalho infantil, esse trabalho não ocorre mais no mesmo grau e intensidade do passado. O número de crianças e adolescentes trabalhadores diminuiu aproximadamente 40% em 10 anos. Muitos deles foram integrados ao sistema escolar, permitindo um aumento significativo da escolaridade. Já é perceptível uma evolução qualitativa e quantitativa de caráter positivo na situação das crianças e adolescentes do país.

De um contexto no qual o número de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil tendia a aumentar, onde as estruturas sociais de defesa dos direitos das crianças eram praticamente inoperantes e as ações do Estado eram fragmentadas e financeiramente irrisórias, passou-se a um outro no qual uma diversidade de agentes sociais, dentro e fora do Estado, participam de processos de análise, discussão e intervenção. Onde programas e projetos públicos e privados são direcionados no sentido do resgate e da prevenção dos direitos das crianças, onde se constroem constantemente espaços de reflexão, de pesquisa e de educação, visando a evidenciar e solucionar o problema do trabalho infantil. E onde, conseqüentemente, a tendência é a diminuição do número de trabalhadores infantis.

Sendo assim, o IPEC, após 10 anos de atividades no combate ao trabalho infantil e diante da constatação de uma

mudança nas tendências do trabalho infantil no Brasil, vem realizando um esforço de avaliação e prestação de contas à sociedade brasileira de suas atividades, guiado por uma pergunta-chave: qual é a relação entre sua atuação e o quadro evolutivo do Trabalho Infantil no Brasil, entre 1992 e 2002?

Todas as múltiplas causas e fatores que contribuíram para a ocorrência dessa mudança positiva no quadro geral do trabalho infantil escapam às possibilidades de elaboração deste documento, por sua complexidade e abrangência. Certamente, elementos da ordem da conjuntura econômica nacional e internacional, processos sociais de caráter amplo e difuso e mudanças nas mais variadas instâncias da vida social e cultural devem ter influenciado para dar fundamento a tamanha mudança.

No entanto, interessa aqui apenas analisar o papel do IPEC nessa mudança, considerando que, no cenário da luta contra o trabalho infantil na última década, o IPEC foi um dos atores de peso a propor e executar ações visando a eliminação efetiva de toda e qualquer forma de trabalho infantil.

Para empreender essa análise, serão colocados em perspectiva histórica os elementos de caráter estatístico-social, político-institucional, jurídico, simbólico-cultural, ao mesmo tempo em que serão relacionadas as estratégias de atuação, programas de ação e mini-programas que, em geral, demarcaram os esforços do IPEC nestes 10 anos de atividades em cada um de seus biênios.

QUADRO ESTATÍSTICO-SOCIAL DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Antecedentes

O trabalho infantil no Brasil tem sido uma constante histórica. Desde o século XVI, os colonizadores portugueses, interessados inicialmente na extração do pau-brasil e na construção das primeiras vilas, levaram ao trabalho não só adultos indígenas, mas também suas crianças. Embora essas já tivessem responsabilidades ao lado dos adultos no seio de suas culturas nativas, uma diferença qualitativa e quantitativa foi introduzida com a chegada dos colonizadores.

Com a colonização, o trabalho das crianças deixou de significar o momento no qual a comunidade dos adultos ensinava todos os aspectos da vida, tanto práticos como simbólicos, aos novos membros. Antes, saber fazer, saber viver, participar e conviver eram parte do estar junto no ato da caça, da construção, da semeadura, e portanto, parte essencial do processo de inclusão da criança no mundo produtivo e simbólico dos adultos.

O ato de trabalhar, para os colonizadores, logo demonstrou implicar novas condições para os nativos que, insatisfeitos com os pequenos presentes recebidos em troca do seu esforço e cansados, começaram a retirar-se dos locais de trabalho. Em resposta, foram implementados mecanismos de vigilância, de repreensão e apreensão. “Em pouco tempo generalizou-se o aprisionamento dos primeiros habitantes do Brasil para trabalhos forçados, repetindo assim a história de antigas civilizações em distantes regiões do mundo, que se viram subitamente espoliadas em detrimento de invasores estranhos à sua cultura, tradição e costumes” (Stange, 2000: p.115).

Muitos são os relatos historicamente datados da violência com que muitas tribos foram tratadas e levadas, inclusive, ao extermínio. Tal situação trouxe ao cenário brasileiro da época um novo ator: o escravo negro. Dos aproximadamente 3 milhões de negros trazidos como escravos para o Brasil, durante o período que vai de 1550 a 1850, muitos eram crianças e adolescentes. “Em um relato de 1843, referente aos desembarques no Rio de Janeiro, cerca de três quartos dos africanos recém chegados na região eram homens, e cerca de dois terços desse lote tinha entre 10 e 20 anos” (Stange, 2000: p.116). Sendo assim, a demanda por escravos no Brasil incluía crianças e adolescentes ainda no

O trabalho infantil no Brasil tem sido uma constante histórica. Desde o século XVI, os colonizadores levaram ao trabalho também as crianças indígenas



século XIX.

Se o escravo adulto era fácil e lucrativamente explorado, as crianças o eram ainda mais: ocupavam menos espaço nos barcos negreiros, demandavam menos água e comida, brigavam menos e com sorte teriam alguns anos a mais de vida útil antes de sucumbir à desnutrição, à doença e aos maus tratos.

Sendo assim, descendentes de índios, de negros e de mestiços configuraram o contingente de crianças e adolescentes que vieram a ocupar muitos lugares de trabalho no final do século XIX e no começo do século XX. O esforço modernizador que a nascente burguesia brasileira fazia para montar no Brasil uma economia que apresentasse as características das economias européias incluiu também as mazelas dos modelos importados. Assim, como na Inglaterra durante a Revolução Industrial, onde crianças eram submetidas a jornadas de mais de 12 horas por dia em trabalhos que superavam em muito sua capacidade física, com salários miseráveis, em condições precárias de segurança e sem possibilidades de educação e recreação, no Brasil a construção de uma economia capitalista, tanto no rural como no urbano, levou milhões de crianças à condições similares de trabalho.

A história da industrialização do Brasil foi feita em parte com o esforço de milhões de pequenos operários. Alguns dados sobre o trabalho infantil, no final do século XIX e início do século XX, em São Paulo, ajudam a dimensionar essa situação. Na última década do século XIX, 15% dos empregados nos estabelecimentos industriais eram crianças e adolescentes. Em 1910, esse contingente cresceu 100%. Em 1920, 40% da mão-de-obra do setor têxtil do estado era constituída de crianças, segundo os dados do Departamento Estadual do Trabalho, consultados por Esmeralda Moura no texto “Crianças Operárias na Recém Industrializada São Paulo” (Moura, 1999).

Desde o começo da Segunda Guerra Mundial até a década de 80, operam-se grandes mudanças estruturais no Brasil. O país rural que imperou até as primeiras décadas do século XX deu passo a uma sociedade urbana e industrial. Isso modificou radicalmente a estrutura produtiva, gerando uma plataforma industrial que implicou em uma ampliação da oferta de emprego e de ocupação e uma expansão do mercado de trabalho. (Egger, 1992).

Não só no âmbito da indústria as crianças eram mão-de-obra disponível. O processo de urbanização, a construção das novas cidades e as novas demandas levaram muitas crianças a trabalhar nos mais diversos setores produtivos: industriais, comerciais, agrícolas e de serviços. Na medida em que a economia do país se diversificou, abrindo espaços nos mais variados setores, as crianças foram ocupando mais espaços de trabalho. A constante foi sempre a mesma: elas participaram, sob duras condições, da produção da riqueza nacional, mas não eram chamadas a participar da distribuição dessa riqueza.

Em suma, como analisa Antônio Gomes da Costa (1994), “Antes dos anos oitenta, a sociedade e o estado brasileiros conviveram de uma forma bastante pacífica com o quadro do trabalho infantil. A fiscalização do Ministério do Trabalho teve uma atitude tímida e inexpressiva diante do problema. Os sindicatos eram totalmente absorvidos pelas lutas corporativas(...). As ONG’s voltadas para o atendimento da população infanto-juvenil, por seu lado, preocupavam-se apenas com ações típicas de atendimento direto, evitando enveredar-se pela discussão de questões políticas e sociais de maior envergadura” (Gomes, 1994: 47).

Como afirmou Ivanir dos Santos, num dos primeiros artigos publicados em uma revista sindical sobre o tema, “No Brasil, nem o próprio sindicalismo tem a compreensão de que a entrada desta população no mercado de trabalho indica aumento do desemprego ou redução do nível de salário dos trabalhadores” (Santos, 1991).

Contingentes expressivos de mulheres, crianças e adolescentes passaram a integrar a força de trabalho na década de 70 como forma de compensar os efeitos perversos da distribuição desigual de renda que se acentuou nesse período. A distribuição de renda no Brasil na década de 80 concentrava 62.6% da renda em apenas 20% da população, e apenas 8.1% da renda entre os 40% mais pobres da população. (Santos, 1991)

Essas tendências colocaram o Brasil entre os países com maior índice de desigualdade social e de concentra-

A história da
industrialização
do Brasil foi feita
em parte com o
esforço de
milhões de
pequenos
operários



ção de renda da América Latina e do mundo. Segundo dados da própria OIT, na década de 80, aproximadamente 88 milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalhavam no mundo, isto é, 20 % do total das crianças.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 145 milhões de crianças eram economicamente ativas em 1981. Na América Latina, no final dos anos oitenta, a OIT calculou para a faixa entre os 10-14 anos um índice de participação de 11,5%, mas adverte que, considerando as deficiências estatísticas regionais relativas ao trabalho infantil e, em particular, a subestimação desse tipo de trabalho, pode-se sustentar a hipótese de que a taxa de participação de crianças e adolescentes era superior àquela estimada, entre 4 e 8 pontos percentuais. Esse contingente poderia ser maior ainda ao ter-se em conta que, na região, muitos meninos começam a trabalhar entre os 5 e 6 anos de idade. Tais cálculos indicavam que, no continente latino-americano, haveria mais de 22 milhões de trabalhadores infantis no final da década de 80.

Os Anos Oitenta no Brasil: uma década perdida também para as crianças

Tendo em consideração a situação econômica e social vivida pelos brasileiros nos anos 80, o quadro ainda mais dramático da evolução do trabalho infantil no Brasil, entre 1980 e 1992, chamou a atenção do mundo: por suas características, por sua intensidade por sua dimensão. A OIT incluiu o Brasil entre os primeiros seis países a implementar o IPEC, especialmente devido às particularidades do processo vivido no país que compunham um cenário de subdesenvolvimento e insustentabilidade.

Em termos populacionais, o Brasil cresceu demograficamente de maneira alarmante. Em 1960 havia 70 milhões de habitantes no país. Dez anos depois, em 1970, a população já chegava a 93 milhões. O ritmo de crescimento aumentou ainda mais e, em 1980, a população chegou a 119 milhões, dos quais 37,5 milhões tinham entre 5 e 17 anos.

Sendo assim, a década de 80 apresentava um Brasil jovem, com grande quantidade de crianças e adolescentes. No final dos anos oitenta, os brasileiros já somavam 147 milhões, dentre os quais quase 44 milhões eram crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos de idade.

Em 1992, ano em que o IPEC foi implementado no país, o Brasil contava com 146 milhões de habitantes, dando início a uma desaceleração do crescimento populacional e a uma diminuição da taxa de crianças e adolescentes em relação ao total da população. Nesse ano, as crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos somavam 43 milhões de pessoas, o que equivalia a 29% do total de habitantes do país.

Vale ressaltar que as crianças entre 5 e 9 anos de idade conformaram, até 1990, o grupo maioritário, indo de 14.8 milhões a 17.6 milhões em 1990. Esta tendência ao constante crescimento diminui drasticamente na década dos anos



Tabela 1. Fonte: IBGE-PNAD.



Tabela 2. IBGE-PNAD.



Tabela 3. IBGE-PNAD



Tabela 4. IBGE-PNAD.



Tabela 5. IBGE-PNAD.



Tabela 6. IBGE-PNAD.



Tabela 7 IBGE -PNAD

90. (Ver tabelas 1, 2 e 3)

Nesse mesmo período de tempo, entre 1980 e 1992, intensificou-se a tendência já percebida na década de 70 de crescimento da população urbana e de decréscimo da população rural. No início da década de 80 a população rural era de 34.5 milhões de habitantes, frente a 85 milhões de habitantes compondo a população urbana (29% e 71% respectivamente). Ao longo da década, a população rural traça uma curva descendente, cujo ponto alto chega aos 38 milhões de habitantes em 1990 e cai para apenas 32 milhões em 1992. Certamente, essa trajetória reflete uma onda migratória no sentido campo-cidade. (Ver tabela 4).

As tendências da população urbana e rural são acompanhadas por uma relação similar segundo a condição de sexo. Em 1981, o Brasil era composto por 59.2 milhões de homens e 60.3 milhões de mulheres. No setor urbano, essa tendência majoritária do sexo feminino é confirmada, chegando a 51% da população total, enquanto no setor rural a presença das mulheres alcança apenas 48% do total de habitantes. (Ver tabela 5).

Da mesma maneira que as relações entre a população urbana e rural permitem estabelecer que o sexo masculino era majoritário na área rural (representando 52% do total de pessoas) e igual ao sexo feminino na área urbana (onde cada sexo correspondia a 50% da população), a Tabela 6 confirma essa dinâmica mostrando a diminuição constante da população rural frente à população urbana, também nos dois sexos, mesmo tratando-se da população entre 5 e 9 anos de idade. (Ver Tabela 6).

Outra grande tendência que cabe analisar é a questão da alfabetização em relação ao número de habitantes. O Brasil presenciou um aumento constante do número de pessoas alfabetizadas, em todas as faixas etárias, entre os anos de 82 e 92. Em 1981, 73.6 milhões de brasileiros eram alfabetizados, o que representava 61.3% da população. Mais de 30 milhões de brasileiros foram alfabetizados em toda a década de 80, chegando assim a 102.6 milhões em 1992, o que corresponde a 70.2% da população. (Ver tabela 7).

Em relação às crianças e adolescentes com idade entre os 5 e 17 anos, a tendência à alfabetização também é muito acentuada. Em 1981, 58.5% das crianças e adolescentes eram alfabetizadas. Já em 1992, esse índice de alfabetização alcançou 72% dessa população de referência, deixando evidente um esforço social no sentido de inserir as crianças e adolescentes na escola. (Ver tabela 8)

A relação entre alfabetizados e não-alfabetizados confirma uma tendência de inclusão no processo escolar. O grupo dos não-alfabetizados começa a diminuir a partir de 1996, momento no qual inicia uma curva marcadamente descendente, que vai diminuir o número de analfabetos de mais de 15 milhões, para perto de 10 milhões, em 1992. (Ver tabela 9)

As tendências da alfabetização revelam que ela se dá principalmente na área urbana, e nem tanto na área rural. Mostram ainda que houve uma leve vantagem das mulheres sobre os homens, tanto no espaço rural quanto na área urbana. Essa característica refletirá necessariamente nas tendências gerais do trabalho

infantil, como se verá em seguida. (Ver tabela 10).

Resta analisar as tendências da população economicamente ativa, comparando o número de crianças adolescentes entre 10 e 17 anos que faziam parte da força de trabalho do país e o total da população economicamente ativa do Brasil. O total dessas crianças e adolescentes que trabalhavam em 1981 correspondia a 14.5% do total da população economicamente ativa (47.4 milhões).

Enquanto a tendência da população economicamente ativa total foi de crescer de maneira acentuada e constante ao longo dos anos 80, chegando aos 70 milhões de trabalhadores, a tendência, na faixa etária de referência, foi a de aumentar levemente, passando de 6.9 milhões em 1981, para 8.8 milhões, em 1992. (Ver tabela 11)

No entanto, essas quantidades seriam maiores se fossem incluídas as crianças entre 5 e 9 anos de idade, que em 1981 somavam 14.8 milhões de pessoas e em 1992 chegavam a 16.8 milhões. Tendo em conta a falta de pesquisas para essa faixa etária em relação à sua participação no trabalho infantil, pode-se estimar um aumento significativo do número total de crianças e adolescentes trabalhadores, levando em consideração essa faixa etária não auferida pelas pesquisas.

Tal estimativa tem em conta a tendência constante ao aumento do número de crianças e adolescentes trabalhadores ao longo da década de 80, bem como fatores mais amplos, como o aumento populacional nessa faixa etária, a situação de crise econômica constante e a emergência do fenômeno dos meninos em situação de rua, que chamou a atenção do mundo nesses anos por sua intensidade.

Considerando-se esses fatores, é possível estimar uma diferença constante e positiva no número de crianças e adolescentes trabalhadores da ordem de aproximadamente 3 milhões de crianças¹, elevando a população infantil trabalhadora de 6.9 milhões para 9.9 milhões, em 1980, e de 8.8 milhões para 11.8 milhões de trabalhadores infantis em 1992, o que revela uma situação insustentável desde o ponto de vista jurídico, político e ético. (Ver tabela 12)

Tendo como base a década de 70, os anos 80 “(...) vão modificar substancialmente o quadro herdado (...) em termos da percepção e do enfrentamento da questão do trabalho infantil.” (Gomes, 1994:47). Essa mudança de percepção fez com que diversos segmentos da sociedade encarassem o trabalho infantil em uma perspectiva muito mais crítica e combativa.

No início dos anos 90, muitos sindicatos reagiram fortemente perante as mudanças na política econômica promovidas pelo governo Collor de Mello, que extinguiu a Coordenadoria do Trabalho da Mulher e do Menor, vinculada ao Ministério do Trabalho. O assunto do trabalho infantil foi relegado ao completo esquecimento pelo Governo Federal, em consonância com a política liberal do



Tabela 8. Fonte: IBGE-PNAD

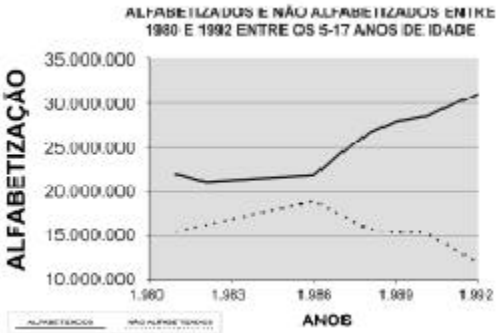


Tabela 9. Fonte: IBGE-PNAD



Tabela 10 – Fonte: IBGE-PNAD

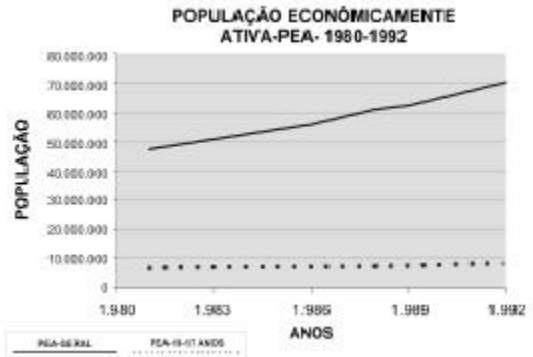


Tabela 11. Fonte: IBGE-PNAD

1 Concordando com a estimativa feita por SCHWARTZMAN, Simon, In: Trabalho Infantil no Brasil. Brasília: OIT, 2001.

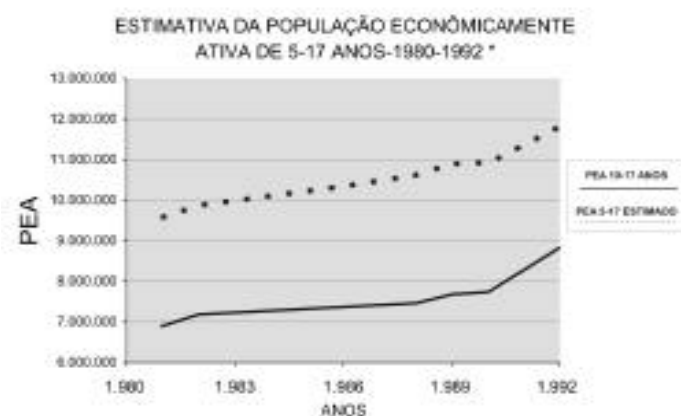


Tabela 12



Tabela 13. Fonte: IBGE-PNAD



Tabela 14. Fonte: IBGE-PNAD

governo. Talvez seja este um dos fatores que levou o número de trabalhadores infantis, entre 10 a 17 anos, de 7,6 milhões em 1989 para mais de 9 milhões em 1992. (Gomes, 1994).

Um exemplo do estado crítico da situação no começo da década de 90 é refletido por algumas ações desesperadas de setores organizados da sociedade. Entre elas, por exemplo, a iniciativa da Associação Gaúcha dos Inspectores do Trabalho (AGITRA), posteriormente denominada Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho (SINAIT), que verificou o aumento abusivo dos problemas relacionados ao trabalho infantil e, na impossibilidade de encaminhar medidas para minorar o problema em nível nacional, apelou para a realização de diversas denúncias em nível internacional, inclusive para a Organização Internacional do Trabalho.

Na 77ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, a AGITRA apresentou dados que denunciaram a presença indiscriminada de crianças trabalhadoras na condição de escravas, tanto como a negligência dos organismos governamentais do país. Junto a essa denúncia, outras denúncias no mesmo sentido apontaram a presença de crianças, inclusive de 4 anos, ajudando na extração de matérias primas, como consta na publicação do Jornal Zero Hora do dia 25 de outubro de 1990. “Cerca de 200 famílias estão trabalhando em regime de escravidão na localidade de Pacote, interior de Capela de Santana (RS), com crianças de até 4 anos ajudando na extração de acácia, mulheres e homens sem carteira assinada, inexistência de água encanada, luz, banheiros, esgotos, assistência médica, escolas ou qualquer estrutura mínima para subsistência”. (Zero Hora, 25/10/90).

O mesmo jornal publicou, no dia 11 de junho de 1992, uma notícia na qual a Organização Internacional do Trabalho denunciava as condições do trabalho em muitas áreas do Brasil e pedia ao governo que cumprisse a legislação trabalhista vigente na época. Na mesma notícia é possível ler que um representante britânico da OIT descrevia a situação brasileira como sendo “uma vergonha mundial”. O seguinte parágrafo reflete e sintetiza a situação das crianças e adolescentes trabalhadores do Brasil naquele momento:

“O informe da OIT assinala que, conforme dados dos sindicatos brasileiros, tanto adultos como crianças são forçados a trabalhar em vários setores da economia rural e na mineração, tanto em zonas remotas, como em áreas próximas às grandes cidades. Trabalhadores contratados a milhares de quilômetros de distância encontram, ao chegar, um salário inferior ao prometido e que não chega para pagar o alojamento da companhia, nem a comida que deve ser adquirida, a preços superfaturados, no armazém da própria empresa que lhe oferece emprego (...). Os trabalhadores que tentam fugir são perseguidos por homens armados que são contratados pelas empresas e, quando são capturados, são obrigados a voltar a trabalhar, além de sofrer maus tratos”. (ZERO HORA, 11/06/1992).

A Reversão do Quadro Vigente: mudanças ocorridas entre 1992 e 2002

A década que vai de 1992 a 2002, em termos populacionais, apresenta

características próprias, sendo que o ritmo de crescimento populacional diminuiu sensivelmente em relação à década anterior. Em 1992, o Brasil contava com pouco mais de 146 milhões de habitantes. Nos dez anos seguintes, o país alcançou algo em torno dos 170 milhões de habitantes. (Ver tabela 13)

Desse contingente humano, 51% das pessoas são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Essa tendência de predominância do sexo feminino já era registrada na década de 80, tendo se consolidado na última década do século XX. O mesmo se registra em relação à composição entre população urbana e rural. O país, nos anos 90, torna-se cada vez mais urbano, confirmando a tendência migratória campo-cidade.

Em coerência com esse novo contexto, a população da faixa etária de referência (5 a 17 anos) apresentou também uma tendência decrescente em relação à população total. Em 1993, por exemplo, existiam no Brasil 44.6 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos. Nove anos mais tarde, em 2002, a população projetada para essa faixa etária é de 42.8 milhões de pessoas. É importante ressaltar que os grupos de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos são majoritários nesta população de referência, porém estáveis, apresentando uma leve tendência à queda quantitativa.

Essa população de referência de crianças e adolescentes representa 28.8% da população geral em 1993, e 25.5 %, em 2002. No entanto, ao contrário da população geral, esta faixa etária é, com uma leve diferença, majoritariamente masculina. Assim, em 2002, estima-se a existência de 21.7 milhões de homens e 21 milhões de mulheres, com idade entre 5 e 17 anos.

Em relação ao trabalho infantil, a tendência da última década é marcada pela diminuição quantitativa dos índices de trabalho infantil. Tendo em conta Schwartzman (2001), a curva evolutiva do trabalho infantil parte, em 1992, com 9.6 milhões de crianças e adolescentes (incluindo as crianças entre 5 e 9 anos de idade), mantém-se com 9.5 milhões ainda em 1995 e, já em 1998, desce para 7.7 milhões de trabalhadores infantis. Isto significa que, em 1992, 22.3% das crianças entre 5 a 17 anos eram trabalhadoras, enquanto que em 1998 a proporção era de 17.9%, pondo assim em evidência uma queda importante na incidência de trabalho infantil no país.

Essa tendência foi confirmada pelos dados de 1999 e 2001 da PNAD. Em 1999, de um total de 43.8 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos, 6.6 milhões estavam trabalhando. Em 2001, das 43.1 milhões de pessoas da faixa etária de referência, 5.4 milhões estavam ocupadas. (Ver tabela 14).

A relação entre sexo e trabalho infantil se manteve constante no que diz respeito à presença majoritária de homens, não obstante fica evidente uma aproximação quantitativa devido à diminuição acentuada do número de homens nos postos de trabalho. (Ver tabela 15).

O trabalho infantil apresentou um ritmo de queda mais forte no setor urbano do que no setor rural. Embora seja significativa a diminuição nas duas áreas, é relevante perceber que, no setor urbano, passou-se de 5.3 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, em 1990, para 2.5 milhões de crianças trabalhando, em 2001. Enquanto isso, no setor rural, passou-se de 4.1 milhões de trabalhadores infantis, em 1992, para 2.3 milhões, em 2001. O setor rural, embora apresentando uma curva favorável à diminuição do trabalho infantil, ainda reage lentamente à



TABELA 15. IBGE-PNAD.



TABELA 16. IBGE-PNAD.

incorporação da normatividade que defende o direito da criança a brincar, a estudar e a privilegiar atividades diretamente não-econômicas. (Ver tabela 16).

Quanto aos níveis de remuneração, em 2001, quase metade do contingente de pequenos trabalhadores não recebiam qualquer remuneração. A pesquisa da PNAD também mostrou que 1.83 milhões de crianças trabalhadoras cumpriam jornadas de trabalho integrais: 40 horas ou mais por semana. Dentre as crianças remuneradas, 41,5% ganhavam até meio salário mínimo e 35,5% de meio a um salário mínimo. Somente 0,4% delas ganhava mais que três salários mínimos de remuneração.

Sendo assim, a remuneração do trabalho das crianças e adolescentes é, em geral, menor do que um salário mínimo, apresentando ainda uma alta presença de trabalho não remunerado. A idade é outro fator que a pesquisa revelou influir na remuneração. Assim, quanto maiores as crianças, também são maiores as opções de ter um salário melhor.

De fato, na faixa etária de 5 a 9 anos apresenta-se o maior número de trabalhadores sem remuneração: 92% deles não têm contrapartida econômica. Na faixa etária dos 10 a 14 anos de idade, os não remunerados representam 67% do universo. Apenas 30% dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos não recebia remuneração. Por outra parte, a ausência de remuneração se apresenta mais nas atividades agrícolas (83,5%) do que nas não-agrícolas.

É evidente o fato de que as crianças trabalhadoras se vêem mais impedidas de ter acesso à educação se comparadas às crianças que não trabalham, e que a remuneração está vinculada à escolaridade, sendo que para menor escolaridade, menor remuneração (Schwartzman, 2001). A PNAD de 2001 revelou que, das 5.4 milhões de crianças trabalhando, 4.4 milhões trabalham e estudam, enquanto que 1 milhão trabalham sem estudar.

Dentre os que estudam e trabalham, 30% tem uma jornada semanal de 40 horas de trabalho, isto é, cumprem jornadas de adultos. Entretanto, existem estados como São Paulo e Rondônia onde mais de 50% das crianças trabalham mais de 40 horas por semana. A PNAD de 2001 também constatou que a taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que não trabalhavam era muito superior à das crianças que trabalhavam.

Houve um avanço expressivo no nível de escolarização de 1992 a 2001. A parcela que não freqüentava a escola diminuiu de 46,1% para 23,8% no grupo de 5 a 6 anos, de 13,4% para 3,5% no grupo de 7 a 14 anos e de 40,3% para 18,9% no grupo de 15 a 17 anos. Das 43,1 milhões de crianças brasileiras de 5 a 17 anos de idade, 15, 5% estavam inscritas ou eram beneficiárias de programas sociais voltados para a educação. A taxa de escolarização do contingente beneficiário de programas sociais alcançou 98,9%.

Também é possível estabelecer que existem as seguintes tendências e características gerais: enquanto a maioria dos meninos é empregada em ocupações diversas no campo e na cidade, a maioria das meninas é de trabalhadoras domésticas. O trabalho infantil concentra mais as pessoas de cor negra e parda do que branca e a maior porcentagem de crianças envolvidas com atividades laborais trabalha no setor agrícola, seguido pelo setor de serviços, do comércio, da produção de manufaturas e da construção civil. Em termos regionais, o trabalho infantil se verifica principalmente nas regiões Nordeste (16%) e Sul (14,6%).

Os dados da PNAD de 2001 também revelam que o país mereceria mais investimentos nos sistemas de fiscalização do trabalho infantil. As condições de trabalho se dão muitas vezes em ambientes sujos e perigosos, comprometendo o desenvolvimento físico e psicológico das crianças. Mais da metade das crianças trabalhadoras utilizam produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumentos perigosos no trabalho, pondo em risco sua integridade física e sofrendo todo tipo de pequenos e grandes acidentes de trabalho sem a devida assistência. Tal situação é mais acentuada na atividade agrícola.

Finalmente, vale ressaltar que, mesmo com a diminuição do trabalho infantil na última década do século XX, não faltaram denúncias sobre a vigência de algumas das piores formas de exploração de crianças. Exploração sexual comercial, escravagismo, crianças envolvidas no tráfico de drogas e outras mazelas ainda fazem parte da vida do contingente, ainda muito grande, de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil.

Novas estimativas mundiais para o ano de 2002 indicam que cerca de 352 milhões de crianças trabalham no mundo. Assustadores 180 milhões estão trabalhando nas piores formas de trabalho infantil, com pelo menos 8 milhões envolvidos em esquemas de exploração sexual comercial, trabalho forçado e conflito armado (Global Report 2002). De fato, no Brasil essa tendência está presente, sendo que as piores formas de trabalho infantil são as que apresentam menores possibilidades de penetração e vigilância por parte da sociedade, necessitando do envolvimento de novos atores no combate, como as polícias e setores especializados do Poder Judiciário.

QUADRO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Enquanto na década de oitenta agravaram-se as condições de vida da maioria da população (como efeito da “década perdida”), importantes inovações ocorreram na política de atendimento à infância e adolescência. O ponto de inflexão foi, sem dúvida, o momento em que começaram a surgir, nos grandes e médios centros urbanos, milhares de crianças e adolescentes que tiravam da rua o seu sustento ou nela buscavam abrigo, indicador explícito da falência das políticas econômicas e sociais das décadas anteriores. (Egger, 1992: p.14).

A FUNABEM² era a organização nacional que trabalhava para o bem-estar infantil até meados da década de 80. Ela defendia o trabalho de crianças entre os 7 e 14 anos de idade em alguns de seus programas, alegando que trabalhar era bom para as crianças de baixa renda.

Inicia-se nessa década, e como reação a essa situação limite, um processo de organização da sociedade marcado pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Emergem em todas as grandes cidades pessoas e grupos interessados na discussão da problemática dos meninos e meninas de rua. Em 1985, foi criada a Coordenação Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua e, um ano mais tarde, é realizado o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, evento que levantou sérias denúncias e deixou em evidência a necessidade de defender os direitos das crianças e adolescentes.

Todo esse movimento social levou, alguns anos mais tarde, a reivindicações que foram parte das mudanças incorporadas na Nova Carta Constitucional do Brasil, de 1988. Nessa época, a luta dava-se em duas frentes: os programas governamentais e os movimentos sociais. Com o anúncio da realização da Assembleia Nacional Constituinte, as mudanças no campo legal se viabilizam e é iniciado um trabalho que vai culminar com os artigos 227 e 204, fruto de emendas populares. O Brasil, na redação dos artigos da Constituição, praticamente aprovou o projeto da Convenção Internacional Sobre Direitos da Criança da ONU, o qual ainda estava em debate.

Paradoxalmente, o Governo Federal, no início dos anos noventa, reformou o Ministério do Trabalho e desarticulou os órgãos que se ocupavam do trabalho infantil, ao mesmo tempo em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) era aprovado.

O Estatuto ressaltou a discussão sobre o necessário desenvolvimento político-institucional do qual carecia o Brasil para enfrentar o desafio da eliminação do trabalho infantil, bem como para colocar em prática os direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o ECA estipulou a necessidade de formação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CDCAs) para viabilizar o monitoramento dos direitos das crianças. Trabalhando de modo articulado com os CDCAs, os Conselhos Tutelares, que vigiam casos individuais de violação dos direitos das crianças, complementariam uma parte importante de rede de proteção social que estava sendo formada.

Fechando um circuito central nessa rede de proteção, os Conselhos Estaduais deveriam monitorar aqueles

Como reação
a uma
situação limite,
inicia-se na
década 80 um
processo de
organização
da sociedade
marcado pela
defesa dos
direitos das
crianças e
adolescentes

² Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor

³ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



No início dos
anos 90 o
Brasil carecia
de uma força
capaz de
servir como
catalisador de
esforços
fragmentados
e inconstantes
que realizavam
diversas
iniciativas
sociais

de âmbito municipal, e o CONANDA³, de ordem federal, deveria promover as articulações entre os Conselhos de ordem estadual. O desafio, ainda vigente, consistia na afinação destas instituições em termos de sua articulação político-operativa.

Nessa época, no rastro da promulgação da Constituição Federal e do ECA, a temática do trabalho infantil apareceu com força no seio das mais variadas instituições nacionais e internacionais, causando indignação.

Apesar da nova legislação em vigor definir um novo padrão de atuação descentralizada, ampliando as responsabilidades do poder local (municipalização) através das ações governamentais, tendo os Conselhos como instâncias deliberativas e paritárias para zelar pelo seu compromisso, o que se constatou foi que, em primeiro lugar, não se consolidou uma tradição de interações eficazes entre o Estado e a sociedade; em segundo lugar, enquanto em nível estadual e municipal se registravam experiências inovadoras, embora ainda de caráter emergencial e compensatório, em nível Federal o Estado permaneceu omissos e ineficiente.

Sendo assim, no início dos anos 90 o Brasil carecia de uma força capaz de servir como catalisador de esforços fragmentados, tímidos, inconstantes e escassos, que realizavam aqui e ali diversas iniciativas e atividades sociais dentro e fora do Estado.

A Introdução do IPEC neste Contexto

O ano de 1992 foi, do ponto de vista político-institucional, um ano de transição no âmbito da luta a favor da proteção da infância: estavam sendo implementados os conselhos, o Brasil encontrava-se às vésperas da municipalização dos serviços de atendimento à infância e à adolescência, e ainda estavam-se iniciando as discussões da revisão Constitucional que teria início em 1993.

O clima político-institucional no Brasil era propício para sua participação em um programa como o IPEC. A apresentação da proposta era adequada para o momento, especialmente em função da recente aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumento que trouxe a possibilidade de se implementar políticas públicas em todas as esferas ligadas à infância: saúde, educação, trabalho e assistência social.

Tudo indicava que o Brasil teria a oportunidade de formular e implementar um conjunto de programas e novas políticas que garantiriam progressivamente a expansão dos direitos consagrados na legislação nacional e internacional a todas as crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil.

Era necessário levar a cabo ações eficazes junto às próprias crianças, suas famílias, organizações de empregadores e dos trabalhadores, órgãos governamentais, movimentos sociais, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança em todos os níveis, aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público do Trabalho, para que o princípio de que o atendimento aos direitos à saúde, educação e lazer fosse disseminado e assimilado como inadiável.

Tais ações deveriam ser adequadamente suportadas e fortalecidas pela sensibilização e mobilização social, sendo para tal indispensável a celebração de alianças estratégicas e a profunda cumplicidade com os meios de comunicação, o empresariado, os sindicatos, os movimentos sociais de abrangência nacional e as igrejas e outros grupos religiosos.

Nesse contexto, em fevereiro de 1992, o Diretor do Escritório da OIT para o Brasil, o representante do Governo Brasileiro no Conselho de Administração da OIT, a representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) estabeleceram as diretrizes gerais de caráter político e institucional que serviriam de base para o funcionamento do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no Brasil.



As diretrizes estratégicas adotadas seriam marcadas pelo caráter interinstitucional do programa, incluindo entidades do Governo Nacional, Estadual e Municipal, a participação direta de entidades sindicais (CUT, CGT e Força Sindical), empresariais (CNI, CNT) e organizações não-governamentais. O Comitê Nacional de Direção do IPEC ficou, assim, composto de três representantes dos ministérios do Governo Federal, três representantes sindicais, três representantes de confederações de empresários e três representantes de organizações não-governamentais.⁴

O CBIA, órgão do Governo Federal vinculado ao Ministério de Ação Social, foi o parceiro governamental da OIT na execução do IPEC. O CBIA colocou à disposição do Programa seu corpo técnico e sua infra-estrutura central e descentralizada nos estados, além de recursos financeiros que possibilitariam a execução de propostas e programas de ação.

Por outra parte, a participação ativa das grandes Centrais Sindicais representou um elemento inovador na ação de abolição do trabalho infantil. A omissão generalizada nesta área durante muitos anos, desde o poder público até os movimentos sociais, também caracterizou a atuação do movimento sindical como um todo. A nova postura das centrais e de vários sindicatos abriu horizontes no processo de conscientização das classes empresariais e de mobilização da classe trabalhadora em torno da questão do trabalho infantil.

A história sindical foi marcada pela preocupação com os trabalhadores adultos. Junto à OIT, os sindicatos participaram de muitas lutas e discussões sobre os direitos e interesses dos trabalhadores no país. No entanto, somente a partir da implementação do IPEC muitas Centrais Sindicais encaminham esforços conscientes frente ao trabalho infantil.

Novos engajamentos sindicais foram percebidos na última década. Isto tem favorecido a mobilização de comunidades e municipalidades em torno da erradicação do trabalho infantil e as negociações com empregadores, ao conseguir a inclusão de elementos de defesa dos direitos das crianças nos acordos trabalhistas. Finalmente, a participação dos sindicatos tem favorecido a ratificação, por parte do governo brasileiro, das convenções da OIT relacionadas ao trabalho infantil.

Não só as grandes organizações sindicais tiveram um importante papel no desenvolvimento institucional que fez frente ao trabalho infantil na década de 90. Junto às grandes centrais, marcaram presença sindicatos como o dos Trabalhadores Rurais em Retirolândia, Bahia, que tiveram, no seu momento, uma importância histórica no desenvolvimento de estratégias para a melhoria da renda familiar de famílias e no combate ao trabalho infantil.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente (DCA) foram organizações legitimadas em nível nacional por seu tempo de atuação, por seu poder de penetração e por sua organização capilar em todas as unidades federadas. Outras ONG's com participações importantes foram a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o Projeto Axé, em Salvador. Em nível local, as ONG's fizeram esforços de alto valor na erradicação do trabalho infantil, mesmo com as dificuldades financeiras e de operacionalização que se apresentam em muitos casos.

As Organizações de Empregadores, em particular a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sesi e o CIEE desempenharam papéis importantes tanto na constituição do IPEC no Brasil como na implementação do Fórum Nacional e de alguns projetos específicos. No entanto, as organizações de empregadores em nível nacional operaram nesta década como o grupo menos engajado no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil. Em nível local, registraram-se participações mais diretas e eficazes, como é o caso dos fabricantes de Calçados em Franca - SP, e Novo Hamburgo e Dois Irmãos - RS.

Em fevereiro
de 1992, a
OIT, o
Governo
Brasileiro e o
CBIA
estabeleceram
as diretrizes
gerais para o
funcionamento
do IPEC no
Brasil

⁴ Na primeira reunião (20-02-92) para a formação do Comitê Nacional de Direção do IPEC, de caráter inter-institucional, para tratar da implementação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), participaram representantes das seguintes entidades: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Divisão de Organismos Internacionais Especializados (DIE), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), Departamento de Formação Profissional, Ministério da Ação Social (MAS), Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Força Sindical (FS), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pastoral do Menor, Pastoral da Terra, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Fórum DCA-Defesa da Criança e do Adolescente.



Estabelecida a
viabilidade
institucional do
IPEC, os
princípios que
nortearam
suas
propostas
foram:
tripartismo,
mobilização e
sensibilização
social,
inovação e
investigação

A única exceção, com características nacionais e profundidade de ações, foi constituída pela presença e participação da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, que representou e representa um significativo segmento do empresariado nacional —o dos fabricantes de brinquedos. A Fundação foi fruto de um profundo processo de conscientização dos membros da ABRINQ (Associação de Fabricantes de Brinquedos), que desde anos atrás vinha trabalhando através da Fundação, na proteção e defesa dos direitos da criança. A Fundação Abrinq não cessou de atuar na área com significativo investimento de recursos financeiros, humanos e técnicos, sobretudo na produção de material de divulgação sobre os direitos das crianças e adolescentes, para campanhas de TV, Radio, jornais e de mobilização da opinião pública.

Uma vez estabelecida a viabilidade institucional do IPEC, os princípios que nortearam suas propostas no biênio 1992-1993 foram: 1) tripartismo: participação efetiva dos parceiros naturais da OIT, governo, empregadores e trabalhadores. As ONG's formam também parte dessa estrutura de participação; 2) mobilização e sensibilização social: as propostas que, viabilizadas, deveriam conter fortes elementos de sensibilização social sobre o trabalho infantil; 3) inovação: projetos capazes de produzir metodologias de intervenção adequadas ao propósito de prevenção e eliminação do trabalho infantil; e 4) investigação: mapeamento e levantamento de situações específicas de trabalho infantil.

Um dos problemas de caráter institucional, que se mostrou um dos obstáculos mais frequentes na aplicação dos programas do IPEC, foi a constante deficiência da maioria dos municípios em se ater ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, em particular no que diz respeito à organização e estabelecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

Sendo os Conselhos um dos canais privilegiados do IPEC em termos de penetração, de capilaridade e alcance territorial, tornou-se necessário enfrentar tais deficiências mediante a promoção de capacitação e treinamento de seus membros a fim de alcançar um grau de institucionalização eficaz e ativo.

Sendo assim, nos anos de 1994 e 1995, foi executado um amplo programa de capacitação e sensibilização dirigido aos Conselhos. Um dos avanços concretos no quadro político institucional foi a criação, em 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), fruto de uma parceria com o UNICEF.

O Fórum é uma instância interinstitucional que reúne Governo Federal, Organismos Internacionais, Conselhos de Direitos, Sindicatos, Confederações, Federações, Centrais Sindicais, Organizações de Empregadores e ONG's. À época de sua criação, 42 organizações participavam do Fórum, que se tornou um espaço fundamental na reunião dos atores, em nível nacional, que participaram do combate ao trabalho infantil durante a década de 90.

O desenvolvimento de políticas federais de luta pela erradicação do trabalho infantil tem encontrado no Fórum um espaço institucional fundamental. A OIT e o UNICEF apoiaram técnica e financeiramente a constituição do FNPETI desde 1994, com a esperança de que ele pudesse se firmar posteriormente e garantir autonomamente sua sustentabilidade econômica por conta de sua própria dinâmica a fim de manter sua legitimidade e independência. No final dos anos 90, a reafirmação dessa intenção da OIT e do UNICEF foi interpretada, em muitos âmbitos políticos e institucionais, como o início da retirada das ações do IPEC no Brasil, embora a OIT tenha enfatizado que esse não era o caso.

De fato, a dependência econômica do Fórum dos financiamentos da OIT e do UNICEF, ainda vigente, deixa em evidência uma certa letargia institucional para agenciar recursos que permitam sua viabilidade e permanência tanto como sua neutralidade frente a estruturas de ordem nacional ou internacional que possam vir a influenciar a tomada de decisões e, em particular, o sentido das políticas em relação a erradicação do trabalho infantil.

A experiência brasileira aponta a vantagem de se criar fóruns que, independentemente de suas fontes financeiras, mantenham autonomia suficiente para poder monitorar e articular as ações do governo em relação à erradicação do trabalho infantil.

Essa situação é vivida também pelos fóruns estaduais, os quais se tornam ou podem tornar-se extensão dos



governos estaduais por falta de uma estrutura organizacional distinta e independente que permita a manutenção da divergência de interesses e discursos na formulação de políticas e planos de ação.

Apesar dessa situação, prevê-se que, a médio prazo, os Fóruns estaduais se tornarão tão ou mais importantes que o Fórum Nacional no que diz respeito à garantia de sustentabilidade da luta pela erradicação do trabalho infantil.

Os Fóruns Estaduais, réplicas em nível dos Estados do Fórum Nacional, são compostos por representantes do governo, de associações de trabalhadores e empregadores e ONG's. Embora a idéia de criar uma instância que incluísse os setores público e privado não fosse nova no Brasil (já existiam o CONANDA e os Conselhos Estaduais e Municipais), a iniciativa interinstitucional foi extremamente importante ao reforçar o processo participativo e aplicá-lo à questão do trabalho infantil. Isto implicou a inclusão de dissensos e conflitos discursivos em relação aos atores envolvidos (sindicatos e empregadores, principalmente), e a democratização do desenho de políticas públicas, tradicionalmente feitas de maneira vertical e muitas vezes autoritária.

Outro avanço institucional foi a parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão nacional eleito para monitorar os direitos da criança no Brasil, que tem entre suas diretrizes o mandato de contribuir na elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Foram criados, também, em 1995, os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (GECTIPAs), nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) e a Unidade de Inspeção Móvel da Secretaria de Inspeção do Trabalho (STI) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) — que hoje tornou-se um novo Ministério denominado Ministério da Assistência e Promoção Social (MAPS) —, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça estiveram sempre engajados na luta, sendo sensíveis os desenvolvimentos institucionais implementados por esses órgãos nos últimos anos a fim de enfrentar o Trabalho Infantil.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem-se encarregado, como parte das obrigações que emanam da Convenção nº 182 da OIT sobre as formas mais intoleráveis de trabalho infantil, de identificar localidades para inspeção do trabalho, de mapear áreas que apresentam as piores formas de trabalho infantil, assim como de empreender estudos sobre o impacto do trabalho infantil sobre a criança. Além de ter publicado vários textos importantes, o MTE tem realizado eventos de discussão do problema e realizado campanhas nacionais de conscientização.

A Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) foi outro ator governamental fundamental nesse processo através dos projetos que desenvolveu frente ao trabalho infantil. O primeiro desses programas a ser implementado foi o Programa Bolsa Criança Cidadã, que, no final de 1995, oferecia uma fonte de renda às famílias que retiravam seus filhos do trabalho e garantissem sua frequência escolar. Atualmente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, leva adiante essa iniciativa, oferecendo, além de bolsas para as famílias das crianças trabalhadoras, uma Jornada Ampliada, que é um programa que prevê a implementação de um horário escolar ampliado, que previne o trabalho infantil fora do período normal da escola. De 3.710 crianças incluídas no programa PETI, em 1996, o número de crianças beneficiadas alcançou, aproximadamente, 800.000 crianças, em 2002.

Além dessas iniciativas, o Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo os programas “Todas as Crianças na Escola” e “Renda Mínima”, que também atingem o universo das crianças trabalhadoras. Em 2001, o Presidente da República anunciou que esses programas visavam incluir cerca de 11 milhões de crianças em situação de risco social, tratando-se, portanto, de um programa aberto a todas as crianças do país, independentemente de estarem ou não trabalhando, o que os caracteriza como iniciativas de natureza preventiva.

Vale acrescentar que os programas do tipo Bolsa-Escola, pioneiramente desenvolvidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) a partir de 1994, revelaram-se uma inovação em termos de políticas sociais de combate à exclusão

A experiência
brasileira
aponta a
vantagem de
se criar fóruns
que
mantenham
autonomia
para monitorar
e articular as
ações do
governo em
relação à
erradicação
do trabalho
infantil.

social e vêm sendo adotados por países no mundo inteiro. O sucesso desses Programas deve-se à compreensão de que a evasão escolar e o trabalho infantil estão vinculados à baixa renda das famílias socialmente excluídas e de que somente a escolarização das crianças pode oferecer uma perspectiva de vida futura onde não persista o atual quadro de pobreza existente no país.

Institucionalmente, algumas organizações internacionais participaram dos trabalhos de erradicação do trabalho infantil. Além da OIT, o Banco Mundial (patrocinou pesquisas nessa área), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (patrocínio de programas para crianças e adolescentes trabalhadores), a Comissão da Comunidade Européia (CCE), a Agência de Cooperação Alemã (GTZ), a UNESCO, a USAID, a Save de Children UK e especialmente o UNICEF alocaram fundos e promoveram engajamentos em todo o país visando à erradicação do trabalho infantil. Recentemente, entraram em cena ainda a Agência Britânica para a Cooperação (DFID) e a CARE, que estão dando o seu apoio no combate ao trabalho infantil.

Outros atores institucionais que a OIT reconhece como parceiros engajados são: a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, a Solidariedade, a AFL/CIO, a CNBB e a Pastoral da Terra, com a qual foram inclusive implementados programas de ação conjuntos. No Poder Legislativo, é reconhecida a participação da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança como complemento importante às ações do Executivo.

Avaliação institucional

A interinstitucionalidade tem sido, como foi possível observar, uma característica fundamental do envolvimento do IPEC no Brasil. No entanto, é preciso ter presente que alguns dos atores engajados demonstraram compromissos somente a curto prazo ou realizaram iniciativas pontuais. Algumas organizações envolveram-se bastante quando a pressão política era suficiente, mas diminuíram sua presença com o passar dos anos.

No caso de organizações governamentais, a constante instabilidade política, as mudanças de governantes, de partidos no poder, de funcionários nos quadros institucionais e de ideologias dificultam a continuidade da participação dessas instituições e a qualidade do entendimento do sentido e profundidade das ações já realizadas e ainda por realizar.

A permanente instabilidade institucional retarda e às vezes paralisa a formulação de políticas e a implementação de projetos de ação oportunos. Surge, então, a necessidade de que todos os atores envolvidos percebam a importância da permanência e da sustentabilidade, a longo prazo, tanto de suas instituições — enquanto responsáveis pelo processo — como das ações a serem empreendidas.

A estrutura da maioria das instituições participantes deste processo não foi significativamente afetada pela incorporação do tema na agenda institucional, mas foram feitos ajustamentos necessários para atender à demanda adicional. A esse ajuste físico, agregou-se, com relativa frequência, um processo de qualificação e/ou capacitação do corpo técnico, que sem dúvida repercutiu sobre a estrutura das entidades.

No entanto, ao considerar o conjunto das entidades frente à magnitude da demanda que implica o combate ao trabalho infantil no Brasil, pode-se afirmar que a estrutura institucional existente não está ainda adequada à dimensão do fenômeno do trabalho infantil no país. Qualquer proposta de tratamento do tema em escala significativamente maior, ou ao menos um pouco mais compatível com a demanda atual, irá requerer um ajuste de estrutura da maioria das entidades envolvidas, e, em particular, daquelas da sociedade civil organizada, em nível local.

O envolvimento das diversas instituições tem requerido uma constante adaptação das normas institucionais, tanto internas como externas, possibilitando o aperfeiçoamento institucional e abrindo espaços que possibilitam maiores nexos e relações interinstitucionais.

Um dos itens que ao longo desta década foi motivo de constante discussão foi a questão do envolvimento das instituições no combate ao trabalho infantil, especificamente no que diz respeito à sustentabilidade financeira dessa participação.

Os recursos da União, por exemplo, vindos a partir das mais diversas instituições, afiguram-se ainda muito tímidos e, portanto insuficientes considerando a importância objetiva do tema, retratada pelo ainda elevado número de crianças submetidas ao trabalho. Comparado ao PIB nacional (R\$ 983 bilhões, em 1998), os investimentos públicos nesta área, da ordem de R\$ 82 milhões, em 1999 (segundo dados do Ministério do Trabalho), são relativamente baixos diante das dimensões do problema.

Como exemplo, se fossem destinados recursos suficientes para que um programa governamental como o PETI pudesse de fato subsidiar a erradicação do trabalho infantil no Brasil, seriam necessários, a médio prazo, R\$ 1,74 bilhão/ano de recursos federais, mantendo os moldes de 1998, o que equivaleria a 0,17% do PIB do mesmo ano.

Apesar dos inegáveis progressos observados no trabalho institucional frente ao tema do trabalho infantil, o compromisso financeiro continua nitidamente insuficiente. A constante redução dos recursos destinados, durante os últimos anos da década, a instituições como o CONANDA, permitem sugerir um enfraquecimento sutil por parte do Poder Executivo a respeito do seu compromisso com a erradicação do trabalho infantil.

A disponibilidade de recursos de outras instituições para a luta contra o trabalho infantil e as condições de sua sustentabilidade financeira parecem ter estado relacionadas a alguns dos seguintes fatores: a) seu nível de comprometimento com o tema; b) a sua competência em desenvolver as atividades programadas; c) a imagem que criaram com base nos fatores anteriores, granjeando-lhes apoios financeiros tanto por parte de instâncias governamentais quanto de organismos internacionais relacionados ao tema (UNICEF, OIT) e outros; d) a capacidade da entidade de mobilizar a opinião pública sobre o tema.

O movimento sindical esteve numa situação diferenciada das outras entidades quanto à sua capacidade de captar recursos para tratar do tema. Enquanto o movimento sindical contou com recursos externos fartos, principalmente no início da implementação do programa IPEC/OIT, deu-se prioridade ao tema. Quando os recursos externos diminuíram, o tema foi gradualmente relegado e paralelamente deixou de atrair recursos de outras fontes, passando a ser mantido minimamente com recursos próprios do movimento sindical. Assim, a sustentabilidade política e financeira do tema, hoje, está ameaçada em todo o movimento sindical.

Por outra parte, as perspectivas de sustentabilidade financeira do Fórum Nacional parecem depender cada vez mais da sua capacidade de mobilização dos estados através da rede, e com o apoio destes, de alavancagem de novos recursos, tanto do setor público como do privado. Se o Fórum Nacional não ganhar rapidamente uma maior autonomia financeira, dificilmente poderá exercer a sua função de articulação dos diversos parceiros e de mobilização em grande escala da opinião pública.

Movimentos mais recentes indicam algumas primeiras luzes na medida em que o Fórum, que não possuía uma personalidade jurídica, o que dificultava suas ações de arrecadação de fundos, passará a contar com um instituto, com estatuto próprio, a fim de poder superar seus atuais entraves no campo da sustentabilidade.

QUADRO JURÍDICO

Data do final do século XIX a contemplação de algumas matérias, carentes de regulamentação efetiva, sobre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes: 1) o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino; 2) a regulamentação do trabalho infantil, como estratégia para controlar os abusos dos empresários capitalistas na ânsia de explorar

Apesar dos
inegáveis
progressos
observados no
trabalho
institucional
frente ao tema
do trabalho
infantil, o
compromisso
financeiro
continua
nitidamente
insuficiente



qualquer braço disponível, desviando a criança da educação; e 3) a regulamentação do ensino profissionalizante (Rizzini, 1997).

“Em relação aos trabalhadores infanto-juvenis, desde 1910 havia leis regulamentando a jornada de trabalho de acordo com a idade, mas não eram observadas. Em 1917, a lei Estadual 1596 (SP) definia o limite de até cinco horas diárias para crianças entre 12 e 15 anos. O Decreto Estadual Nº 233, de 1894, estabelece jornada de 12 horas diárias para o conjunto do operariado, proibindo jornadas noturnas após as 21 horas para os meninos menores de 15 anos e para o sexo feminino até os 21 anos. Apesar da legislação, dada a inoperância ou inexistência da fiscalização governamental, o empresariado determinava sua própria jornada: um exemplo é o do Cotonifício Crespi (em São Paulo), cujos 60 ‘menores’ empregados trabalhavam durante 11 horas seguidas, com um pequeno intervalo de 20 minutos à meia-noite ... essa era uma prática comum nos estabelecimentos industriais do início do século XX” (OIT, 2001).

Segundo Pereira e Oliveira (2001), “O trabalho infantil começou a ser discutido no âmbito internacional com o processo de expansão e harmonização do direito do trabalho no final do século XIX, que deu origem à criação da OIT, em 1919” (Pereira e Oliveira, 2001: p 12- Suplemento Nacional do Relatório Global 2002).

Estabeleciam-se parâmetros sobre a idade mínima na indústria e na agricultura, sobre trabalho noturno na indústria, entre outras coisas. O Brasil estava, então, juridicamente, muito distante da discussão internacional.

Em 1973, a OIT lançou internacionalmente a Convenção nº 138, que estabeleceu o atual parâmetro sobre a idade mínima de acesso ao trabalho. De 1974 a 1987 esta Convenção foi ratificada por 36 Estados-Membros. De 1988 a 2001, a Convenção nº 138 alcançou outras 75 ratificações. Esse aumento reflete a relevância alcançada nos anos 80 da questão do trabalho infantil na agenda internacional (Pereira, 2001).

A Constituição de 1988 deu sustentação jurídica à elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que, por sua vez, estabeleceu uma das instituições que viria a ser fundamental na década de 90 na luta contra o trabalho infantil: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e os Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, bem como os Conselhos Tutelares.

As normas pertinentes ao trabalho infantil contidas na Constituição são o Artigo 7º, inciso XXXIII, e o Artigo 227. O primeiro refere-se à idade mínima de admissão ao trabalho, que foi alterada de 14 para 16 anos pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. O segundo, determina que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O parágrafo terceiro desse mesmo artigo especifica que o direito à proteção especial deve abranger o respeito à idade mínima de acesso ao trabalho, a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola, entre outros.

A norma relativa à idade mínima de acesso ao trabalho proíbe qualquer emprego ou trabalho abaixo dos 14 anos e estabelece a idade de 16 anos como idade mínima para a admissão ao emprego ou trabalho, permitindo, no entanto, o trabalho em regime de aprendizagem a partir dos 14 anos. Abaixo dos 18 anos é proibido, sem exceção, o trabalho perigoso, insalubre, penoso, noturno, prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Em dezembro de 1988, o Congresso Nacional aprovou a Emenda nº 20 à Constituição Federal, sobre o aumento da idade mínima de acesso ao trabalho de 14 para 16 anos. Esta emenda determina que adolescentes entre 14 e 15 anos podem trabalhar somente como aprendizes.

A Constituição de 1988 especificou os Direitos da Criança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja entrada em vigor data de 12 de outubro de 1990, tendo sido baseado na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989. O ECA impõe deveres para cidadãos, governos, famílias e para a sociedade em geral, em relação à criança, especialmente sobre o cuidado com a educação e com a proteção no trabalho.

O ECA foi o resultado das lutas dos movimentos sociais que resistiram à ditadura militar e que, no início da década de 80, cresceram e se articularam politicamente nas áreas de educação, saúde, habitação e infância e juventude, entre outras.

Nesse contexto, os movimentos especificamente voltados para a infância e adolescência deram nascimento ao Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), esforço que culminou na emenda popular “Criança Prioridade Nacional”, incorporada nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal, que por sua vez foram fundamentais para elaboração do ECA.

A partir da promulgação do ECA (Lei 8069/90), a elaboração e implementação de políticas, o planejamento, a execução e o controle das ações sociais e programas na área dos direitos das crianças e adolescentes tornou-se responsabilidade dos estados e municípios. O ECA prevê a criação dos Conselhos de Direitos em nível nacional, estadual e municipal (artigos 88,131,132) com a participação da comunidade para formular e implementar políticas sociais e para definir e monitorar a execução de programas para essa faixa etária.

O desconhecimento dessa legislação, logo após sua aprovação, apontou para a necessidade de fazer com que toda a sociedade brasileira passasse a perceber o problema do trabalho infantil como uma responsabilidade sua. Até então, muitos segmentos sociais entendiam que o trabalho infantil, por ser uma questão que passava pelas esferas econômica, política e social em nível macro, deveria aguardar uma solução por parte exclusiva do Estado.

A partir de 1992, com o início das atividades do IPEC no Brasil e a partir da constante discussão do tema nos mais diversos espaços sociais e políticos, a legislação brasileira não somente foi constantemente lembrada e organizada de maneira a poder ser difundida, mas também sofreu alterações como fruto da intervenção do IPEC e de todas as instituições que conformaram o complexo interinstitucional de combate ao trabalho infantil.

A organização de eventos para debater o marco legal foi acrescida da realização de pesquisas e estudos que vieram fortalecer o campo normativo, jogando luz sobre a gravidade do problema, a urgência de reativar o aparelho legal vigente e incorporar novas leis de ordem nacional, assim como de ratificar e implementar as Convenções da OIT sobre o tema.

Em 1997, a questão do trabalho infantil foi amplamente debatida no Congresso Nacional. A Frente Parlamentar pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes promoveu a instituição de frentes de discussão nos Legislativos estaduais e municipais. Em dezembro desse ano, com o apoio da Frente Parlamentar pela Criança, a Câmara dos Deputados votou projetos relacionados ao tema do trabalho infantil, que foram encaminhados à aprovação do Senado Federal.

A Câmara aprovou a proposta de Projeto de Lei que obrigaria empresas participantes de licitações governamentais a apresentar declaração garantindo que não empregam menores de 18 anos em trabalhos noturnos, perigosos e insalubres e menores de 14 anos em qualquer atividade. Discutiam-se também naquele ano, no seio da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, propostas visando a definir como crime o favorecimento de trabalho escravo, proposta esta que foi aprovada pela Câmara em dezembro de 1997.

Ainda em dezembro do mesmo ano, o Presidente da República encaminhou uma Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional, para retirar da Constituição o item que possibilitava que crianças de 12 e 14 anos de idade trabalhassem como aprendizes. A aprovação dessa emenda constitucional era requisito para a posterior ratificação de Convenção nº 138 da OIT.

Nesse mesmo ano, em decorrência da “Campanha Nacional pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual”, outros 22 Projetos de Lei foram registrados para debate no Congresso Nacional, quase todos visando alterações no Código Penal.

A pressão do movimento social em prol da eliminação do trabalho infantil foi intensa no sentido de demandar a ratificação da Convenção nº 138 da OIT por parte do Governo Brasileiro, que vinha, desde 1995, anunciando que o faria. Em maio de 1998, durante a III Conferência Nacional de Direitos Humanos, foi debatido o tema das normas

O ECA foi o
resultado das
lutas dos
movimentos
sociais que
resistiram à
ditadura militar



internacionais e da sua necessária e urgente ratificação por parte do país. Em maio de 1999, na IV Conferência Nacional dos Direitos Humanos, o Ministro do Trabalho e o Secretário dos Direitos Humanos reiteraram o interesse do governo em ratificar a Convenção nº 138 da OIT. Paralelamente, nesse mesmo ano, o governo sinalizou a possibilidade de ratificar a Convenção nº 182, que estava ainda em discussão na OIT.

Sendo assim, até 1992, o Brasil tinha vivido profundas mudanças no panorama legal relativo à criança e ao adolescente. Com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, era evidente a emergência de uma nova sensibilidade em relação à problemática vivida pelos meninos e meninas do país. Mas uma grande distância separava o Brasil Legal do Brasil Real, assim como eram distantes as leis da compreensão da dimensão dos problemas e de suas possíveis soluções sistemáticas, articuladas e eficazes.

Tendo em conta as tendências institucionais operadas a partir do novo marco jurídico para a criança e adolescência, o IPEC percebeu que, para a implementação de suas ações no biênio 1994 e 1995, seria necessário desenhar uma estratégia de enfrentamento do trabalho infantil que fizesse valer a nova legislação, cujo emblema era o ECA.

Foi assim que os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente emergiram como a grande esperança capilar do IPEC. Se dotados dos instrumentos técnicos e políticos adequados, esses Conselhos deveriam tornar-se células vivas de difusão do combate ao trabalho infantil e de promoção da cidadania da criança, através da luta pelo ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança na escola.

O Brasil só veio a ratificar as Convenções nº 138 (de 1973) e nº 182 (de 1999), da OIT, em 2000 (Convenção nº 182) e 2001 (Convenção nº 138). Tais atos elevaram o compromisso do Brasil com a erradicação do trabalho infantil em coerência com a opinião pública internacional. Como já foi dito, a Convenção nº 138 estabelece a idade mínima de acesso ao trabalho e a Convenção nº 182 versa sobre as piores formas de trabalho infantil com o propósito de suplementar os esforços de erradicação e prevenção do trabalho infantil.

Vale acrescentar que a Convenção nº 182 é uma das Convenções Fundamentais da OIT, ao lado das Convenções nº 87, sobre liberdade de associação, nº 98, sobre negociação coletiva, nº 100 e nº 111, sobre igualdade e não-discriminação e nº 29 e nº 105, sobre trabalho forçado. Após a ratificação dessa Convenção, as formas de trabalho intoleráveis foram destacadas e foram estabelecidas prioridades e medidas para seu combate.

QUADRO SIMBÓLICO E CULTURAL

O trabalho Infantil faz parte de uma cultura altamente aceita em nossa sociedade, tanto pela elite como pela população de menor renda, que julga ser natural o trabalho da criança pobre: em primeiro lugar, em função da necessidade de ajudar sua família ou mesmo para seu auto-sustento; em segundo lugar, porque é melhor a criança trabalhar do que ficar nas ruas, desocupada e à mercê de delinquentes; e, em terceiro lugar, porque o trabalho educa. De qualquer maneira, o trabalho infantil é visto como uma solução e não como um problema.

Um dos maiores desafios do IPEC no Brasil foi o de ajudar na produção de uma mudança radical de atitude por parte de líderes sindicais, empresariais, governamentais e comunitários com relação ao trabalho infantil. Hoje, grande parte destes atores sociais não só tem maior consciência do problema como estão efetivamente envolvidos no combate a todas as manifestações do trabalho infantil e na busca de soluções programáticas em curto, médio e longo prazo.

Trabalho Infantil na Mídia

Nesse contexto, um dos objetivos do IPEC no Brasil foi aumentar o nível de consciência sobre o trabalho infantil. A esse respeito, a presença do tema na mídia na última década, em comparação com as anteriores, constitui um indicador importante de impacto.

Nove dos principais jornais e revistas do país publicaram, de 1996 a 2000, 287 referências sobre Trabalho Infantil. Aproximadamente 30% dos artigos mencionaram a OIT ou o IPEC, sugerindo que o protagonismo destes órgãos era visível no que diz respeito ao trabalho infantil no Brasil.

Em 1997 o tema Trabalho Infantil foi amplamente acolhido pelas mais diversas parcelas da sociedade brasileira. Governos, sindicatos, organizações de empregadores e ONGs realizaram todo tipo de eventos sobre o tema e conseguiram chamar a atenção da mídia nacional e internacional.

A partir do momento em que o tema foi incorporado à agenda nacional, jornais, programas de televisão e rádio têm dado destaque ao assunto, denunciando condições intoleráveis de trabalho infantil e acompanhando os primeiros resultados dos programas implementados.

Desempenhando seu papel como informadora e formadora da opinião pública, a mídia atuou a serviço da conscientização e mobilização social contra o uso do trabalho precoce. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), por meio de um esforço sistemático de acompanhamento da quantidade e qualidade de artigos sobre trabalho infantil veiculados na imprensa, tem promovido um jornalismo de responsabilidade que, além de denunciar, também ajuda a identificar soluções.

Mudança de percepção

O trabalho da OIT e do IPEC foi fundamental no sentido da promoção de uma conscientização sobre o trabalho infantil no Brasil. Na verdade, talvez esse tenha sido o impacto mais importante do programa durante esses dez anos.

Alguns dos pré-conceitos culturais mais enraizados com relação ao tema mudaram radicalmente. Um deles, por exemplo, diz respeito justamente à idéia de que trabalho infantil é solução. De fato, avaliações feitas a respeito confirmam que, entre 1992 e 1998, o trabalho infantil começou a ser visto em termos negativos em âmbito quase universal. Até mesmo os empregadores, que reagiram mais lentamente em relação ao assunto, começaram a não querer os nomes de suas firmas associados à exploração de crianças.

Outro preconceito que foi modificado diz respeito à compreensão de que o trabalho infantil é um problema menor. A partir dos trabalhos de conscientização, muitos atores antes insensíveis começaram a percebê-lo como o que de fato ele era: um crime. Conhecer muitos dos lugares onde as crianças viviam em situações de escravidão permitiu jogar luz sobre aspectos antes invisíveis para a opinião pública e para as autoridades.

A colocação do tema no seio das organizações de trabalhadores cumpriu um papel decisivo nesse processo. Muitos sindicalistas entraram em contato pela primeira vez com essa problemática depois de receber informações nos treinamentos, cursos e eventos nos quais a OIT e o IPEC estavam envolvidos. Isso permitiu um amplo movimento de engajamento sindical pela luta contra o trabalho infantil e pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes, tanto em áreas rurais como urbanas.

O processo de capacitação em diversos órgãos públicos permitiu remover velhas concepções a respeito do trabalho infantil. Tais mentalidades eram parte do dia-a-dia de instituições como a FUNABEM, que ainda na década de 80 defendia o trabalho infantil. Essa posição era, de fato, muito difundida nos mais diversos órgãos da União, tanto em nível federal como estadual e municipal.

Talvez o
impacto mais
importante
nesses dez
anos do
trabalho da
OIT e do IPEC
tenha sido a
promoção de
uma
conscientização
sobre o
trabalho
infantil no
Brasil.



Muitos funcionários que se opunham ao trabalho infantil enfrentavam séria resistência dentro das instituições para as quais trabalhavam, inclusive dentro do próprio Ministério do Trabalho. Avaliações recentes informam como a mudança de mentalidade permitiu que muitos deixassem de se sentir isolados, sem nenhum apoio político para atacar o trabalho infantil e defender os direitos das crianças, e passassem a ter legitimidade para tocar e atuar sobre a questão.

Deu-se, então, um salto de qualidade ao nível do discurso promovido culturalmente dentro de muitas instituições. Para isto, foram decisivos os processos de capacitação promovidos pelos projetos do IPEC na última década.

A introdução de estruturas institucionais de caráter interinstitucional com a presença de organizações públicas e privadas, tanto de trabalhadores como de empregadores, introduziu duas práticas ausentes na formulação de políticas públicas até então: a participação e a negociação de interesses conflitantes. As discussões sobre trabalho infantil forneceram espaços interessantes para perceber o enraizamento de elementos típicos de mentalidades tradicionalistas e autoritárias. Diferenças discursivas foram permanentes entre empregadores e trabalhadores, e entre estes e membros de órgãos públicos e da sociedade civil organizada.

Na medida em que se descia da ordem nacional para as ordens estadual e municipal, foi evidente como os diversos atores presentes, dependendo de suas posições e mentalidades, sentiam dificuldade em participar das discussões e em estabelecer discussões nas quais o conflito de interesses ficasse em evidência.

Outro aspecto culturalmente forte é a resistência nas áreas rurais a encarar o trabalho infantil como algo negativo para as crianças. São muitos os relatos das dificuldades de engajar as famílias em projetos que visem a retirar as crianças do trabalho e levá-las para a escola.

A educação por si mesma, desvinculada de uma utilidade econômica imediata, parece ser algo desnecessário para pais e mães que entendem que, dada sua situação econômica, os filhos devem começar cedo a trabalhar. O aprendizado de habilidades abstratas, o jogo, a ludicidade são encarados como perda de tempo. O conceito e a vivência da cidadania parecem alheios e fora dos interesses imediatos. Evidencia-se, assim, uma falta total de incentivo e interesse pela luta e defesa dos direitos básicos e uma ausência persistente de questionamento das injustiças sociais.

Neste sentido, os programas de capacitação e conscientização jogaram um papel fundamental na reversão desse quadro simbólico cultural. As iniciativas de políticas e intervenções relacionadas à erradicação do trabalho infantil em todo o mundo geralmente tem seu alicerce no aumento da frequência da criança na escola. No Brasil, como em outros lugares, essas intervenções também demonstraram a importância de sensibilizar a família sobre a necessidade da educação para suas crianças, em particular, nas regiões onde as tradições culturais há muito tempo valorizam a importância das crianças como trabalhadores.

PROJETOS E RECURSOS

O IPEC como projeto

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil resultou, em 1991, de um acordo financeiro celebrado entre a OIT e o Governo da Alemanha com o objetivo de deslanchar, por um período de cinco anos, uma ofensiva global permanente e efetiva contra o trabalho infantil em todo o mundo.

Com a assinatura do “Memorando de Entendimento” entre o Governo Brasileiro e a OIT, em 4 de junho de 1992, o IPEC deu início a suas atividades no Brasil. O objetivo explícito do Programa era contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil em todas as suas manifestações. No começo o programa concentrou sua atenção no universo de crianças que, tanto no setor formal como no informal, trabalham na produção industrial, na agricultura, no comércio e na prestação de serviços, dando prioridade às crianças em situação de risco.

A coordenação do Programa desenvolveu e implementou estratégias para dar impulso a um movimento mundial contra o trabalho infantil, que estaria sob a supervisão geral da OIT. Nesse contexto, inicialmente o IPEC no Brasil elaborou programas e orçamentos bienais e implementou os programas aprovados.

O Biênio 1992 a 1993

A primeira fase do programa no Brasil teve como fundamento a implementação de uma estrutura interinstitucional de abrangência nacional, por meio da qual seriam atraídos parceiros institucionalmente interessados em adotar o tema do trabalho infantil como uma de suas prioridades de investimento e ação. Assim, com a participação do Governo, de organizações de empregadores e de trabalhadores e das ONGs, foi lançado um Plano de Ação Integrada, que plasmou como estratégia fundamental a constituição do Comitê Nacional do IPEC/Brasil, de caráter consultivo e com a função de aprovar programas de ação, com suas metas e estratégias, para os biênios subsequentes.

Os Programas de Ação são planos de ação elaborados pelo IPEC em parceria com outras entidades para a realização de atividades que têm como objetivo estimular a conscientização, pesquisa, seminários, e em alguns casos, atividades diretas para crianças e famílias. Os recursos do IPEC eram provenientes de acordos bilaterais com países doadores, e foram dirigidos para os seguintes tipos de projetos: ações diretas com crianças e famílias, fortalecimento institucional, mobilização social, pesquisas, inspeção de trabalho e movimento de conscientização.

Os objetivos procurados, de forma geral, por esses programas de ação, deveriam ser::

- Fomentar uma ampla aliança entre parceiros para o conhecimento e ação contra o trabalho infantil;
- Realizar uma análise conjuntural, buscando encontrar os problemas do trabalho infantil no país;
- Auxiliar no desenvolvimento e implementação de políticas nacionais voltadas para os problemas do trabalho infantil;
- Fortalecer as organizações existentes e inaugurar mecanismos institucionais;
- Conscientizar sobre o problema em todo o país;
- Promover o desenvolvimento e aplicação de legislação de proteção;
- Replicar e expandir projetos bem-sucedidos; e
- Inserir as discussões sobre o trabalho infantil nas políticas e programas de caráter socioeconômico e nos orçamentos públicos.

Duas fases são perceptíveis no conjunto das atividades promovidas pelo IPEC no Brasil. Em uma primeira fase, o Programa concentrou-se no movimento de conscientização e nos programas de ação direta. Em um segundo momento, tentou-se consolidar as conquistas e estabelecer uma conscientização sobre o trabalho infantil em forma de políticas governamentais sustentáveis a longo prazo, apoiadas em compromissos financeiros.

Nessa primeira fase de trabalho, o IPEC realizou uma campanha para a apresentação de projetos de ação por parte de todas as instituições governamentais e não-governamentais que tinham participado das discussões sobre a implantação do programa no país.

A primeira fase
do programa
no Brasil teve
como
fundamento a
implementação
de uma
estrutura
interinstitucional
nacional



Os resultados das atividades desenvolvidas no primeiro biênio não podem ser medidos quantitativamente, mas evidenciam uma mudança de atitude dos diversos participantes

Com esse objetivo, uma equipe de especialistas realizou uma série de missões em diversos locais do país a fim de coordenar a elaboração das propostas a serem apresentadas pelas instituições e órgãos interessados em participar do IPEC. Entre eles, alguns especialistas acompanharam os processos de seleção de projetos em São Luiz, São Paulo, Fortaleza e Salvador. Outros concentraram suas ações em Brasília e no Rio de Janeiro, onde foram visitados o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, entre outros.

Em São Paulo, essa missão de prospecção foi assumida pela Oficial de Programa do Escritório da OIT no Brasil, que fez contatos com a CUT, a CGT, a Força Sindical, a Pastoral do Menor, a Caritas, os representantes das ONG's e a Fundação ABRINQ.

Para o primeiro biênio, foram estabelecidas as seguintes diretrizes que seriam marco para a elaboração do programas e projetos de todas as entidades que viriam a participar do IPEC:

- Privilegiar o atendimento de crianças e adolescentes que se encontravam em situação de trabalho e ou risco;
- Atender os projetos voltados aos setores formal e informal, ligados às atividades agrícola, comercial, industrial e de prestação de serviços;
- Regionalizar os recursos de forma a atender todas as regiões brasileiras, considerando as diferentes realidades socioeconômicas;
- Atender a faixa etária de 7 a 14 anos como prioridade nos projetos que visassem o desenvolvimento e educação e a faixa etária nos projetos voltados à profissionalização;
- Dar prioridade aos projetos que visassem a proteção dos menores com idade inferior a 13 anos e as meninas;
- Privilegiar projetos de desenvolvimento e formação profissional que utilizavam estruturas existentes;
- Desenvolver projetos em âmbito nacional voltados à formulação de políticas e à conscientização social.;
- Estimular implementação de um sistema de fiscalização do trabalho infantil.

Participaram desse primeiro conjunto de programas, organizações governamentais (CBIA, Ministério do Trabalho e Previdência Social), organizações de trabalhadores (CUT, Força Sindical, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, CGT, CONTAG), organizações não-governamentais (NAICE, MNMMR, Projeto Axé, Fundação Municipal do Menor de Campos dos Goitacazes, Pastoral do Menor, Conselho Assistencial Comunitário de Guaporé), o Fórum DCA e a Fundação ABRINQ. Não houve a implementação de programas com organizações de empregadores.

Foram selecionados e aprovados vinte programas de ação para cuja execução o IPEC contribuiu com um total de US\$1.392.198, dos quais foram efetivamente aplicados, no biênio, 80% dos recursos. A área de abrangência desses programas cobriu, praticamente, todo o território nacional. As regiões contempladas nesse primeiro momento foram: o Nordeste (Ceará, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí e Bahia), o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e o Sul (Rio Grande do Sul).

Esses programas de ação incluíram atividades que correspondiam à natureza de cada parceiro, que vão desde a elaboração de políticas públicas (governo), investigação e treinamento de trabalhadores (organizações sindicais), garantia de direitos, mobilização social, atendimento direto e educação da criança trabalhadora (organizações não-governamentais).

Os resultados das atividades desenvolvidas nesse primeiro biênio não podem ser medidos quantitativamente no sentido da diminuição efetiva do contingente de crianças trabalhando, o qual se manteve relativamente estável. As atividades desenvolvidas abrangeram, no período, direta ou indiretamente 15.000 crianças, 1.315 líderes sindicais e 544 educadores. Mas, os resultados relevantes deste biênio são de caráter qualitativo e evidenciam uma mudança de atitude dos diversos participantes frente à situação da criança e do adolescente trabalhador.

Nesse sentido, por exemplo, o Ministério do Trabalho deu início a um processo de definição de políticas públicas concernentes ao trabalho infantil e de efetiva aplicação das leis nacionais vigentes. Assim, criou normas e desenvol-



veu ações de proteção e de defesa da criança trabalhadora.

Toda a estrutura governamental relacionada à defesa dos direitos da criança incorporou o tema do trabalho infantil. Conselhos e Fóruns em âmbito Federal, Estadual e Municipal foram ativados, tendo agora no combate ao trabalho infantil uma prioridade. Também foi importante o esforço em torno da capacitação dos agentes de fiscalização e de inspeção do trabalho, de maneira a revitalizar suas funções e dotá-los de novos instrumentos de ação contra o trabalho infantil.

Os sindicatos viveram uma mudança radical em relação à antiga atitude frente ao tema do trabalho infantil. Foi vivido um amplo processo de conscientização a partir de cursos, seminários, publicações, mobilizações e pesquisas — todas ações que atingiram em cheio o movimento sindical brasileiro.

Deste modo, a CUT, a CGT, a CONTAG e a Força Sindical, além dos sindicatos regionais de trabalhadores rurais, como o de Petrolina, em Pernambuco, participaram, levando aos mais diversos segmentos da atividade econômica a discussão crítica sobre o trabalho infantil. Assim, foram atingidos: o setor agrícola nas plantações de cana-de-açúcar, de chá e de babaçu; o setor industrial, na produção de plástico, couro, processamento de alimentos; a indústria têxtil; a produção de calçados; a construção civil e, também, o comércio de rua e o trabalho doméstico.

A Fundação ABRINQ iniciou uma ação junto às organizações de empregadores. Em parceria com o IPEC, a Fundação foi responsável pela produção do filme “Profissão Criança”, de Sandra Werneck, que causou grande impacto com a exibição dos aspectos mais dramáticos do trabalho infantil do ponto de vista da criança, da família e do empregador.

Outro produto da Fundação ABRINQ que causou impacto foi o lançamento do livro Crianças de Fibra, de Jô Azevedo e Iolanda Husak: uma compilação de fotografias (usadas também em exposições) que retratavam as condições das crianças que trabalhavam em situação de risco em diversos setores da atividade (nos lixões, nas plantações de cana, de tomate, nas pedreiras, na indústria de calçados, nas carvoarias etc). Esses materiais foram amplamente usados no processo de sensibilização e conscientização da sociedade.

Por sua parte, as ONGs e as instituições não-governamentais desenvolveram programas de ação de atendimento direto a crianças trabalhadoras, identificando o público infantil trabalhador em condições de risco e desenvolvendo processos de intervenção com o objetivo de retirá-los do trabalho e inseri-los em atividades educacionais alternativas e na escola formal.

Embora o impacto do atendimento direto se tenha demonstrado muito reduzido, uma vez que não se observou o envolvimento da sociedade local, esse fato chamou a atenção para a questão de que nenhum programa isolado, por maiores que sejam os recursos disponíveis, teria êxito se não estivesse radicado num esforço global da sociedade.

Finalmente, vale resgatar o fato de que a imprensa escrita e falada abriu espaços importantes para a difusão e discussão da problemática relacionada ao trabalho infantil no Brasil. No final do biênio, o fenômeno trabalho infantil no Brasil alcançou um grau de visibilidade muito superior àquele encontrado em janeiro de 1992. As atividades conjuntas de todas as instituições envolvidas foram refletidas pelas denúncias, debates, discussões públicas que tiraram o tema da caixa-preta social e o colocaram aos olhos da consciência nacional.

Sendo assim, os objetivos do IPEC para este biênio foram plenamente cumpridos: institucionalmente, o IPEC mobilizou organizações públicas, organizações de trabalhadores e de empregadores e organizações não-governamentais, configurando uma plataforma social engajada no combate ao trabalho infantil das mais diversas maneiras, tanto na discussão de políticas quanto na pesquisa e na intervenção direta.

O objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade e os diversos atores envolvidos, direta ou indiretamente, com o tema foi amplamente alcançado, dadas as ações desenvolvidas pelo conjunto das instituições que participaram dos programas de ação.

Nenhum
programa
isolado, por
maiores que
sejam os
recursos, tem
êxito se não
estiver
radicado num
esforço global
da sociedade



O Biênio 1994 a 1995

Os programas de ação nesse biênio foram renovados e ampliados (de 20 para 26), tendo como parceiros novamente o governo, as organizações de trabalhadores e as organizações não-governamentais. A novidade esteve, no entanto, ligada à participação das organizações de empregadores no programa e nas parcerias com agências internacionais.

Aos princípios norteadores do biênio anterior, e como fruto dessa experiência, o IPEC definiu as seguintes linhas de ação para o biênio 1994-1995:

- 1) negociação e implementação de ações integradas em setores específicos para a erradicação das formas mais intoleráveis de trabalho infantil (trabalho escravo/forçado, trabalho precoce, trabalho em situação de risco);
- 2) fortalecimento institucional para a disseminação de informações, promoção dos direitos da criança e sistematização de experiências em educação; e
- 3) conscientização e mobilização.

No seguimento da primeira linha de ação, as ações integradas tiveram por objetivo articular os esforços dos três níveis de governo - federal, estadual e municipal – bem como as iniciativas de outras instituições comprometidas com a questão do trabalho infantil. Com essa perspectiva, surgiu a necessidade de arquitetar um espaço interinstitucional que servisse de catalisador de todas as partes interessadas.

Um parceria celebrada entre o UNICEF e o IPEC/OIT resultou na implementação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que se constituiu como o programa de ação mais importante do biênio no sentido do desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a prevenção e eliminação do Trabalho Infantil.

A partir das prioridades definidas pelo Fórum, foi negociado, em outubro de 1995, o Programa de Ações Integradas (PAI)⁵ que definiu algumas regiões que, por suas características, foram declaradas áreas de intervenção prioritária. Entre elas, por exemplo, figuravam as carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nessas carvoarias, mais de 2.500 crianças de cinco municípios trabalhavam junto com seus pais na produção de carvão vegetal. Tendo em vista as péssimas condições de vida e trabalho das crianças e de suas famílias, o Fórum deu prioridade à região e apoiou a elaboração e negociação do PAI-carvão, iniciado em outubro de 1995.

Com base nessa experiência, outros programas de ação integrados foram elaborados na área de produção da fibra do sisal, no estado da Bahia e em alguns locais onde havia produção de cana-de-açúcar, no estado do Rio de Janeiro. Em todos os casos, ações conjuntas de várias instituições, realizando diagnósticos socioeconômicos, desenhando e propondo conjuntos de projetos e criando as condições necessárias para dar sustentabilidade às ações empreendidas, permitiram o desenvolvimento de algumas das ações locais especialmente bem-sucedidas, sobre as quais a presente publicação oferece detalhes nos demais capítulos.

Outra experiência interessante foi iniciada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social que, em 1995, lançou o “Programa Brasil Criança Cidadã”. Esta iniciativa já introduz estratégias de caráter diversificado no combate ao trabalho infantil, combinando auxílio financeiro às famílias, promovendo acesso e permanência das crianças nas escolas, e treinamento e capacitação para suas famílias.

As organizações de empregadores, através das Confederações Nacionais Patronais, assinaram um “Termo de Compromisso” no qual colocam a intenção de “desenvolver esforços no sentido de erradicar o trabalho infantil e eliminar a exploração do adolescente no trabalho dentro das cadeias produtivas ou comerciais”. Com o apoio do IPEC,

⁵ Metodologia de intervenção social baseada na articulação de esforços para implementar atividades educacionais, de saúde e de geração de renda junto às famílias onde haja incidência de trabalho infantil.

a Confederação Nacional da Indústria realizou um intenso trabalho de sensibilização e conscientização no setor. Os empregadores também participaram desse processo representados pelo PNBE, Pensamento Nacional das Bases Empresariais, que participou ativamente do movimento de sensibilização que estava a cada dia mais fortalecido.

Foram lançados, também, o Programa Empresa Amiga da Criança e o Programa Crer para Ver, congregando, através da Fundação ABRINQ, quase trezentas empresas de diversos setores, inclusive a indústria de calçados em Franca.

A segunda linha de ação levou o IPEC a dar ênfase à criação de mecanismos para a sistematização de informações e experiências sobre trabalho infantil. A abertura de bancos de dados na Fundação ABRINQ e na Comissão Pastoral da Terra (CPT) respondeu a essa urgência, tanto como a implementação do banco de dados do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal).

Nesta mesma linha, o IPEC apoiou estudos e pesquisas sobre as ações desenvolvidas pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) nos assentamentos rurais; pelo sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina na área da floricultura; pelo Projeto Axé, com crianças em situação de rua; pelo “Pacto de Minas” em Minas Gerais, etc.

De outra parte, na área de promoção do Direito da Criança, o IPEC apoiou, em 1994, programas de ação cujo objetivo era capacitar, assessorar e fortalecer os conselhos de direitos e tutelares envolvidos na questão do trabalho infantil.

Foi desenvolvido, por exemplo, programa com o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), ligado ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que visava a oferecer aos municípios metodologias de combate ao trabalho infantil. Enfim, a aproximação com as diversas instâncias municipais, estaduais e federais, por meio dos conselhos, foi seriamente motivada por todos os programas de ação dirigidos nesse sentido, nas mais diversas regiões do país, desde o Ceará até Minas Gerais, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul.

O IPEC, durante esse biênio, apoiou eventos e atividades, bem como a produção de material informativo para aprofundar a discussão sobre o trabalho infantil, de maneira a levar à sociedade meios de conscientização sobre o problema. Essa terceira linha de ação tinha como objetivo nutrir o contexto social para que fosse possível promover uma mudança nas concepções culturais e nas atitudes da sociedade frente ao trabalho infantil, propondo novos paradigmas sobre esse fenômeno.

Órgãos governamentais, sindicatos, organizações de empregadores e ONGs, foram novamente envolvidas no desenvolvimento de materiais e estratégias de divulgação, assim como também na realização de eventos, seminários e fóruns que viessem a contribuir no lançamento de novas políticas públicas sobre o trabalho infanto-juvenil.

O Biênio 1996 a 1997

Este biênio assimilou as experiências dos biênios anteriores e em particular o fortalecimento da participação do Governo Federal e de segmentos empresariais, mais engajados agora no combate ao trabalho infantil.

Foi elaborado então um Plano Interno de Erradicação do Trabalho Infantil, organizando programas de ação nas três linhas de ação descritas anteriormente, as quais continuaram a nortear o planejamento e a seleção de projetos. Para este biênio, 19 projetos foram aprovados e implementados.

Em termos de desenvolvimento institucional, vale ressaltar a criação, em 1996, do “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, ou PETI, por parte da Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS), já mencionada anteriormente. Esse programa devia atuar nas regiões e atividades econômicas priorizadas pelo Fórum Nacional.

Em 1996 foi
criado o PETI,
que prevê o
auxílio
financeiro às
famílias de
crianças
retiradas do
trabalho e
matriculadas
na escola



Em 1997 um
consenso
entre os
gestores do
IPEC em
Genebra
decidiu que o
trabalho no
Brasil estava
rendendo
excelentes
frutos e
deveria
continuar a ser
realizado

O PETI prevê a concessão de um auxílio financeiro às famílias de crianças com idade entre 7 e 14 anos cadastradas e retiradas do trabalho, e logo matriculadas na escola, onde participam de atividades extraclasse dentro da recém-implementada Jornada Ampliada. O Programa iniciou suas atividades na região das carvoarias, em Mato Grosso do Sul, na região das pedreiras e do sisal, na Bahia, e na região da produção de cana-de-açúcar, em Pernambuco.

Outra novidade do biênio foi o fato de se ter dado alta relevância à discussão e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que incorpora as recomendações e decisões adotadas no Congresso Mundial sobre Exploração Sexual e Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo, em agosto de 1996.

Em 1997, um total de 145 eventos (campanhas, cursos, encontros, missões, seminários, etc) tratou sobre a relação entre trabalho infantil e exploração sexual. Inúmeras atividades foram promovidas pelo IPEC nesse campo.

O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo lançou uma campanha elaborada pela EMBRATUR de Combate à Exploração Sexual Infantil. Algumas organizações de empregadores participaram neste segmento de atuação. Entre elas, a CNI, o SESI, o SENAI, a Fundação ABRINQ, a Associação de Hotéis e de Agentes de Viagens e até companhias aéreas.

Também foram mobilizados os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos e Tutelares (Salvador - BA, Recife - PE, Cuiabá e Diamantino - MT) entre outros, que além de realizar discussões e seminários, capacitaram técnicos das prefeituras e fiscais. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também elegeu o tema da exploração sexual infantil como tema prioritário do ano, levando a discussão aos Conselhos Estaduais e Municipais, bem como à II Conferência sobre Direitos das Crianças e Adolescentes, realizada em agosto de 1997.

Ainda em 1997, o Governo Federal implementou mudanças nas políticas públicas para a eliminação das piores formas de trabalho infantil e promoção da educação infantil. Em particular, vale ressaltar o lançamento do programa “Toda Criança na Escola” em setembro desse ano. Tal iniciativa visava a levar 2.7 milhões de crianças para a escola, tendo sido concebida como uma forma de enfrentar o trabalho infantil.

A atividade sindical foi intensa no ano de 1997 no que corresponde à questão do trabalho infantil. O tema foi contemplado nos Congressos Nacionais promovidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e pela Força Sindical.

A produção de estudos e a consolidação de informações avançou substancialmente durante este biênio. Várias pesquisas e levantamentos de dados, tanto qualitativos como quantitativos, foram levadas a cabo por diversas instituições. As mais abrangentes foram as pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o estudo elaborado pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), e especialmente a produção do segundo “Diagnóstico Nacional” sobre trabalho infantil, realizado pelo Ministério de Trabalho, com o apoio do IPEC. Vale mencionar que o MTE estava publicando, desde 1995, o Mapa do Trabalho Infantil no Brasil a partir do trabalho desenvolvido pelos núcleos especializados de combate ao trabalho infantil das Delegacias Regionais do Trabalho.

As Universidades Federais do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul também realizaram pesquisas sobre trabalho informal, exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil no setor de calçados. Além disso, o IPEC Brasil, que já tinha apoiado a instalação de bancos de dados nacionais, começou a participar do “Sistema de Informação Regional sobre Trabalho Infantil” (SIRTI), desenvolvido pelo IPEC de Lima, no Peru.

Como se pode perceber, ainda que os recursos inicialmente alocados pelo IPEC para o Brasil cobrissem cinco anos de atividades, ao final de 1997 estabeleceu-se um consenso dentre os gestores do Programa em Genebra no sentido de que o trabalho realizado estava rendendo excelentes frutos e, portanto, deveria continuar a ser realizado.



O Biênio 1998 a 1999

O objetivo geral deste biênio foi dar todo o apoio ao estabelecimento de uma Política Nacional de Eliminação do Trabalho Infantil. Tal objetivo deveria ser alcançado por meio do desenvolvimento do Plano Nacional de Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil, que iria conceber a promoção de melhorias nas condições de trabalho e de vida das famílias, para garantir a retirada das crianças do trabalho e seu ingresso, regresso e permanência na escola.

Essa política nacional também seria a responsável por tornar claros mecanismos de constante mobilização e conscientização da sociedade sobre o tema. As estratégias pensadas incluíam o incentivo da aplicação da legislação vigente, incluindo normas nacionais e Convênios Internacionais, o fortalecimento de instituições dedicadas ao combate do trabalho infantil, a continuação do desenvolvimento dos Programas de Ações Integradas (PAIs) e a produção e disseminação de informações e experiências sobre o assunto.

O combate às piores formas de trabalho infantil ganhou maior relevância ainda durante esse biênio. Os setores produtivos nos quais se concentrou a aplicação de programas e projetos foram: calçados, cana-de-açúcar, carvão, construção civil, frutas, fumo, garimpo, laranja, sisal, tecelagem e trabalho doméstico. Em junho de 1998, a Conferência Internacional do Trabalho discutiu uma nova Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil, razão pela qual o tema ganhou espaço no âmbito nacional e internacional.

A versão nacional da Marcha Global contra o Trabalho Infantil foi a principal atividade de mobilização e conscientização realizada em 1998. Iniciada no mês de fevereiro/98 em São Paulo, percorreu diversas cidades da região sudeste e sul do país. Crianças e representantes de diversas instituições não-governamentais brasileiras participaram também da etapa internacional e presenciaram sua chegada em Genebra, para a Conferência Internacional do Trabalho.

O Governo Federal continuou a dar prioridade ao trabalho infantil particularmente em dois aspectos principais: a) envolvimento dos núcleos de trabalho infantil na avaliação e no combate ao trabalho infantil, em conjunto com os procuradores do trabalho; e b) alocação de recursos regulares para o programa de concessão de bolsas-escola, especificamente destinadas à assistência às crianças trabalhadoras e suas famílias. Nesse percalço, o PETI, já no seu terceiro ano de vida, estendeu-se a outras regiões. Sob o auspício do PETI, milhares de crianças foram retiradas de algumas das piores formas de trabalho infantil: carvoarias, pedreiras, cana-de-açúcar, fabricação de calçados, garimpo, etc. As crianças retiradas do trabalho foram matriculadas em escolas regulares e em atividades extracurriculares.

Avaliações feitas nesse biênio permitiram estabelecer que ainda não se tinha alcançado plenamente a meta de forjar uma Política Nacional contra o trabalho infantil. Isso devido, em parte, à persistência de dificuldades nos processos de gestão inter-institucional, por um lado, e por outro, à falta de coordenação entre as organizações internacionais envolvidas no tema. Esse fato sinalizou muitas das dificuldades na tarefa de manter e viabilizar a sustentabilidade de estruturas inter-institucionais como, por exemplo, o já mencionado Fórum Nacional, cuja dependência financeira do UNICEF e da OIT gerou dificuldades e incertezas.

Por outra parte, depois de ter vivido todo o processo de implementação do IPEC e de ter dado os primeiros passos nesses anos que vão desde 1992 até 1999, foram ficando evidentes os núcleos duros do trabalho infantil no Brasil, aqueles que são menos atingidos pelas intervenções diretas, que são dificilmente observáveis por pesquisadores e praticamente estão fora do alcance dos fiscais e inspetores do trabalho. São esses, os trabalhos realizados no setor informal, o trabalho dentro dos próprios lares familiares, o trabalho doméstico feito nas casas de terceiros, particularmente por meninas, e os trabalhos realizados em regiões, ou muito afastadas ou em setores de violência, como por exemplo, o narcotráfico nas favelas.

A versão
nacional da
Marcha Global
foi a principal
atividade de
mobilização e
conscientização
realizada em
1998



O Biênio 2000 a 2001

Nesse biênio, a gestão do IPEC se concentrou ainda mais na necessidade política de implementar um Plano ou uma Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no país. Um importante passo foi dado, nesse sentido, na medida em que uma proposta de diretrizes para uma política nacional de combate ao trabalho infantil foi elaborada em 2000, no âmbito do Fórum Nacional. Essas diretrizes foram discutidas por uma ampla gama de atores sociais, tendo sido enviadas ao CONANDA, ainda no ano 2000, para aprovação.

Ainda que o CONANDA tenha adotado as diretrizes para uma política construídas coletivamente a partir do Fórum Nacional, esse gesto não resultou, até o final do biênio, na elaboração de uma política de fato e de um plano nacional para combater o trabalho infantil.

Como é de se supor, a implementação dessa política passa pelo constante fortalecimento e promoção da sustentabilidade da rede nacional de instituições ligadas ao tema do trabalho infantil, que é constituída por entidades que compõem o Fórum Nacional, os Fóruns estaduais e municipais, entre outros, e também pela luta no sentido do cumprimento da legislação nacional no que tange ao trabalho infantil.

Por outra parte, esse esforço foi acompanhado de um aprofundamento na produção e divulgação de informações que subsidiassem a implementação de políticas e programas de combate ao trabalho infantil, assim como na promoção constante de mobilização da sociedade.

Neste sentido, o IPEC decidiu financiar uma pesquisa de abrangência nacional sobre o trabalho nesse biênio. Essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um tema suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2001. Os dados recolhidos apresentam uma visão ampla da situação das crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade, principalmente em relação às condições nas áreas de educação, saúde e trabalho.

A pesquisa foi realizada pelo IBGE, tendo sido viabilizada por meio de um projeto do IPEC denominado Programa de Informações Estatísticas e Monitoramento do Trabalho Infantil - SIMPOC. Sem dúvida, esta foi a maior pesquisa feita no Brasil sobre a situação das crianças trabalhadoras com idade entre 5 e 17 anos de idade. Foram pesquisadas 378.837 pessoas e 126.858 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação⁶.

Nesses anos o IPEC viu a necessidade de começar um processo de sistematização de todos os dados e informações que tinham sido produzidos ao longo dos oito primeiros anos de funcionamento no Brasil desde 1992. Assim, foram realizados estudos específicos para a identificação das piores formas de trabalho infantil no Brasil, análises de impacto de programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, elaboração de sistemas de monitoramento e de avaliação dos programas e projetos, sistematização das metodologias utilizadas para a formulação de projetos e programas e avaliações de impacto de alguns programas.

Numa outra frente de trabalho, o IPEC concentrou esforços na erradicação do trabalho infantil em áreas prioritárias e na criação de alternativas para crianças, adolescentes e suas famílias. Isto significou o apoio à formulação de estratégias e a implementação de ações em novas áreas e regiões, tanto como o combate às formas “invisíveis” de trabalho infantil, especialmente o trabalho infantil doméstico e o trabalho de crianças e jovens no tráfico de drogas.

As piores formas de trabalho infantil foram o centro das discussões em vários eventos realizados sobre o tema durante este biênio. Um exemplo disso foi o Seminário Nacional sobre a Implementação das Convenções nº 138 e nº 182 ocorrido em março de 2000. Nesse encontro foi proposta a urgência de ser elaborada uma lista que classificasse as

⁶ Os dados apresentados no quadro estatístico social desse texto foram selecionados dentre as informações fornecidas pelo suplemento Trabalho Infantil. Os resultados podem ser acessados por meio da página do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/>

piores formas de trabalho infantil. Para tanto, uma comissão interinstitucional foi encarregada desse objetivo com o fim de permitir a elaboração de estratégias e programas de ação que permitissem a intervenção nessas formas de trabalho.

Alguns dos projetos relevantes desse biênio revelaram como essas piores formas de trabalho são as mais difíceis de ser detectadas e solucionadas. De fato, as crianças envolvidas no trabalho infantil doméstico, em redes de exploração sexual, inclusive no tráfico de meninas e mulheres, e as crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas operam ou em meio a valores nunca antes questionados ou dentro dos domínios de grupos altamente organizados e subterrâneos que impedem tanto a aproximação dos pesquisadores ou agentes de defesa dos direitos dessas crianças quanto das próprias autoridades.

A aplicação de uma metodologia desenvolvida pela OIT/IPEC em parceria com o Unicef denominada Diagnóstico Rápido, também no âmbito do SIMPOC, em um estudo sobre crianças no tráfico de drogas no Rio de Janeiro revelou as áreas nas quais se encontram crianças trabalhando no tráfico de drogas, tanto quanto as crianças envolvidas em esquemas de exploração sexual. Os pesquisadores faziam parte das comunidades afetadas por esses flagelos e conseguiram, a partir da convivência cotidiana, realizar aproximações inusitadas e altamente reveladoras como será visto nos textos pertinentes nos próximos capítulos.

Ainda no final desse biênio, o IPEC empreendeu um esforço no sentido de promover uma avaliação de suas atividades no país a fim de analisar sua trajetória em perspectiva e refletir sobre suas novas possibilidades de atuação. Essa avaliação foi realizada por profissionais especializados que refletiram sobre a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade da contribuição do IPEC nas iniciativas de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Os avaliadores, ao entrevistar 38 informantes-chave e consultar a documentação do Programa, concluíram que:

- embora ainda existam grandes desafios, houve uma significativa mudança de opinião e atitude no que se refere ao status do trabalho infantil no Brasil;
- existe um nítido consenso e um reconhecimento por parte dos atores mais engajados na luta contra o trabalho infantil de que grande parte dessa mudança social se deve às atividades fomentadas pelo IPEC;
- o Governo Federal e vários governos estaduais e municipais incorporaram, ao longo dos anos, vários preceitos fundamentais do IPEC, como aqueles que incentivavam a concessão de bolsas-escola e a melhoria dos mecanismos de inspeção do trabalho infantil;
- embora o IPEC tenha auspiciado mais de 90 programas de ação até 2001, dos quais 40% tinham características de ação direta, beneficiando crianças e famílias, o impacto político do financiamento do IPEC foi mais importante do que os benefícios diretos concedidos às famílias e crianças;
- quando solicitados a avaliar quais das atividades do IPEC julgavam as mais importantes, 87% dos entrevistados mencionaram o papel do IPEC como ponto de referência para a erradicação do trabalho infantil; e que
- apesar de tantos resultados positivos, bem como do reconhecimento do papel positivo do IPEC no que tange a todas as mudanças ocorridas, o consenso esmagador entre os entrevistados foi o de que o IPEC não deveria se retirar do Brasil nem parar suas atividades, mas, ao contrário, deveria modificar seu papel de maneira estratégica.

Diante dessas constatações, a avaliação realizada recomendou ao IPEC que promovesse mecanismos de monitoramento das políticas relacionadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil em níveis estadual e nacional e que apoiasse, com assistência técnica e talvez financeira, os fóruns estaduais para a erradicação do trabalho infantil.

O exercício de avaliação também recomendou que o IPEC concentrasse esforços na erradicação das piores formas de trabalho infantil e trabalhasse com os governos para identificar e implementar programas de geração de renda para as famílias atingidas pelo problema do trabalho infantil, especialmente aquelas que vivem nas zonas rurais do país.

O impacto
político do
financiamento
do IPEC foi
mais importante
do que os
benefícios
diretos
concedidos às
famílias e
crianças



Finalmente, a avaliação julgou ser pertinente que o IPEC estivesse atento ao problema dos adolescentes que são atendidos pelos programas governamentais, recebendo bolsas em função de sua frequência escolar, uma vez que esses adolescentes, ao completarem 15 anos, são automaticamente desligados dos programas, podendo voltar ao trabalho sem continuar seus estudos.

O Momento Atual

Todas as atividades desenvolvidas pelo IPEC, desde o início de 2002 até o momento atual, já se encontram marcadas por uma nova filosofia de atuação. A fim de evitar a pulverização de esforços, acompanhada pela dispersão de pequenos volumes de recursos, o IPEC hoje trabalha com a perspectiva de elaboração, acompanhamento e avaliação de grandes programas de intervenção, que articulam pequenos programas de ação em um todo coerente.

O primeiro programa a funcionar com essas características foi o Projeto Regional de Educação, iniciado em 1999, em um período de experimentação desse novo *modus operandi*. Esse programa, que lidou com a produção de um KIT com materiais sobre trabalho infantil direcionados ao trabalho em sala de aula, bem como com a capacitação de monitores das jornadas ampliadas de Alagoas, pode ser entendido em detalhes logo mais, por meio de um documento que se encontra nessa publicação.

O segundo grande programa implementado relacionava-se ao combate ao trabalho infantil doméstico, que foi implementado no início de 2001. A descrição detalhada desse processo, desde seu início até o momento atual, também está disponível logo mais adiante.

O terceiro programa com essas características — que já está em funcionamento — lida com exploração sexual comercial infantil na fronteira Brasil-Paraguai, fazendo parte de uma estratégia regional de abordagem do problema coordenada pela equipe do IPEC em Lima, Assunção e em Brasília, como também ocorre com o programa de combate ao trabalho infantil doméstico.

Além desses três grandes projetos (detalhadamente descritos nos capítulos subseqüentes), o IPEC financiou parte de uma pesquisa sobre tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração comercial sexual na região Norte do país, estudo esse que está possibilitando a elaboração de um novo projeto amplo, com boas perspectivas de aprovação.

Atendendo às recomendações contidas na avaliação externa realizada, o IPEC acaba de finalizar um programa de ação com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), no qual foram trabalhadas a geração de renda e a busca de financiamentos públicos para fortalecer o processo produtivo de pequenos agricultores. A descrição dessa experiência também pode ser encontrada ao longo dessa publicação.

Além dessas grandes linhas de atuação, o IPEC solicitou duas avaliações de projetos já finalizados: uma avaliação *ex-post* das ações realizadas alguns anos antes na região de Novo Hamburgo e Dois Irmãos - RS⁷ e uma avaliação de impacto do projeto de capacitação de multiplicadores do estado de Alagoas⁸.

Vale acrescentar que um estudo pioneiro na área da avaliação do custo-benefício do trabalho infantil, como um todo no Brasil, foi finalizado recentemente, e que duas novas investigações estão sendo realizadas nesse momento: uma delas, em parceria com a Agência Nacional pelos Direitos da Infância (ANDI), tem como objetivo fazer uma leitura das relações entre gênero e trabalho infantil na mídia, nos países do Mercosul, e a outra que visa a explorar o tema saúde e segurança nos focos remanescentes de trabalho infantil no Brasil.

7 Sobre a qual se pode ler em documento, desse mesmo livro, sobre o setor coureiro-calçadista.

8 Também mencionada nesta publicação, no capítulo sobre educação e trabalho infantil.



O IPEC também está envolvido na elaboração de um Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile, plano esse que está em fase de negociação e inclui como áreas fundamentais a adequação estatística, a criação e/ou ampliação dos sistemas de inspeção laboral, a adaptação legislativa e normativa, o fortalecimento dos agentes sociais, a incorporação do tema “trabalho infantil” nas políticas públicas sociais, a implementação de programas de ação direta e a criação de um observatório de políticas nacionais.

Outro ponto a ressaltar relaciona-se à elaboração, por parte do IPEC em parceria com o IBRAD, de uma metodologia de avaliação de programas de combate ao trabalho infantil, já finalizada, que foi empreendida a partir de uma solicitação da gerência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal. Esta metodologia já foi testada e poderá também servir como referência para quaisquer outros programas de combate ao trabalho infantil.

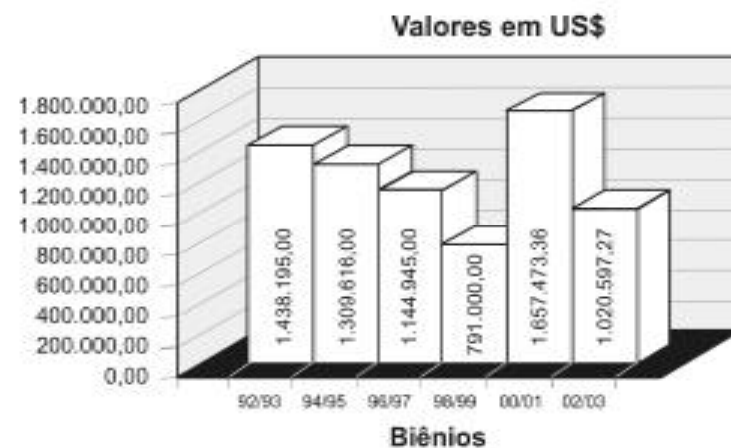


TABELA 17. IBEGE-PNAD.

Finalmente, é preciso registrar que, em dezembro de 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu uma Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), com o objetivo de abrir um espaço no âmbito do Governo Federal que fosse capaz de viabilizar a elaboração de um Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Esta Comissão está apenas iniciando seus trabalhos, mas há muita esperança de que o Brasil possa, enfim, vir a contar com uma estratégia integrada especialmente montada para o combate ao trabalho infantil.

Recursos

Desde sua implementação, o IPEC teve a oportunidade de colaborar com a erradicação do trabalho infantil por meio da celebração de parcerias que movimentaram mais de US\$ 7 milhões, até o momento.

Em seus quatro primeiros biênios de atuação, o IPEC contou com fundos, majoritariamente, do governo Alemão. No entanto, a partir de 2000, o doador majoritário por trás das obras do IPEC passou a ser o governo dos Estados Unidos.

Vale lembrar que, no caso do Projeto Regional de Educação, o governo norueguês também aportou recursos significativos ao Brasil, e que o DFID (Agência Britânica de Cooperação) está colaborando por meio da alocação de recursos para a produção das pesquisas sobre a avaliação custo-benefício e gênero e trabalho infantil na mídia nos países do Mercosul.

CONCLUSÕES

A situação de fato muda tanto quantitativamente quanto qualitativamente. O trabalho infantil reduziu-se quantitativamente, o que permitiu perceber o núcleo duro do problema: as piores formas de trabalho infantil. Estas são evidentemente aquelas que pelas suas características estão fora do alcance dos programas de ação leves ou normais.

O tráfico de crianças para exploração sexual comercial, o emprego de crianças e adolescentes no tráfico e plantio de drogas e o escravidão em todas as suas formas podem ser impermeáveis, não somente a campanhas educativas, mas também aos processos de conscientização. E, definitivamente, não são localizáveis de maneira per-

A situação
muda tanto
quantitativa
quanto
qualitativamente

manente. Eles são fantasmagóricos, conscientemente ilegais, extremamente dinâmicos e organizados contra todo e qualquer preceito legal, moral ou social, o que obriga a pensá-los de outra maneira.

Por outra parte, vale reconhecer que a redução de quase 40% de crianças no trabalho infantil durante os anos 1992 a 2002, está relacionada à presença do IPEC no Brasil, mesmo que indiretamente. As relações de causalidade são complicadas e até ingênuas, mas o que se pode propor como resposta à questão sobre qual seria a relação entre a atuação do IPEC e o quadro evolutivo do trabalho infantil para essa década é que o IPEC operou como um agente catalisador de uma série de fatores e movimentos que, à época da chegada do programa ao Brasil, agiam fragmentadamente e sem uma orientação ampla e convergente.

Assim, o IPEC foi definitivo, por exemplo, na conformação do Fórum Nacional, viabilizou, através das mais diversas instituições amplas campanhas educativas de agentes governamentais, de empregadores, de sindicalistas, de líderes comunitários e, inclusive, de crianças e adolescentes.

O trabalho de penetração política frente ao estado e as vitórias jurídico-legislativas alcançadas são também inegáveis. O Brasil elaborou leis pertinentes que melhoraram em muito a situação das crianças trabalhadoras e está refletindo as Convenções nº 138 e nº 182 da OIT, em sua estrutura legal.

Em termos da consolidação de dados e informações, é inegável o aporte do IPEC. A PNAD 2001 será base fundamental na formulação de diagnósticos, políticas, planos e estratégias de combate ao trabalho infantil, mesmo levando-se em consideração aquelas formas piores e mais difíceis de auferir dados.

MATERIAL DE PESQUISA

Barker, Gary, Rizzini, Irine, et all. Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil-IPEC. Avaliação de Programa por País-Brasil. Organização Internacional do Trabalho. Outubro de 2001.

EGGER, Marise. Diretrizes Para Uma Discussão sobre a Participação do Brasil no Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. São Paulo, 1992

GOMES, da Costa. Trabalho Infantil: Problema ou Solução? Organização Internacional do Trabalho – OIT. 1994.

GOMES da Costa Antonio. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil. Ed. LTR São Paulo: 1994.

MOURA, Esmeralda B.B. Crianças Operárias na Recém Industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.) História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999. p. 259-88.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores / IPEC - Brasília: OIT, 2001. Vol. 1 Combate ao Trabalho Infantil.

_____. Sindicatos y Trabajo Infantil em América Latina. Programa para la erradicación de trabajo infantil. 1996

Pereira, Armand e Oliveira, Pedro. Combate ao Trabalho Infanto-Juvenil: Avanços e Desafios. Paper - OIT, Brasília, Outubro 2001).

Quesado Fagundes, Teresinha de Lisieux. Boys and Girls in the the Brazilian Labor Force. 1998.



Os países que marcham contra o trabalho infantil

De acordo com o IBGE...

Os países que marcham...

IBGE: 2,2 milhões de crianças exploradas

Começa hoje marcha promovida pela OIT que vai denunciar trabalho infantil

Evento terá participação de crianças de 120 países e vai acontecer na Praça da Sé

OIT acusa morte crianças no trabalho

O Globo 28/02/98

Os países que marcham...

...trabalho infantil e meios de com...

Não é brinquedo, não

Encontro da OIT avalia exploração da mão-de-obra infantil no País

OS PODERES
ESTIMAM QUE
HÁ MILHÕES DE
CRIANÇAS EM
RISCO DE
SEREM
EXPLOATADAS
POR QUE ELAS
NÃO POSSUAM
EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE

Problema do menor de rua desafia

O GRITO CRIANÇA

Reclama e reivindica de vários órgãos
em Brasília para evitar a exploração
e garantir o acesso ao trabalho legal

por [nome]

12 de maio de 2011

O
criança de rua é um
problema que precisa ser
enfrentado de forma
integrada, envolvendo
os órgãos responsáveis
pela educação, saúde
e assistência social.

Segundo dados do
IBGE, há cerca de
1 milhão de crianças
e adolescentes em
situação de rua no
Brasil, o que representa
um grave problema
social.



Menor, no mercado de trabalho.

Exatidão, técnica, organização e vontade
são características essenciais para o sucesso.

Um jovem de 15 anos, chamado João, está trabalhando em uma loja de roupas. Ele é muito esforçado e gosta de aprender coisas novas. Seu chefe, Sr. Carlos, é muito bom com ele e sempre o incentiva a fazer o melhor trabalho possível. João diz que gosta muito de trabalhar e que isso o ajuda a crescer como pessoa.

Journal do Brasil, 11/10/90

João é um jovem muito trabalhador e dedicado. Ele sempre chega cedo ao trabalho e nunca falta. Além disso, ele é muito organizado e sempre mantém sua área de trabalho limpa e arrumada. Seu chefe, Sr. Carlos, sempre elogia seu trabalho e diz que ele é um verdadeiro profissional. João diz que isso o motiva a continuar trabalhando com dedicação e vontade.

TO DAS NÇAS

...e muito mais.

...e muito mais.

Realidade engana FHC e menino volta ao trabalho

...e muito mais.

Correio brasileiro

...e muito mais.



...e muito mais.

...e muito mais.

...e muito mais.



Brasil ratifica acordo bre trabalho infantil

...e muito mais.

Journal do Brasil, 11/10/90

...e muito mais.

Novos escravos do Brasil

...e muito mais.

Journal do Brasil, 11/10/90

Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados Brasileira

ANTECEDENTES

A história do combate ao trabalho infantil na indústria de calçados brasileira remonta ao ano de 1992, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou diversos estudos de caso no país sobre a questão do trabalho infantil, além de promover um debate amplo sobre o tema em diversas regiões.

Por meio de um programa de ação intitulado “Orientação de Crianças Trabalhadoras na Indústria e Outros Setores: Capacitação de Sindicalistas e Conscientização da Sociedade”, a CUT estabeleceu como prioridade o combate ao trabalho infantil no setor do calçados de Franca, devido à tradicional presença do trabalho infantil neste setor.



A cidade de Franca está localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, situando-se a 400 Km da capital paulista. Emprega 50% de sua população economicamente ativa no setor industrial, sendo que mais da metade de sua população tem uma renda mensal acima de quatro salários mínimos. Franca era e ainda é conhecida como o pólo da produção industrial de calçados masculinos do país.

A incidência de trabalho infantil nesta cidade se explicava, principalmente, em função da crença cultural local de que por meio do trabalho as crianças se desenvolvem melhor e se preparam adequadamente para a vida madura. A continuidade desta prática era defendida como uma oportunidade, para a criança, de ser iniciada em um ofício que lhe poderia ser útil no futuro. Além do mais, muitos acreditavam ser importante ocupar o tempo ocioso destes jovens, de modo a atuar preventivamente frente às opções de marginalidade.

Além destes aspectos, é importante ressaltar que um estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública e pela Escola de Enfermagem, ambas da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a FUNDACENTRO, sobre o trabalho terceirizado na indústria de calçados de Franca, demonstrou que a prática adotada pelo empresariado local, de incentivar o trabalho doméstico por meio de bancas terceirizadas, era uma estratégia rentável do próprio processo produtivo. Segundo esta investigação, o objetivo dos empresários era evitar despesas com instalações bem como com encargos sociais de seus funcionários.

Em sua primeira fase, o projeto CUT – IPEC/OIT realizava a capacitação de sindicalistas, bem como ações de mobilização local e regional contra o trabalho infantil. Foi então realizada, no âmbito deste escopo de ações, uma pesquisa para identificar a situação do trabalho infantil no setor calçadista de Franca.

O estudo tinha como objetivo investigar as condições nas quais o trabalho infantil se realizava, a quantidade de crianças que estavam envolvidas, a identificação dos empregadores, bem como a reação dos pais, da escola e dos empregados diante do conhecimento da condição de ilegalidade do trabalho infantil. Esta ação obteve êxito e foi publicamente apoiada pelo ministro do Trabalho e Emprego.

Como consequência, estabeleceu-se uma parceria entre o Sindicato dos Sapateiros de Franca e a CUT para a implantação de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da sociedade sobre o trabalho infantil nos processos de terceirização e quarterização da produção de calçados. A formalização desta parceria deu-se por meio da assinatura de um convênio entre o Sindicato dos Sapateiros, a CUT e o IPEC/OIT.

Como resultado desta investida inicial, a Prefeitura Municipal de Franca registrou, por meio de seu setor de informática, a existência de 1063 “bancas” de pesponto e costura manual na produção de calçados. Essas bancas eram o resultado de um fenômeno de terceirização do setor, que era caracterizado por um tipo de trabalho realizado em ambientes improvisados, pequenos e mal-ventilados, comumente instalados em casas particulares, sendo nesta fase de produção que se utilizava o trabalho infantil.

Apesar de que os dados informavam um número elevado de bancas, estimava-se que o número real dessas instalações precárias fosse ainda maior, pois as bancas clandestinas poderiam corresponder, segundo estimativas da própria prefeitura, a 60% da produção de calçados na região. Obviamente, esta situação de clandestinidade favorecia o uso indiscriminado de mão-de-obra infantil.

De fato, a ilegalidade desta situação dificultou o estabelecimento de mecanismos de controle de riscos de trabalho, incluindo os acidentes constantes que foram registrados devido às condições precárias de trabalho e à não adequação da mão-de-obra infantil para as atividades que lhes eram exigidas.

A cadeia de produção de calçados se divide em diversas etapas. A seção de pesponto é considerada a mais importante entre todas as etapas de fabricação de calçados, uma vez que nela, as peças de couro que compõem a parte superior do sapato são agrupadas, costuradas e coladas. É exatamente nesta etapa que se inicia o processo de terceirização.

O estudo da USP e da FUNDACENTRO, além de abordar os aspectos mais amplos do problema, detectou um outro problema grave relacionado à existência de crianças trabalhando em bancas de calçados: o uso da cola. Esta substância, utilizada na produção terceirizada e quarteirizada de calçados, pode provocar danos no sistema respiratório, gastro-intestinal e nervoso após períodos prolongados de contato com o produto, sendo um fator inibidor do pleno desenvolvimento das crianças.

A partir de uma série de denúncias sobre esta exploração da mão-de-obra infantil na produção de calçados de Franca e do impacto que estas denúncias causaram, os empresários começaram a atentar para a ameaça de uma queda nas vendas diante das possíveis repercussões do problema no cenário nacional e internacional. A única alternativa à sua frente era mudar radicalmente sua postura frente ao tema.

A primeira consequência da atuação conjunta entre CUT e IPEC/OIT foi a instalação do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil da Cidade de Franca, ainda no ano de 1993. Este Fórum visava permitir a discussão dos problemas do trabalho infanto-juvenil na região bem como facilitar a elaboração de resoluções possíveis. Embora tenha funcionado por muito pouco tempo¹, o Fórum constituiu-se como um marco que sinalizou o volume de acontecimentos que estava por vir.

Em 1994, o Sindicato dos Sapateiros, o UNICEF e a OIT/IPEC, realizaram uma pesquisa quantitativa nas escolas de Franca sobre o assunto. A pesquisa foi conduzida pelo Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), tendo sido identificadas, em 16 escolas da rede pública de ensino de primeiro grau, 1.561 crianças entre 7 e 14 anos que trabalhavam, sendo que 73% delas estavam engajadas na produção de calçados. Apesar das longas jornadas de trabalho e a da baixa remuneração, 94% das crianças entrevistadas afirmaram que gostavam de trabalhar.

Logo após a divulgação dos resultados desta terceira pesquisa realizada na cidade de Franca, os acontecimentos até então registrados começaram a semear uma nova discussão que encontrou ecos em um processo de investigação e mobilização análogo, iniciado na Região do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, onde também se registrava a existência de um contingente significativo de crianças trabalhando no setor calçadista.

No Vale dos Sinos, inicialmente, foram promovidos vários seminários e reuniões técnicas que contaram com a participação de atores locais e nacionais, dentre os quais representantes da Sub-Delegacia Regional do Trabalho, da Prefeitura Municipal, de organizações de trabalhadores da região e também da CUT. Estas reuniões tinham como objetivo analisar a situação das crianças trabalhadoras nas duas principais cidades do Vale: Novo Hamburgo e Dois Irmãos.

Novo Hamburgo é a maior cidade da região, situando-se a apenas 40 Km de Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul. Sua economia desenvolveu-se recentemente por meio da produção e exportação de calçados, compondo o que hoje se chama setor coureiro-calçadista. A cidade possui um caráter mais cosmopolita, diferindo um pouco das características de cunho mais provincial de São Miguel de Dois Irmãos, município hoje conhecido apenas como Dois Irmãos.

Por sua vez, Dois Irmãos situa-se na entrada da Serra Gaúcha e ostenta um vasto patrimônio cultural entre igrejas, museus e festas tradicionais. Nas últimas décadas a cidade também tem concentrado sua produção econômica no setor de fabricação de calçados, embora este caráter industrial não tenha alterado a característica principal da cidade cuja economia ainda está baseada no setor primário.

Uma análise da história da região e das transformações de seu cenário revela uma mudança brusca no nível da atividade industrial e, portanto, no setor econômico, no início dos anos 90. Esta época é marcada pelo apogeu da produção coureiro-calçadista, que gerou um aumento no número de empregos criados pelo setor. Mas, a partir de 1994, a rápida valorização da moeda brasileira determinou uma queda de competitividade do produto nacional no mercado global. O quadro seguinte foi de quebra de um número elevado de empresas, que foram levadas a demitir seus funcionários.

¹ Este Fórum se dissolveu ainda no final de 1993.

Reuniões
analisaram a
situação das
crianças
trabalhadoras
nas duas
principais
cidades do Vale:
Novo Hamburgo
e Dois Irmãos



De fato, esse período de crise foi evidenciado pelo aumento do desemprego e da terceirização e quarteirização da mão-de-obra pelas indústrias na região. A consequência deste processo foi a redução da renda média familiar, que gerou um aumento expressivo no número de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho, provavelmente com o objetivo de suplementar a renda familiar perdida. Verificava-se ainda um grande aumento no número de crianças vivendo nas ruas, o que acarretou diversos problemas sociais.

Diante deste quadro, um conjunto de atores interessados na proteção dos direitos das crianças e adolescentes decidiu realizar, na cidade de Dois Irmãos, em agosto de 1995, o 1º Seminário dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes neste seminário representantes da CUT Nacional, da FEBEM de Porto Alegre, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, do Centro de Apoio aos Meninos de Rua (CEAMEM), entre outros.

Alguns meses após a realização deste Seminário, em dezembro de 1995, realizou-se, também em Dois Irmãos, um novo evento sobre as crianças e adolescentes trabalhadores com o objetivo de instituir um Fórum Permanente de Erradicação do Trabalho Infantil na Região do Vale dos Sinos². Esta atividade contou com a presença de mais de 70 participantes, entre representantes de entidades sindicais, de federações de trabalhadores, de entidades não-governamentais, de organizações de professores, de conselhos tutelares, de procuradores, de defensores públicos, entre outros.

Vale ressaltar que o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)³ também estava atento aos desdobramentos das ações no Vale dos Sinos, tendo desempenhado um papel de destaque no estímulo à consolidação deste Fórum Permanente para a Erradicação do Trabalho Infantil.

Os resultados desta mobilização fizeram-se sentir já no ano seguinte, quando o IPEC/OIT interessou-se por elaborar um programa de ação que desse respostas à realidade de então. Neste momento, o IPEC tinha conhecimento dos acontecimentos no Vale dos Sinos por meio de dois de seus programas de ação que estavam envolvidos no apoio à mobilização em Novo Hamburgo e Dois Irmãos: o programa que dava apoio técnico e financeiro ao Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e o programa de ação implementado pela CUT, que visava justamente a estudar o assunto e conscientizar a sociedade sobre o problema do trabalho infantil.

A fim de descrever melhor os desdobramentos deste primeiro momento de mobilização, tanto em Franca como no Vale dos Sinos, será apresentada a seguir uma narrativa dos processos em cada uma destas localidades. Em primeiro lugar serão comentados os acontecimentos registrados em Franca, para, em seguida, descrever os acontecimentos no Vale dos Sinos.

O PROCESSO EM FRANCA

A ampla mobilização de atores entre 1992 e 1994 constituiu-se em um indício de que um processo gradual de conscientização e mudanças estava se iniciando na região de Franca.

O Sindicato dos Sapateiros teve um papel de destaque neste processo por meio das incansáveis denúncias de trabalho infantil em Franca. Este papel fez com que o sindicato se tornasse alvo de ataques violentos por parte dos empresários, angariando ainda uma grande rejeição da opinião pública, que podia ser considerada “conservadora”, pois, nesta época, tanto pais como crianças acreditavam que o trabalho, em qualquer idade, dignificava o homem.

Em 1995, o Sindicato dos Sapateiros, em parceria com a Prefeitura Municipal, com o SENAI/SENAC e com o UNICEF, elaborou um programa de ação direta para atender crianças e adolescentes trabalhadores e suas famílias. Este

² Que permanece atuante até os dias de hoje ainda que a situação do trabalho infantil na região tenha mudado bastante, como será visto a seguir.

³ Que foi criado no final de 1994 e tinha como objetivo propiciar uma instância aglutinadora e articuladora de agentes sociais institucionais, envolvidos com políticas e programas de promoção de medidas destinadas a prevenir e erradicar o trabalho infantil no Brasil.

projeto previa a concessão de uma bolsa de estudos, que possibilitaria a retirada das crianças de sua situação de trabalho propiciando, desta maneira, sua inserção imediata na escola e em atividades complementares. O projeto também previa o fornecimento de uma bolsa-aprendizagem para os adolescentes, ofertando, ainda, cursos profissionalizantes em diversas áreas. Somente em 1996, deu-se início às atividades deste projeto, que se estenderam até 1998.

Paralelamente a esta iniciativa, as alianças empresariais começaram a se articular, sendo que três organizações representativas de empresários fundaram, através do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, o Instituto Pró-Criança. Criado em outubro de 1995, o instituto era uma iniciativa de empregadores com “atuação sócio-comunitária” em favor da criança e do adolescente. Sua prioridade de atuação foi o combate ao trabalho infantil no setor calçadista de Franca por meio do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Setor Calçadista.

O apoio dado pela Fundação Abrinq foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto, que tinha como um de seus objetivos promover uma associação de empresas da região para que assumissem o compromisso de não utilizar trabalho infantil, assim como não contratar terceiros que o utilizassem.

Vale ressaltar que, inicialmente, a mídia (tanto escrita como falada), em função das denúncias que circulavam, abordou o tema da erradicação do trabalho infantil como uma tentativa de destruir a economia de Franca, intervindo de maneira negativa e advertindo aos pais das crianças que o objetivo do programa era tirar das crianças a oportunidade de aprenderem uma profissão e de contribuírem no sustento de suas famílias.

Apesar de toda a polêmica causada, a Câmara de Vereadores de Franca, em 1995, instalou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), visando ao debate e a apuração das responsabilidades dos envolvidos nas denúncias de trabalho infantil feitas a partir das pesquisas realizadas.

Um outro desdobramento destas ações foi a conquista de um expediente administrativo por meio da Procuradoria Regional do Trabalho. Este expediente possibilitou a abertura de alguns processos contra empresas que utilizavam o trabalho infantil, com desfechos positivos para os setores que estavam se mobilizando e atuando como agentes de coibição desta prática.

Buscando sempre manter a mobilização da opinião pública, o Sindicato dos Sapateiros e a CUT realizaram diversas campanhas, como a denominada “Lugar de Criança é na Escola: Não ao Trabalho Infantil” e a chamada “Criança e Escola: Feitas Uma para a Outra”. Como já foi dito, com o UNICEF, o Sindicato dos Sapateiros liderou um projeto para acabar com a prática do trabalho infantil na cidade, tendo mostrado que é possível trocar o trabalho precoce pela frequência escolar.

Através da contribuição financeira das empresas associadas, sua principal fonte de receita, o Instituto Pró-Criança também elaborou projetos de atendimento social, iniciando suas atividades em maio de 1996. O Instituto contava, nesta época, com a participação de 52 empresas da região, o que correspondia a cerca de 65% dos produtores de calçados locais. Foram implementados alguns projetos assistenciais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como foi promovida a realização de um seminário sobre as experiências empresariais já conhecidas na eliminação do trabalho infantil.

Analisando o contexto nacional, vale lembrar que o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) foi criado também em 1996, pelo Governo Federal, através da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e tinha como objetivo básico promover o combate ao trabalho infantil em todo o país por meio da concessão de bolsas⁴ para as crianças trabalhadoras e do engajamento destas em atividades complementares às atividades desenvolvidas na escola, que eram levadas a cabo em Jornadas Ampliadas.

Em outubro de 1996, ocorreu o “1º Encontro de Empresários pelos Direitos da Criança e do Adolescente” que resultou na criação, através do Instituto Pró-Criança, do Selo Pró-Criança. Juntamente com o selo “Empresa Amiga da

Uma
Comissão
Especial de
Inquérito
debateu e
apurou as
denúncias das
pesquisas
realizadas

⁴ Esta bolsa era e ainda é denominada Bolsa Escola Cidadã.



Criança” da Fundação Abrinq, o selo Pró-Criança passaria a ser concedido às empresas que firmassem um compromisso de não empregar crianças em qualquer uma das fases da cadeia de produção das suas mercadorias.

A partir de 1997 o Instituto iniciou um processo de expansão de suas atividades em direção ao setor terciário, através de negociações com os proprietários das “bancas”, para que eles também aderissem ao acordo firmado entre as empresas. O número de empresas cadastradas ao programa adicionado às 800 bancas que se mobilizaram representou 75% da produção de calçados em Franca.

Neste período, a atuação da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) na cidade foi um fator decisivo de mobilização dos profissionais da imprensa de Franca. A mídia local modificou substancialmente seu posicionamento, tendo tido como impulsionadores a mídia nacional e internacional que passou, a partir de 1996, a defender teses favoráveis à erradicação do trabalho infantil.

A atuação de todos os atores mobilizados reforçou a necessidade de que a criança trabalhadora fosse tratada prioritariamente no âmbito da elaboração e implementação de políticas públicas. O reconhecimento deste princípio por parte da mídia local revelou uma importante mudança de seu comportamento. O novo papel desempenhado pela mídia concentrou-se em informar à população sobre o que estava ocorrendo.

É importante notar que neste momento grandes conquistas estavam se concretizando no Vale dos Sinos, e, em decorrência destes resultados, a Fundação Abrinq e o IPEC/OIT promoveram uma reunião de planejamento, em outubro de 1997, com representantes do Instituto Pró-Criança de Franca, da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (ABICALÇADOS) e da Fundação Semear de Novo Hamburgo – instituição responsável pela mobilização nesta cidade.

O ponto culminante desta reunião foi a constatação da necessidade de se criar um sistema de monitoramento e fiscalização das empresas que já utilizavam o selo Pró-Criança, para garantir, desta forma, a credibilidade, tanto nacional como internacional do Selo. Foi proporcionado pelo IPEC/OIT um apoio técnico para a criação deste sistema de controle que foi denominado “Missão do Programa de Auditoria do Pró-Criança”, (PAC), por meio do Instituto Pró-Criança. O encontro também resultou na assinatura do “Pacto do Setor Calçadista Brasileiro pela Erradicação do Trabalho Infantil” entre os membros participantes.

De volta a Franca, já em 1998, o PAC iniciou suas atividades de assessoramento do PETI realizando auditorias na observância dos direitos da criança e do adolescente, especialmente junto às empresas calçadistas de Franca compromissadas com o Instituto.

A avaliação final do programa foi realizada no primeiro semestre de 1999 e obteve resultados animadores quanto à problemática na região. Não houve evidências que comprometessem o PETI, em todos os prestadores de serviços auditados pelo PAC, no que tange à utilização de mão-de-obra infantil. Vale ressaltar que nesta ocasião ainda não havia sido realizada nenhuma auditoria com os prestadores de serviços quarteirizados.

Embora não tenha ocorrido uma articulação efetiva entre todos os atores sociais que se mobilizaram neste projeto, a saber, sindicatos dos trabalhadores e Prefeitura Municipal por um lado e de outro lado às empresas e as bancas terceirizadas, suas ações foram complementares para o desfecho de todo este processo, garantindo a erradicação do trabalho infantil na região.

O PROCESSO NO VALE DOS SINOS

Frente à situação crítica existente em meados da década de 90 no Vale dos Sinos, que gerou o processo já aludido de investigação e mobilização na região, o IPEC decidiu elaborar e implementar um programa denominado “Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos”, por meio de uma cooperação técnica e financeira estabelecida entre o IPEC com a Associação do Bem Estar do Menor (ASBEM), sediada em Novo Hamburgo.

A ASBEM é uma entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve projetos que visam atender gratuitamente crianças e adolescentes. Seu principal projeto era, e ainda é, o Centro de Iniciação Profissional (CIP), um espaço que fornece uma alternativa social a jovens carentes, através do desenvolvimento de vários cursos como marcenaria, aprendizagem comercial, corte e costura, informática e datilografia.

Além da ASBEM, o programa contou com o apoio de outros parceiros que foram envolvidos tanto na consolidação de seu plano de trabalho, como nas ações empreendidas. Dentre estes parceiros figuravam a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, o Senai, o Sesi, o SENAC, o Banco do Brasil (Setor DASC), a Abicalçados, a Cáritas – Pastoral da Criança, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Jornal Novo Hamburgo e o recém instituído Fórum Permanente para a Erradicação do Trabalho Infantil do Vale dos Sinos.

Cada parceiro trabalhou coordenadamente, desempenhando um papel complementar aos esforços de todos: a Abicalçados, o Sesi e o Banco do Brasil forneceram recursos financeiros e materiais para a implantação de núcleos de jornada ampliada, construídos posteriormente para realizar atividades complementares ao ensino das crianças; o Senai, que propiciou a supervisão técnica pedagógica dos cursos oferecidos, realizando a seleção e treinamento dos instrutores através do SENAC; o Jornal de Novo Hamburgo teve colaboração expressiva através da disseminação das conquistas do projeto, garantindo grande repercussão de âmbito nacional e internacional.

O acordo que instituiu o Programa de Ação foi assinado em maio 1996. O principal objetivo do programa era retirar as crianças e adolescentes do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista nos municípios de Novo Hamburgo e Dois Irmãos e introduzi-las nas escolas. O programa iniciou suas atividades de ação direta em dezembro de 1996, tendo encerrado suas atividades em junho de 1998.

Este programa articulava-se nitidamente com a promoção do fortalecimento institucional do Fórum Permanente para Erradicação do Trabalho Infantil, que havia sido instalado nos dois municípios, consolidando-se como um importante espaço de discussões sobre o assunto na região. Por meio da atuação deste Fórum, conseguiu-se aumentar o impacto da Inspeção Trabalhista, o que garantiu a reintrodução de inúmeras crianças em atividades educativas em turno integral.

Como já foi aludido, o Fórum Permanente era um resultado das ações de mobilização da sociedade. Tinha como objetivo fundamental educar a sociedade local com relação ao trabalho infantil e angariar apoio e compromisso dos empregadores na não-inserção de crianças e adolescentes, em idade escolar, no ambiente de trabalho.

Para atingir o objetivo geral já descrito, o projeto pretendia:

- aumentar a capacidade e o impacto do Fórum Permanente para a Eliminação do Trabalho Infantil em cada um dos municípios, Novo Hamburgo e Dois Irmãos para liberar as crianças do trabalho e educá-las integralmente;
- retirar pelo menos 120 crianças do trabalho nocivo para matriculá-las no ensino regular, sendo 60 crianças de cada município;
- negociar um compromisso com empresários calçadistas organizados contra o emprego de crianças e para a proteção do trabalho infantil; e
- fornecer às mesmas crianças educação complementar, assegurando sua reabilitação e prevenindo o retorno ao trabalho.

Dentre as atividades previstas figuravam, entre outras, sub-contratar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para desenvolver uma pesquisa na região, identificar bairros pobres nos dois municípios para encontrar os ateliês onde as crianças de 7 a 14 anos trabalhavam e realizar seminários periódicos com cobertura municipal para informar os setores relevantes da vida pública da situação de trabalho infantil.

O Fórum
Permanente
para
Eliminação do
Trabalho Infantil
no Vale dos
Sinos foi
resultado da
mobilização
social

Também foram elencadas atividades como a realização de reuniões e visitas periódicas de acompanhamento às famílias de alunos do projeto pelas assistentes sociais em cada município, assim com reuniões de acompanhamento com pais e mães. Finalmente, o programa propunha o encaminhamento de crianças para atendimento de saúde pelos técnicos, a elaboração, produção e distribuição de três informativos de estudos e a formação do clube de mães em cada núcleo como forma de integração e participação na vida dos filhos.

Os produtos efetivamente alcançados por este programa de ação foram:

- a instalação do Fórum Permanente de Novo Hamburgo e Dois Irmãos;
- a realização da campanha de Erradicação do Trabalho Infantil no Complexo Coureiro-Calçadista, com produção do cartaz “Não dê emprego a crianças. Dê escolas.”;
- a realização da pesquisa “Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos” e sua divulgação;
- a produção do folder “Trabalho Precoce: Saúde e desenvolvimento físico sem risco”;
- o 1º Seminário de Combate ao Trabalho Infantil na Indústria do Calçado no Vale dos Sinos.

Além de inserir as crianças e adolescentes selecionados na escola, o programa ofereceu algumas atividades educacionais alternativas por meio da implementação de núcleos extraclasse, com funcionamento complementar ao período das aulas, de modo a suplementar o espaço ocupacional das crianças com atividades educativas.

Neste primeiro momento, uma das maiores dificuldades do programa era lidar com o fato de que o trabalho infantil era visto, pelas próprias crianças e adolescentes de ambos os municípios, como uma forma legítima de ajudar suas famílias e também de ocupar o tempo ocioso. Os pais também eram favoráveis à permanência das atividades laborais de seus filhos uma vez que acreditavam que, por meio do trabalho, as crianças estavam adquirindo educação e profissionalização.

Vale acrescentar que, no Vale dos Sinos, os índices de evasão escolar eram altos e as repetências atingiam as crianças que eram acometidas de notável cansaço físico e mental. Percebia-se também uma grande carência afetiva e uma baixa auto-estima nos núcleos familiares mais carentes, o que resultava em desvalorização da família. Destacava-se ainda no município de Novo Hamburgo a existência de altos índices de violência escolar, evidenciados por brigas freqüentes entre alunos, depredações e vandalismos.

Quanto à produção da pesquisa detalhada que subsidiaria as ações do programa e orientaria suas atividades subseqüentes, dentre as três propostas de projeto de pesquisa enviadas para a ASBEM, foi selecionada a do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ainda no ano de 1996.

O objetivo desta investigação era identificar o número de crianças e adolescentes que trabalhavam no setor de calçados, buscando analisar as razões econômicas, históricas e sociais desta inserção precoce no mercado de trabalho.

A pesquisa identificou 442 crianças que trabalhavam tanto em “ateliês” – considerados aqui como pequenas empresas subcontratadas pelas indústrias para realizar parte da produção de calçados - como também em casa. Das 442 crianças encontradas, 108 foram entrevistadas e responderam a um questionário semi-estruturado.

O primeiro dado alarmante levantado foi o alto índice de reprovação das crianças que trabalhavam: em Dois Irmãos, 68% das crianças trabalhadoras já haviam sido reprovadas pelo menos uma vez. Este índice atingia 46% das crianças em Novo Hamburgo. Dentre estas crianças trabalhadoras, mais de 80% trabalhavam nos “ateliês”.

O principal motivo alegado para justificar o envolvimento das crianças com o trabalho era a necessidade econômica e a falta de alguma atividade alternativa ou mesmo de lugar para as crianças ficarem enquanto seus pais trabalhavam. Com relação aos aspectos culturais apurados, as famílias declararam preferir ver seus filhos trabalhando a vê-los nas ruas, inutilizados e à mercê de gangues e drogas.

Ainda segundo o relatório da pesquisa, as crianças trabalhavam expostas a solventes orgânicos, contidos na cola e nos diversos produtos químicos utilizados na produção dos calçados. Estes produtos eram manuseados pelas crianças principalmente nas produções de nível artesanal, representadas pela mão-de-obra doméstica em “ateliês” ou mesmo em seus respectivos lares.

Após a consolidação do estudo, foi realizado no âmbito do Programa de Ação, em novembro de 1996, o I Seminário de Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos. Além de discutir os dados levantados pela investigação da UFRS, os participantes analisaram uma proposta de acordo com os trabalhadores da região para eliminação do trabalho infantil no setor, que obteve resultados positivos.

Um mês após a realização deste seminário, o programa começou a articulação para a retirada do trabalho infantil das 120 crianças previstas nos objetivos imediatos do plano de ação. O mecanismo de escolha das crianças a serem beneficiadas foi definido durante uma série de reuniões do Fórum Permanente de Dois Irmãos e de Novo Hamburgo. Estas reuniões contaram com a participação expressiva da comunidade e de representantes das escolas.

O critério para seleção das crianças a serem beneficiadas teve como base os dados levantados pelo estudo da UFRS bem como dados levantados juntos às escolas. Uma vez selecionado o público-alvo, foram realizadas visitas domiciliares para comprovação da necessidade de inclusão das crianças previamente escolhidas. Diferentemente de Dois Irmãos, em Novo Hamburgo só foi possível contatar as escolas e receber os endereços dos alunos trabalhadores deste município em dezembro de 1997. As visitas domiciliares só puderam acontecer em janeiro de 1998, seis meses antes do término do programa.

Vale ressaltar que, no município de Novo Hamburgo, os trabalhos ocorreram de forma mais lenta devido a diferenças substanciais entre os dois municípios, como o número maior de habitantes de Novo Hamburgo e alguns entraves com a mudança do Governo Municipal.

Já em 1997 a Secretária de Estado do município de Dois Irmãos conseguiu organizar uma reunião geral com todos os diretores de Escolas Municipais da Região a fim de viabilizar uma visita a cada escola para coleta de mais dados sobre as crianças trabalhadoras. Por meio das escolas, foram feitas reuniões com os pais das crianças trabalhadoras detectadas, tentando conscientizá-los a aderirem ao programa. Essa adesão significaria que seus filhos deveriam passar meio turno na escola e meio turno nas atividades extraclasse, sendo que estava previsto o pagamento de um bolsa por família.

Em julho deste ano, a Fundação Semear, instituída pela ACI (Associação Comercial da Indústria) nos moldes do Instituto Pró-Criança de Franca, assinou um termo de cooperação com a ASBEM. A Fundação Semear participou então das ações promovendo campanhas junto às empresas para angariar financiamento para os projetos de atendimento às crianças e adolescentes em Novo Hamburgo e Dois Irmãos. Os recursos foram alocados nos Fundos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e repassados a projetos de prevenção e eliminação do trabalho infantil.

A pesquisa da UFRS havia constatado que existia uma concentração de crianças trabalhadoras em dois locais de Novo Hamburgo: 1) Roselândia, onde a Prefeitura já dispunha de um núcleo de atividades extracurriculares e desde de março de 1997 vinha trabalhando com um grupo de 20 crianças; e 2) Vila Iguaçu, ainda sem Núcleo. Em Dois Irmãos foi implantado o núcleo Dois Irmãos, que deveria atender 60 crianças.

A Fundação Semear e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo deram início a algumas tentativas de abrir um núcleo extraclasse na Vila Iguaçu, até então inexistente. Através de um repasse do Fundo do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a ASBEM assumiu o funcionamento do núcleo. Em julho de 1997 ocorreu a sua abertura oficial, contando com as 40 crianças e adolescentes selecionados, complementando os 60 propostos pelo projeto. Elas batizaram mais tarde este núcleo de “Mundo da Criança”.

Paulatinamente as crianças selecionadas foram integradas ao Programa. As famílias cujos filhos foram escolhidos, bem como suas comunidades, começaram a ser instruídos sobre a problemática do trabalho infantil. Iniciou-se, ainda neste momento, projetos-piloto de geração de emprego e renda para as famílias dos beneficiados.

As famílias e
comunidades
começaram a
ser instruídas
sobre a
problemática
do trabalho
infantil

Notou-se que a falta de estímulos educacionais e afetivos, em função do desempenho de atividades laborais precoces, causou em algumas crianças um notável déficit de aprendizagem. Fazendo frente a isso, o engajamento das crianças nas atividades extraclasse permitiu que os alunos percebessem outras alternativas de vida. Este resultado preliminar foi extremamente importante, uma vez que a pesquisa feita pela UFRGS havia detectado entre pais e filhos um sentimento de 'auto-subjugamento', como se não houvesse possibilidade de melhoria de suas condições de vida.

Gradual e progressivamente, os pais começaram a perceber a importância das mudanças concretizadas pelo programa. Seus filhos agora estavam sendo orientados por uma equipe multiprofissional, preocupada em repassar para os mesmos importantes noções de cidadania.

Vale registrar que um código de ética foi negociado no setor calçadista, através da conscientização dos empresários e dos terceirizados de que a utilização de mão-de-obra infantil é uma violação ao pleno desenvolvimento das crianças e a seu direito de estudar. Este código de ética não se referia a um acordo formal, mas a um compromisso consensual que obrigava os empresários a não contratarem mão-de-obra infantil e a se responsabilizarem pelo controle desta prática no setor de terceirização.

Em Dois Irmãos, o Núcleo de Atividades Extra-classe do Projeto ASBEM – IPEC/OIT foi repassado à comunidade representada pela Prefeitura, pelo SESI e demais parceiros, em dezembro de 1997. A idéia era de que estes órgãos dessem continuidade aos trabalhos desenvolvidos e evitassem que as crianças retornassem ao trabalho. Em Novo Hamburgo as atividades dos Núcleos do Bairro Roselândia e Vila Iguaçu continuaram até o final do Convênio ASBEM-OIT/IPEC, em julho de 1998. A parceria das prefeituras e dos empresários da região garantiu a sustentabilidade e a continuidade das ações do projeto.

DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES

Após o encerramento do convênio entre ASBEM e IPEC/OIT, o desenrolar dos acontecimentos ocorreu de forma tranqüila e satisfatória. A única interrupção desta calma deu-se durante um breve período, quando o Núcleo Iguaçu, em Novo Hamburgo, enfrentou um problema de segurança quando as reuniões aconteciam fora de seu horário habitual. No entanto, mesmo assim os pais continuaram a participar voluntariamente do projeto e mostraram assim sua confiança no trabalho desenvolvido.

O novo Governo Estadual, eleito em 1998, implementou o projeto Bolsa-Escola que visava a garantir uma renda mínima para as famílias que mantivessem seus filhos matriculados no ensino fundamental. Houve também neste período uma ação por parte do Governo Federal com o projeto "Toda Criança na Escola", que garantia à mãe uma cota mensal em dinheiro para incentivar e manter seu filho na escola.

O programa de ação em foco, que deveria atender 120 crianças conforme o convênio, abrangeu ao todo 170 crianças, sendo 84 delas em Novo Hamburgo e 58 em Dois Irmãos. Foi solicitado ao Fórum, ainda em 1998, que identificasse com urgência as crianças que ainda não haviam sido atendidas, dentre as 442 crianças registradas na pesquisa inicial da UFRGS.

Neste mesmo ano, no município de Dois Irmãos foi instalado o Projeto Desenvolvimento Global da Criança, uma parceria entre a Prefeitura de Dois Irmãos, o Serviço Social da Indústria (SESI) e do Sindicato da Indústria de Calçados de Dois Irmãos. Este projeto sucedeu a atuação da ASBEM e do IPEC na região, assumindo as 80 crianças que estavam no programa e ampliando o atendimento para 150 novas crianças. A meta deste projeto, que permanece vigente, é chegar a 300 crianças.

Ainda em meados de 1998, o IPEC/OIT realizou uma missão de monitoramento do projeto implementado no Vale dos Sinos. Iniciou-se com uma visita ao Secretário Geral do Planejamento da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo,

que confirmou o compromisso da Prefeitura em assumir, a partir da segunda quinzena de julho/98, o projeto “Núcleo Mundo da Criança”, que foi implementado em Vila Iguaçu.

Discutiu-se nesta ocasião sobre o andamento do projeto de geração de renda, que estava sendo realizado com os pais das crianças de Vila Iguaçu e com os alunos do CIP em idade profissionalizante. A longo prazo, o projeto formará cooperativas para confeccionar uniformes e reformar roupas, viabilizando, portanto, sua sustentabilidade.

O ano de 1999 foi marcado por uma recuperação expressiva da atividade industrial no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos. Esta retomada econômica deu-se na medida em que a moeda brasileira sofreu uma forte desvalorização, bem com em função de uma medida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que lançou um programa de revitalização industrial obtendo resultados satisfatórios na região.

Em abril de 1999 foi realizada, em Novo Hamburgo, a reunião de avaliação do impacto do projeto “Combate ao Trabalho Infantil no Setor de Calçados do Vale dos Sinos”, coordenada pela instituição que então presidia o Fórum Permanente: a Subdelegacia do Trabalho e Emprego de Novo Hamburgo.

Foi discutida a continuidade dos trabalhos do Fórum Permanente, enquanto instrumento de articulação e mobilização da sociedade civil e do poder público, bem como a ampliação das ações de erradicação de trabalho infantil. Foi proposta a instauração de mecanismos de complementação e geração de emprego e renda para as famílias, bem como a implementação de sistemas de fiscalização e monitoramento permanentes, como prevenção ao regresso e ingresso das crianças no trabalho.

Por ocasião desta reunião de avaliação, o programa de ação foi considerado bem sucedido por todos os seus participantes. Com relação à categoria escola, em Novo Hamburgo houve retorno à escola de alguns alunos que haviam abandonado a mesma, e em Dois Irmãos houve indicadores de sucesso escolar através da melhora nas notas, cumprimento e coerência com os temas propostos pelas disciplinas em sala de aula, aumento da atenção em sala de aula e aprovações sem recuperação. Nos dois casos apresentados, nota-se uma relevante conscientização da prioridade e importância da escola na formação de cada indivíduo.

Com relação à categoria família, o município de Novo Hamburgo indicou melhora na relação familiar através da manifestação de maior segurança física e emocional, agora transmitida pelos pais, assim como um aumento da auto-estima familiar através do resgate de valores como os de responsabilidade, companheirismo e respeito mútuo. Em Dois Irmãos, o principal indicador de sucesso foi uma nova percepção dos pais sobre seus filhos, dando a eles a oportunidade de “serem crianças” e percebendo a importância de não emancipá-los à vida adulta precocemente.

Quanto à categoria trabalho, a avaliação de impacto pode verificar que, em Novo Hamburgo, a percepção das crianças e adolescentes sobre o trabalho de tipo regularizado e repetitivo é uma responsabilidade dos adultos, ainda que os mesmos percebam o trabalho revestido em forma de “ajuda”, como algo possível e justo. A diferença em Dois Irmãos se dá na oposição radical entre trabalho — atividade recomendada para adultos — e a escola, que passa a ser uma referência para o desenvolvimento infantil.

Dentre as principais ações desenvolvidas no núcleo de Dois Irmãos podem ser destacadas: reuniões periódicas com a equipe de trabalho e com os pais das crianças atendidas; acompanhamento das famílias pelo serviço social; acompanhamento psicológico às crianças e às famílias; aulas de computação e datilografia; atendimento odontológico a todos os inscritos no núcleo; atividades pedagógicas, lúdicas, esportivas e artísticas.

Em Novo Hamburgo, os núcleos Roselândia e Iguaçu desenvolveram de forma semelhante as respectivas atividades: reuniões semanais entre a equipe multidisciplinar e a coordenação técnica do projeto; reuniões com pais de crianças e adolescentes conforme a necessidade; acompanhamento psicológico às crianças e às famílias; atendimento médico e odontológico nos postos de saúde dos municípios; atividades pedagógicas desportivas, recreativas, artísticas e de reforço escolar, entre outras.

A avaliação
dos resultados
indicou
melhora na
relação familiar
e aumento da
auto-estima
familiar



Mais recentemente, foi realizada uma Avaliação Ex-Post do Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Vale dos Sinos, em 2001. Esta avaliação trouxe mais confirmações positivas sobre o trabalho realizado. As mudanças ocorridas nas regiões estudadas são percebidas pela população local como fruto do projeto IPEC/OIT e também de políticas locais e nacionais.

Um outro dado relevante levantado a partir desta avaliação foi a reforma educacional realizada nas duas regiões estudadas, com as crianças em idade escolar devidamente matriculadas, havendo inclusive um aumento da oferta de vagas no ensino público.

Foram desenvolvidos outros projetos junto ao SENAI e SENAC incentivados pelo sucesso em Franca e no Vale dos Sinos, como o Pró-Criança/Azaléia na cidade de Paraboé, que foi realizado com o intuito de gerar uma formação profissional para os jovens desta região.

Fora do setor coureiro-calçadista, o CIP, administrado pela ASBEM, passou a fornecer cursos profissionalizantes para jovens entre 14 e 18 anos, ampliando a assistência a crianças trabalhadoras de ruas que atuam como vendedoras ou catadoras de lixo.

Este estudo apontou também para a necessidade da inclusão de outros projetos como complementação às atividades já conquistadas, bem como para a premência de que seja dada uma continuidade ao projeto inicial. A avaliação propõe uma complementação de renda para as famílias que retiraram suas crianças do trabalho e as inseriram no projeto; a ampliação do número de crianças atendidas; e a participação da sociedade civil, incluindo um envolvimento maior das famílias. Além da busca de incentivo do empresariado local para novos investimentos, assim como ocorreu de maneira bem sucedida em Franca.

Com relação a questões metodológicas, a divulgação e sistematização do modelo do projeto foram consideradas de sucesso pela equipe de avaliação, possibilitando e criando novas oportunidades de investimentos no setor.

Nas incursões realizadas no ano de 2001, não foi constatado o trabalho infantil em nenhuma das unidades de produção trabalhadas pelo projeto. Segundo a avaliação da Secretária do Trabalho e Assistência Social do Governo do Estado, seria ainda viabilizado o atendimento das 70 crianças que foram detectadas no ano de 2000 e que seriam atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal.

Os avaliadores indicaram também que o projeto deveria e poderia ser expandido para os outros municípios que se encontram ainda em situação semelhante à situação inicial encontrada nos municípios já trabalhados.

CONCLUSÃO

Desde de o início dos anos 90, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a necessidade de proteger as crianças dos riscos e da exploração mobilizou grupos de cidadãos brasileiros, advindos de diversos setores sociais. O descontentamento com relação às situações de violação dos direitos da criança e do adolescente já havia ficado claro durante o processo de elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988.

As ações de combate ao trabalho infantil, implementadas em Franca e no Vale dos Sinos foram de essencial importância face à situação de urgência com relação à violação dos direitos das crianças nestas localidades, o que demandava mudanças radical nas práticas sociais laborais ali registradas.

Em ambos os casos, a exposição de crianças à cola e aos solventes orgânicos, as precárias condições de trabalho e as longas jornadas eram claros obstáculos ao seu bom desenvolvimento. Aliado a estas condições vergonhosas, persistia o descaso da população e das autoridades locais frente à necessidade e importância de oportunidades de formação educacional.

No início dos anos 90, a utilização de mão-de-obra infantil foi, em grande medida, gerada pelo aumento do desemprego, pela existência de baixos salários, bem como pela desregulamentação do mercado de trabalho (que permitiu o surgimento de fenômenos como as bancas e ateliês de serviços “terceirizados” e “quarterizados”). Esta situação irregular propiciava a entrada de crianças e adolescentes em atividades laborais, o que era agravado pela falta de conhecimento, por parte da sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil.

No Vale dos Sinos, devido a problemas na infraestrutura regional, que não era capaz de atender devidamente a população (especialmente no que tangia à oferta de escolas públicas, gratuitas e de qualidade) o trabalho infantil foi, na maioria dos casos, a alternativa encontrada pela família para aumentar sua renda depreciada. Conseqüentemente, mais do que tirar a criança do trabalho, foi necessário, para o sucesso do programa, criar oportunidades complementares de geração de renda para os adultos responsáveis por essas crianças.

Já em Franca, o problema talvez fosse mais relacionado aos aspectos culturais uma vez que a prática do trabalho em família era uma forte herança cultural, havendo uma grande resistência por parte da sociedade no sentido de perceber o trabalho infantil como um problema.

Nesta região, o trabalho infantil era visto como uma boa prática, que era reforçada por meio da cumplicidade dos pais em aceitar que seus filhos trabalhassem e da falta de interesse do empresariado local em criar políticas públicas com o objetivo de ajudar a resolver a questão da exploração de mão-de-obra infantil. Portanto, além de trabalhar aspectos de ação direta para a erradicação desta prática, foi necessário um longo processo de conscientização da população.

Hoje os êxitos alcançados são muitos e podem ser facilmente enumerados. Em Franca, os pontos positivos das ações desenvolvidas foram marcados principalmente pela implantação de um processo concreto de conscientização e mobilização da sociedade no que se refere à questão do trabalho infantil, aliado ao engajamento e valorização da organização de setores direcionados à defesa e à proteção das crianças e dos adolescentes (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria da Educação, Secretaria de Ação e Cidadania, Secretaria da Saúde, etc).

A sustentabilidade e o sucesso destas atividades demonstram-se por meio do surgimento de novos atores (que deram continuidade aos desdobramentos ocorridos com a implementação do programa no município) e com a demonstração da população de uma grande valorização da criança, que é vista agora como um ser em formação, com necessidades e direitos específicos e diferentes dos demais, especialmente no que se refere ao direito à educação.

No Vale dos Sinos as conquistas alcançadas também se expressam com a criação e o atual funcionamento de entidades direcionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, assim como por meio do sucesso da atuação dos núcleos extra-classe.

Além disso, a qualificação de mão-de-obra na região criou uma possibilidade concreta de futuro profissional para os jovens atendidos no CIP. Em outubro de 1996, o jornal de Novo Hamburgo já publicava o sucesso da iniciativa, narrando a história de Luis Carlos, de quinze anos, que pela manhã era atendido pelo CIP aprendendo marcenaria, e pela tarde cursava a 5ª série do ensino fundamental na Escola Estadual Borges de Medeiros. Segundo sua declaração, ele demonstrou grande satisfação com sua nova condição e ambicionava “sair do CIP para trabalhar em uma empresa”, ganhando um bom salário.

O programa de erradicação do trabalho infantil no complexo coureiro-calçadista foi, em ambos os casos, uma importante conquista social que pode e deve ser expandida para outras regiões do país, e também para outros setores em que existam crianças trabalhando. Em poucos anos, os projetos desenvolvidos conseguiram disseminar junto à população a noção de que cada criança tem direito ao seu pleno desenvolvimento, não sendo justo que esse direito seja violado por meio de seu engajamento no trabalho.

Em Franca
havia grande
resistência da
sociedade no
sentido de
perceber o
trabalho infantil
como um
problema



Os fatos narrados demonstraram a concretização de mudanças efetivas na estrutura das famílias atendidas, tendo respondido ao chamado da necessidade da união de forças e interesses visando o combate ao trabalho infantil, ainda tão disseminado. Vale registrar, uma vez mais, que a atuação efetiva da sociedade civil aliada ao poder de alcance e de impacto da mídia são fundamentais para o sucesso deste tipo de intervenção.

MATERIAL DE PESQUISA

Arquivos do IPEC do programa de ação “Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos”

Agreement

Síntese de diagnóstico da situação do município de Novo Hamburgo (CMDCA de Novo Hamburgo)

Plano de Ação - Projeto de combate ao trabalho infantil - Núcleo Dois Irmãos

Ante projeto “Costurando, reformando e criando”.

Projeto de pesquisa (Diagnóstico do trabalho infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos)

Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos (relatório de pesquisa) com disquete

Diagnóstico do trabalho infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos. 1997 (Memória Executiva)

Relatório de Monitoramento do projeto

Relato do projeto de dez/96 a mar/97

Síntese das atividades desenvolvidas pela ASBEM-NH durante o programa com o IPEC

Relatório referente à evasão do núcleo de Dois Irmãos

Cartilha Efeitos do Trabalho na Saúde de Crianças e adolescentes. Mtb/ DRT-RS

Arquivos do IPEC sobre a avaliação ex-post no Vale dos Sinos

Avaliação do Impacto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos.

Relatório avaliativo

Relatório final

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre o setor calçadista

Regimento interno do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil

Relatório do 1º Seminário dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Sul de 1995

Relatório da Plenária sobre criança e adolescente, em 07/12/95

Complexo Coureiro-calçadista (Ana Paula Fontenelle Gorini e Sandra Helena Gomes de Siqueira).

Encuesta sobre proyectos relativos a la eliminacion progresiva y la prevencion del trabajo infantil.

Cópia do texto Marcha Global Contra o Trabalho Infantil “da Exploração à Educação”.

Uma infância meia-sola

Franca teme boicote dos EUA à importação de sapatos por causa de menores que cheiram cola no trabalho

GILBERTO NASCIMENTO

Revista Istoé, 19/04/95

Ubrindar os visitantes de outras cidades, já no aeroporto local, com uma indagação presunçosa: "Vocês sempre saem do Terceiro Mundo para passear no Primeiro?". A pretensão tem os seus motivos. O município de 253 mil habitantes tem uma única favela, com 95% de

a pelo Unicef e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). De 1.561 crianças entrevistadas, 56% ganhavam até meio salário-mínimo, 12% tinham salário e



Entidade vai tirar crianças do trabalho

Esta é a resposta das indústrias de Franca às acusações do Unicef

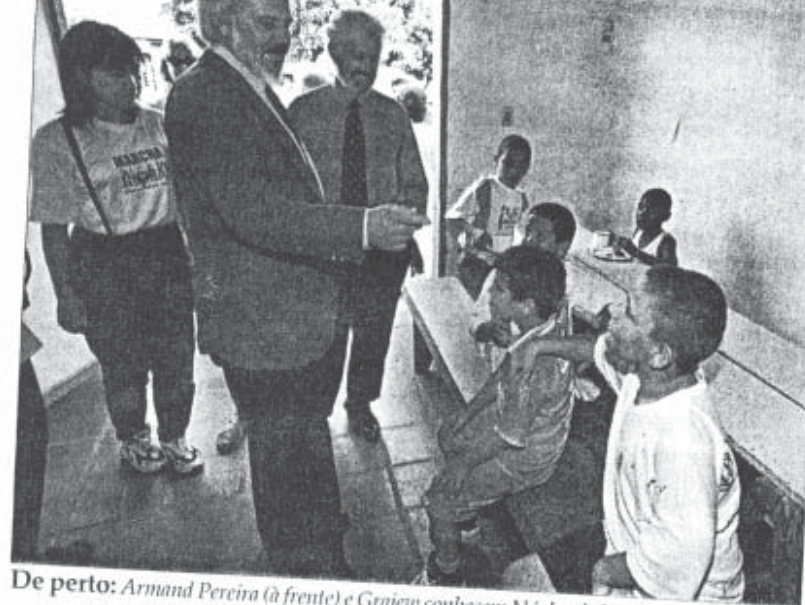
Diário da Franca, 06/10/95



U e favorecer o seu desenvolvimento em todos os sentidos será implementada na cidade pelo Sindicato da Indústria de Calçados

emprego dos adultos, quando deveriam estar na escola". Existem hoje na cidade cerca de 400 indústrias de calçados empregam 25 mil trabalhadores. Os dez mil são utilizados no processo de terceirização e, desse total, quatro são crianças, estima Faccioli.

A tensão cresceu depois que o Ministério Público começou a investigar as denúncias do Sindicato dos Sapateiros sobre os prejuízos causados pela terceirização. Em novembro, a Procuradoria do Trabalho de Campinas promoveu uma ação civil pública contra as empresas de calçados. Ao julgar a ação no mês passado, o juiz José O. Souza Ferreira, da Junta de Conciliação e Julgamento de Franca, decidiu que a terceirização que permitiu a



De perto: Armand Pereira (à frente) e Grajew conhecem Núcleo de Vivência da vila Iguaçu

Infância em busca de cidadania

Crianças que integram a Marcha Global relatam histórias de exploração da mão-de-obra infantil

MARLEI FERREIRA

O corpo franzino, boné na cabeça e o sorriso tímido do sergipano José Boquim, 12 anos, revela a dura realidade vivida por milhares de crianças do Nordeste e Sul do Brasil nas condições de

bém ao futuro, pela ausência

Jornal NH, 03/03/98

envolvidos no Vale do Sinos para devolver a cidadania a ex-pequenos trabalhadores. Em Igrejinha, visitaram o Centro de Vivência para a Infância e Adolescência do Serviço Social da Indústria (Sesi), em funcionamento há seis anos, e conheceram

Przemska, 12 anos, de I... Os dois juntaram-se à M... bal, representando o set... calçadista, e seguirão a... à Argentina. Mais quat... brasileiras, retiradas da...

Instituto de Franca vai atender 3.000 crianças

Pró-Criança pretende oferecer reforço alimentar, atividades culturais e lazer aos menores da periferia

Da Reportagem Local

De 3.000 a 4.000 crianças e adolescentes carentes de Franca devem começar a receber assistência a partir da próxima semana por intermédio do instituto Pró-Criança.

A diretoria do Pró-Criança (Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente) foi oficializada ontem e começa a funcionar na próxima semana.

Segundo o calçadista Elcio Jacometti, presidente do instituto, as indústrias da cidade vão investir de R\$ 1 milhão em

criança a ser atendida esteja na escola.

Coutinho diz que uma das principais metas do Pró-Criança, além de tirar a criança da exploração de trabalho, é incentivar o estudo.

O programa vai funcionar em vários núcleos espalhados na periferia da cidade para atender as crianças e adolescentes locais próximos de suas casas.

A idéia da criação do instituto, segundo Jacometti, surgiu da necessidade de formar profissionais mais capacitados para o mercado das indústrias de calçados de Franca.

"Não vamos parar de produzir calçados. Uma das formas de conseguirmos bons profissionais é oferecemos escolas e cursos profissionalizantes às crianças e adolescentes", diz Jacometti.

O Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente foi criado



Folha de São Paulo, 16/11/95

EDITORIAL

Volta ao bom senso

A criação do Pró-Criança, instituto que vai alimentar, educar e ensinar uma profissão aos menores carentes de Franca, representa um avanço social importante e uma decisão sensata por

parte do poder público. A criação do instituto, que vai alimentar, educar e ensinar uma profissão aos menores carentes de Franca, representa um avanço social importante e uma decisão sensata por

Folha de São Paulo, 19/11/95

A constatação, pela pesquisa, que 65% das crianças entrevistadas trabalhavam por meio salário mínimo mensal em bancas de costura, foi na época

Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



A Experiência do Mato Grosso do Sul

ANTECEDENTES

Na década de 70, o Governo Brasileiro subsidiou uma série de mega-projetos e projetos de desenvolvimento industrial, por meio de mecanismos de isenção fiscal e financiamento. O objetivo do Governo Federal era eliminar as desigualdades regionais, proporcionando desenvolvimento para as regiões do interior do país de modo a redistribuir renda e gerar empregos.

Mato Grosso do Sul foi um dos estados agraciados com esses mega-projetos. Durante o regime militar, foi elaborado um grande projeto de incentivo que consistia em um programa de reflorestamento de pinus e eucalipto, numa área de cerca de 500.000 ha. Tal área situava-se no sudoeste do Mato Grosso do Sul, nas proximidades dos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas.

O custo estimado do projeto era de US\$175 milhões (outras estimativas falam de US\$ 500 milhões), que foram repassados a 21 grandes empresas. A idéia central do projeto era destinar a madeira plantada



Na região de exploração do carvão, não havia nenhum tipo de assistência à saúde, e não eram poucos os problemas nessa área

para a fabricação de papel e celulose, atraindo empresas para o estado. Estas empresas poderiam seduzir-se pelo baixo custo da terra nesta região, pela pequena distância de São Paulo e pela facilidade de acesso a boas rodovias e ferrovias.

Contudo, a iniciativa faliu. Já em meados dos anos 80, sabia-se que não se instalaria fábrica alguma ou qualquer outro grande empreendimento na região, o que levou ao abandono do projeto iniciado. O que fazer, então, com o reflorestamento de pinus e eucalipto existente na região?

Em 1985, o Governo do Mato Grosso do Sul lançou o Programa Pró-Indústria, oferecendo incentivos fiscais e até a possibilidade de crédito para a implantação de serrarias, unidades de beneficiamento de madeira ou fábrica de celulose, mas nenhum grupo mostrou-se interessado. Surgiu então a possibilidade de se aproveitar a madeira existente para produzir carvão vegetal, que abasteceria as siderúrgicas de Minas Gerais.

Vale notar que até então o Estado do Mato Grosso do Sul já produzia carvão vegetal. No entanto, este carvão tinha como fonte de origem a vegetação nativa do cerrado, e era produzido em pequena escala.

Diante dessa possibilidade, os donos das fazendas, que haviam cedido a terra para o projeto de reflorestamento, começaram, a partir de 1988, a explorar a madeira do mesmo que, inclusive, tinha maior produtividade do que a vegetação de cerrado para a fabricação do carvão¹. Além disso, havia um incentivo governamental em função de se tratar de um empreendimento que utilizava baixa tecnologia, o que implicava em um custo operacional muito baixo, acrescido da gratuidade da própria matéria-prima e especialmente do baixo custo da mão-de-obra.

O empreendimento foi altamente rentável, pois, além de dar um destino ao próprio reflorestamento e das outras condições favoráveis já aludidas, tinha como pilares a sonegação fiscal, a ausência de controle ambiental e um regime de trabalho similar ao escravista.

Os trabalhadores vinham, sobretudo, do Norte de Minas Gerais, “contratados” com promessas de melhores salários do que os de sua região. Eram aliciados por “gatos”, que eram conhecidos apenas por apelidos, sem nenhuma clareza contratual. Ao chegarem no local de trabalho, percebiam que a situação prometida não se verificava. As condições de trabalho dessas pessoas eram péssimas. Suportavam uma jornada de trabalho de mais ou menos doze horas por dia, em meio a grossas nuvens de fumaça, morando com a família inteira em alojamentos de lona e chão batido, na maioria das vezes, de um cômodo, sem condições mínimas de higiene.

As famílias trabalhadoras geralmente dormiam em tarimbadas (estrado de madeira roliça), forrado com pedaços de panos e roupas. Em geral, esses alojamentos situavam-se a cerca de 20 ou 30 metros dos fornos. O salário recebido mal dava para a alimentação e tudo lhes era cobrado, da ferramenta que usavam à água suja que bebiam, em geral servida em tambores a céu aberto.

No final do mês, com tantos descontos, muitos ficavam devendo ao patrão. Por vezes, como agravante da situação, o pagamento não era regular. Há casos registrados de trabalhadores que ficaram até cinco meses sem receber nada e que, para impedir que se evadissem do local, tinham todos os seus pertences vendidos pelo patrão.

Muitos foram os casos de agressões pessoais, estupros e até assassinatos de trabalhadores do carvão. Segundo dados oficiais, somente no ano de 1992, 13 pessoas foram assassinadas e a polícia registrou 25 tentativas de homicídio. Esse clima de horror inibia qualquer tipo de reclamação por melhorias trabalhistas.

Na região de exploração do carvão, não havia nenhum tipo de assistência à saúde, sendo que não eram poucos os problemas nessa área. Como consequência das péssimas condições de trabalho e moradia, observava-se toda sorte de problemas respiratórios, perda gradativa da visão, doenças músculo-esqueléticas, perda da sen-

¹ Um hectare de eucalipto produz em média 80 metros cúbicos de carvão e a produção de carvão com vegetação do cerrado não ultrapassa a média de 50 metros cúbicos.



sibilidade cutânea, além de inúmeros problemas causados por acidentes de trabalho devido à ausência total de equipamentos de proteção.

O trabalho dos carvoejadores era manter alimentados os fornos com madeira, que era queimada lentamente em um forno lacrado que, depois, era aberto para que o carvão fosse recolhido em sacos. Como muitos dos trabalhadores ganhavam por produção, mas não apenas por isso, a família inteira do trabalhador era envolvida no trabalho.

As crianças com mais de 4 anos já eram consideradas aptas para trabalhar, carregando tijolos e lacrando a entrada dos fornos com barro. Crianças maiores se transformam em pequenos trabalhadores braçais, ajudando no carregamento e no processo de retirada do carvão ainda quente dos fornos. As grande maioria das mulheres, em suas “horas vagas”, ajudavam na produção. No início de 1992, estimava-se que havia cerca de 8.000 trabalhadores nas várias carvoarias da região, vivendo nas condições acima descritas.

No final dos anos 80, começaram a surgir denúncias sobre as condições de vida e trabalho nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, bem como sobre a omissão do próprio Estado em agir para combater esse problema. Algumas entidades não-governamentais (Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul, dentre outras) iniciaram um trabalho de denúncia de forma mais organizada e constante.

Isso resultou na abertura, em 1992, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que visava apurar as denúncias e acionar os órgãos competentes para coibir a prática de trabalho escravo e infantil em várias atividades: produção de carvão, de álcool, de açúcar, colheita de algodão, de braquiária e erva-mate.

A partir do trabalho dos agentes envolvidos no combate ao trabalho infantil nessa região, foi exposta uma face perversa e complexa desse problema. Essa face refletia as graves consequências de políticas governamentais quando implementadas sem um maior conhecimento das condições estruturais do país e sem um estudo aprofundado de suas possíveis consequências.

A CPI alcançou poucos resultados em termos de mudança da realidade existente na região. No entanto, propiciou, auxiliada pela imagem negativa do Estado frente à comunidade nacional e internacional (as denúncias, nesse momento, haviam ganhado a mídia local, nacional e internacional), a criação, em junho de 1993, da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul.

Estiveram envolvidos nesta iniciativa vários órgãos do Poder Estadual e Federal, dentre os quais a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e algumas Secretarias do Estado. A Comissão contou também com a participação de várias ONG's. Ao todo, 16 entidades formavam a Comissão, sendo 11 delas ONG's fundadoras, havendo posteriormente uma ampliação, quando a Comissão passou a contar com 27 entidades, sendo 16 delas ONG's.

O primeiro contato direto do IPEC/OIT com esta questão se deu por ocasião de um seminário para debater o assunto e propor soluções, realizado em março de 1993, em Campo Grande, capital do Estado. Este encontro foi promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI) e contou com a participação da recém-criada Comissão Permanente que, posteriormente, transformou-se em um Fórum Estadual de discussão da problemática.

A Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul começou, então, a realizar seu trabalho, relatando, denunciando e indicando que as entidades competentes fiscalizassem e multassem as irregularidades percebidas. Entretanto, no início todo esse trabalho da Comissão não estava produzindo as mudanças significativas desejadas.

Crianças com
4 anos eram
consideradas
aptas para
trabalhar,
carregando
tijolos e
lacrando a
entrada dos
fornos



A atuação do IPEC/OIT foi decisiva para a formulação e implementação do PAI pelo Governo do Estado e entidades da sociedade civil organizada

Em maio de 1994, aconteceu um novo seminário sobre crianças trabalhadoras do carvão e destilarias no MS. Após esse seminário, a Comissão solicitou, em julho de 1994, uma assessoria por parte do IPEC/OIT para criar mecanismos novos de ação para o combate da problemática, uma vez que, como foi dito, as mudanças significativas não se realizaram conforme o necessário.

A primeira solicitação da Comissão ao IPEC/OIT foi a de um técnico para analisar a realidade e formular projetos de intervenção. Esta solicitação foi prontamente acatada por meio da contratação de um advogado durante 1 ano, que teve como atribuição acompanhar as visitas e reuniões da Comissão, elaborar ações de combate ao trabalho infantil e acompanhar, nas instâncias jurídicas, os processos encaminhados pela Comissão. Nesta ocasião, corriam 3 inquéritos civis públicos pela Procuradoria Geral da República sobre a problemática em MS.

Em outubro de 1994, configuraram-se os primeiros programas de ação do IPEC/OIT na região, fruto desse primeiro apoio técnico estabelecido. Ao todo, realizaram-se na região 4 Programas de Ação contra o trabalho infantil que foram apoiados técnica e financeiramente pelo IPEC/OIT. Este programas abrangeram, além da problemática carvoeira, foco central de atuação, a problemática do trabalho infantil nas destilarias de cana-de-açúcar, na plantação de braquiária, de algodão e de erva-mate.

A atuação do IPEC/OIT, através desses projetos, foi decisiva para a formulação e implementação do PAI (Programa de Ações Integradas), que foi uma iniciativa capitaneada pelo Governo do Estado e por entidades da sociedade civil organizada local, com o apoio de outras instituições nacionais e internacionais. O PAI constituía-se de 52 propostas de atuação divididas em três linhas básicas: mobilização e comunicação, diagnóstico para a formulação de políticas e, por fim, ações integradas iniciais para enfrentamento da questão.

É importante registrar que a instituição do PAI deu-se a partir das denúncias e relatórios promovidos pela Comissão, que já contava com apoio da OIT. Isso produziu a mobilização de diversos organismos governamentais e não-governamentais que, durante uma reunião, realizada no primeiro semestre de 1994, em Brasília, definiram como prioridade o combate do trabalho infantil nas carvoarias.

Já em outubro do mesmo ano, foi realizada uma reunião do referido Fórum em Campo Grande para discussão do problema. Essa nova reunião contou com a participação de entidades do Governo Federal, Estadual e entidades não-governamentais. Foram apresentadas, na ocasião, várias propostas para o enfrentamento do trabalho infantil nas carvoarias, que constituíram-se como um germen do PAI. O UNICEF e o IPEC/OIT comprometeram-se, já neste momento, a dar suporte técnico e financeiro para que as propostas discutidas fossem implementadas.

Vale lembrar que essas reuniões iniciais foram fundamentais para a instituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que foi criado em novembro de 1994, para articular entidades de todo o país na luta contra o trabalho infantil.

PROGRAMAS DE AÇÃO DO IPEC/OIT NO MATO GROSSO DO SUL

A ação do IPEC/OIT no estado do Mato Grosso do Sul para combater e erradicar o trabalho infantil formalizou-se em 4 programas de ação, realizados ao longo de seis anos de trabalho: entre 1994 e 2000. Os programas foram firmados com duas entidades não-governamentais: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que implementou 3 programas, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), que implementou 1 programa.



O Trabalho com a FETAGRI

O primeiro programa de ação do IPEC/OIT no Mato Grosso do Sul foi realizado a partir de um acordo estabelecido com a FETAGRI/MS. A FETAGRI é uma entidade responsável pela coordenação, no estado do Mato Grosso do Sul, das ações relacionadas à representação e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, incluindo assalariados (permanentes e temporários) e pequenos produtores (proprietários, posseiros, arrendatários e meeiros). É afiliada da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), congrega um total de cerca de 58 sindicatos de trabalhadores rurais, atuando sobre cerca de 150.000 trabalhadores rurais.

Seus principais campos de atuação envolvem a orientação, organização e reivindicação no que se refere às políticas salarial, agrária, agrícola, previdenciária, de saúde e de educação, priorizando ações voltadas à negociação coletiva, reforma agrária e organização associativa do pequeno produtor.

O título deste programa de ação foi “Mobilização para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil em Carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul”. O início do projeto deu-se em novembro de 1994 e seu término em abril de 1996. O programa contou com vários parceiros: CONTAG, DRT/MS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), Sindicato dos Trabalhadores de Três Lagoas e Águas Claras, entre outros. A abrangência do programa cobriu três municípios do estado: Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Águas Claras.

O programa teve como objetivo geral contribuir para a gradual eliminação do trabalho infantil em carvoarias do estado do Mato Grosso do Sul. Tal objetivo veio associado a um conjunto de três objetivos imediatos:

- assegurar o reforço da lei referente ao trabalho infantil e a inclusão de cláusulas promovendo a prevenção, proteção de crianças trabalhadoras e a eliminação do trabalho infantil em convenções coletivas de trabalho referentes aos trabalhadores de carvoarias nas três cidades atendidas.
- sensibilizar famílias de crianças trabalhadoras e autoridades sobre a importância da retirada de 3000 crianças trabalhadoras em atividades de risco em carvoarias dos municípios de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Águas Claras.
- assegurar o acesso às instituições de ensino regular, à saúde básica, aos serviços de lazer e de cultura para crianças de 7 a 14 anos que estejam trabalhando em carvoarias das cidades atendidas pelo programa.

Foi realizado um trabalho de conscientização com as famílias trabalhadoras do carvão, no sentido de que elas passassem a valorizar o estudo como forma de melhoria da qualidade de vida e de exercício da cidadania. Os relatos não detalham como era feita a abordagem das famílias, mas especificam que todas as crianças trabalhadoras foram abordadas.

Foi realizado o “Seminário de Mobilização para Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul”, em março de 95, contando com a presença de várias entidades governamentais e não-governamentais, dentre elas, a CONTAG, a DRT, várias secretarias municipais e estaduais de estado, a Pastoral do Migrante, a PROMOSUL, os sindicatos de trabalhadores rurais de Novo Mundo, Ribas do Rio Pardo, além de várias universidades.

O seminário propiciou uma série de reflexões e debates acerca da problemática da criança trabalhadora das carvoarias do MS. Foram feitas análises da realidade, houve uma apresentação do programa de ação em foco, foram realizadas discussões acerca da importância da educação como forma de eliminação do trabalho infantil e foi estabelecida uma série de ações e estratégias para continuidade do trabalho nas localidades onde a problemática se apresentava.

Foram realizados também programas de rádio que visavam a conscientização das famílias e da sociedade em geral sobre a problemática da criança. A proposta inicial previa a realização de programas semanais, transmitidos aos domingos, durante um ano. Entretanto, finalmente só foi possível produzir 2 programas de rádio, que receberam o título de “Ser Criança – Um Direito”, e foram ao ar pela Rádio Capital - AM, a partir de março de 1995.

Foram
verificadas
mudanças na
realidade
escolar, com a
instalação de
salas de aula
nas carvoarias
e a conquista
de transporte
escolar



Foram constatados vários avanços ao final do programa. Foram verificadas mudanças significativas na realidade escolar, com a instalação de salas de aula nas carvoarias e a conquista de transporte escolar para que as crianças tivessem acesso à escola. Este transporte foi conseguido em parceria com as prefeituras municipais.

Foi ainda realizado um levantamento do perfil da criança nas carvoarias que contou com a ajuda da Secretaria de Educação Estadual durante a fase de coleta de dados. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul também engajou-se na pesquisa, o que contribuiu para formação de seus alunos quanto à conscientização sobre o problema.

A Secretaria de Educação colaborou ainda para modificar a situação nas carvoarias, providenciando o registro civil de crianças sem documentação e contratando professores para lecionarem, e a Secretaria de Saúde colaborou com a orientação sobre saúde básica e na vacinação de crianças e animais domésticos.

O Relatório Final do programa destaca que, em termos de mobilização e encaminhamento de tarefas, foram de grande ajuda as parcerias com sindicatos, igrejas e outras entidades. O mesmo documento indica ainda que o trabalho iniciado pelo programa teve continuidade com o PAI, assumido pelo Governo de Mato Grosso do Sul e que o relacionamento com o IPEC/OIT foi bastante positivo.

A Parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

O primeiro programa de ação entre o IPEC/OIT e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional/MS, desdobrou-se paralelamente ao programa de ação implementado pela FETAGRI. A CPT é uma entidade religiosa sem fins lucrativos, pertencente às pastorais sociais da linha seis, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estando portanto ligada à Igreja Católica Apostólica Romana.

A atuação da CPT se dá especificamente junto a trabalhadores rurais, agricultores sem terra, assentados, pequenos produtores rurais, assalariados do campo e no combate ao trabalho escravo e infantil no campo.

O título desse programa foi “Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho – Intervenção Sistemática nas Áreas de Trabalho Infantil em Condições de Risco”, sendo que o mesmo iniciou-se em novembro de 1994 e terminou em dezembro de 1996. Sua atuação abrangeu 6 municípios do Mato Grosso do Sul: Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas, Brasilândia, Navaraí e Sidrolândia.

O objetivo geral do programa era combater o trabalho forçado de 3.000 crianças exploradas na produção do carvão vegetal, álcool e cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, através da promoção da cidadania e melhoria das condições de vida e trabalho das famílias destas crianças. Tal objetivo desdobrava-se em 3 objetivos imediatos:

- detectar e apresentar denúncias de situações críticas de exploração do trabalho infantil nos 6 (seis) municípios e envolver empresários, governos municipais e ONG's na solução dos problemas das famílias dos carvoeiros e da agro-indústria açucareira;
- garantir o funcionamento permanente da Comissão e divulgar os resultados do trabalho realizado;
- fiscalizar o cumprimento dos acordos de usineiros e do Sindicato dos Produtores de Carvão, proibindo o trabalho escravo e de crianças.

Como já foi dito anteriormente, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias em Mato Grosso do Sul foi fundada em 1994 e constituía-se de 26 entidades atuantes da luta contra o trabalho infantil. Dando continuidade ao processo de consolidação dessa Comissão, esse programa de ação atuou para que, em 1995, ela se ampliasse mais ainda. De fato, ao final deste ano a Comissão passou a contar com 38 entidades associadas, sendo metade delas ONG's e a outra metade OG's.

O aumento do número de entidades deu-se pela necessidade de ampliação do leque de ações sobre a realidade investigada, somado ao entendimento técnico que essas novas parcerias poderiam produzir frutos mais palpáveis. Além disso, foi constituída uma Subcomissão, constituída de 9 (nove) entidades, sendo 04 (quatro) OG's e 5 (cinco) ONG's, que recebeu o nome de Subcomissão de Três Lagoas, para implementar parte das atividades desse programa no referido município.

O primeiro trabalho do programa se deu no plano da denúncia e da mobilização, já a partir de fevereiro de 1995, por meio da realização de visitas com jornalistas às carvoarias e às destilarias. Esta iniciativa era denominada "visita guia". Ao todo, foram realizadas 18 visitas guias, contando com a presença de jornalistas de TV e de jornais nacionais e internacionais, bem como de representantes de entidades internacionais.

Tais visitas renderam uma vasta cobertura na mídia, mostrando a degradante situação das famílias dos carvoeiros e, especialmente, a das crianças. A cobertura fez com que o debate sobre o combate ao trabalho infantil, sobretudo nas carvoarias, tomasse força e repercussão nacional e internacional.

Nesse aspecto, ainda, foram realizadas palestras nas universidades da região para tratar do tema exploração de trabalho infantil, o que contribuiu também para conscientização e mobilização da sociedade da região para a questão.

Foi elaborada, então, uma série de relatórios, fruto das visitas de inspeção da Comissão e da Subcomissão de Três Lagoas. Esses relatórios foram sistematicamente enviados às secretarias de estado e entidades interessadas na questão em âmbito regional, nacional e internacional. Ao todo foram produzidos 23 Relatórios Síntese de inspeção a partir de 54 Visitas de Inspeção, e 12 Relatórios Síntese da Subcomissão de Três Lagoas produzidos a partir de 19 Visitas da Subcomissão.

Foi então constituído um subgrupo que deveria concentrar-se especificamente na questão do trabalho da criança e do adolescente. Esse subgrupo realizou 16 visitas e produziu 8 Relatórios Síntese.

Realizou-se um grande número de reuniões da Comissão Permanente em que eram planejados os trabalhos a serem desenvolvidos e avaliados os já realizados. Houve também várias reuniões com órgãos governamentais e patronais para articulação, realização de acordo e planejamento. Destacam-se a realização do contrato coletivo de trabalho dos indígenas nas destilarias, bem como a realização de reuniões para a discussão do PAI. A Comissão Permanente compôs o Comitê Executivo de Coordenação do PAI.

Para garantir maior eficácia ao trabalho de visitas, foi feito um mapeamento das carvoarias, cujo objetivo era saber o número de carvoarias e sua posição geográfica. Esse trabalho contou com o apoio da Secretaria Estadual de Planejamento e da Base Aérea de MS.

Como constatações gerais desse conjunto de relatórios, percebeu-se que mais de 90% dos carvoeiros eram procedentes de cidades do estado de Minas Gerais. A situação mostrava uma série de irregularidades, entre elas, contratação temporária de 60 a 90 dias, sem vínculo legal qualquer, grande falta de segurança, higiene e condições dignas de moradia, endividamento cíclico dos trabalhadores, jornada excessiva de trabalho e remuneração por produção. Essa última característica forçava mais ainda a utilização da mão-de-obra infantil pelos pais no trabalho, a fim de ampliar os rendimentos da família.

O programa de ação teve como beneficiários diretos cerca de 8.000 famílias envolvidas no processo de extração do carvão e cerca de 7.500 trabalhadores indígenas das várias plantações de cana-de-açúcar e produção de álcool e açúcar da região. Os beneficiários indiretos do programa de ação foram as 2.600 crianças que estavam envolvidas direta ou indiretamente com a produção de carvão, álcool e açúcar no Mato Grosso do Sul. Devido ao trabalho da Comissão, foi praticamente eliminado o trabalho não-índio nas destilarias e reduzido o número de crianças nas carvoarias.

A mídia
mostrou a
situação das
famílias dos
carvoeiros e,
especialmente,
a das crianças



Houve um grande envolvimento de secretarias de estado, órgãos federais, governos municipais e empresários no processo de realização do programa de ação e, como fruto desse envolvimento e ação, foi desenvolvido o Programa de Ações Integradas (PAI) no Mato Grosso do Sul.

Ao final do programa, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias em Mato Grosso do Sul perdeu sua especificidade com relação às situações de carvoarias e destilarias e passou a tratar também de outras formas de exploração do trabalho infantil, como é o caso do plantio da semente de capim braquiária e do plantio de algodão. Nesses trabalhos, foram encontradas situações análogas de exploração do trabalhador e igualmente das crianças e dos adolescentes.

O segundo programa de ação desenvolvido a partir do contrato entre IPEC/OIT e a CPT, foi uma continuidade do trabalho do primeiro programa entre essas entidades, entretanto, com maior abrangência. O título do programa de ação foi “Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul – Intervenção Sistemática nas áreas de Trabalho Forçado em Condições de Risco”.

O programa teve seu início em dezembro de 1996 e seu término em dezembro de 1998, tendo tido como parceiros o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional de Trabalho. A abrangência do programa estendeu-se a 15 (quinze) municípios do estado: Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Três Lagoas, Água Clara, Inocência, Brasilândia, Selvíria, Camapuã, Sidrolândia, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Naviraí, Rio Brillhante, Maracaju e Sonora.

O principal objetivo do programa era o de combater o trabalho forçado de aproximadamente 3.000 crianças e adolescentes explorados na produção de álcool/açúcar, carvão, algodão, braquiária e erva-mate no estado, mediante a promoção da cidadania e a melhoria das condições de vida e trabalho de suas famílias. Esse objetivo veio associado ao seguintes objetivos imediatos:

- fiscalizar o cumprimento de acordos firmados com o Sindicato dos Produtores de Carvão, Sindicato dos Produtores de Álcool/Açúcar e beneficiadores de erva-mate, algodão e braquiária, proibindo o trabalho forçado de crianças e adolescentes;
- acompanhar a implementação do “Programa de Ações Integradas” (PAI), nas carvoarias do MS, avaliando seus resultados;
- detectar e denunciar situações críticas de exploração do trabalho infantil nos municípios determinados pelo programa, envolvendo empresários, governos municipais e ONG’s na busca de soluções para os problemas nessa área.

O programa de ação realizou um grande número de inspeções para fiscalizar as condições de trabalho no interior do Mato Grosso do Sul, sobretudo, nas carvoarias e nas destilarias. Esse trabalho resultou num grande número de Relatórios Síntese sobre a situação dos trabalhadores e das crianças e adolescentes, filhos dos trabalhadores, de várias carvoarias, destilarias, hortos florestais, serrarias, fazendas de algodão e de plantação de braquiária.

A Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul realizou 34* relatórios-síntese e a Subcomissão de Três Lagoas produziu 14 relatórios-síntese. Esses relatórios foram divulgados junto às entidades interessadas e, a partir desses documentos, foi constatada uma série de irregularidades no que diz respeito às condições de trabalho e vida dos trabalhadores:

- trabalhadores sem registro em CTPS;
- trabalhadores sem equipamento de proteção individual;

* Constatou-se que o registro das reuniões e das inspeções foi diminuindo com o decorrer dos anos, o que resulta na impossibilidade de estabelecer o número exato dos relatórios, das visitas de inspeção, bem como das reuniões da Comissão.

- trabalho infantil;
- problemas relacionados à saúde dos trabalhadores, como problemas respiratórios, renais, musculares, cutâneos etc., ausência de medicamentos até para os primeiros socorros;
- ausência de orientação sobre os riscos inerentes às atividades de trabalho;
- alojamentos precários, com grande acúmulo de lixo e ausência de tratamento da água consumida;
- descumprimentos de cláusulas normativas referentes ao trabalho desenvolvido;
- descontos em salário, por vezes, indevidos, quase sempre não explicados ou registrados claramente;
- disseminação de bebidas alcoólicas;
- dificuldade em receber o incentivo do Vale Cidadania² (atrasos, problemas de cadastramento, etc.), dentre outros.

As inspeções produziram um grande número de notificações sobre esses problemas, sobretudo, no que diz respeito às questões de direitos trabalhistas não reconhecidos e de saúde dos trabalhadores e de suas famílias.

Com o decorrer dos anos de trabalho da Comissão e Subcomissão, foram percebidos avanços consideráveis nas condições de trabalho das carvoarias e destilarias. Em 1999, praticamente não foi constatado trabalho infantil nas carvoarias nem destilarias. Nessas últimas, porém, foram constatados casos de adolescentes indígenas trabalhando.

Ainda era preocupante, porém, a falta de capacidade fiscalizadora efetiva da Comissão e a permanência de crianças nas carvoarias, em companhia de suas famílias que ali continuavam trabalhando. Esta situação comprometia a qualidade de vida dessas crianças devido às condições precárias de moradia, higiene e acesso à saúde e educação.

Nas destilarias, houve significativa regulamentação do trabalho indígena, através de acordos entre as destilarias e a FUNAI, com interveniência do Ministério Público do Trabalho, que formalizou os vínculos empregatícios com os índios.

O programa de Vale-Cidadania foi uma grande contribuição para a melhoria da situação verificada. Entretanto, a maior fiscalização e monitoramento da situação do trabalho resultou na diminuição da contratação de pais de famílias ou na exigência de permanência somente do pai no trabalho das carvoarias, o que acarretou o surgimento de bolsões de pobreza em algumas cidades cobertas pelo programa.

Foram realizadas, com regularidade, reuniões da Comissão e da Subcomissão, avaliando o trabalho efetivado, planejando e buscando estratégias para o trabalho a ser realizado. Esta organização fez com que as ações da Comissão tivessem uma razoável repercussão na mídia local e nacional, ganhando destaque nos jornais da região, na produção de programas de emissoras de TV nacionais (SBT e Globo) e internacionais (BBC, TVs da Alemanha, França, Áustria e EUA). Essa repercussão foi importante para a mobilização da sociedade na cobrança de ações efetivas de órgãos governamentais no combate ao trabalho infantil.

Significativo material de divulgação e conscientização foi elaborado pela Comissão Permanente. Foi produzido um *folder* contendo informações relevantes sobre a própria Comissão, apresentando seu trabalho, suas realizações, suas competências e as entidades que a constituíam. Esse *folder* era distribuído gratuitamente aos trabalhadores, durante as Visitas de Inspeção.

A Comissão Permanente também participou de muitos seminários, encontros e reuniões sobre a questão em todo o país. Destaca-se a sua participação no “Seminário de Combate ao Trabalho Infantil”, promovido pelo governo estadual e realizado em agosto de 1999 em Campo Grande – MS.

Nesse seminário, foi lançada a campanha governamental “Dê uma Chance às Nossas Crianças - Contrate seus Pais”, cujo objetivo era mobilizar e sensibilizar a sociedade acerca da problemática do trabalho infantil.

Em 1999,
praticamente
não foi
constatado
trabalho infantil
nas carvoarias
nem destilarias

² No início, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal, que concedia bolsas para crianças trabalhadoras, foi denominado Vale Cidadania.



Foram realizadas palestras pela equipe do programa de ação em 3 Centros Universitários, bem como nas cidades de Aquidauana, Dourados e Corumbá. Um Colóquio também foi realizado na Universidade Católica Dom Bosco, localizada em Campo Grande.

O objetivo de vistoriar as ações do PAI foi cumprido dentro do possível. A dificuldade neste caso esteve relacionada com a existência de problemas detectados pela Comissão Permanente na operacionalização do PAI, como a falta de parcerias para executar todas as ações necessárias ao combate do trabalho infantil.

Em novembro 1998, foi realizada uma oficina de planejamento estratégico, coordenada por um profissional consultor financiado pelo IPEC/OIT. Participaram dessa oficina 30 componentes da Comissão e da Subcomissão. Como resultado dessa atividade, foi elaborado um plano de ação. O Plano de Ação elaborado nesta oficina foi implementado nos anos de 1999 e 2000, tendo recebido o apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT.

O terceiro programa de ação realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi iniciado em novembro de 1999, tendo encerrado suas atividades um ano mais tarde. Tratou-se de mais um programa que deu continuidade aos dois realizados anteriormente.

Seu título foi “Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul”, e o mesmo contou com a parceria do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho.

O programa teve como objetivo geral contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil em condições de risco e do trabalho forçado no Estado do Mato Grosso do Sul. Seus objetivos imediatos eram:

- fortalecer a capacidade da Comissão para combater o trabalho forçado, insalubre e em situação de risco à saúde e à integridade física;
- contribuir para a implementação de programas de atendimento às crianças e aos adolescentes retirados do trabalho nas colheitas de erva-mate, algodão e braquiária, na produção de cerâmicas, de carvão e de álcool/açúcar e no beneficiamento de madeira;
- promover a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho.

A principal atividade relacionada com este programa foi a visita aos estabelecimentos para fiscalização das condições de trabalho e a posterior produção de relatórios de divulgação às entidades interessadas no levantamento. Nesta ocasião foram produzidos 21 relatórios, sendo 19 deles da Comissão Permanente e 02 deles da Subcomissão.

Foram visitadas cerca de 45 empresas, entre carvoarias, destilarias e serrarias. A partir dos relatórios, os atores envolvidos com a problemática puderam verificar uma significativa melhora nas condições de trabalho, sobretudo, nas destilarias e serrarias. Não foram detectados grandes problemas, especialmente tendo em mente a situação verificada no início das atividades da Comissão Permanente, em 1994.

Merece destaque, como problemas que persistiam, a ausência ou a não utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), seja por fatores culturais ou não fornecimento, problema notado em quase todas as estabelecimentos visitados. Os casos mais graves com relação a este ponto encontravam-se nas carvoarias

Os alojamentos dos trabalhadores, em geral, apresentavam ainda graves problemas em função de sua precariedade estrutural e falta de higiene – persistiam a ausência de sanitários e de abastecimento de água tratada.

Os problemas de ausência de registro em carteira de trabalho haviam diminuído bastante mas ainda existiam. Verificou-se ainda a persistência de jornadas de trabalho muito prolongadas, tanto nas carvoarias quanto nas destilarias³, bem como um grande desconhecimento dos direitos trabalhistas por parte dos trabalhadores, sobretudo nas carvoarias.

³ Este problema relacionava-se sobretudo com o fato de a remuneração ser feita em função da produtividade de cada trabalhador.

O trabalho infantil foi praticamente erradicado, existindo, no entanto, casos de alguns indígenas adolescentes que falseavam sua idade. O PETI foi decisivo nesse processo de erradicação, não tendo conseguido, no entanto, trabalhar outros aspectos importantes, como a geração de oportunidades de emprego e renda junto às famílias beneficiadas.

Outro avanço significativo impulsionado pelo trabalho da Comissão Permanente foi o estabelecimento do Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena, que instituiu uma série de garantias aos índios, como registro em carteira e direitos trabalhistas básicos.⁴

Houve uma melhora sensível nas condições de trabalho das destilarias no que diz respeito às condições de saúde, uma vez que foram instalados ambulatórios com médico freqüente, enfermeiro diário e, eventualmente, atendimento dentário. Nas carvoarias, permaneciam, em geral, os problemas de saúde antes constatados.

Dentre as 21 carvoarias visitadas, apenas uma apresentava respeito aos direitos trabalhistas, boas condições de alojamento, com água potável encanada e ausência de trabalho infantil e feminino. Nesse número não são contabilizadas as baterias de fornos, que, por vezes, são exploradas de forma independente, formando quase uma nova carvoaria, sendo algumas até maiores que muitas carvoarias estabelecidas.

As visitas mantiveram a mesma sistemática, fazendo fiscalização e buscando a conscientização dos trabalhadores de seus direitos trabalhistas. Constatou-se que, apesar de existir um processo de exploração da mão-de-obra dos trabalhadores nas carvoarias por parte dos empreiteiros, inclusive com a existência de sub-empreiteiros, o que agravava a questão, houve um aumento de 70% nas estatísticas de trabalhadores com registro na CTPS. Esta elevação deveu-se, em grande medida, ao trabalho insistente e constante de fiscalização da Comissão Permanente e da Subcomissão.

As reuniões da Comissão e da Subcomissão continuaram a ser realizadas com regularidade, avaliando o trabalho realizado, planejando e buscando estratégias para o trabalho a ser realizado. Esta constância contribuiu para criação de uma rede de parceria no estado do Mato Grosso do Sul, no que diz respeito à conscientização dos trabalhadores e seus padrões, bem como para a fiscalização dos mesmos.

Essa rede de parceiros encontrou no âmbito da Comissão Permanente o espaço ideal para contribuir adequadamente na solução dos problemas identificados. Organizações governamentais, como a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), puderam dimensionar melhor seu trabalho de autuação de irregularidades; entidades relacionadas às questões indígenas puderam garantir a atenção de todos para as peculiaridades da cultura indígena, dentre outros exemplos.

Durante esta última fase do trabalho não foram constatadas repercussões das atividades da Comissão Permanente na mídia.

Em março de 2001, realizou-se o “Seminário de Avaliação da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul”, em Campo Grande. O seminário contou com a participação de quinze entidades que formavam a Comissão, sendo 8 governamentais e 7 não-governamentais.

A intenção do seminário era avaliar de forma participativa os resultados alcançados pela comissão, visando rediscutir sua missão e o comprometimento das entidades-membro em dar continuidade ao trabalho, visto que o apoio técnico-financeiro do IPEC-OIT chegaria ao fim com o término do contrato com a CPT. O Seminário contou com o apoio do IPEC-OIT e seus resultados serão pincelados a seguir, em meio a outras considerações.

O trabalho infantil foi praticamente erradicado, existindo casos de indígenas adolescentes que falseavam sua idade

⁴ A mão-de-obra indígena é largamente utilizada pelas destilarias, sobretudo, no corte da cana-de-açúcar. Os relatórios da CPT atestam que quase todas as usinas de cana-de-açúcar utilizam trabalho indígena, contabilizando cerca de 3.000 (três mil) indígenas trabalhando nesses estabelecimentos.



Breves Considerações Avaliativas das Atividades Implementadas Contra o Trabalho Infantil no Mato Grosso do Sul

A grave situação do trabalho infantil no Brasil, no início dos anos 90, exigiu a mobilização de vários agentes sociais comprometidos com a questão da infância e da adolescência para a modificação daquela situação.

No estado de Mato Grosso do Sul, apresentava-se um dos quadros mais degradantes da realidade do trabalho infantil no Brasil, especificamente, o trabalho infantil na produção de carvão vegetal. Esse quadro tinha como agravante uma estrutura de aliciamento altamente exploratória, uma vez que as famílias dessas crianças assentavam-se para trabalhar em locais distantes de sua cidade de origem, o que criava uma situação de dependência perigosa per si.

Associado a isso, os processos de contratação, em geral, desconheciam qualquer direito trabalhista instituído, sendo contratados sem nenhum registro, feitos por agenciadores que empreitavam os serviços do chefe de família e ganhavam percentagens da produção alcançada.

A situação agravava-se na medida em que existia um processo de sub-agenciamento, o que tornava mais exploradora a relação com aquele trabalhador que realizava diretamente o trabalho, uma vez que eram inseridos um ou mais componentes na cadeia de produção.

Essa situação provocava, por parte dos chefes de família, a utilização de todas as forças que estivessem sob seu poder para a realização do trabalho, que em geral era remunerado por produção. Nesse ponto, inseria-se a utilização da mão-de-obra infantil no trabalho insalubre da produção de carvão como forma de aumentar a renda familiar e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida da própria família.

O quadro de persistência do trabalho infantil era ainda agravado no Estado de Mato Grosso do Sul em função da existência de outras situações de exploração dessa parcela da população: nas destilarias de álcool e açúcar, nas plantações de algodão, nas cerâmicas, na extração de erva-mate, entre outros.

Nestes outros setores de atividades, as mesmas situações penosas verificadas nas carvoarias repetiam-se como problemas estruturais, sobretudo no que dizia respeito à necessidade de utilização da mão-de-obra infantil para aumento da renda das famílias trabalhadoras empobrecidas.

Toda essa situação contribuiu para que um conjunto de agentes sociais buscassem formas de atuação sobre o problema. O IPEC-OIT procurou dar sua contribuição, agindo em conjunto com tais agentes sociais para que se iniciasse um processo de gradual erradicação do trabalho infantil na região. No estado do Mato Grosso do Sul, o IPEC/OIT buscou responder, em conjunto com vários desses agentes, por meio de atividades implementadas diretamente com a CPT e a FETAGRI.

Num primeiro momento, no início do trabalho, foi instituído um serviço de denúncia que tinha como destaque a ação conjunta com a mídia. Esta estratégia de ação foi um passo importante para colocar na agenda nacional a problemática do trabalho infantil no Mato Grosso do Sul, dando visibilidade à gravidade da questão.

Esse trabalho, de certo modo, manteve-se até o final dos programas, sobretudo ao se considerar o papel dos relatórios de vistoria produzidos como instrumentos de denúncia e conscientização. Contudo, em termos de comunicação massiva, houve um declínio ao longo do processo, não havendo ao final uma divulgação mais intensiva das atividades dos programas.

Ao longo dos anos de realização do trabalho do IPEC/OIT com essas entidades, que consistiu basicamente na conscientização e mobilização de agentes sociais para fiscalização e combate das situações de trabalho infantil e situações degradantes de trabalho em geral, perceberam-se significativas mudanças na situação encontrada no início dos anos 90.

Como mudança mais significativa, merece destaque a quase total erradicação do trabalho infantil nas carvoarias e destilarias sob a área de abrangência dos programas desenvolvidos. O Relatório Final do último programa de ação implementado pela CPT atesta a eliminação total do trabalho infantil nas carvoarias, colheitas de braquiária, algodão e erva-mate.

Este relatório registra que, surpreendentemente, nos anos de 1999 e 2000, não foi encontrada nenhuma criança trabalhando nas atividades citadas, com exceção de alguns adolescentes indígenas. Isso caracteriza uma enorme mudança do quadro encontrado no início dos trabalhos, quando cerca de 3.000 crianças trabalhavam somente nas carvoarias, sem contar as outras atividades sobre as quais não existiam estatísticas claras.

Sem dúvida, o caráter tripartite de realização dos programas em questão foi um fator relevante no alcance dessa mudança positiva. A composição da Comissão Permanente, reunindo sociedade civil organizada e governos, proporcionou um conjunto acertado de ações que contribuíram para o sucesso alcançado na erradicação do trabalho infantil.

Merece destaque, como fator positivo para a conquista desse quadro a adoção de políticas de ação afirmativa, especificamente, do Programa Vale Cidadania, posteriormente denominado PETI. Essas políticas foram decisivas para que as crianças ingressassem na escola e, conseqüentemente, abandonassem o trabalho, pois o aumento da renda familiar proporcionado pela bolsa constituiu-se num elemento inibidor forte do trabalho infantil.

Na verdade, houve uma complementaridade entre os programas realizados em parceria com o IPEC/OIT, o programa PETI e outros programas governamentais ou não que também foram acionados pelas entidades integrantes da Comissão Permanente.

A Comissão Permanente realizou um trabalho de fiscalização que foi fundamental para a execução dos programas Vale Cidadania/PETI, seja no que diz respeito às verbas destinadas às crianças, seja na denúncia da falta de acesso das crianças à escola, seja no controle da participação efetiva das crianças na escola ou na denúncia das precárias condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, inclusive com a ausência de professores para lecionarem.

Apesar de colocar o fator econômico (aumento da renda) como decisivo na utilização da mão-de-obra infantil pelas famílias, não se desconhecem outros fatores — especialmente o fator conscientização do valor da educação para a vida das crianças — que os programas também procuraram trabalhar.

A educação nem sempre era valorizada por essas famílias e crianças, pois o trabalho ainda era percebido, erroneamente, como fator pedagógico importante para as famílias empobrecidas. Muito sobre esta questão ainda pode e deve ser feito. Prova disso é a apreensão causada por parte das famílias e dos gestores dos programas da reedição do trabalho infantil caso programas do tipo bolsa-escola sejam interrompidos.

Deve-se valorizar a continuidade do trabalho desenvolvido pelos programas nos 7 anos de sua concepção e execução. Sem essa contínua e sistemática articulação de forças não se poderia conquistar um combate eficaz ao trabalho infantil.

A persistência dos atores envolvidos foi talvez o elemento fundamental para que a maneira correta de agir fosse refinada com o passar do tempo. Desde o início, constatou-se que não adiantava simplesmente denunciar a situação ilegal, mas que era necessária a constituição de um processo de conscientização, mobilização da opinião pública e a articulação de vários organismos governamentais e não-governamentais na promoção de uma atuação constante e sistemática sobre o problema.

A visita de fiscalização e inspeção, associada ao trabalho de conscientização, foi a principal atividade desenvolvida nos programas em questão. No caso dos programas gerenciados pela CPT, essa atividade, por ser realizada de

Sem a
contínua e
sistemática
articulação de
forças não se
poderia
conquistar um
combate
eficaz ao
trabalho infantil



As crianças
gostam de
estudar e
ajudam com a
bolsa. Mas
afirmaram que
voltariam a
trabalhar se
acabasse

forma sistemática, tornou-se a principal estratégia de ação, seja na sua organização (reuniões, planejamento, etc), seja no seu posterior encaminhamento (divulgação, notificação, produção de relatórios, etc).

Essa estratégia resultou numa significativa melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, sobretudo, nas destilarias de álcool e açúcar. Vale destacar uma vez mais as melhorias na assistência médica oferecidas pelas destilarias, o significativo aumento na regulamentação do trabalho e conseqüente reconhecimento dos direitos trabalhistas, via aumento dos registros em CTPS e a realização de uma série de atividades desdobradas a partir das visitas, que visaram o estabelecimento de acordos e pactos sociais entre as partes envolvidas nas relações de trabalho.

Merece destaque também o “Pacto Indígena” (Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena) acordado entre trabalhadores e patrões das destilarias e a elaboração de um “Ajuste de Conduta” (conjunto de exigências para regularização da situação de vida e trabalho) a ser observado nas carvoarias.

As condições de moradia, especialmente nos alojamentos das destilarias, apresentaram melhora, porém permanecem graves os problemas no que diz respeito ao saneamento básico. Um ponto recorrente é a não utilização dos equipamentos de proteção individual. Apesar de alguns empresários fornecerem esses equipamentos, os trabalhadores, por resistência cultural, não os utilizavam.

Deve ser ressaltada, também, a produção de subsídios para o planejamento da ação dos programas, principalmente na elaboração do Plano de Ação 1999-2000 e na realização do Seminário de Avaliação da Comissão em 2001. O trabalho mostrou-se eficiente e bem conduzido em termos técnicos, o que permitiu um encaminhamento mais preciso das ações a partir de então.

No que diz respeito especificamente ao combate ao trabalho infantil, pôde-se constatar que, devido à sistematicidade das visitas, ficou claro para os pais, para os empreiteiros e para os empresários que o trabalho infantil constituía-se numa prática ilegal e que, portanto, deveria ser erradicada.

A prática do trabalho infantil não pôde mais ser justificada, após o trabalho desenvolvido por meio dos programas de ação, por desconhecimento de sua ilegalidade. As “justificativas” que se poderiam constatar, ainda, seriam por necessidade, por parte da família, ou mesmo por ganância ou insensibilidade, por parte dos empresários e empreiteiros. Todavia, deve-se frisar que essas “justificativas” podem construir uma explicação para a permanência da prática do trabalho infantil, mas não podem se constituir em justificações morais ou legais para sua permanência.

Com a atuação dos programas, as crianças foram tomando consciência da atuação da Comissão Permanente, passando de uma atitude de medo, a princípio, para uma atitude de reconhecimento de uma estrutura que “vigia” e protege seus direitos. A maioria das crianças gosta de estudar e pode continuar ajudando na renda familiar com a bolsa, entretanto muitas afirmaram que voltariam a trabalhar se acabasse a bolsa-escola, principalmente nas carvoarias.

CONCLUSÃO

Sendo um fenômeno de grande complexidade, o trabalho infantil aponta para a necessidade de uma compreensão estrutural de seu modo de organização. Somente esta compreensão pode produzir ações que se preocupem em estabelecer novas relações estruturais de trabalho e produção.

Nesse sentido, a compreensão de toda a cadeia produtiva das carvoarias, por exemplo, desde o aliciamento de carvoeiros, passando por sua produção, até o consumo pelas siderúrgicas, churrascarias, empresas exportadoras ou consumidores domésticos, é um fator importante para se pensar estratégias que agreguem valor eticamente positivo e legalmente aceito à toda cadeia.

O processo de fiscalização também é um fator necessário, mas não suficiente. A criação de mecanismos que dêem publicidade a todo esse processo, tais como selos sociais que associem aquele produto ao seu processo de produção, prêmios e incentivos fiscais às empresas que não se associem com a produção ilegal, entre outras ações e programas que caminhem nessa perspectiva, são imprescindíveis.

Outra expressão da complexidade do fenômeno trabalho infantil, bem como da necessidade de compreensão estrutural da questão, foi o impacto inicialmente negativo desencadeado sobre as famílias devido à atuação da Comissão. Os empresários do carvão, receosos das consequências negativas da fiscalização para seus negócios, procuraram não contratar homens com família para a produção, optando por jovens solteiros para executar os trabalhos ou homens casados, mas sem a presença da família nas carvoarias.

Isso gerou, obviamente, uma série de problemas como desagregação familiar, exploração da mão-de-obra jovem, favelização das cidades do interior e desemprego de homens adultos.

Nesse contexto, a implementação do Programa Bolsa-Escola mostrou-se uma ação abrangente, mas que também não resolve totalmente essa escala de problemas. Isso implica na necessidade de elaboração de políticas que pensem a problemática de modo estrutural, articulando ações afirmativas de amplo espectro, como vigilância, punição e publicidade das irregularidades e das peculiaridades da produção, agregando valores socialmente positivos aos produtos finais, provocando, assim, um processo de sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade como um todo para combater o trabalho infantil.

No Brasil, em especial no Mato Grosso do Sul, o trabalho infantil tem ainda uma outra expressão de complexidade: a utilização de mão-de-obra indígena nas destilarias. Como já foi dito, muitos índios trabalham nas destilarias, o que provoca uma aproximação de culturas mediadas pela necessidade do trabalho. Neste contexto surge o problema dos adolescentes indígenas.

Devido à variação cultural, no que diz respeito à entrada no mundo adulto, instala-se um impasse. Muitos povos indígenas assumem que jovens de 14 (quatorze) anos podem ingressar no mundo adulto, sendo-lhes permitida uma série de ações que, na cultura abrangente, somente após os 18 (dezoito) ou 21 (vinte e um) anos lhes seria permitido, como casar ou caçar, por exemplo. Essa diferença cultural, que se desdobra em problemáticas legais, incrementa a complexidade do fenômeno uma vez que é plausível para os líderes indígenas que os adolescentes trabalhem como homens adultos, fator que deve ser incorporado para a construção de soluções amplas e articuladas.

A despeito de todas essas complexidades, é necessário reiterar que este conjunto de ações que, talvez, inicialmente não atentasse para tantas complexidades específicas, teve um resultado bastante positivo na erradicação do trabalho infantil e na melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores atendidos.

Esse é um exemplo que indica a possibilidade efetiva de se construir uma sociedade em que o trabalho infantil não exista e que o trabalho seja exercido sem exploração e mediado pela lei. Sem a atuação de todas as entidades envolvidas nesse processo, com seus diferentes níveis de colaboração, a realidade das crianças e adolescentes do estado do Mato Grosso do Sul seria outra nos dias de hoje.

Sem a atuação
das entidades
envolvidas, a
realidade das
crianças e
adolescentes
do Mato
Grosso do Sul
seria outra



MATERIAL DE PESQUISA

Arquivos do IPEC dos programas de ação citados

Agreements de todos os programas

Planos de trabalho

Relatórios Síntese das visitas de inspeção

Relatórios de reuniões de articulação interinstitucional

Programa de Ações Integradas para eliminação do trabalho infantil nas carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul (FNPETI).

Relatórios de acompanhamento

Relatórios de Oficinas de Planejamento

Relatórios Parciais e Finais

Relatório da Tabulação da Pesquisa nas Carvoarias do Mato Grosso do Sul. Encomendante: UNICEF/PROMOSUL.

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre o setor carvoeiro

Trabalho Infantil e Violência - Maria Eunice Araújo de Castro.

Quadro de violência trabalhista contra menores no campo - 1990-1996 e Quadro de violência contra menores no campo - 1990-1996.

Minuta de Projeto de Lei - Cria o Fundo Emergencial para Melhoria das Condições de Trabalho na Atividade Carvoeira no Mato Grosso do Sul.

Clipping do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribas do Rio Pardo.

Resenhas da Imprensa (clipping produzido pela CPT com material de 1994 a 1996).

Estatuto da Criança e do Adolescente e mobilização popular (prof. Oris de Almeida).

Programa Preparação para o primeiro emprego (Secretaria do Menor).

Condições sub-humanas (escravidão) nas carvoarias do Mato Grosso do Sul. (CPT)

Proposta de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Conflitos no Campo (revista da CPT).

Situação dos trabalhadores adultos, crianças e adolescentes nas carvoarias do Mato Grosso do Sul.

PAI - Programa de Ações Integradas - Carvoarias. (Documento Base para subsidiar a participação das indústrias montadoras de automóveis na erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul)

A Produção de Carvão Vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Siderurgias - Atividades de Carvoejamento. (MPT)

Programa combatendo o trabalho infantil/MS - UNICEF. Projetos de combate ao trabalho infantil nas carvoarias do MS. Visualização de ações executadas - julho/97 à julho/98.

Trabalho Indígena nas Destilarias de Mato Grosso do Sul. Atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região.

Artigo da revista Manchete, 20/09/97, p.24-27, "Com o pé fora do inferno".

Programa de Combate ao Trabalho Infantil nas Carvoarias - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Relatório sobre a atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª região no combate à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

Trabalho escravo nunca mais. (projeto para edição de livro e produção de subsídio popular sobre trabalho escravo).



INFÂNCIA ROUBADA

Bolsa de R\$ 50 tira mil das carvoarias, mas falta escola

Mais de um século de primeira lei de proteção do trabalho infantil, o Brasil começa a ser de que o trabalho antes —proibido pela Constituição. A reportagem da Folha de São Paulo, de sete Estados para fazer um levantamento da realidade quase invisível, da qual um número —são 3,8 milhões entre 5 e 14 anos que trabalham— dados de 1995 do IBGE.

Folha de São Paulo, 01/05/97

Folha de São Paulo, 01/05/97



Correio Braziliense, 29/09/96

TRABALHADORES DO CARVÃO A LUTA PELA VIDA NO MS

Na batalha pela sobrevivência, mais de cinco mil pessoas se submetem ao trabalho insalubre nas carvoarias do Mato Grosso do Sul. Todos ganham salários miseráveis e não têm a quem apelar diante da omissão dos órgãos responsáveis pela fiscalização

Lúcia Tague e Eton Silva
Especial para a Folha

Nome: Manoel Mesias da Conceição

Idade: 13 anos

Estado de origem: Pernambuco

Profissão: carvão

Educação: analfabeto

Filiação: filho de

Carteira de Trabalho e Previdência Social

Folha de Londrina, 25/07/91

A solidariedade e o companheirismo são duas fortes virtudes que o mirrado mas resolutivo Manoel Mesias carrega em seu cotidiano, apesar da pouca idade e de ter sido criado pela própria mãe. Ele não sabe o que é uma escola pública, nunca foi a um shopping center, se cinema e tampouco teve a oportunidade de passar num parque de diversões para andar de roda gigante. A sua rotina se resume em trabalhar. Acorda às cinco da manhã e uma hora depois já está empilhando lenha para ser queimada. São 10, 11 e até 12 horas diárias a jornada de trabalho dessa criança. No 3 (março) floresta) localizada entre Ribas do Rio

ESCRAVOS DO CARVÃO

HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS TRABALHAM COMO ESCRAVOS EM CARVOARIAS DO MATO GROSSO DO SUL, SUBMETIDOS A JORNADAS DE ATÉ 12 HORAS. ELES VIVEM EM CONDIÇÕES DESUMANAS, ALOJADOS EM PRECÁRIOS BARRACOS. POR MARIA HELENA GUIMARÃES PEREIRA. FOTOS DE JOÃO ROBERTO RIPPER.

Revista Marie Claire, Outubro/93

Mutirão vai tentar solucionar problemas em carvoarias de MS

governo
empresa mineradora
que aceita crianças

Correio do Estado, 07/05/92

Federais libertam trabalhadores escravos

São cerca de 50 pessoas, entre elas crianças, que estavam sendo mantidas em uma fazenda em Camapuã. Os policiais acompanhavam fiscais do

Uma equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e a Polícia Federal libertaram ontem pelo menos 50 pessoas que estavam sendo mantidas presas, trabalhando como se fossem escravos, em uma fazenda de Camapuã.

As vítimas são os chamados "criminosos de brachidura". Segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MS), cerca de dois mil trabalhadores vivem de atividade na região de Camapuã.

Correio do Estado, 28/06/95

Assessoria de Comunicação do Ministério do Trabalho informou que se trata de trabalho escravo, porque as pessoas perderam o direito de ir e vir. O dono da Sementeira Boa, Odo, proprietário da fazenda, foi preso junto com "gatos", empreiteiros que contratavam os trabalhadores, informou a assessoria.

A equipe é composta por 12 fiscais, da Secretaria Nacional de Fiscalização, que atuam em Estados do País onde há casos de semi-escravidão, incluindo garimpos. Os fiscais estavam no último final de semana nas carvoarias do maciço florestal de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas.

O Ministério do Trabalho informou que a equipe estava atuando em Mato Grosso do Sul, realizando blitzes, desde o dia 10 de junho. O trabalho vem sendo acompanhado pelo procurador do Trabalho, Leury Lino Lopes, que apura denúncias de

são desonçados do salário. No final do mês, os desonçados são maiores que o salário e a pessoa é obrigada a trabalhar no trabalho para pagar as dívidas.

As condições de vida são precárias. A água é armazenada em barracas montadas no meio do mato, não há sanitários ou latrinas. Os trabalhadores são alojados em Campo Grande e em outros municípios do Estado. Os "gatos" prometem boas condições de trabalho. Mas nas fazendas, a realidade é outra. A mão-de-obra é formada por crianças de até oito anos, há também índios e mulattos.

A intenção da equipe é a transferir para Campo Grande, as 50 pessoas que estavam sendo mantidas em regime de escravidão na fazenda. Não havia, até o fechamento da edição, informações se o dono e a propriedade e os arrendatários continuam presos ou se foram incluídos



Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



Trabalho Infantil e Educação

ANTECEDENTES

Apesar de ser um fato comum na história da humanidade desde os seus primórdios, foi apenas com a Revolução Industrial que o trabalho infantil ganhou evidência, uma vez que a divisão do trabalho introduzida pela mesma propiciou a utilização intensiva dessa força de trabalho. No século XVIII, dar trabalho às crianças era considerado um benefício dos empregadores para com o Estado, uma vez que cabia ao Estado manter as chamadas Casas de Trabalho, instituições que abrigavam crianças pobres que viviam de vadiagem e mendicância.

No início do século XIX (1802) surgem, na Inglaterra, as primeiras leis de proteção à criança trabalhadora, no documento intitulado Carta dos Aprendizes. Esta Carta, que estava circunscrita à indústria de lã e algodão, instituía que a jornada de trabalho dessas crianças poderia ter, no máximo, doze horas de duração e proibia o trabalho noturno.

No Brasil, a primeira lei de proteção ao trabalho infantil foi criada no final do século XIX: o decreto-lei n.º 1313. Este decreto proibia o trabalho noturno em determinadas ocupações, estabelecia a idade mínima de 12 anos para ingresso no mercado de trabalho e fixava uma jornada de trabalho máxima de sete horas por dia.

Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu, em sua Convenção Número 5, que a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho deveria ser quatorze anos. Neste mesmo ano, a OIT sugeriria aos países membros que proibissem o trabalho noturno para os menores de 18 anos na indústria. Décadas mais tarde, em 1973, foi então elaborada, também pela OIT, a principal normativa internacional relativa ao trabalho de menores de quatorze anos. Trata-se da Convenção 138, que dispõe sobre a idade mínima de admissão ao emprego, relacionando-a com a obrigatoriedade de acesso à escola.

Na atual Constituição Federal Brasileira (1988), está expressa a proibição para o trabalho de menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz (dos 14 aos 16 anos de idade), garantindo o seu direito de acesso à escola. Em seu artigo 227 a Constituição estabelece que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Após a promulgação da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, passou a ser uma das referências fundamentais para orientar as ações de todos os órgãos governamentais e não-governamentais que atuavam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Várias entidades reuniram e ainda reúnem esforços para garantir a implementação dos novos preceitos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente no que tange à criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como à implantação dos Conselhos Tutelares nos municípios, promovendo, assim, a descentralização e municipalização das atenções ao grupo infanto-juvenil. Vale lembrar que um dos pontos centrais do ECA é a garantia do direito à educação como fundamental para todas as crianças e adolescentes do país.

Mesmo possuindo um marco legal avançado no que tange à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o Brasil figura na lista dos países com maiores índices de trabalho infantil. Esta situação relaciona-se certamente com a alta concentração de renda no país, que se expressa nos baixos salários da maioria da população, nos altos índices de desemprego agravados nos últimos anos, no alarmante número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, bem como nos péssimos indicadores de saúde, mortalidade infantil, expectativa de vida e acesso à educação. A baixa qualidade dos serviços educacionais no Brasil é apontada, consensualmente, como um dos fatores que favorecem o trabalho infantil.

Assim, ontem e hoje milhares de crianças e jovens brasileiros enfrentam a dura realidade do trabalho precoce. Para superar a miséria e garantir sua subsistência, crianças oriundas de famílias pobres entram cada vez mais cedo no mercado de trabalho, mesmo em precárias condições e com remunerações irrisórias.

De fato, estudos recentes indicam que, no espaço urbano, a taxa de participação de crianças e adolescentes no trabalho decresce em função do aumento da escolaridade dos mesmos. Deste modo, aqueles que nunca freqüentaram a escola trabalham mais do que os que têm de 1 a 4 anos de estudos completos¹.

De igual maneira, há evidências de que o trabalho precoce afeta a freqüência escolar. De fato, o trabalho infantil reduz, pelo cansaço, a capacidade de concentração das crianças e, ao submeter a sua saúde a riscos e abusos, provoca baixos índices de freqüência escolar e altos índices de repetência. Em última instância, especialmente se a qualidade da educação for precária, o trabalho conduz a criança ao desestímulo e à evasão escolar.

O conflito entre trabalho e escola tem, então, desdobramentos imediatos em função do impacto do trabalho precoce sobre a evasão escolar e, a longo prazo, sobre a escolaridade obtida. Elevar a qualidade da educação no país é, de forma geral, uma estratégia eficiente de reduzir a influência do trabalho infantil sobre a evasão escolar.

Estabelece-se, assim, uma relação de dupla via: por um lado, a pobreza provoca o trabalho precoce e, por outro, o trabalho precoce constitui-se como uma das causas da pobreza futura, uma vez que prejudica a formação necessária para inserção no mercado de trabalho que cada vez exige profissionais mais qualificados.

¹ Fonte: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/TRABIN2.HTM

Sendo assim, as relações entre educação e trabalho precoce são múltiplas e complexas, demandando, por conseguinte, ações do Estado e da sociedade em várias frentes. A questão exige mobilização social e mecanismos eficazes para a elaboração e implementação de programas eficientes de combate a esse problema.

Inúmeras instituições do Estado e da Sociedade Civil, com seus instrumentos e programas de combate o trabalho infantil no Brasil, vêm demonstrando que esforços importantes estão sendo feitos para vencer o desafio imposto por essa questão.

Em termos de ações governamentais merece destaque o Programa Bolsa Escola, pioneiramente desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), a partir de 1994. Esse Programa, que previa a concessão de uma renda mensal às famílias pobres com a condição de que as mesmas mantivessem seus filhos na escola, obteve sucesso na retirada das crianças do trabalho precoce e na sua inserção e reinserção na educação formal.

O sucesso do Programa (que posteriormente foi adotado pelo Governo Federal e ampliado para todas as regiões do Brasil) deve-se à compreensão de que a evasão escolar e o trabalho infantil estão vinculados à baixa renda das famílias socialmente excluídas e de que somente a escolarização das crianças pode oferecer uma perspectiva de vida futura onde não persista o atual quadro de pobreza existente no país.

No imaginário popular, o trabalho é visto como uma atividade que enobrece o homem e prepara-o para uma vida digna. No que concerne às crianças, essa ideologia associa trabalho e educação, defendendo a idéia de que o trabalho tem uma dimensão educativa e que não está em desacordo com essa fase da vida na qual deveria ser privilegiado o acesso à educação. Nas famílias mais pobres, pesquisas revelam que o trabalho é um valor mais arraigado do que a permanência na escola.

No entanto, uma análise minimamente acurada da questão demonstra que o trabalho infantil, ao excluir a criança pobre dos bancos escolares ou ao aquiescer com sua permanência nesses bancos, mas com baixo desempenho, é sempre prejudicial para a formação de qualquer sujeito em desenvolvimento, pois compromete a vivência da infância como uma fase marcada pelo aprendizado e pela ludicidade, jogando-o no mundo frio da cobrança e da exploração.

Além disso, o trabalho precoce também impede que, no futuro, a criança ocupe um lugar decente no mercado de trabalho, uma vez que não possuirá a qualificação exigida por esse mercado. Não se pode esquecer que houve uma significativa mudança nas relações laborais no século XX, tornando o mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à qualificação profissional. Portanto, nesse mundo em que são muitas as incertezas, há um consenso: a educação é um elemento básico para a inserção profissional de qualidade na vida adulta.

Dessa forma, a visão tradicional que apresenta o trabalho infantil como um momento de aprendizado revela-se como mistificação, pois o que ocorre é exatamente o contrário: o trabalho infantil é um empecilho para o aprendizado e compromete toda a formação escolar, especialmente a base dessa formação, ou seja, a educação fundamental.

OS PRIMEIROS PROGRAMAS DE AÇÃO DO IPEC NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: A PARCEIRA COM O PROJETO AXÉ E COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE)

Com base nas evidências acima relatadas e diante dos alarmantes números de crianças e adolescentes inseridos no trabalho precoce no país, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT, implementou, a partir de 1992, um conjunto de ações para auxiliar na erradicação do trabalho infantil no Brasil que tinham como principal estratégia de atuação a inserção e manutenção de crianças e adolescentes na educação formal de qualidade.

Esforços
importantes
estão sendo
feitos para
vencer o
desafio
imposto



O Trabalho do Projeto Axé com Educadores

O primeiro programa de ação elaborado por meio de uma parceria entre o IPEC/OIT e o Projeto Axé iniciou suas atividades em novembro de 1992. O Projeto Axé é uma organização não-governamental, fundada em 1990, que atua prioritariamente com crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Salvador, em período integral ou parcial, tendo uma ação voltada para a reintegração desse grupo ao seu núcleo familiar de origem e/ou à sociedade, bem como à escola.

A fundamentação desta proposta foi feita a partir de um conjunto de dados levantados por uma pesquisa feita pelo Projeto Axé, em 1990, a partir da qual era possível saber que cerca de 42% das crianças e adolescentes da região metropolitana de Salvador pertenciam a famílias que estavam abaixo do nível da pobreza, tendo uma renda mensal de, no máximo, trinta dólares.

Essa condição de pobreza das famílias levava crianças e adolescentes precocemente para o mercado de trabalho; estimava-se que, naquela época o número de crianças entre 10 e 14 anos que trabalhavam em Salvador chegava a 270 mil. Dentre esse contingente de crianças trabalhadoras, o Projeto Axé dedicou-se ao atendimento daqueles que estavam na rua, vivendo em condições penosas de exploração e falta de acesso à educação e à saúde, que são direitos garantidos pela legislação brasileira.

Para garantir a eficácia as suas ações, o Projeto Axé realizou, no âmbito do programa de ação com o IPEC/OIT, uma nova pesquisa, em 1993, conduzida pelos educadores do Projeto. A comparação dos dados auferidos em 1990 e em 1993 mostrou que houve um aumento de 12 mil para 15 mil crianças e adolescentes vivendo em situação de rua em Salvador.

De acordo com o levantamento dos educadores do Projeto Axé, a maioria dessas crianças e adolescentes ficava na rua nos períodos matutino e vespertino e retornam para casa à noite; cerca de 26% poderiam voltar, pois tinham família e domicílio, mas, no entanto, não retornavam, permanecendo na rua também à noite e 4% perderam totalmente o vínculo com a família.

Assim, as ações do Axé priorizaram, a partir dos dados levantados, o trabalho com aquelas crianças e adolescentes que tinham os laços familiares rompidos ou bastante esgarçados. Até 1993 o Projeto Axé havia trabalhado com mais de 2.500 crianças e adolescentes nas ruas, nas unidades de atendimentos e nas oficinas. Desse total, aproximadamente 1694 continuavam nas ruas, 768 já haviam voltado para suas casas e 38 estavam morando em pensões ou quartos pagos pelo Projeto.

O Projeto Axé desenvolveu-se em duas frentes que estavam interligadas: o atendimento direto, que incluía a ação de educadores nas ruas e o trabalho realizado com crianças e adolescentes nas oficinas profissionalizantes; e a defesa dos direitos, que estava presente no conteúdo dos métodos do processo educativo, auxiliando a criança e o adolescente a se tornarem conscientes dos seus direitos.

Toda a ação do Axé baseava-se em uma metodologia desenvolvida pelo Projeto, ao longo dos seus anos de atuação. Essa metodologia partia dos seguintes pressupostos:

- a existência de meninos e meninas na rua está ligada à crise nacional e é um problema que, para ser solucionado, depende da participação de todos que constituem a sociedade brasileira;
- no processo educativo, a criança e o adolescente devem ser vistos como sujeitos, não como objetos;
- o processo educativo é uma construção realizada pela criança ou adolescente e o educador, e deve ter como finalidade a inclusão pessoal dos envolvidos na cidadania plena;
- o processo educativo deve ser contínuo e gradativo, buscando substituir a cultura das ruas por uma nova cultura, que estimule a interpretação crítica da sua realidade, a cidadania, a consciência dos direitos e a vontade de transformação;
- a relação pedagógica deve valorizar o trabalho, respeitando a idade e as características psicossociais e

A maioria
dessas
crianças e
adolescentes
ficava na rua e
retornam para
casa à noite



físicas das crianças e adolescentes, dando ênfase ao seu desenvolvimento pessoal e social, levando os envolvidos a compreenderem outras dimensões do trabalho;

- o mediador do processo de inclusão social é o educador de rua. Esse educador deve ser um profissional remunerado, não um voluntário.

A pedagogia que orientava a ação do educador de rua era chamada pedagogia dos desejos, cabendo ao educador, portanto, fazer a criança e o adolescente reaprenderem a desejar, buscando recuperar seus territórios perdidos: a identidade social, o elo com o passado, a auto-imagem e o direito a ter direitos.

Durante este trabalho, os educadores do Axé, antes de iniciarem suas atividades nas ruas e nas unidades de atendimento, recebiam um treinamento de duas semanas, cujo conteúdo era o conhecimento de si, da sociedade, das características biopsicossociais das crianças e adolescentes (em particular dos que estão em situação de marginalidade) e dos princípios políticos pedagógicos de uma educação libertadora.

No entanto, a formação desses educadores não se esgotava apenas nesse treinamento. Em consonância com a noção de educação defendida pelo Projeto, ela também era feita de forma contínua, uma vez que o Projeto contava também, além dos educadores, com técnicos supervisores, que acompanham de perto as atividades desenvolvidas pelos educadores nas ruas e nas unidades de atendimento.

Havia um gerenciamento do Projeto, que tinha em sua estrutura, educadores, supervisores e um presidente, além de técnicos diversos e funcionários de apoio. Esse gerenciamento era feito de forma bastante democrática, envolvendo, inclusive, as crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto.

A metodologia do Projeto Axé, desenvolvida durante esse processo, previa três fases:

Primeira fase (observação e partilha de experiências): ocorria a aproximação. Dois educadores do Axé - um homem e uma mulher - saíam pelas ruas limitando-se a observar. A partir dessa observação, era feito um mapeamento da área e da sua dinâmica: horários, rituais, possíveis aliados e equipamentos básicos sociais aos quais poderão recorrer. Ainda nesta fase, as crianças e os adolescentes, aproximavam-se, procurando conhecer aquelas pessoas. Começava, então, uma maior aproximação a partir de brincadeiras, que envolviam desenho e modelagem.

O educador e a educadora passavam a ser vistos como pessoas que não queriam explorá-los, agredi-los ou fazer caridade. Quando isso ocorria, estavam dadas as condições para o início do diálogo pedagógico, no qual as crianças e os adolescentes passavam a explicitar as causas que os levaram a viver nas ruas, começando a analisar essas causas e a compreendê-las melhor.

Segunda fase (solução de problemas práticos e iniciação ao prazer de conhecer): nessa fase, imprimia-se maior regularidade aos encontros e havia o planejamento comum das atividades. O grupo passava mais tempo junto, nas ruas, e também desenvolvia atividades em espaços fechados.

Era dado atendimento médico e psiquiátrico, em serviços públicos e privados, às crianças e aos adolescentes. Eles eram ainda auxiliados pelos educadores e técnicos do Projeto para adquirirem a sua documentação, pois a maioria não a tinha ou já havia perdido seus documentos.

Nesta fase era detectado o número de crianças e adolescentes que não foram alfabetizados, dando-se início ao processo de alfabetização. Nas oficinas de alfabetização, eram trabalhadas diversas linguagens: artística, sonora, corporal, fotográfica (seguindo a teoria construtivista, de Emília Ferreiro). O processo de alfabetização durava, no máximo, 120 (cento e vinte) dias. Após esse período, os alfabetizados estavam prontos a ingressarem nas escolas da rede oficial de ensino. O Axé mantinha contato regular com essas escolas, para acompanhar o desenvolvimento desses alunos.

O Axé fazia o
acompanhamento
escolar dos
alunos

Paralelamente, as crianças e os adolescentes atendidos também se engajavam em projetos culturais desenvolvidos em parceria com diversos grupos da cidade de Salvador (Ilê Ayê, Muzenza e a Escola de Capoeira Angola Pelourinho), atividades nas quais diversão e disciplina se conjugavam, permitindo que fossem restabelecidos limites perdidos na rua.

Como principal resultado dessa fase, as crianças e os adolescentes recuperavam sua auto-estima, construindo uma identidade mais positiva e desenvolvendo habilidades necessárias para a construção de novas relações sociais.

Terceira fase (introdução ao mundo do trabalho): ocorria o planejamento, por parte da criança e do adolescente, com orientação dos técnicos e dos educadores, das atividades a serem desenvolvidas nas oficinas profissionalizantes, nas quais era oferecida a capacitação necessária para uma adequada integração no mercado de trabalho, enfatizando também a organização e a reivindicação de seus direitos.

Eram oferecidas as seguintes opções: oficina de papel reciclado, oficina de estamparia em tecido, serralheria, oficina de moda e oficina de idéias (produção de brinquedos e outros objetos a partir de sucata). Essas oficinas visavam, além de prover uma preparação profissional, promover uma mudança na percepção que os envolvidos têm do trabalho, destacando sua dimensão transformadora, seu caráter coletivo e político e a sua criatividade.

A fim de disseminar essa metodologia, consolidada durante o primeiro programa de ação, foi desenvolvido um segundo programa de ação, cujo título era “Disseminação da Metodologia do Projeto Axé no Estado da Bahia”, entre outubro de 1994 e dezembro de 1997.

A abrangência desse Programa englobava os seguintes municípios do estado da Bahia: Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Catú e Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Itamarajú, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Jacobina e Bom Jesus da Lapa. Esses municípios foram selecionados devido à existência de um significativo número de crianças envolvidas em diversos tipos de trabalho infantil e muitas vivendo nas ruas. Essas cidades são também representativas das diversas regiões do estado (norte, sul e centro).

O objetivo do Programa era contribuir para a gradual eliminação e também para a prevenção do trabalho infantil no estado da Bahia, por meio do treinamento de 120 (cento e vinte) educadores em 15 (quinze) municípios do estado, bem como de 15 técnicos de modo a torná-los aptos a implementar um processo similar ao desenvolvido pelo Projeto Axé em Salvador, nas cidades onde atuam.

Para alcançar esse objetivo, o Programa de Ação realizou três seminários no interior da Bahia. O “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Juazeiro” foi realizado em junho de 1995. Participaram desse seminário quarenta e sete pessoas oriundas de Juazeiro e de municípios próximos (Petrolina, Remanso, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Capim Grosso, Curaçá e Sobradinho).

A sua programação englobou palestras e debates sobre condições do trabalho infantil na Bahia, trabalho do Projeto Axé, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Juazeiro, migrações, educação e o papel do educador. Como propostas finais do seminário, foram apresentadas: a inclusão de pessoas da região nos cursos de formadores do projeto Axé; avaliação do grupo em seis meses; indicação do grupo de multiplicadores; realização de seminários sobre temas específicos para os multiplicadores; reunião com empresários da região para expor o Projeto Axé; e atenção especial às questões de migração, da droga e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região.

O “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Feira de Santana” foi realizado em maio de 1995. Teve participação de 37 (trinta e sete) pessoas, sendo 10 (dez) representantes de ONGs, 15 (quinze) de entidades governamentais e 5 (cinco) de Conselhos Tutelares. Realizado em Feira de Santana, contou com a participação de representantes de 13 (treze) municípios próximos: Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, Pojuca, Pé de Serra, Iraquara, Amargosa, Santa Bárbara, Pintadas, Coração de Maria, Santo Estevão, Alagoinhas e Catú.

Este encontro foi realizado nos moldes do seminário de Juazeiro, sendo que o evento apresentou as seguintes propostas para enfrentar o problema do trabalho infantil na região: formação de educadores de rua pelo Projeto Axé; maior assistência técnica para os projetos existentes na região voltados para a profissionalização da criança e do adolescente; intermediação do Projeto Axé na captação de recursos para viabilização de projetos regionais; realização de seminário com empresários locais para apresentar o Projeto Axé; divulgação das recomendações da OIT e do ECA para todos que elaboram e desenvolvem projetos referentes à criança e ao adolescente na região.

Finalmente, o “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Itabuna” foi realizado em novembro de 1995. Esse seminário contou com a participação de representantes de 12 (doze) municípios, 17 (dezesete) instituições e 40 (quarenta) participantes. Ao todo foram 26 (vinte e seis) horas de atividades, com conferências, debates e oficinas.

A partir desse seminário, houve uma maior mobilização da sociedade nos municípios que participaram das atividades para a questão da educação e de sua relação com o trabalho infantil, estabelecendo-se uma maior interrelação entre os municípios próximos para combater o problema.

A realização desses seminários englobava uma série de atividades prévias e posteriores. Nas atividades prévias, eram realizadas reuniões com representantes de entidades governamentais e não-governamentais que atuavam na região na defesa de crianças e adolescentes. Essas reuniões ocorriam também nas cidades próximas ao lugar onde seria a sede do seminário, o que promovia já a mobilização da sociedade em torno da questão. No que tange às atividades posteriores, os técnicos recebiam orientação para melhor aplicação da metodologia do Projeto Axé.

A partir dessas reuniões e seminários, foram escolhidos 15 (quinze) técnicos que receberiam treinamento especial no Projeto Axé, em Salvador, para que pudessem implementar ações similares em suas cidades de origem. Os técnicos foram treinados, mas não há relatos que permitam saber os resultados das ações posteriores destes técnicos.

Com base nos seminários realizados, houve uma maior participação da sociedade e dos municípios escolhidos pelo Projeto, bem como uma articulação entre todos os envolvidos, no sentido de enfrentar a questão do trabalho infantil e de crianças vivendo na rua em situações de precariedade. Políticas públicas locais foram também elaboradas e implementadas com base nas discussões realizadas.

Paralelamente às ações deste segundo programa de ação, outro Programa de Ação do Projeto Axé foi apoiado técnica e financeiramente pelo IPEC/OIT. Este Programa intitulava-se “Treinamento e Monitoramento de Educadores” e tinha como área de abrangência a cidade de Salvador, na Bahia.

Seu objetivo geral era contribuir para a gradual eliminação do trabalho infantil e para a inserção das crianças e adolescentes na educação formal, através da conscientização da comunidade, dando suporte direto para crianças e adolescentes que estão nas ruas e trabalham no setor informal em Salvador –BA.

Seus objetivos imediatos previam: a) formar um grupo de 14 (quatorze) educadores, dando-lhes treinamento e pagando-lhes salário regular, para assistir 500 (quinhentas) crianças do Programa de Ação; e b) elaborar e distribuir cinco mil cópias de uma cartilha sobre a experiência do Projeto Axé, para cinco mil ONGs nacionais.

Foi realizado o treinamento com 14 (quatorze) técnicos, de fevereiro a março de 1995. Esse treinamento aconteceu com a participação de técnicos do Projeto Axé, bem como de consultores externos. Entre 1994 e 1998, tempo de vigência do programa de ação, foi viabilizado um encaminhamento e acompanhamento médio mensal de 266 meninos e meninas nas várias atividades do Centro Axé.

Vale acrescentar que a cartilha prevista foi feita e denominada “Sabia, Sabiá? Ações Complementares à Escola”. Sua tiragem foi de cinco mil exemplares, que foram distribuídos gratuitamente para organizações não-governamentais que atuavam na área de defesa do direito das crianças e dos adolescentes.

Houve maior
mobilização
da sociedade
para a questão
da educação
e de sua
relação com o
trabalho infantil

O IBGE, em 1990, registrou 7,5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 10 a 17 anos, trabalhando no Brasil

As atividades do IPEC com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE): conscientização e mobilização social na luta contra o trabalho infantil

O IBGE, em 1990, registrou 7,5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 10 a 17 anos, trabalhando no Brasil. Esses números indicavam uma situação muito grave, uma vez que iam contra a Constituição Federal, ao ECA e à Convenção nº 138 da OIT, que recomenda que a idade mínima para ingresso no mundo do trabalho não deve ser inferior à idade em que cessa a obrigatoriedade de frequência à escola, o que, de acordo com as leis brasileiras, corresponde às oito séries do ensino fundamental.

A CNTE, a partir dessas constatações, decidiu implementar ações que buscassem associar a luta contra o trabalho infantil e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dentre eles o direito ao acesso à educação. Foi então proposto ao IPEC, por parte da CNTE, um Programa de Ação intitulado “Conscientização e Mobilização Social na Luta contra o Trabalho Infantil”, desenvolvido entre 1995 e 1999.

O objetivo final deste programa era contribuir para a eliminação gradual do trabalho infanto-juvenil e a permanência na escola através da conscientização e mobilização de 600.000 (seiscentos mil) trabalhadores em educação.

Para tanto, a CNTE se propunha a treinar 13 técnicos de seu quadro de funcionários, 50 educadores/multiplicadores representativos de 27 estados brasileiros e 35.000 outros educadores para disseminarem o processo de conscientização e mobilização na luta contra o trabalho infantil.

Além deste treinamento massivo, que foi realizado como previsto, a CNTE propôs a realização de uma pesquisa sobre o trabalho infantil em seis capitais brasileiras: Belém – PA; Recife – PE; Goiânia – GO; Belo Horizonte – MG; São Paulo – SP e Porto Alegre – RS².

A pesquisa deveria traçar um quadro da relação existente entre trabalho infantil e educação nas grandes cidades brasileiras. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi chamado para operacionalizar a realização da pesquisa que foi denominada “O Trabalho Tolerado de Crianças até Quatorze anos em seis Capitais Brasileiras”.

Assim, o objetivo da pesquisa era analisar as condições de trabalho e de educação de crianças de sete a quatorze anos, nestas capitais brasileiras, para fornecer subsídios para a reflexão acerca das consequências da convivência trabalho e estudo na infância para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social de crianças. Como objetivo específico esperava-se reunir, sistematizar e analisar dados sobre o trabalho infantil que permitissem elaborar propostas bem fundamentadas para a sua erradicação.

O método adotado pela investigação foi o de amostragem por conglomerados, com unidade amostral primária, que correspondia às escolas apontadas como tendo alunos que trabalham e unidade amostral secundária, que correspondia aos alunos elencados e em seguida amostrados em cada escola. Tanto as escolas como os alunos foram escolhidos por sorteio, aleatoriamente. Foram entrevistadas 1.419 (um mil, quatrocentas e dezenove) crianças que trabalham com idade entre sete e quatorze anos, matriculadas e frequentando escolas municipais e estaduais das capitais pesquisadas, no ensino fundamental.

Nas cidades pesquisadas, o trabalho de campo foi coordenado pelas seguintes entidades sindicais de trabalhadores em educação locais: Sintepp – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Belém); Sintepe - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Recife); APEOESP – Associação (Sindicato) dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (São Paulo); Sintego - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de

² A escolha destas capitais foi justificada em função da diversidade econômica, regional e cultural que elas representam. No entanto, não há um caráter amostral nesta escolha, ou seja, os dados coletados não podem ser generalizados para todo o Brasil. A pesquisa indicava que outras cidades brasileiras também deveriam ser investigadas no que se refere à questão da educação e de sua relação com o trabalho infantil.



Goiás (Goiânia); SindUte – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Belo Horizonte); CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Porto Alegre).

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário com 51 perguntas, divididas em quatro blocos:

- 1º Bloco: dados pessoais (sexo, idade, série e outros), da família e domicílio (com quem mora, descrição da casa, o trabalho dos pais, a renda da família, atividades laborais da família);
- 2º Bloco: dados sobre a escola (repetência, defasagem idade/série, relação do entrevistado com os estudos);
- 3º Bloco: dados sobre o trabalho (natureza do trabalho, jornada, remuneração, local do trabalho, idade de início no trabalho, possibilidades de parar de trabalhar);
- 4º Bloco: dados sobre as idéias relacionadas ao trabalho infantil e às expectativas para o futuro (relação do entrevistado com o trabalho, idéias que tem acerca do trabalho infantil e conhecimento dos direitos das crianças).

O Relatório Final da Pesquisa traz um expressivo número de informações sobre as cidades pesquisadas. Esses resultados estão organizados por cidade, com uma análise também em separado de cada uma dessas realidades. Há ainda um capítulo final no qual são comentados e analisados os grandes temas da pesquisa (dados pessoais e da família, educação, trabalho e idéias sobre o trabalho infantil) nas seis cidades, sem objetivo de estabelecer comparações e, sim, de apontar tendências presentes em todas elas e de destacar algumas diferenças importantes.

A pesquisa apresentou os seguintes resultados, compilados em seu Relatório Final:

- 1.419 (um mil, quatrocentas e dezenove) crianças foram entrevistadas. Mais de 70% dessas crianças ainda não tinham quatorze anos.
- Constatou-se que a maioria dessas crianças eram oriundas de famílias constituídas de modo tradicional, com pai, mãe e irmãos morando na mesma casa;
- Em mais de 70% dos casos, pai e mãe trabalhavam e recebiam uma remuneração baixa. No entanto, a pesquisa não conseguiu determinar a renda familiar, por falta de dados, ficando claro apenas que havia uma expressiva concentração em faixas de rendimentos baixos;
- Os pais e as mães dos entrevistados exerciam uma grande variedade de profissões, porém isso não parecia influir no fato de as crianças trabalharem;
- As crianças que trabalhavam realizavam trabalhos de adulto, cumprindo longas jornadas (muitas trabalhavam em tempo integral e, em vários casos, parte dessa jornada era cumprida à noite), durante cinco, seis ou sete dias da semana, indicadores que atestam o caráter penoso do trabalho exercido por grande parte dos entrevistados. Acrescenta-se a isso o fato de que de 55% (cinquenta e cinco por cento) a 70% (setenta por cento) ganhavam menos de um salário mínimo. Outro dado importante colhido nas entrevistas era que uma parte dos entrevistados em cada uma das cidades não respondeu quanto ganhava, o que pode sugerir que trabalhavam sem qualquer remuneração;
- Um terço das crianças começou a trabalhar antes dos dez anos de idade e o trabalho que exerciam não tinha um caráter pedagógico: era pouco qualificado e destinava-se à produção de bens e serviços;
- A grande maioria não tinha férias;
- Havia um vínculo entre repetência e trabalho, pois, entre as crianças entrevistadas, de 60% (sessenta por cento) a 70% (setenta por cento) das que trabalhavam já repetiram séries na escola; ao passo que os dados divulgados pelo Ministério da Educação indicam uma média de 20% de repetência nas cidades pesquisadas, ou seja, as crianças que trabalhavam atingiam um índice de repetência muito superior à média. Porém, essas crianças apontavam como principal motivo para a repetência a falta de interesse e a dificuldade em aprender, e não o trabalho. Os deveres de casa eram feitos quase sempre à noite, ou em horários diversos devido ao trabalho;
- Muitas crianças não tinham tempo para praticar esporte ou brincar;

As crianças
realizavam
trabalhos de
adulto,
cumprindo
longas
jornadas

- Quase todas afirmavam que gostavam de trabalhar e os motivos mais citados para o trabalho eram: ajudar na renda da família, o aprendizado que o trabalho representa e a alternativa à rua. No entanto, entre os pesquisados na maioria das cidades, em torno de 20% trabalhavam na rua, onde estão expostos a vários problemas e perigos. Devido aos motivos apresentados para o trabalho, diziam que não gostariam de parar de trabalhar e a maior parte acreditava que criança deve trabalhar antes dos quatorze anos. É pequeno o percentual dos que condenam o trabalho antes dessa idade; entre esses, os motivos apresentados para parar de trabalhar eram brincar, estudar e ficar livre;
- Como expectativa para o futuro, a grande maioria sonhava em fazer cursos superiores;
- Entre as causas do trabalho infantil no Brasil, o estudo lista a concentração de renda, a falta de uma política educacional integral, a precarização das relações de trabalho e o valor que a sociedade atribui ao trabalho, naturalizando-o, vendo-o como tolerável e até mesmo como desejável;
- O trabalho das crianças apresenta-se, neste quadro, como uma estratégia de sobrevivência e de inserção social das suas famílias. No entanto, esse trabalho reproduz e aprofunda as desigualdades sociais existentes, pois prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social na infância, uma vez que criança que trabalha não dispõe de tempo para brincar nem para estudar de forma adequada.

O estudo conclui que “trabalho infantil não é solução, é problema para a criança e a sociedade”. Como resultado dessa pesquisa também há uma reflexão sobre o que se considera trabalho tolerado. Destaca-se que as formas consideradas intoleráveis de trabalho, por exporem as crianças a condições de risco, insalubridade e sofrimento, causam indignação e movem a sociedade por sua erradicação imediata.

Porém, as formas tidas como toleradas, em que não há riscos imediatos para a vida dessas crianças – como vendas, entregas de encomendas, serviços domésticos, ajudantes de produção na indústria leve ou de artesanato, serviços de escritórios, entre outros - são aceitas e até incentivadas. Essas formas, no entanto, trazem diversos danos para o desenvolvimento dessas crianças, como indica a pesquisa, ao associar trabalho e defasagem escolar.

Essas crianças estão ainda totalmente excluídas da proteção das leis trabalhistas, uma vez que a legislação brasileira não permite a contratação desses trabalhadores. Mesmo no caso daqueles que poderiam ter algum tipo de garantia, a maioria das firmas que os empregam, sem contar com os que fazem trabalho explicitamente informal nas ruas, não obedecem à legislação trabalhista vigente no País.

A pesquisa insiste, porém, que não se trata de reivindicar o cumprimento do que é exigido na lei trabalhista e sim de erradicar o trabalho infantil em todas as suas formas e de ressaltar a exploração de crianças que fazem trabalho de adulto, cumprem longas jornadas, inclusive noturnas, não têm qualquer tipo de proteção legal e ainda recebem uma remuneração irrisória.

Há também uma outra questão destacada pela pesquisa: o desempenho da escola. Muitos dos entrevistados afirmam que estudar é bom, mas a escola é pouco interessante. Merece reflexão esse dado, pois ele destaca a distância entre a escola e a realidade dos alunos, indicando que essa instituição, importantíssima para o futuro dessa criança, não está cumprindo a contento a sua função educadora e deve ser responsabilizada em parte pelo desempenho dos alunos. Mas o que é mais ressaltado como principal causa para o fraco desempenho dos entrevistados é a falta de tempo para dedicar-se aos estudos que as crianças trabalhadoras enfrentam.

Uma pergunta é, então, colocada pelo estudo: “O trabalho infantil que aparentemente não é penoso, insalubre ou perigoso, que é feito por crianças que não estão fora da escola, que não aparece no dia a dia, pois já foi naturalizado, esse trabalho pode ser tolerado ou ele é tão nocivo e prejudicial à criança e à sociedade que deve ser combatido?” (Resumo Executivo, p. 13).

E conclui que “O trabalho na infância em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba se tornando uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social” (Resumo Executivo, p. 13).

Como resultado desta pesquisa houve uma ampliação do Programa de Ação proposto pela CNTE, envolvendo a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Dessa parceria surgiu a cartilha “Lugar de criança é na escola”, cujo objetivo era divulgar informações importantes acerca do trabalho infantil no Brasil, esclarecendo educadores e professores sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o papel da escola na prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Foi então elaborada e lançada uma cartilha com tiragem de 50 mil exemplares, que foi distribuída gratuitamente para professores, educadores e agentes envolvidos na luta contra o trabalho infantil no Brasil, em 1999.

A cartilha, que tem o mesmo título do projeto, contém farto e articulado material de informação e conscientização sobre o trabalho infantil no Brasil. Inicialmente, há dados sobre a problemática do trabalho infantil no mundo, em seguida, centra-se nas questões nacionais. São divulgadas, de forma bastante didática, as leis que protegem crianças e adolescentes. Encontra-se também no material uma definição de trabalho infantil.

Os dados são oriundos de diversas fontes, além da pesquisa realizada pelo DIEESE em parceria com a CNTE e com apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT, e englobam: situação da família, a criança e o adolescente que trabalham, as condições de trabalho e remuneração das famílias e das crianças, além de estudos comparativos sobre trabalho infantil e desempenho escolar.

Dois capítulos referem-se à atuação da CUT e da CNTE na luta contra o trabalho infantil. O capítulo final apresenta os principais parceiros que atuam no Brasil nessa luta, entre os quais figura a OIT, e conclui defendendo a escola como alternativa para as crianças trabalhadoras e conclamando todos a se engajarem de forma ativa e conseqüente no movimento de erradicação e prevenção do trabalho infantil.

Vale ainda acrescentar que foi feita a realização de concurso, mobilizando professores e alunos para a elaboração de um cartaz contra o trabalho infantil a ser reproduzido para todo o Brasil. Este cartaz teve como autora uma aluna de uma escola municipal de Pernambuco.

O cartaz traz as frases: Lugar de criança é na escola: não ao trabalho infantil. Foram feitas 10 mil cópias deste material, que foram distribuídas às 29 (vinte e nove) entidades filiadas à CNTE: SINTEAC – AC; SINTEAL – AL; SINTEAM – AM; SINSEPEAP – AP; APLB – BA; SINDIUTE – CE; SINPRO – DF; SAE – DF; SINDIUPES – ES; SINTEGO – GO; SINPROESEMMA – MA; SIND-UTE-MG; FETEMS – MS; SINTEP – MT; SINTEPP – PA; SINTEP – PB; SINTEPE – PE; APEP – PI; APP – PR; SINTE – RN; SEPE – RJ; SINTERO – RO; SINTER – RR; CPERS – RS; SINTE – SC; SINTESE – SE; SPEOESP – SP; SINDIFUSE – SP e SINTET – TO.

O PROGRAMA INTER-REGIONAL MOBILIZAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Em março de 1990, foi realizada, na Tailândia, a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”. Essa conferência indicou a necessidade de que todos os países garantissem a universalização do acesso à educação básica, especialmente das crianças, até o ano 2000. Outra indicação dessa conferência foi a incorporação pela educação básica de elementos e estratégias para prevenção do trabalho infantil. Há, portanto, desde esta conferência, a compreensão da íntima relação existente entre políticas educacionais e erradicação do trabalho infantil.

Em 1995, com base nos desdobramentos da Conferência e em diversas ações implementadas em muitos países, teve início, na sede do IPEC/OIT, em Genebra, a elaboração do Programa Inter-Regional Mobilização de Professores, Educadores e Suas Organizações no Combate ao Trabalho Infantil, envolvendo diversos países de todo o mundo, em especial aqueles com maiores problemas na área de educação e de trabalho infantil. Esse programa foi proposto pelo IPEC/OIT, em conjunto com UNICEF, UNESCO, International Education, tendo contado com o apoio financeiro do Governo da Noruega.

*Lugar de
criança é na
escola: não
ao trabalho
infantil*



O seu objetivo era promover a mobilização de professores, educadores e suas organizações no combate ao trabalho infantil, uma vez que educadores e professores são considerados agentes em potencial para prevenir o trabalho infantil e para inserir crianças trabalhadoras na escola. Deveriam ser, também, desenvolvidas e implantadas, segundo o programa, propostas alternativas que contemplassem a situação de crianças que trabalham, permitindo a essas crianças o acesso a uma educação de qualidade.

Ações Iniciais

As primeiras ações ligadas ao desenvolvimento desse Programa Regional no Brasil remontam ao ano de 1996, quando o IPEC decidiu solicitar a alguns países que realizassem uma pesquisa sobre experiências notáveis de combate ao trabalho infantil articuladas com a dimensão educacional.

O Brasil foi um desses países escolhidos. Para identificar as melhores práticas educacionais no país voltadas para a erradicação do trabalho infantil, o IPEC/OIT celebrou uma parceria com o CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, que realizou uma pesquisa intitulada “Programa Inter-Regional sobre Mobilização de Professores, Educadores e Organizações sobre o Combate ao Trabalho Infantil: Estudo de Cinco Experiências Brasileiras”.

O objetivo dessa pesquisa era identificar e descrever as experiências brasileiras mais bem sucedidas, realizadas por entidades governamentais e não-governamentais acerca da questão do trabalho infantil e da educação, a fim de divulgá-las para que pudessem servir de referencial para a implementação de ações concretas em relação à prevenção e à erradicação do trabalho infantil.

Como produto dessa pesquisa foi elaborado um estudo em que são relatadas as seguintes experiências: a) Lugar de Criança é na Escola, realizada em Campos Altos – MG; b) Toda Criança na Escola, da Prefeitura Municipal de Santos – SP; c) Projeto Axé; d) Educação Alternativa e Iniciação Agrícola para Crianças Rurais, em Petrolina – PE; e e) Ação Conjunta da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e OIT, na Luta Contra o Trabalho Infantil, desenvolvida em várias cidades do País.

As experiências selecionadas envolviam diferentes atores, ligados a sindicatos, administração pública e organizações não-governamentais, com diversos focos de ação educativa, realizadas conforme apresentado acima, em várias cidades brasileiras. Elas tinham em comum os seguintes pontos considerados fundamentais para o sucesso alcançado:

- o envolvimento da comunidade: todos os cinco programas envolveram a sociedade, através dos seus órgãos governamentais e não-governamentais;
- a valorização da educação formal: a escola é vista por todos como um espaço de construção da cidadania. Dois projetos: Axé e Iniciação Agrícola desenvolvem também atividades de educação informal, visando preparar a criança e o adolescente para retornar à escola formal e complementando, quando necessário, a educação dada pela escola regular;
- a valorização do professor/educador: os programas descritos buscam resgatar a importância da função do professor/educador para a sociedade e desenvolvem ações que permitem a sua formação permanente e contínua. Todas partem do pressuposto de que a educação tem um papel chave e instrumental na erradicação do trabalho infantil e na inserção das crianças e adolescentes na sociedade.

Uma síntese desta pesquisa foi apresentada em uma conferência mundial sobre educação, realizada em Genebra, em maio de 1997. Nessa ocasião, o IPEC/OIT realizou uma mesa redonda intitulada “Mobilização de Professores, Educadores e suas Organizações para o Combate ao Trabalho Infantil”, cujo objetivo era a identificação e divulgação de experiências bem sucedidas de diversos países acerca da relação trabalho infantil e educação. Participaram desse evento cinco países da Ásia: Índia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Nepal; três da África:

A escola é vista por todos como um espaço de construção da cidadania



Quênia, Egito, Tanzânia; e um da América do Sul: Brasil; e também representantes da organização Education International, UNICEF e UNESCO.

O representante do Brasil, ligado ao CENPEC, participou, com apoio do IPEC/OIT, dessa mesa redonda e apresentou, nesta ocasião, uma síntese das experiências identificadas na pesquisa.

Em agosto de 1997, o CENPEC produziu uma síntese da pesquisa, à qual foram incorporadas recomendações feitas pelos demais participantes da mesa redonda realizada em Genebra. Nesse documento, intitulado “Relatório sobre as Cinco Experiências Brasileiras”, destacam-se as seguintes recomendações:

Em âmbito nacional:

- incluir o tema do trabalho infantil na agenda das organizações de professores;
- adotar políticas de ação que promovam a mobilização e engajamento de professores, educadores e da comunidade, por meio de campanhas, manifestações, contato com a mídia e com demais formadores de opinião, a fim de melhorar a educação formal e não-formal, de erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos humanos, em especial os da criança e do adolescente;
- estabelecer parcerias com sindicatos de outras categorias nessa luta, bem como organizações governamentais e não-governamentais;
- ampliar o apoio das organizações aos educadores do sistema não-formal de ensino;
- contribuir para a valorização da educação, entendida como aquela que visa formar o educando como pessoa, como cidadão e como trabalhador, e dos seus profissionais;
- desenvolver ações de combate à evasão e à repetência;
- aperfeiçoar o currículo, ampliando o nível da educação dirigida a todos e incluindo em seus conteúdos o tema dos direitos humanos, especificamente os da criança e o combate ao trabalho infantil;
- denunciar abusos do trabalho infantil e colaborar na sua prevenção;
- divulgar a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção OIT nº 138.

Em âmbito local, educadores e suas comunidades deveriam:

- conhecer os direitos humanos, direitos da criança e trabalho infantil;
- analisar o problema para buscar soluções efetivas;
- desenvolver ações para conscientizar os estudantes e as comunidades em que atuam sobre a natureza do trabalho infantil, suas causas e conseqüências;
- elaborar e implementar projetos especiais nas comunidades onde atuam tendo como beneficiários diretos as crianças e os adolescentes que trabalham;
- trabalhar em sala de aula com um currículo apropriado e relevante, permitindo a apropriação de conhecimentos de forma crítica e significativa;
- comprometer-se com a aprendizagem de todos os seus alunos, encarando-a como um direito de cidadania;
- Aprofundar a compreensão do universo dos alunos, em particular dos que vêm das camadas mais pobres da população e, entre eles, dos que foram retirados ou estão ainda no trabalho infantil.

Uma vez realizada e sistematizada esta ampla discussão sobre as experiências bem sucedidas em nível mundial, a equipe do IPEC/OIT pôde então dar uma forma final ao programa interregional em questão. De acordo com o documento de projeto elaborado em meados de 1998, que explicita as linhas mestras do programa, o mesmo deveria organizar-se em três linhas de atuação:

Valorização da
educação que
visa formar o
educando
como pessoa,
cidadão e
trabalhador



1. inicialmente, ocorreria a identificação de ações já desenvolvidas que tiveram sucesso atuando na área de educação e trabalho infantil, em diversos países do mundo, fase esta já realizada por ocasião do evento realizado em Genebra, no ano anterior;
2. em seguida, seriam realizadas ações diretas, envolvendo a sociedade por meio de seus órgãos governamentais e não-governamentais, para garantir o direito das crianças à educação, especialmente daquelas que trabalham;
3. e, finalmente, seriam desenvolvidas estratégias para incluir a discussão, com vistas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil, nas políticas nacionais de educação, em particular nos países mais afetados pelo problema.

Articulações para Implementação do Programa Interregional no Brasil: a adaptação do kit

Uma vez formatadas as linhas mestras de desenvolvimento do programa interregional no Brasil, o IPEC/OIT procedeu à contratação de um profissional que ficaria responsável pela coordenação nacional do programa. Uma vez contratada, esta coordenadora constituiu um Grupo Conselheiro composto por representantes de diversas entidades ligadas à área da educação e da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Em uma reunião inicial com este Grupo o Programa Interregional foi apresentado, tendo sido recolhidas sugestões importantes sobre o modo como o mesmo deveria ser implementado no Brasil.

Logo no início deste processo, a coordenadora do programa, acatando uma sugestão do Grupo Conselheiro, iniciou uma série de articulações no sentido de produzir um material didático que fosse capaz de guiar o trabalho de ação direta a ser desenvolvido com os educadores no país.

Na verdade, a necessidade de se elaborar esse material era uma demanda antiga, levantada desde a reunião ocorrida em maio de 1997, em Genebra, quando foi proposto aos países participantes da reunião que utilizassem um material já existente, denominado “Trabalho Infantil: um Kit de Informações para Educadores e suas Organizações”, na mobilização e no treinamento de professores e educadores para o combate ao trabalho infantil. Nessa ocasião, os países que participaram da mesa redonda promovida pelo IPEC/OIT apontaram a necessidade de adaptação deste Kit para a realidade de cada país, considerando que a diversidade cultural, social e econômica impedia que um mesmo material fosse utilizado de forma homogênea por todos.

Desta forma, a fim de suprir a necessidade deste material de trabalho, o IPEC/OIT contratou o CENPEC para que o Kit aludido fosse analisado e adaptado à realidade brasileira. Esse projeto de adaptação foi desenvolvido entre janeiro de 2000 e março de 2001.

O objetivo geral desse projeto era contribuir para a erradicação do trabalho infantil no Brasil e os seus objetivos imediatos versavam sobre a divulgação e o conhecimento de alternativas metodológicas e pedagógicas de sensibilização e mobilização de professores e suas organizações para erradicar o trabalho infantil no País.

Esse projeto seguiu os seguintes passos: a) tradução do kit para a língua portuguesa; b) levantamento de dados da realidade nacional sobre o tema abordado e apresentação de proposta para o conteúdo; c) tratamento didático e projeto gráfico; d) realização de oficina de trabalho pelo CENPEC com o IPEC/OIT e a CNTE para análise do material elaborado, abordando a sua adequação à realidade brasileira, considerando a diversidade cultural e social do Brasil; e) revisão e ajuste final do conteúdo e da apresentação do kit.

O kit adaptado é composto de dois cadernos, quatro cartazes e um jogo (formado por um cartaz, que serve de base, um manual de instruções e uma cartela para destacar peças de papel). Todos esses materiais estão acondicionados em uma caixa de papelão com o título: “Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores”.

A estrutura dos conteúdos de cada um dos cadernos pode ser vista a seguir:

Foi feita a
adaptação do
Kit para cada
país, de
acordo com a
diversidade
cultural, social
e econômica



Caderno 1: Trabalho Infantil, Direitos das Crianças e Educação

Introdução: apresentação do projeto, com textos que visam a sensibilização e mobilização de professores e educadores para a questão do trabalho infantil.

Capítulo 1: intitulado Trabalho Infantil, discute sua definição, causas, diferentes formas, características, exemplos e efeitos do trabalho infantil.

Capítulo 2: Os Direitos das Crianças. Apresentam-se as medidas internacionais, os instrumentos da OIT contra o trabalho infantil, a Convenção das Nações Unidas (1989) e declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990).

Capítulo 3: traz recomendações sobre o papel da educação no combate ao trabalho infantil, defendendo o direito das crianças à educação e ao brincar.

Caderno 2: Sugestões de Atividades

Introdução: apresentação do conteúdo do caderno e orientações gerais para o desenvolvimento das atividades sugeridas, especialmente o seu planejamento, visando otimizar a utilização do material e também promover a formação do professor/educador para intervir na questão.

Em seguida à introdução, é apresentada uma série de sugestões para trabalhos acerca do trabalho infantil no Brasil e no mundo, buscando despertar a consciência crítica da criança para a sua realidade e também a compreensão dos seus direitos. São apresentadas sugestões de atividades diversas para as séries do ensino fundamental, divididas em dois blocos (de 1ª. a 4ª e de 5ª a 8ª.).

Essas sugestões são propostas em relação às seguintes disciplinas: História, Português, Ciências, Geografia e Arte. No entanto, como indica a introdução, não apenas as outras disciplinas podem como devem se engajar na busca de atividades que abordem a problemática do trabalho infantil.

O ponto de partida para as atividades sugeridas é o envolvimento da comunidade, não apenas do aluno, e também a problematização da realidade, levantando questões que possam orientar um outro olhar para a questão do trabalho infantil. Destaca-se a necessidade de o professor partir do que o(a) aluno(a) já conhece, abrir espaço para que seja explicitado esse conhecimento para que, então, possa, coletivamente, construir uma postura crítica.

Antes de utilizar o material na escola com os alunos e a comunidade, orienta-se o educador e o professor a formarem uma comissão com o diretor e os demais interessados para análise preliminar do material. Então, a comissão irá decidir qual a melhor forma de utilização do material e estabelecer um cronograma de duração do projeto.

Vale destacar que o material é de significativa qualidade tanto no que diz respeito aos textos quanto a sua apresentação gráfica, com farto material fotográfico e ilustrações condizentes com o tema abordado.

Como já descrito, a terceira linha de ação do Programa Inter-regional Mobilização de Professores, Educadores e suas Organizações para o Combate ao Trabalho Infantil previa a inclusão da temática do trabalho infantil na elaboração de políticas nacionais de educação.

Um desdobramento dessa linha já foi atingido no Brasil na medida em que o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Fundamental, reproduziu 300.000 exemplares desse kit no início de 2003.

A idéia do Governo Federal é distribuir este material para os professores por meio da Rede Nacional de Formadores (RNF), que é uma rede constituída por um grupo de profissionais com experiência na formação de professores (identificados e contratados pelo MEC). Uma vez que esta rede leva para as Secretarias de Educação de cada estado e de cada município o que há de mais atualizado em termos de propostas de trabalho em sala de aula, o kit terá todas as condições de chegar de maneira adequada a todas as escolas públicas do país.

O ponto de partida para as atividades sugeridas é o envolvimento da comunidade, não apenas do aluno



Vale acrescentar que, além do MEC, a Editora Campus e a Rede Globo de televisão também se mostraram interessadas em reproduzir o kit a fim de distribuí-lo no âmbito do programa de voluntariado Amigos da Escola, que articula comunidades em todo o Brasil em torno das necessidades de escolas carentes. É interessante notar que o estabelecimento dessa nova parceria só está sendo possível porque a qualidade gráfica e o conteúdo do material foram reconhecidos pela Editora Campus e pela Rede Globo de Televisão, fazendo com que o kit, segundo esses parceiros, tenha a “cara do Brasil”, facilitando sua disseminação.

Programas de Ação Direta

Como desdobramento da segunda linha de ação do Programa Inter-regional foram implementadas ações diretas. Para implementação dessas ações foram desenvolvidos dois programas de ação: um no estado de Pernambuco e outro no estado de Alagoas. Abaixo são descritas essas experiências.

Projeto de Capacitação de Educadores e Mobilização das Famílias para Erradicação do Trabalho Infantil nas Casas de Farinha da Região do Agreste Meridional de Pernambuco

Este programa de ação foi fruto de um contrato entre o IPEC/OIT e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco (SEPLANDES/PE) e contou com o envolvimento das seguintes instituições: CIELA – Centro Interuniversitário para Estudos da América Latina, África e Ásia, SEED – Secretaria Estadual de Educação (PE), Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, através das suas Secretarias de Educação e de Assistência Social.

O programa iniciou-se em dezembro de 1999 e terminou em junho de 2001 e teve uma área de abrangência de 8 (oito) municípios de Pernambuco: Jupi, Jucati, Lajedo, São João, Caetés, Alagoinha, Capoeiras e Tacaratu. Seu objetivo geral foi o de contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil nas casas de farinha dos referidos municípios e esse objetivo articulava-se com os seguintes objetivos imediatos:

- planejar e coordenar a execução das políticas governamentais relacionadas ao desenvolvimento social do estado;
- capacitar recursos humanos para prestar atendimento educacional adequado às crianças e adolescentes retirados do trabalho em casas de farinha;
- mobilizar as famílias para conscientização dos direitos da cidadania infanto-juvenil e para a busca de soluções alternativas de renda.

Casa de Farinha é a denominação dada ao local onde são instalados os equipamentos destinados à fabricação da farinha de mandioca. São unidades industriais rústicas, em geral, do setor informal, mas que constituem uma atividade econômica muito importante para os municípios, sobretudo na ocasião das secas.

As Casas de Farinha são, freqüentemente, edificações antigas e mal conservadas, que utilizam maquinário movido à lenha ou à eletricidade. Os ambientes são insalubres: mal ventilados, sem higienização, não possuem instalações sanitárias, as máquinas fazem ruído excessivo e as instalações elétricas são precárias. Nesses estabelecimentos, a organização do trabalho se dá por produção. Assim, os adultos são remunerados pelo que produzem, o que leva a fazer com que os pais de família envolvam todos os seus filhos na produção (inclusive crianças com idade abaixo dos 6 anos), para que possam obter maiores ganhos. Aqui situa-se a questão do trabalho infantil nas Casas de Farinhas.

Em 1997, o Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (NUCAPE), da Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, realizou um levantamento sobre o trabalho precoce no setor de fabricação de farinha de mandioca. O levantamento foi feito em 12 (doze) municípios pernambucanos, foram fiscalizadas 117 (cento e dezessete) casas de farinha e encontradas cerca de 1600 (mil e seiscentas) crianças e adolescentes de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos envolvidas na produção de farinha de mandioca.

Uma pesquisa sobre os riscos à saúde e segurança dos adolescentes e crianças que trabalham nas casas de farinha, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho com apoio do IPEC/OIT, em 1999, constatou uma série de problemas de saúde nas crianças e adolescentes tais como: problemas de pele, ferimentos pelo trabalho, mucosas descoradas e desnutrição.

A partir dessa constatação foi implementada uma série de ações entre Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, inclusive multando os farinheiros e realizando ações judiciais. Entretanto as sentenças das ações abalaram a sociedade local, pois as famílias tiveram uma redução no seu poder aquisitivo, gerando até fome.

Com a constatação desse problema, o governo estadual, entidades não-governamentais SEBRAE, PNUD, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho procuram realizar um conjunto de ações que visavam a incrementar a assistência social e a apoiar o desenvolvimento local, com modernização do processo produtivo e viabilização alternativas econômicas para as famílias.

Todo esse processo ganhou um reforço com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal. O PETI possui duas linhas de ação. Uma diz respeito ao atendimento às crianças e aos adolescentes, na qual os municípios devem assegurar que todas as crianças retiradas do trabalho estejam na escola regular e freqüentem a jornada ampliada, destinada às crianças de 07 a 14 anos.

A segunda linha de ação do PETI refere-se às ações a serem desenvolvidas com as famílias; prevê o combate às situações de desemprego e subemprego das famílias atendidas pelo programa, visando gerar ocupações produtivas e renda, potencializando todos os recursos e oportunidades econômicas da população alvo, a partir de capacitação massiva para organização dos trabalhadores de forma autogestionária em empresas, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços com competitividade no mercado.

O PETI assegurava bolsas de R\$50,00 (cinquenta reais) pagas às famílias, para cada duas crianças/mês que estivessem regularmente matriculadas na escola e R\$25,00 (vinte e cinco reais) por criança/mês como apoio à manutenção da jornada escolar ampliada.

Em março de 1999, foi realizada uma oficina de planejamento para implementação do PETI na região, com criação de uma comissão para esse fim. A oficina contou com a participação de diversas organizações governamentais e não-governamentais, entre elas a OIT.

Após um conjunto de reuniões para identificar problemas e elaborar estratégias, foi então criado um Plano Regional de Erradicação do Trabalho Precoce, que possuía 4 princípios:

Atendimento às crianças e aos adolescentes: que tem entre seus objetivos assegurar o afastamento imediato das crianças e dos adolescentes do processo produtivo, por meio da oferta de jornada escolar ampliada e creches;

Ações com as famílias: que consiste, basicamente, na complementação da renda familiar através da concessão de bolsas-escola e da conscientização para a proteção de seus filhos contra os prejuízos do trabalho precoce;

Ações para o desenvolvimento microregional: tem como objetivo fazer o diagnóstico das potencialidades econômicas da região na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, condição fundamental à melhoria da qualidade de vida das famílias;

Ações de supervisão, acompanhamento e avaliação do programa: consiste num processo constante e permanente de análise e avaliação das ações quanto à eficácia das políticas de intervenção adotadas.

A pretensão do Plano era de atender 569 (quinhentas e sessenta e nove) famílias e 1020 (mil e vinte) crianças e adolescentes de 0 (zero) a 14 (catorze) anos identificados pelo NUCAPE. Na primeira etapa, as crianças foram retiradas do trabalho e matriculadas no ensino regular e nas creches; ao mesmo tempo, foram estabelecidos espaços físicos e selecionados os recursos humanos para operacionalização da jornada escolar ampliada. É exatamente aqui se situa o programa de ação em questão.

Os municípios
devem
assegurar
escola regular
e jornada
ampliada a
todas as
crianças
retiradas do
trabalho



A principal atividade do programa foi a implementação de um processo de capacitação de recursos humanos para prestarem atendimento educacional às crianças e adolescentes retirados das casas de farinha. Para a realização dessa atividade, o CIELA foi contratado para a elaboração de um projeto de capacitação dos recursos humanos. A seleção do CIELA deu-se por ser uma ONG com experiência na execução de projetos de capacitação, utilizando uma metodologia participativa, além de produzir uma proposta melhor avaliada que as outras pelos gestores do programa de ação.

Decidiu-se excluir do programa as ações com as famílias, pois, nas negociações com o CIELA, a sua implementação significaria 30% de acréscimo nos custos do projeto. Tentou-se, sem sucesso, captar recursos extras com outras fontes de financiamento. Para amenizar as perdas dessa não execução, ficou estabelecido que, durante a execução do trabalho com os agentes, dar-se-ia uma ênfase na articulação dos profissionais de educação com as famílias, para estabelecerem um processo de conscientização delas sobre a problemática do trabalho infantil.

A proposta de ação do CIELA constava de duas modalidades: uma “intensiva” e outra “em serviço”, desenvolvida a partir das realidades das jornadas escolares ampliadas e a das creches. A modalidade “intensiva” dizia respeito à capacitação via oficinas periódicas, oferecidas trimestralmente no caso das jornadas ampliadas e mensalmente, no caso das creches, nos quais eram realizadas reflexões sobre a formação pessoal, a ludicidade (reflexão teórica e prática), cultura popular, sobre aspectos fundamentais da cidadania, dentre outros. A modalidade “em serviço” deu-se através do acompanhamento dos gestores da proposta nos locais em que realizavam as atividades pedagógicas: jornadas escolares ampliadas e nas creches, a partir do que se ministrava nos módulos trimestrais.

O trabalho com a jornada escolar ampliada foi realizado em 2 fases: a primeira com 4 (quatro) módulos de capacitação de profissionais de educação, formando a modalidade “intensiva”. A segunda referia-se às visitas de acompanhamento realizadas pelos gestores do projeto no local, buscando contextualizar as reflexões, propor soluções, avaliar caminhos.

Praticamente o mesmo esquema formativo se deu com o pessoal das creches, somente com alterações devido às especificidades do trabalho de creche.

É importante salientar que, anteriormente, não havia qualquer trabalho de capacitação dessas pessoas para o exercício de suas funções por parte das secretarias de educação municipal e estadual.

No trabalho junto ao pessoal das jornadas de trabalho, constatou-se um número de 74 participantes entre professores, supervisores escolares, secretários municipais de educação, monitores do PETI, coordenadores municipais do PETI, assistentes sociais etc.

O primeiro módulo (modalidade intensiva) se deu em julho de 2000, teve como título: “Ampliando Oportunidades de Aprendizagem”. Foram tratados temas como: relacionamento interpessoal, gestão democrática no trabalho pedagógico, o trabalho infantil e o PETI, LDB e os desafios da educação, recursos didáticos, jogos dramáticos, avaliação da aprendizagem.

Este foi um módulo introdutório, daí a necessidade de trabalhar as relações interpessoais dos participantes, contextualizar o trabalho infantil, avaliar o PETI a partir da visão dos educadores, discutir a função social da escola e refletir sobre o sentido da avaliação da aprendizagem. Os temas foram desenvolvidos com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, utilizando recursos didáticos e pedagógicos alternativos que permitissem ampliar as possibilidades de aprendizagem das crianças na jornada escolar ampliada.

A aplicação do módulo atingiu os objetivos previstos. Dentre os resultados alcançados pelo módulo, destaca-se a elevação da auto-estima dos monitores; a consciência sobre a necessidade de tematização de que tipo de cidadão se deseja formar e para que tipo de sociedade; a mudança de concepção sobre o que vem a ser a jornada ampliada. Os gestores puderam perceber como a escola estava distanciada da jornada ampliada e como as atividades da mesma eram executadas de modo improvisado.

O segundo módulo deu-se em setembro de 2000, teve como título: “Capacitação para o Desenvolvimento Cultural: Oficinas de Teatro, de Artes Plásticas, Brincadeiras Populares e Jogos Recreativos”.

Esse módulo teve como objetivo refletir a prática pedagógica, tendo como elementos estimuladores as linguagens da arte e da cultura do corpo na formação integral das crianças e, assim, agregar conhecimentos para a construção de um projeto político-pedagógico para as escolas.

Foram tratados os seguintes temas: história da educação no Brasil; a escola que temos, a escola que queremos; artes cênicas e plásticas; brincando e aprendendo; construção e apropriação conceitual da educação física, expressão corporal, esporte/jogo; jogos, brincadeiras e danças populares; construção de banco de atividades. Todos os módulos foram precedidos de uma avaliação do período intermódulo, isso para identificar se aconteceram avanços ou não na prática pedagógica da jornada, a partir dos módulos.

Como resultados alcançados pelo módulo, constatou-se a compreensão da necessidade de contextualizar a educação para saber seu sentido na prática educativa; a compreensão de que jogos, danças, artes, em geral, em educação, devem ter uma intencionalidade educativa e que é possível aprender brincando.

O terceiro módulo teve como título: “Cidadania e Família”, foi realizado em dezembro de 2000 e foram desenvolvidos os seguintes temas: cidadania (significado e caracterização); história das políticas para a infância e a adolescência no Brasil; ECA; família (composição, estrutura, valores, sentimentos); como trabalhar com famílias em situação de risco; relação escola X família; análise da situação sócio-econômica das famílias.

O principal resultado desse módulo foi a compreensão dos participantes da necessidade de trabalharem ou, pelo menos, terem a preocupação de que seu trabalho deve envolver as famílias.

Finalmente, o quarto módulo foi realizado em março de 2001, fase na qual também se sistematizou a metodologia por meio da elaboração de um vídeo. Este módulo teve como título “Continuação: Arte e Cultura do Corpo” e os temas tratados foram: metodologia de análise de conjuntura; prática pedagógica nas classes multisseriadas; jogos cênicos como elemento facilitador da aprendizagem; o corpo – objeto de construção de conhecimento; jogos e danças: vivências; artes plásticas.

A avaliação do projeto foi feita como um todo nesse módulo, destacando-se como aspectos positivos, num todo: a percepção de uma melhor articulação entre escolas e jornadas ampliadas, maior interesse das crianças, planejamento e melhor objetivação dos conteúdos e atividades desenvolvidas, inclusive com trabalho de planejamento coletivo e a construção de fichas de planejamento multidisciplinar, catalogação de atividades diversas, mais criatividade dos monitores, maior conhecimento da cultura pernambucana (danças regionais).

Como aspectos negativos foram destacadas a falta de material didático, o pouco envolvimento das famílias com o PETI, as classes multisseriadas, o uso eleitoral do PETI no período pré-eleitoral.

No trabalho com o pessoal das creches, constatou-se um número de 108 (cento e oito) participantes entre diretores ou coordenadores de creches, professores, auxiliares de serviços gerais (cozinheira, faxineira, porteiro etc), recreadores, babá, arte educadores, dentre outros.

O primeiro módulo, “Creche: Espaço Educativo de Cidadania”, foi realizado em agosto de 2000. Teve como objetivo fortalecer o grupo quanto aos princípios educativos que norteiam a proposta a ser desenvolvida nas creches, no trabalho com as crianças de 0 a 6 anos.

Foram trabalhados os seguintes temas: relacionamento interpessoal (por ser o primeiro módulo); cidadania; direitos da criança e do adolescente; trajetória da creche: origem e significado; creche como espaço educativo; a experiência de Garanhuns; levantamento da situação das creches nos municípios, proposta de gestão participativa.

Houve dificuldades quanto ao grande número de participantes que foram divididos em três grupos para execução dos trabalhos e quanto ao baixo grau de escolaridade de muitos participantes. Alguns eram analfabetos. Entretanto, os gestores conseguiram mediar esse problema, estimulando a participação de todos nos grupos e plenárias. Os objetivos foram alcançados.

Os temas
foram
desenvolvidos
com o objetivo
de contribuir
para a
melhoria da
qualidade de
ensino



Apesar das dificuldades, como o analfabetismo de alguns, os objetivos foram alcançados

O segundo módulo, denominado “Planejamento Pedagógico”, foi realizado em setembro de 2000 e contou com os seguintes temas: significado da educação para o desenvolvimento da criança como sujeito no processo de aprendizagem e o educador como mediador; fases e caracterizações do desenvolvimento da aprendizagem da criança de 0 a 6 anos; o perfil do profissional de creche; rotina diária da creche; estimulação infantil e recreação como recursos no desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo, individual e grupal da criança; reflexão sobre o momento político nos municípios.

Na avaliação do intermódulo, houve uma melhoria no aspecto de interrelação dos profissionais no trabalho; uma maior aproximação com as famílias, uma mudança de concepção do significado da creche e da criança. Como dificuldades foram detectadas a falta de envolvimento das famílias e os problemas político-administrativos acarretados pelo momento eleitoral.

Na execução desse módulo, houve grandes dificuldades pela falta de competência teórica e metodológica das facilitadoras, o que fez com que as coordenadoras do programa e do projeto de educação do IPEC/OIT tivessem que intervir assumindo turmas.

O terceiro módulo, “Administrativo/Funcional”, foi realizado em outubro/novembro de 2000. Este módulo teve como temas trabalhados: paradigmas de interação, orientação pessoal e grupal (cooperação x competição); posturas de vida (proatividade x retroatividade); ferramentas de transformação pessoal; paradigma pedagógico; papel da educadora/mulher na história da creche; profissional de creche – seu perfil; especificidade do espaço creche.

Como limitação desse módulo havia a apreensão pelo resultado das eleições para prefeito que causara insegurança em relação ao futuro dos profissionais quanto à continuidade da sua capacitação.

Esse módulo buscou suprir as lacunas deixadas pelo módulo anterior. O desconhecimento quanto à educação infantil foi outro ponto fraco dos participantes. Para suprir essa carência, foi indicado o estudo dos Parâmetros Curriculares da Educação Infantil de 04 a 06 anos. Os participantes fariam a leitura do texto e, em seguida, seriam realizados encontros para discutir o que foi lido.

Como pontos importantes, merecem destaque: a compreensão da creche como espaço educativo e a revalorização de paradigmas que norteiam as posturas pessoais e profissionais dos participantes.

O quarto módulo, intitulado “Trabalhando o Fortalecimento Institucional da Creche: Importância do Coletivo, Grupo, Indivíduo”, foi realizado em dezembro de 2000. O objetivo deste módulo foi conscientizar, por meio de reflexões e debates, os participantes acerca da importância do trabalho coletivo para a obtenção dos resultados esperados.

Os temas trabalhados foram: Grupo: importância, estilos de liderança, papéis; Jogos cooperativos; Padrões de percepção: omissivo, cooperativo, competitivo; Função do educador; Importância do brincar; Resgate das brincadeiras e músicas infantis.

Na avaliação do intermódulo, foram ressaltadas as mudanças da prática pedagógica dos participantes quanto a planejar atividades, à concepção de creche, de família e de criança. O módulo atingiu o objetivo proposto. A percepção da necessidade de ação do grupo e não cada um isoladamente em sua função foi importante, além do papel de destaque das atividades lúdicas, no desenvolvimento das crianças. Houve um crescimento pessoal e profissional dos participantes, segundo a avaliação. Um indicativo disso foi a ausência de comportamentos competitivos e de delação observados nos módulos anteriores.

O trabalho realizado com o pessoal ligado às creches abrigava ainda outros dois módulos. O quinto módulo: “Integração Família e Creche”, foi realizado em fevereiro de 2001. Os temas tratados foram: Família: condições e diversidade; Funções: mantenedora, provedora de afeto, formadora de cidadãos; Metodologia de trabalho com a família: trabalho para com a família; Papel do educador no fortalecimento da família; Perfil das famílias da creche, como conhecê-las; Construção de instrumento de informação sobre a família; Participação da família no cotidiano da creche; Proposta de trabalho com as famílias.

O objetivo desse módulo foi o de atender à demanda dos participantes no que diz respeito à falta de articulação com as famílias. Esse objetivo, segundo avaliação dos participantes, foi atingido, pois muitos expressaram mudanças da concepção de família que tinham antes da participação no módulo.

Finalmente, o sexto módulo, denominado ‘Trabalho de Campo’, foi realizado entre março e abril de 2001. O seu objetivo era intercambiar experiências da prática educativa nas jornadas ampliadas e nas creche e propor estratégias para melhoria do trabalhador.

Os temas trabalhados foram: Planejamento do trabalho de campo; Articulação teoria X prática; Creche: espaço educativo e espaço de guarda; A criança: sujeito em processo de desenvolvimento; educador de creche: compromisso com o desenvolvimento; Troca de experiências; Avaliação da prática pedagógica.

Este módulo foi dividido em três momentos: a) Encontro preparatório para planejar e sensibilizar os profissionais para a importância do trabalho; b) Realização das visitas; e c) Avaliação do processo.

Após o planejamento, era estipulado o cronograma e eram realizadas mútuas visitas entre os profissionais das creches e das jornadas ampliadas. Ao final de todo o processo, a experiência rompeu os receios iniciais de visitar e ser visitado, que derivavam do medo de não agradar e de não corresponder às expectativas.

Muitos avanços foram alcançados durante o trabalho. Destacam-se a percepção de que a creche é um espaço educativo, a ruptura com os preconceitos vigentes acerca da família, um maior conhecimento acerca da criança e de suas especificidades e a necessidade de aprofundamento sobre educação infantil.

Quanto à modalidade de capacitação em serviço, esta foi executada através de um agendamento prévio com gestores municipais, com coordenadores do PETI e das creches e de toda equipe envolvida no Programa.

As visitas ocorreram nos intermódulos e eram mensais para acompanhamento da prática pedagógica na jornada ampliada e das creches. Tinham como objetivo: completar a formação em serviço, promover a articulação entre grupos municipais e os executores e coordenadores do programa, identificar as mudanças se processando, as dificuldades que persistiam e apoiar pedagogicamente os participantes da capacitação.

Como contribuição para o processo formativo, o acompanhamento mensal trouxe alguns elementos significativos para todo o processo de formação. Em primeiro lugar, permitiu conhecer de forma dinâmica a realidade de execução dos programas, seus limites, potencialidades e dificuldades e, simultaneamente, com os educadores, buscar alternativas de superação das dificuldades mais prementes.

Também contribuiu para conhecer a realidade das crianças do PETI e de suas famílias, fornecendo elementos para que os conteúdos trabalhados na capacitação intensiva se adequassem às necessidades dos educadores. Além disso, este tipo de acompanhamento deu maior dinamicidade ao processo de formação pois, continuamente, educadores contaram com o suporte pedagógico das gerentes locais para dirimir dúvidas, conhecer os programas, entender os seus reais objetivos e promover as adequações dos conteúdos e metodologias aprendidas nos módulos de capacitação à realidade local.

Somam-se as essas contribuições o fato de que, com o acompanhamento intermódulo, as visitas mensais permitiram que gestores pouco comprometidos com os programas passassem a ser mais “cuidadosos”, pois sabiam que a repercussão das visitas seria do conhecimento do gestor estadual.

Durante o período de capacitação em serviço foi possível identificar que, em todos os municípios, os monitores vinham se esforçando em adequar a jornada ampliada aos seus reais objetivos: ampliar o universo cultural e formativo das crianças; melhorar seu desempenho escolar; desenvolver habilidades artísticas; melhorar a auto-estima e a sociabilidade, dentre outros.

É inquestionável que houve um crescimento significativo e uma mudança na concepção do PETI e da jornada escolar ampliada por parte de todos os atores envolvidos nos processos descritos. Em nenhum município, foram encontrados, após os módulos de capacitação, profissionais com a mesma prática observada no início do processo. Isso deve-se, em grande parte, à complementação da formação através da capacitação em serviço, posto que o contato focalizado na realidade de cada município permitiu: refletir, analisar, avaliar e propor alternativas de mudança a partir da realidade concreta, vivenciada pelo grupo nas próprias unidades educacionais.

Percepção da
necessidade
de ação do
grupo e não
cada um
isoladamente

Como limites, foram identificados problemas referentes ao mau gerenciamento dos recursos do PETI e das creches: falta de coordenação efetiva, escassez ou ausência de recursos materiais básicos, tais como: cartolina, lápis de cor, livros, aparelho de som, etc, além da precariedade da estrutura e da alimentação inadequada. As visitas freqüentes estimularam a maior parte dos gestores a oferecer melhores condições para a jornada ampliada.

Sob o aspecto de desenvolvimento de alternativas de emprego e renda para as famílias, previsto no programa, as tentativas de estabelecer parcerias para viabilizar essas atividades não obtiveram sucesso. Em princípio, buscou-se assessoria do SEBRAE, que identificou como alternativa o cultivo de legumes e verduras para produção de doces caseiros. As sugestões foram estruturadas e encaminhadas para a SEPLANDES – PE, no entanto, não foram concretizados os objetivos esperados com esta ação. Outra tentativa foi buscar, junto à OIT linhas de financiamento para implementar essa ação. Várias reuniões foram realizadas, inclusive com a participação da SEPLANDES – PE. Apesar de todas essas tentativas, não se alcançou nenhuma ação efetiva para ampliar a renda das famílias envolvidas no Projeto.

Vale acrescentar que uma mudança significativa em termos de empoderamento das comunidades se fez sentir, sobretudo entre as famílias dos monitores das creches e das jornadas ampliadas. Alterações relacionadas com as questões de gênero também emergiram durante o processo, na medida em que as mulheres se envolveram nas ações de modo mais assíduo e, com isso, se beneficiaram diretamente delas especialmente em termos da conscientização quanto aos seus possíveis papéis no âmbito dos problemas enfrentados pelas populações locais.

Capacitação de Agentes Multiplicadores da Jornada Ampliada de 52 municípios³ de 7 Microrregiões do estado de Alagoas que compõem o Projeto Alvorada/PETI.

O programa teve como agência implementadora a Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social. Foi firmado em março de 2001 e teve sua conclusão em junho de 2002.

O programa teve como objetivo geral contribuir para a erradicação do trabalho infantil em 52 (cinquenta e dois) municípios de 7 (sete) Microrregiões do estado de Alagoas que compõem o Projeto Alvorada/PETI. Seus objetivos imediatos eram:

- fortalecer o processo de construção de uma política articulada entre o setor de educação e de assistência social para o atendimento das crianças retiradas do trabalho;
- capacitar recursos humanos para prestar atendimento educacional adequado às crianças e adolescentes retirados do trabalho e em risco de exclusão social.

O programa de ação em questão está envolvido no bojo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O PETI focaliza a família mais vulnerabilizada pela pobreza e exclusão social, considerando que o trabalho infantil se dá por essa situação: as famílias necessitam da renda auferida pelo trabalho de todos os seus membros, incluindo as crianças. O trabalho infantil perpetua o ciclo da pobreza na medida em que impede ou prejudica o acesso das crianças e adolescentes aos seus direitos básicos, especialmente à educação.

O Projeto Alvorada é o Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano. É uma ação do Governo Federal para estabelecer uma estratégia de combate às desigualdades sociais, articulando e permitindo a convergência de diversas ações e programas capazes de melhorar a condição de vida nos municípios mais carentes.

No âmbito do PETI, a Secretaria de Estado de Ação Social manifestou o interesse em contar com o apoio do IPEC/OIT para desenvolver ações que visem a erradicação do trabalho infantil no estado de Alagoas. A escolha desse estado se deu pelo fato de ter o 4º menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo interesse manifestado pelo estado em apoiar tal ação e por ser o estado sede da coordenação do Projeto Alvorada na região Nordeste.

Na implementação do PETI foram detectados problemas, sobretudo no que diz respeito à jornada ampliada. Daí a parceira IPEC/OIT/SEAS para implementação desse plano de ação, visando a difundir práticas eficazes de combate

³ O título indica 52 municípios, entretanto foi incluído, segundo relatório final, no decorrer do processo de implementação mais um município, perfazendo 53 municípios.

ao trabalho infantil no que concerne à educação, inserindo-se na linha de ação direta do Programa Inter-regional de Mobilização de Educadores e de suas Organizações.

O primeiro passo para a efetivação das ações que visassem o cumprimento dos objetivos do projeto foi a realização de um diagnóstico sobre o desenvolvimento da jornada ampliada no estado. Para isso foram elaborados três questionários que versavam sobre a concepção que se tem da jornada e o seu funcionamento. Para dar maior consistência ao diagnóstico preliminar, foram realizadas visitas a 29 (vinte e nove) municípios do estado. Nessas visitas houve também a divulgação do projeto, a fim de mobilizar as prefeituras e obteve-se a relação dos profissionais que, posteriormente, participariam dos módulos de capacitação.

Em seguida, foi elaborada uma síntese desse diagnóstico, destacando aspectos negativos tais como: falta de empenho dos gestores em oferecer condições mínimas para o funcionamento da jornada escolar ampliada (como material didático) e a falta de entendimento da concepção das finalidades e das atividades da jornada

A entidade não-governamental Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco⁴, foi responsável pela produção de proposta de capacitação de agentes multiplicadores da jornada escolar ampliada no estado de Alagoas.

No decorrer do seu desenvolvimento, participaram dos módulos de capacitação 288 (duzentas e oitenta e oito) pessoas, entre monitores, educadores, professores, assistentes sociais, secretárias de educação dos municípios e coordenadores do PETI.

O Programa de Agentes Multiplicadores da Jornada Escolar Ampliada contou com uma metodologia participativa. Foi realizado em Maceió – AL e estruturado em duas modalidades: Capacitação Intensiva e Capacitação em Serviço.

A Capacitação Intensiva estava estruturada em dois módulos.

O primeiro módulo foi implementado em novembro 2001, dividido em duas turmas com representantes de 26 (vinte e seis) municípios. O objetivo deste módulo foi sensibilizar os profissionais para atuar no combate ao trabalho infantil no estado de Alagoas. Seus objetivos específicos eram: ampliar as reflexões sócio-políticas e culturais; compreender a criança enquanto sujeito de direito; identificar as possibilidades de reciprocidade nos relacionamentos humanos e articular as possibilidades de interação da jornada escolar ampliada com a educação formal.

Os temas abordados foram: uma história da criança brasileira; os direitos das crianças e dos adolescentes e o combate ao trabalho infantil; as políticas educacionais e o PETI; a jornada ampliada e suas possibilidades; identidade pessoas e profissional: a relação educador X educando; as políticas educacionais e de assistência social e o PETI.

O foco deste módulo foi o capacitando e suas práticas e contexto educacional. Tornou-se, então, indispensável dimensionar vivências centradas na identidade do educador, na elevação de sua auto-estima e na possibilidade de um melhor conhecimento de suas crianças e adolescentes, bem como da relação jornada escolar ampliada e educação formal.

O módulo alcançou seus objetivos e a experiência demonstrou que deve se realizar o desenvolvimento do trabalho, favorecendo a apresentação e a explicitação da prática dos participantes em seus diferentes fazeres: monitores, professores, coordenadores e gestores. Isso contribuiu muito para uma partilha de experiências e para a indicação das possibilidades dos processos a serem desenvolvidos ou evitados a partir de cada realidade.

O segundo módulo realizou-se em março de 2002 nos mesmos moldes do primeiro, e teve como objetivo: trabalhar as habilidades práticas dos representantes dos municípios no trato de alguns conteúdos pedagógicos e a construção de recursos didáticos.

Os temas trabalhados foram os seguintes: leitura e produção de texto; artes plásticas; culturas cotidianas e representações; matemática e planejamento para a jornada escolar ampliada.

⁴ Na escolha da agência implementadora desse programa de ação, considerou-se que o ideal seria estabelecer uma parceria com uma ONG de Alagoas. No entanto, não tendo sido possível localizar essa entidade, optou-se por trabalhar com o Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco.

O Projeto
Alvorada é
uma ação do
Governo
Federal para
estabelecer
uma
estratégia de
combate às
desigualdades
sociais



Nas avaliações apresentadas, foram relatados o aumento do potencial criativo dos participantes e o fortalecimento do comprometimento com uma nova visão de educação e o engajamento na luta contra o trabalho infantil.

Na implementação dos dois módulos, percebeu-se que um significativo número de pessoas estava tendo pela primeira vez a oportunidade de socializar sua experiência de trabalho e entendê-la de modo mais ampliado. Ficou evidente também que, para que haja um efetivo trabalho de combate ao trabalho infantil, é de fundamental importância uma integração municipal e, se possível, intermunicipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas que garantam o efetivo direito à infância. Outra constatação é a da necessidade de dar maior efetividade à articulação entre jornada e educação formal, com a perspectiva de, a médio prazo, construir um processo pedagógico da jornada.

Verificou-se que houve grande dificuldade na execução da multiplicação dos módulos nos municípios. Dois deles não conseguiram realizar a multiplicação. O processo que cada município desenvolveu foi criativo e, em alguns, houve o estabelecimento de parcerias, tanto para reduzir os custos quanto para realizar um processo mais partilhado e solidário.

A Capacitação em Serviço contou com o apoio técnico dos municípios na realização da multiplicação dos conhecimentos construídos no módulo I de capacitação intensiva, no qual houve o acompanhamento pedagógico da jornada e o incentivo à articulação intermunicipal.

Foram, então, realizados 10 (dez) encontros, cuja abrangência cobria os municípios envolvidos.

Essas reuniões tinham como objetivo dar continuidade ao processo de formação dos multiplicadores e auxiliá-los na adequação dos conteúdos ministrados na Capacitação Intensiva à realidade dos seus municípios. Esses encontros contaram com a participação dos secretários municipais de assistência social e de educação, representantes das coordenadorias regionais de ensino e coordenadores do PETI, totalizando 216 (duzentos e dezesseis) participantes.

Foi significativo, portanto, no desenvolvimento desse projeto, o número de pessoas que receberam a formação intensiva e tornaram-se multiplicadores em seus locais de atuação. Merece destaque também o significativo envolvimento das prefeituras na implementação das ações.

É importante notar que o esforço por articular as ações das secretarias de educação e de assistência social inscreve-se em um marco institucional, ainda vigente, que é caracterizado pela falta de comunicação entre essas duas esferas do poder público. Assim, em muitos municípios brasileiros, as ações no campo da educação e no campo da assistência social são planejadas e executadas de maneira isolada, o que tem como resultado políticas que se sobrepõem ou lacunas que não são preenchidas por nenhuma proposta.

Ações Complementares

Dois outros projetos, que ainda estão em processo de implementação, merecem destaque no contexto do Programa Inter-regional no Brasil: 1) a Avaliação Ex-Post da Capacitação de Agentes Multiplicadores da Jornada Ampliada do Estado de Alagoas e 2) o programa de ação intitulado “Mobilização de Trabalhadores em Educação e suas Organizações para Combater o Trabalho Infantil”, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A avaliação *ex-post* focaliza os aspectos relevância, replicabilidade, sustentabilidade, articulação de esforços e outros efeitos a médio e a longo prazo do programa de capacitação.

No que se refere à relevância e replicabilidade, a avaliação procura mensurar se a realização de um projeto com estratégia similar seria relevante no presente. Para isso, são realizadas observações para saber se houve mudanças na situação e para registrar se tais mudanças afetariam a estratégia de uma nova intervenção no estado de Alagoas. Se a equipe identificar

que a execução de um novo projeto com as mesmas características não é relevante, isto provavelmente significa que os benefícios do projeto ainda se sustentam, isto é, que o projeto propôs uma alternativa viável para a solução do problema.

Quanto à sustentabilidade, a mesma é considerada em relação aos objetivos imediatos do programa de capacitação. A equipe identificou quais os fatores que explicam a sustentabilidade ou a falta dela. No caso do projeto ter produzido atividades e/ou resultados sustentáveis, os fatores que provocaram este feito serão apontados visando possíveis replicações. É importante deixar claro qual parte da melhoria da nova situação deve ser atribuída à execução do projeto e qual diz respeito a outros fatores.

No que tange à articulação dos esforços, as questões fundamentais investigadas são: criação no município de algum mecanismo de monitoramento e verificar a criação de uma instância no município que garanta a melhoria das condições de acesso, permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola e na jornada escolar ampliada; havendo qualquer ação articulada entre os setores de assistência e educação nos municípios, pode-se identificar o poder destes setores, isoladamente ou em conjunto, de obter apoio técnico e/ou financeiro do nível estadual.

Finalmente, a avaliação identificou se houve ou não outros efeitos, positivos ou negativos, previstos ou não, que não foram mencionados no relatório final do projeto de capacitação em Alagoas.

O programa de ação “Mobilização de Trabalhadores em Educação e suas Organizações para Combater o Trabalho Infantil”, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) deu continuidade ao primeiro programa de ação deste parceiro com o IPEC⁵.

Tendo em vista que a CNTE desenvolve atividades de conscientização sobre trabalho infantil junto ao setor educacional e que, a partir dos resultados do estudo realizado em 6 capitais, desencadeou-se uma série de atividades pedagógicas voltadas para a eliminação do trabalho infantil, a estratégia deste programa é avaliar e disseminar os resultados obtidos e ampliar as ações por meio da capacitação e treinamento de multiplicadores para utilização do kit.

Para tal, a CNTE propõe a realização de um Seminário Nacional para apresentar um novo instrumento de combate ao trabalho infantil, debater novas formas de ação, bem como despertar e aumentar a participação do trabalhador em educação, enquanto um dos principais agentes na luta contra trabalho infantil.

No Seminário Nacional, será apresentado o material produzido (kit de mobilização de trabalhadores em educação) e definida a estratégia para o monitoramento e avaliação da utilização do kit. Além disso, será identificado um multiplicador em cada entidade filiada que ficará encarregado de identificar outros cinco multiplicadores em sua entidade.

Na primeira etapa deste trabalho, a CNTE capacitou e treinou 84 multiplicadores identificados nas entidades filiadas das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A região Norte ainda será atendida.

ANÁLISE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

Existe um consenso entre todos que atuam na luta pela erradicação do trabalho infantil de que a educação é uma peça-chave para o sucesso dessa luta. Por sua vez, a educação deve ser pensada como parte de um sistema amplo e diversificado, que abrange redes formais e não-formais de ensino, articuladas e complementares. No que concerne à educação formal, as séries iniciais do ensino considerado fundamental devem ser particularmente cuidadas, pois elas

Verificou-se
que em muitos
municípios
brasileiros, as
ações no
campo da
educação e
da assistência
social são
planejadas e
executadas de
maneira
isolada

⁵ Descrito neste documento, no tópico 2.2 “As atividades do IPEC com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE): Conscientização e Mobilização Social na Luta contra o Trabalho Infantil”.

Um fator de
sucesso de
muitas dessas
ações foi a
articulação que
promoveram
entre entidades
governamentais
e não-
governamentais

constituem a base para a formação de cidadãos e para a qualificação profissional que permitirá a grandes parcelas da população empobrecida romperem com o ciclo da pobreza.

Quanto às iniciativas não-formais de educação, é importante destacar as ações do Projeto Axé que, ao longo da sua atuação, desenvolveu uma metodologia alternativa, baseada na pedagogia libertadora, para interagir com crianças e adolescentes em situação de marginalidade e de trabalho informal, vivendo nas ruas.

O IPEC/OIT, baseado nas indicações das Convenções da OIT, bem como em reuniões mundiais realizadas que destacam a centralidade da luta pela defesa da educação para todos, em especial para as crianças, apoiou e continua apoiando técnica e financeiramente um conjunto de ações que, ao longo da última década, 1992-2002, mostraram-se eficientes para retirar crianças e adolescentes do trabalho e inseri-los ou reinseri-los na educação formal.

Um fator de sucesso de muitas dessas ações foi a articulação que elas promoveram entre entidades governamentais e não-governamentais, bem como o envolvimento dos sindicatos dos trabalhadores da educação em diversos estados brasileiros. Ações isoladas não são plenamente satisfatórias, pois a questão do trabalho infantil envolve múltiplos e complexos fatores que dependem da atuação de todos.

É significativo, nas ações implementadas, a busca pela mudança de concepção acerca da relação entre trabalho e educação. Os diversos projetos desenvolvidos atuaram no sentido de não apenas mudar a situação das crianças trabalhadoras, mas também de ressignificar o papel da educação no processo de formação integral do indivíduo, destacando aspectos formais e lúdicos dessa formação, entendida como um processo e um direito do cidadão.

Outra linha de atuação dos projetos desenvolvidos com apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT foi a busca de transformação da concepção dominante acerca do trabalho, que o vê como mais educativo e formador do que a educação formal. A compreensão dessas idéias e da sua força como propulsoras e mantenedoras do trabalho precoce — que a pesquisa efetuada pelo DIEESE abordou de forma clara — é necessária para a transformação do imaginário sobre trabalho infantil.

A realização de pesquisas que buscaram aprofundar o conhecimento acerca do trabalho infantil em sua relação com a educação no Brasil foi bastante significativa para que as ações implementadas partissem de uma percepção mais instrumentalizada da realidade na qual iriam desenvolver suas ações, ampliando, assim, a possibilidade de sucesso na concretização dos seus objetivos.

Destaca-se que a mudança de mentalidade acerca do trabalho infantil e da educação deve abranger o conjunto da sociedade, em especial educadores, governantes, empresários, família e a própria criança trabalhadora que, como constatado em diversos projetos, carrega os estigmas de idéias mistificadoras sobre o caráter educativo do trabalho.

Considerando que o trabalho infantil é parte de um problema nacional que abrange condições estruturais, as ações implementadas englobaram também as famílias das crianças e adolescentes envolvidos em trabalhos. Várias atividades buscaram envolver e conscientizar essas famílias sobre a importância da educação e sobre os seus direitos como cidadãos.

Muito, no entanto, resta a ser feito, tendo em vista que um dos fatores que levam as crianças e os adolescentes ao trabalho precoce, afastando-as da escola ou gerando desempenho escolar insuficiente, é o baixo rendimento econômico do seu núcleo familiar. Nesse sentido, permanece como um desafio a busca de políticas alternativas para geração e ampliação de renda, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Outro problema constatado pelos projetos desenvolvidos e pesquisas realizadas refere-se às condições precárias dos estabelecimentos de ensino da rede pública. Em diversas escolas e creches, faltava material didático básico para a realização das atividades e, do mesmo modo, para que as jornadas educacionais ampliadas pudesse ser efetivadas como espaço de educação de qualidade.



As ações consideraram também a necessidade de recuperação da importância do papel do educador, privilegiando a sua formação continuada, por meio de constantes treinamentos e cursos, oferecidos pelos diversos programas de ação implementados. Esses educadores muitas vezes também são parte de um problema mais amplo vivenciado no Brasil. Esse problema diz respeito à formação dos trabalhadores da educação. Os baixos salários conferidos a esses profissionais afeta a sua formação. Isso foi constatado, inclusive, em alguns programas de ação desenvolvidos, especialmente nos que atuaram em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano, como nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Percebeu-se, nessas experiências, a fragilidade de formação dos profissionais da educação, visível nos preconceitos explicitados acerca do trabalho infantil e da família; a carência de conhecimento técnico específico para lidar com a educação infantil; o desconhecimento da história e da realidade das comunidades nas quais atuam; o desconhecimento do seu papel como educador na formação de cidadãos e da sua importância para o desenvolvimento da sociedade. Esses dados reforçam a necessidade de elaboração de políticas públicas que aumentem a renda dos educadores e ofereçam melhores condições de formação e atuação.

Os projetos mostraram-se bastante diversificados e amplos, atendendo à pauta do Programa Mobilização de Educadores em suas três linhas de ação:

- conhecimento das melhores práticas educacionais para combater o trabalho infantil;
- implementação de ações diretas;
- intervenção na elaboração de políticas públicas de educação com inclusão da discussão acerca do trabalho infantil a fim de preveni-lo e erradicá-lo.

As práticas educacionais foram mapeadas pela pesquisa realizada pelo CENPEC com apoio do IPEC/OIT e, a partir do conhecimento delas, tornou-se mais factível um conjunto de ações que buscaram atuar sobre essa questão no Brasil.

Pesquisas como a efetuada pelo DIEESE, a partir da solicitação da CNTE, para desenvolvimento de projeto de ação apoiado pelo IPEC/OIT, já promovem, em sua elaboração, a articulação de importantes agentes para a erradicação do trabalho infantil, pois são planejadas e desenvolvidas com a atuação direta de professores e educadores, no levantamento de dados e também na divulgação dos seus resultados.

Essas pesquisas também permitiram um conhecimento mais aprofundado da complexidade da questão do trabalho infantil no Brasil e de sua relação com a educação, destacando a necessidade de políticas públicas para que as crianças trabalhadoras possam ter acesso à educação de qualidade.

A implementação de ações diretas pôde, assim, basear-se de forma sólida no conhecimento acumulado, garantindo também o sucesso de suas ações. As experiências desenvolvidas em Pernambuco e Alagoas indicam que deve realmente haver uma maior interação entre sociedade e órgãos governamentais, para que as ações de planejamento, execução e fiscalização possam tornar-se mais efetivas.

Neste sentido, as ações, que contaram com apoio do IPEC/OIT e foram também gerenciadas por secretarias de estado articularam-se com o desenvolvimento do PETI, buscando otimizar a aplicação de seus instrumentos para a erradicação do trabalho infantil, especialmente os que concernem às ações educativas, como é o caso da jornada escolar ampliada e das creches. Essas ações garantem maior acesso da população aos seus direitos, como também a ampliação das políticas desenvolvidas, a partir da análise dos seus resultados.

A elaboração do kit representou um avanço na produção de material de qualidade para que possa em âmbito nacional haver um engajamento da escola na luta contra o trabalho infantil. Esse kit já foi aceito e será implantado em todas as escolas da rede pública brasileira no ano de 2003, o que significa uma importante conquista, uma vez que será gerenciado pelo estado e terá uma abrangência nacional. Esse processo ocorreu tam-

Percebeu-se
a fragilidade
de formação
dos
profissionais
da educação,
visível nos
preconceitos
acerca do
trabalho
infantil e da
família



bém a partir da mobilização de trabalhadores da educação e de alunos/as que tiveram acesso ao material e puderam avaliá-lo.

A adoção do kit é mais um passo na formação de profissionais da educação para a luta contra o trabalho infantil. Porém, a sua utilização irá exigir a formação adequada e continuada dos educadores para que esse trabalho não seja apenas mecânico, mas se constitua como um processo efetivo de transformação da mentalidade do professor, do educando, de sua família, da escola e da sociedade.

Ao longo desses dez anos de atuação do IPEC/OIT, portanto, muitos profissionais da educação foram mobilizados, treinados e formados para atuarem de forma conseqüente na erradicação do trabalho infantil. Promoveu-se, por meio dos projetos apoiados um maior grau de conscientização da população brasileira para esse grave problema social que é de responsabilidade de todos.

As possibilidades de contribuição, quer no plano individual, que no plano coletivo, são amplas. Esses projetos indicaram caminhos possíveis para o enfrentamento da questão e também apontaram a necessidade do envolvimento de diversas entidades e do governo para que a educação possa ser efetivada em sua plenitude, como um caminho de construção da cidadania e de um mundo mais justo e igualitário.

MATERIAL DE PESQUISA

Arquivos do IPEC dos programas de ação citados

Agreements de todos os programas
Documentos de Projeto de todos os programas
Termos de Referência da Avaliação ex-post de Alagoas
Planos de trabalho
Relatórios de reuniões de articulação interinstitucional
Relatórios dos cursos de capacitação oferecidos pelos programas
Relatórios de acompanhamento e de avaliação
Relatórios Parciais e Finais

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre educação

Cartilha Sabia Sabiá? Ações complementares à Escola
Documento conceitual sobre o Projeto Axé (Ana Maria Bianchi dos Reis, Salvador/agosto de 1993)
Cópia de livro divulgando o projeto Axé

Produtos

KIT “Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores”

Publicações

Schwartzman, Simon. Trabalho Infantil no Brasil – Brasília : OIT, 2001.

Repercussão na Mídia

Artigo do jornal Folha de São Paulo, dia 13 de outubro de 1996
Cópia de artigo de jornal (O País, 9 de maio de 1993) falando sobre o Axé
Clipping elaborado pelo Axé sobre evento e sobre o projeto



Igreja quer maior apoio à educação

Campanha da Fraternidade critica as ações do governo e sugere até aliança com o MST para erradicar o analfabetismo no país

Depois de criticar o governo por conta da superlotação nos presídios, no ano passado, a Igreja Católica se volta agora para a educação. A Campanha da Fraternidade, que começa em 26 de fevereiro, tem como tema "Educação e Paz". Os bispos afirmam que a educação ainda não é prioridade para o governo brasileiro.

Entre as sugestões para a erradicação do analfabetismo no país, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recomenda ao governo a criação de uma "Bolsa-Escola".

CNBB incentivará Programa Bolsa-Escola criado pelo PT
Campanha da Fraternidade terá como tema em 98 a educação

O Globo, 25/02/98

Escola
Para professores do 1º Grau - ano 12 - nº 73 - maio de 1998 - C\$ 3.000,00



Revista Nova Escola, Maio/94

Combata esse mal

Diga não a essa triste realidade: cerca de 250 milhões de crianças em todo o mundo trabalham em tempo integral. Muitas, em situação de risco. Solicite o guia composto de dois livros, elaborado por um grupo de especialistas do Programa de Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com informações e alternativas para combater a exploração infantil.

Revista Nova Escola, Novembro/01

OIT e Seas lançam projeto modelo de combate ao trabalho infantil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Assistência Social de Alagoas (Seas) lançaram ontem um projeto inédito no Brasil para reforçar a campanha contra a exploração de crianças em atividades de tra-

da Seas, da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e da Secretaria de Educação para elaborar um plano de trabalho a ser lançado em 1º de maio. Ontem pela manhã, em Alagoas, a coordenadora da Assistência Social, Arnóbio Cavalcanti, esteve reunida com a

consultora Moema Prado destacando a necessidade de uma reflexão sobre a educação em tempo integral. O projeto piloto em Alagoas, num projeto piloto em termos de abrangência do raio de ação (pontos de trabalho e pontos de educação), reforça a importância da política pública de Políticas Sociais. Cristina Nolasco, da Seas, afirmou que o projeto significa a concretização do trabalho conjunto.

Projeto de Alagoas é modelo no combate ao trabalho infantil

Alagoas vai lançar um projeto inédito no Brasil para reforçar a campanha que retira crianças do trabalho infantil. O projeto será lançado em 1º de maio.

O Jornal, 05/08/00

beneficiadas pelo Peti têm acesso a atividade de lazer, reforço escolar, cultura, esporte e alimentação. A forma escolhida para a implementação do projeto é a criação de um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). A Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas), junto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), está criando o Projeto de Capacitação Multiplicadores da Iniciativa. A iniciativa prevê a capacitação de 52 municípios do Estado de Alagoas que fazem parte da fase do Projeto.

modelo para todo o País.

Durante toda a semana, os consultores externos e os técnicos vão elaborar o plano de trabalho para a Jornada Ampliada do Peti. A diretora de Políticas Intersetoriais da Seas, Cristina Nolasco, destaca que o êxito do Peti significa o combate à exploração do trabalho infantil e a realização do trabalho em sociedade.

Estilistas criam "modaxé" com meninos de rua na BA
Projeto Axé já tirou 2.058 crianças da marginalidade

Folha de São Paulo, 13/06/93

Boas Práticas de Combate ao **TRABALHO INFANTIL**



Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

ANTECEDENTES

A partir do início dos anos 90, os atores identificados com a construção da cidadania e defesa da criança e do adolescente incorporaram como objetivo principal de suas ações a eliminação do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador.

Fundada em 1990, no mesmo ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança surgiu em meio a uma crescente expansão de fundações empresariais comprometidas com a alteração das condições de vida das populações mais pobres do país.

A Fundação Abrinq foi o resultado de uma mobilização empresarial capitaneada por membros da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq). Desde a sua fundação, a Fundação Abrinq teve como objetivo fundamental defender os direitos da criança, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos da



Fundação Abrinq investiu esforços na implementação e fiscalização do ECA

Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989. Constava também como uma de suas missões a promoção de ações necessárias para a garantia da eficácia do ECA e das demais disposições pertinentes à defesa dos direitos da criança.

Entre as atividades realizadas em 1990 pela Fundação Abrinq, destacou-se a coordenação da Vigília pelos Direitos da Criança no Brasil, uma mobilização internacional que reuniu mais de 70 países na realização de 2000 vigílias, alertando para a grave situação da infância no mundo.

Outra ação importante foi a organização da Passeata de Crianças em comemoração à aprovação do ECA, realizada pela Prefeitura do município de São Paulo, pela Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência, pela Pastoral do Menor e pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR).

Foram estabelecidos, no Plano de Atividades para 1991, como meta principal da Fundação Abrinq, a divulgação e o apoio para implementar e fiscalizar o cumprimento do ECA. Para a viabilização de suas atividades foram criados Grupos Temáticos que discutiram a formulação de propostas e projetos nas áreas de Educação, Cultura, Violência, Política, Saúde, Comunicação e Finanças. Este trabalho garantiu a Fundação Abrinq, neste ano, o prêmio Criança e Paz do UNICEF.

Alguns dos principais desdobramentos dos GTs da Fundação Abrinq podem ser destacados da seguinte maneira: em março de 91 a Fundação, em parceria com o SESC, promoveu o Seminário “A Criança, o Espaço e o Brincar” para analisar quais os meios e as iniciativas para o desenvolvimento da criança em toda sua potencialidade, além de analisar alguns projetos educacionais.

Em junho de 1991 a Fundação Abrinq promoveu um encontro com vereadores e deputados estaduais e também com representantes dos Fóruns Municipal e Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para discutir a participação da sociedade civil na disseminação e real implantação do ECA, além de propiciar a criação do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Paulo.

Um resultado associado a esta iniciativa foi o “1º Encontro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente”, realizado em outubro do mesmo ano, no qual foi discutida e aprovada a minuta de lei que aprovou a criação do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente. Outra consequência desta ação foi a expressiva pressão sobre o Congresso Nacional para a aprovação constitucional do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que se concretizou no final de outubro.

A Fundação Abrinq desenvolveu ainda o projeto de divulgação e distribuição do filme “A Guerra dos Meninos”, uma crítica rígida com fins de conscientização dos diversos setores sociais sobre a realidade dos meninos de rua no Brasil. Este filme foi o ganhador do prêmio Kikito de melhor filme e melhor direção no Festival de Cinema de Gramado.

Em 1992, a Fundação Abrinq continuou a investir esforços na implementação e fiscalização do ECA, trabalhando de acordo com as áreas temáticas anteriormente estabelecidas. A Fundação traçou como principal objetivo a expansão do intercâmbio tanto nacional como internacional para promover a articulação de entidades governamentais e não-governamentais afins. Trabalhou também em escolas para divulgar o ECA, assim como definiu e divulgou para a população as formas corretas de procedimento aos casos de violação do ECA.

Também foi estabelecida como uma prioridade o mapeamento sobre o trabalho infantil nas empresas do país, com o objetivo de criar um banco de dados. Nesta época, a Fundação Abrinq já contava com 116 parceiros institucionais que contribuíam financeiramente e colaboravam com suas atividades.

A Fundação realizou ainda algumas atividades permanentes, como o Jornal Criança, de periodicidade trimestral, cuja finalidade era contribuir para a implementação de ações positivas em prol da infância.

A participação efetiva da Fundação Abrinq nos Fóruns Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, assim como no Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de

Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) foi importante para fortalecer um movimento que resultou na ratificação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Seminários temáticos e a continuidade das atividades de mobilização política garantiram o sucesso das propostas iniciais desta Fundação.

A PARCERIA COM O IPEC/OIT

No início de 1993, apesar de que algumas iniciativas já estavam sendo articuladas no país em prol da erradicação do trabalho infantil, a situação ainda era de descaso geral, em todos os níveis do Governo (federal, estadual e municipal) para com esta questão. Este não engajamento era principalmente marcado pela falta de políticas públicas direcionadas para o enfrentamento desta situação.

A conscientização da sociedade civil com relação à brutalidade do trabalho infantil e dos obstáculos que sua utilização pelos empregadores causa ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente era ínfima.

Atenta a esta problemática que começava a ganhar espaços na agenda política do país, a Fundação Abrinq incluiu o trabalho infantil em seu espectro de atuação e encontrou no IPEC/OIT uma convergência de interesses, o que conseqüentemente tornou-o um importante aliado para futuras realizações.

Em novembro de 1992 as duas instituições deram início a uma articulação conjunta na elaboração de um primeiro programa de ação. O objetivo deste programa era disseminar informações sobre a inadequação da utilização da mão-de-obra infantil, conscientizando a população sobre este problema. Para este fim, a mídia foi definida como o canal mais adequado para a divulgação destas idéias, que seriam transformadas em peças publicitárias a serem veiculadas nos meios de comunicação.

A constituição de um banco de dados informatizado e atualizado foi uma segunda meta fundamental da Fundação Abrinq para alicerçar sua atuação. O segundo programa de ação da Fundação em parceria com o IPEC visava a possibilitar o estabelecimento deste banco de dados. Seu objetivo era registrar dados de impacto do trabalho executado pelo IPEC no Brasil, fornecidos pelas entidades participantes e por dados estatísticos de instituições governamentais.

CONSCIENTIZAÇÃO OBJETIVANDO A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O primeiro Programa de Ação da Fundação Abrinq que contou com o apoio técnico e financeiro do IPEC foi intitulado "Conscientização e Sensibilização Objetivando a Eliminação do Trabalho Infantil". Este programa tinha como objetivo abranger as regiões do Brasil onde o IPEC estivesse desenvolvendo outras ações, de modo a avaliar seus impactos.

O grupo alvo estabelecido foi o público em geral, visto que o programa geraria benefícios a todos os atores sociais, com impacto maior junto às crianças trabalhadoras no país. As ações do programa enfocaram as crianças empregadas nos setores de maior risco como indústrias metalúrgicas, têxtil e calçados, e também crianças trabalhadoras na agricultura, como no corte de cana e na colheita de café, laranja e algodão.

O objetivo geral traçado no Programa de Ação foi criar um sistema de comunicação e informação com o fim de promover um diálogo direto entre a criança trabalhadora e a sociedade, visando a eliminação da exploração do trabalho infantil.

Não havia
consciência
da brutalidade
do trabalho
infantil



A Fundabring
produziu o
documentário
“Profissão
Criança” e o
livro
“Crianças de
Fibra”

Os objetivos específicos foram: 1) a coleta e promoção da disseminação de informações sobre o trabalho infantil para sindicatos, empresas e órgãos do governo, assim como organizações não-governamentais; 2) a promoção do material coletado, sistematização e divulgação das experiências bem sucedidas do IPEC e de outros órgãos brasileiros que trabalhavam na eliminação do trabalho infantil; e 3) a preparação de técnicos para o trabalho a ser executado.

Para citar alguns dos produtos elaborados pelo programa, o mesmo editou um “Guia de Defesa da Criança Trabalhadora”, baseado nos artigos do ECA, para ser distribuído junto a sindicatos, empresas, órgãos do governo e organizações não-governamentais. Foi desenvolvida uma campanha publicitária de âmbito nacional buscando uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre a exploração do trabalho infantil

Registraram-se ainda a realização de seminários para troca de experiências entre as instituições preocupadas com o tema, a montagem de um banco de dados sobre os projetos apoiados pelo IPEC e a realização de seminários para planejamento de ações.

Um dos principais produtos deste programa foi a produção de um filme que documentou a vida das crianças trabalhadoras no Brasil, denominado “Profissão Criança”. Outro produto de grande impacto produzido deste programa foi uma reportagem com fotografias do trabalho de crianças, enfocando os danos provocados por esta prática ao seu desenvolvimento físico e mental. Esta reportagem foi publicada em livro e denominou-se “Crianças de Fibra.”

A reportagem que deu origem ao livro “Crianças de Fibra” iniciou-se em março de 1993, quando uma jornalista e uma fotógrafa iniciaram uma série de viagens pelo Brasil durante nove meses. Foram percorridos sete estados brasileiros, onde existiam registros de crianças envolvidas com trabalhos de risco.

Quanto ao filme “Profissão Criança”, sua direção foi realizada pela mesma cineasta ganhadora do prêmio Kikito, em 1992, pela denúncia de assassinato e condições adversas de meninos de rua no Brasil, intitulado “A Guerra dos Meninos”. A produção do “Profissão Criança” ficou a cargo da empresa Cineluz Produções Cinematográficas Ltda.

O objetivo central deste filme foi documentar formas de trabalho infantil no Brasil capazes de expressar a diversidade de setores desta prática, sendo que estas formas também deveriam ser representativas da população brasileira. Cinco perfis de crianças trabalhadoras foram definidos: um cortador de cana, uma catadora de papel, um pequeno trabalhador da região sisaleira, uma empregada doméstica e um colhedor de frutas.

Para a produção do mapeamento do trabalho infantil no Brasil, que subsidiaria a produção do filme e da reportagem, foram necessárias centenas de consultas e contatos com as mais variadas entidades. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi um destes órgãos contatados, que revelou à época dados preocupantes sobre o trabalho de crianças e adolescentes.

Os resultados de levantamentos rápidos feitos pelo IBGE em suas bases de dados revelaram que 17% das crianças brasileiras com idade entre 10 e 14 anos trabalhavam. A taxa de atividade foi mais elevada nas faixas de renda mais pobres: mais de 35% dos jovens trabalhadores eram de famílias de baixa renda. Um outro dado alarmante foi o que indicou que mais de 47% das crianças trabalhadoras não eram remuneradas pelos serviços prestados, além de que 46% delas trabalhavam mais de 40 horas semanais.

A taxa de escolarização das crianças trabalhadoras apontada pelo IBGE foi de 84%, mas deve-se notar que parte desta taxa deve-se à repetência das crianças que girava em torno de 20%, contando ainda com a taxa de evasão escolar de 17%. Houve também uma discrepância relevante no grau de formalização do trabalho entre as regiões no Brasil: enquanto na região Sudeste 68% trabalhavam como empregados registrados, no Nordeste este percentual caía para 35%.

Embora a equipe da Fundação Abrinq tivesse encontrado dificuldades na realização deste mapeamento do trabalho infantil no Brasil, especialmente em função da limitada confiabilidade das fontes de muitos dos dados necessários, em agosto de 1993 os primeiros produtos das reportagens foram entregues contendo 131 fotografias e 14 matérias sobre o trabalho infantil nas mesmas áreas selecionadas para a realização do filme.

Em novembro, a Fundação Abrinq concedeu uma Gravura Prêmio à OIT como homenagem à realização de projetos e atividades em prol da criança e do adolescente. Nesta ocasião foram premiados também o responsável pelo Centro Regional de Atendimento a Crianças Vítimas da Violência Doméstica – CRAMI; o Sr. Herbert de Sousa (Betinho), idealizador e coordenador da Campanha de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida; o Instituto C&A de Desenvolvimento Social e o Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança, que contava nesta época com o apoio do IPEC.

Dando continuidade aos compromissos firmados entre a Fundação Abrinq e a OIT, decidiu-se que em 1994 seria feita uma divulgação expressiva do material produzido para alcançar o objetivo proposto pelo Programa de Ação. Esta atividade foi pioneira, pois ainda não havia no Brasil uma série tão rica de matérias sobre o trabalho infanto-juvenil.

O projeto de distribuição e difusão do vídeo “Profissão Criança” contou com um total de 400 fitas, que foram distribuídas por meio de doação, empréstimo ou compra. Em março de 1994, mais de 165 fitas já haviam sido doadas para instituições como a Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e Adolescente, a CONTAG, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o UNICEF, o Ministério do Trabalho e Emprego, entre muitos outros. Quase 30 cópias foram destinadas a políticos brasileiros e mais de 22 foram doadas a veículos de comunicação.

Os parceiros entenderam que a divulgação das reportagens documentadas no livro “Crianças de Fibra” cumpria dois objetivos: a sensibilização da sociedade brasileira perante a gravidade do trabalho infantil, e garantia do acréscimo de informações importantes às entidades envolvidas com a questão. Vale lembrar que a edição do livro ficou por conta da Editora Paz e Terra, para a qual a OIT concedeu os direitos autorais.

O primeiro desdobramento deste Programa de Ação, que teve suas atividades encerradas em maio de 1994, foi a promoção de um evento, em junho de 1994, no qual foi lançado o livro “Crianças de Fibra”, bem como foi exibido publicamente o vídeo “Profissão Criança”. Após a exibição do vídeo, foi realizado um debate coordenado pelo presidente da Fundação Abrinq.

Tendo como foco facilitar o estabelecimento de um espaço de discussão sobre possíveis formas de erradicar a exploração da mão de obra infantil no país, o evento contou com a participação de diversos setores sociais como empresários, sindicalistas e coordenadores de projetos voltados aos interesses da criança e do adolescente. Pode-se citar alguns deles: o presidente do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE), o ministro do trabalho, o presidente da CUT, entre outros.

Conforme previsto em seu projeto inicial, este programa realizou pesquisas, conscientização via mídia, treinamento de técnicos para cursos e seminários, além ter promovido eventos como reuniões comunitárias, exposições, etc.

Foi promovido também um debate com entidades sindicais, de ensino e abertas ao público em geral, no qual participaram representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca, do Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador (DIESAT), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), do jornal Folha de São Paulo, entre outros.

Outro desdobramento foi a resposta dos veículos de comunicação aos trabalhos divulgados, que começaram a produzir matérias de denúncias sobre o trabalho infantil no Brasil com grande repercussão internacional. A própria Fundação Abrinq, atendendo seu plano de trabalho, realizou diversas ações de divulgação e difusão destes produtos.

A Fundação recebeu, a partir do lançamento dos trabalhos finais, inúmeras propostas para a exibição das fotos e para sua participação em debates relacionados ao tema. A autora das fotos foi agraciada com o Prêmio Wladimir Herzog. O filme foi exibido na íntegra em uma rede de TV de canal aberto em comemoração à semana da criança.

Em dezembro de 1994 a Fundação promoveu, como de costume, a entrega do Prêmio Criança. Nesta oportunidade foram reconhecidos os trabalhos da Fundação Laura de Andrade/MG por sua atuação na defesa do ECA; da irmã

Os veículos de
comunicação
começaram a
denunciar o
trabalho infantil



Angela Mary, do Centro Pastoral de Orientação Educacional, pela oportunidade de estudo oferecida à crianças carentes; do Projeto Brincar, do Instituto de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela inovação no cuidado de crianças que possuem parentes internados por motivos psiquiátricos; e do Projeto Pescar, da empresa Link/RS, pela preparação de jovens carentes para o mercado de trabalho.

Em 1995 a Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças foi promulgada, por meio de Decreto Federal da Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania, como uma instituição de utilidade pública, passando a gozar dos direitos e deveres próprios relacionados com este novo status institucional. Todas as atividades da Fundação Abrinq neste ano tiveram como principal objetivo a promoção e defesa dos direitos básicos da cidadania de crianças e adolescentes de acordo com a linha de ação adotada desde a sua fundação.

A política de estímulo ao engajamento social e empresarial gerou mais de 40 negociações com empresas e instituições, bem como a consolidação de parcerias efetivas com a Companhia Brasileira de Mineração e Metais, com a Companhia das Letras, com a Fundação Getúlio Vargas, com a Federação de Entidades de Assistência Social de Campinas (FEAC), com o Governo do Estado de São Paulo, com o PNBE, entre outros.

Em abril de 1995 ocorreu a Exposição de Fotografias do livro “Crianças de Fibra”, juntamente com a participação no Seminário sobre a Situação da Infância no Brasil. A partir de junho deste ano, a Fundação passou a integrar o Fórum Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que buscava a promoção de uma articulação entre os diferentes setores sociais para a eliminação do trabalho infantil.

Devido às crescentes demandas sociais, e com o intuito de ampliar sua capacidade de resposta à sociedade, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança passou por um processo de reorganização interna, incluindo mudança de sede, instalação de novas tecnologias que vieram a propiciar um trabalho mais intenso, mudanças de planejamento estratégico, tendo passado também por um processo de consolidação de seu quadro de profissionais.

Por ocasião da realização do 2º Seminário de Planejamento Estratégico da Fundação Abrinq, foram criadas novas áreas de atuação, sendo ratificadas como estratégias prioritárias as áreas de Comunicação, Ação Política e Operação de Projetos. Foi elaborado, segundo esta nova orientação, o planejamento de atividades para o ano de 1996.

PROGRAMA EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA - BANCO DE DADOS SOBRE TRABALHO INFANTIL

O segundo programa de ação da Fundação Abrinq que contou com o apoio do IPEC/OIT, bem como do UNICEF, teve seu lançamento estadual ainda em 1995. Este programa visava a instalação de um banco de dados que auxiliaria a implementação do Programa Empresa Amiga da Criança.

O programa Empresa Amiga da Criança previa a concessão de um diploma e do direito de usar um selo do programa em seus produtos às empresas que, além de não empregarem trabalho infantil em nenhuma fase de sua produção, estivessem realizando projetos e ações que auxiliassem na formação das crianças e na capacitação profissional dos adolescentes.

Três meses depois de seu pré-lançamento em São Paulo, o programa Empresa Amiga da Criança foi lançado em âmbito nacional em Brasília com a presença de lideranças empresariais, políticas e sindicais, bem como com a participação da Primeira Dama do Brasil que era presidente do Programa Comunidade Solidária. Estiveram presentes ainda

o Ministro de Educação e Desporto, representantes da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e outras representações da sociedade civil. Nesta ocasião foram diplomadas as primeiras 15 Empresas Amigas da Criança.

Neste contexto, o programa apoiado pelo IPEC/OIT visava a instalação de um banco de dados sobre a situação do trabalho infantil a fim de facilitar o acesso da própria Fundação e de outras entidades interessadas a um conjunto informações sistematizadas que permitisse um pronto monitoramento da situação do trabalho infantil. Para tanto uma importante faceta desta nova etapa de atividades foi a instalação de equipamentos de informática em rede, o que possibilitou uma rápida comunicação e troca de informação entre as entidades parceiras da Fundação Abrinq.

Os produtos esperados deste programa eram, à época de sua elaboração (além, é claro, do próprio banco de dados), um cadastro de empresas e entidades com objetivos afins, o estabelecimento de novas parcerias, o encaminhamento de denúncias de exploração de trabalho infantil aos órgãos responsáveis, a identificação das áreas de risco para posterior articulação com o FNPETI e uma busca e articulação com outros bancos de dados sobre o trabalho infantil no Brasil.

As atividades propostas que visavam ao reforço da cooperação com os parceiros do IPEC/OIT, o aumento das pesquisas na área, além do fortalecimento da sociedade por meio da sua conscientização, foram as seguintes:

- implantação do banco de dados com prazo de um ano para conclusão;
- implementação de cadastros de empresas que desenvolviam ações em benefício da criança;
- sistematização de informações entre os parceiros e mapeamento das áreas de risco que deveriam ser identificadas e divulgadas, em particular ao FNPETI;
- encaminhamento de denúncias sobre desrespeito ao ECA para órgãos competentes; e
- viabilização de contato com outros bancos de dados e bibliografias afins.

As instituições colaboradoras nesta ocasião foram a Secretaria Executiva do FNPETI, o UNICEF, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Ministério do Trabalho, Conselhos Tutelares de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como empresas e entidades que participaram do Programa Empresa Amiga da Criança.

O programa buscou também articular campanhas de mídia em TV, rádio e imprensa escrita, divulgando as atividades realizadas e diplomando as Empresas Amigas da Criança publicamente como forma de incentivo às ações no setor, além do reconhecimento do trabalho e de uma motivação para continuarem.

No final de 1996, 208 empresas haviam sido selecionadas e diplomadas como amigas da criança. As solenidades de diplomação foram realizadas em seis lançamentos regionais e setoriais por todo o país.

A participação efetiva no FNPETI e a criação da Rede de Empresas Amigas da Criança (REAC) para proporcionar a troca de experiências e discussões de interesse deste programa de ação foram ações essenciais para o seu bom andamento. Vale notar que o primeiro objetivo estabelecido pela REAC foi manter o FNPETI informado sobre situações de risco no país.

Percebeu-se também a necessidade da elaboração de um encarte e de um CD-ROM contendo as informações coletadas e sistematizadas no banco de dados para posterior distribuição e divulgação, assim como a implantação de uma Home Page na Internet para acesso rápido e irrestrito aos dados recolhidos.

O banco de dados foi implantado e propiciou a elaboração de dossiês sobre a cadeia produtiva, além da inclusão de cláusulas sociais de não utilização de trabalho infantil nos contratos entre o Estado e seus fornecedores e entre empresas privadas e seus clientes e fornecedores. Cada banco foi concebido individualmente de acordo com suas características peculiares, porém, em interatividade com os demais temas, possibilitando o acesso a informações em qualquer área registrada.

Empresa
Amiga da
Criança não
emprega
trabalho infantil
e realiza ações
para formação
de crianças e
capacitação de
adolescentes



O ano de 1997
foi marcado
por uma
grande
mobilização e
interação
social

Sua manutenção dependeu então somente de pesquisas periódicas junto às instituições que pudessem alimentá-lo com informações relevantes. As grandes colaboradoras nesse sentido foram a CUT, o DIEESE (com o fornecimento dos dados da pesquisa “O Trabalho Tolerado de Crianças em Seis Capitais Brasileiras”), assim como o próprio IPEC/OIT (com os resultados já obtidos de alguns programas de ação).

Nesta mesma direção foi estabelecida uma articulação com a ABECITRUS, que buscava a obtenção de assinaturas de compromisso público visando eliminar o trabalho infantil da cadeia produtiva. A assinatura da carta-compromisso e o compromisso público das cinco maiores montadoras de automóveis do país (Ford, Volkswagen, Mercedes-Benz, General Motors, e Mannesmann) de não adquirir produtos e serviços nos quais fossem detectados utilização de trabalho infantil foi outro fato importante neste contexto.

Um produto gerado por esta articulação foi o livro “Mobilização empresarial pela erradicação do trabalho infantil no Brasil”, baseado em um estudo sobre as estratégias da Fundação Abrinq, com o apoio do UNICEF.

Em 1997, as articulações nacionais priorizadas foram a participação no FNPETI além da participação como membro efetivo do CONANDA, do Fórum DCA e Grupo de Institutos, Empresas e Fundações (GIFE). O objetivo final do Programa Empresa Amiga da Criança neste período foi acompanhar e avaliar melhor as ações junto às cadeias produtivas do carvão, laranja, calçados e cana-de-açúcar. O Programa buscou ampliar o número de empresas comprometidas com a erradicação do trabalho infantil, tendo diplomado quase 1000 empresas.

Segundo relatórios deste programa de ação, que estava diretamente relacionado com o Programa Empresa Amiga da Criança, o ano de 1997 foi marcado por uma grande mobilização e interação social, sendo que a Fundação Abrinq participou de mais de 100 seminários, workshops e conferências sobre o trabalho infantil em todo o Brasil.

Esta articulação demonstra, per se, uma relevante conquista em termos do espaço conquistado pela Fundação, fundamentado por iniciativas de inegável pertinência.

No final de 1997, como previsto inicialmente, ocorreu a elaboração de um CD-ROM com os dados coletados pelo banco, que deveria ser distribuído aos parceiros do Programa de Ação e aos demais solicitantes.

Somente em março de 1998 a Fundação e a OIT realizaram o lançamento deste CD-ROM, intitulado “Trabalho Infantil”. Por ocasião deste lançamento houve um debate sobre o tema “Trabalho Infantil nas Relações Internacionais de Comércio”. Estiveram presentes o presidente da CUT, o representante do UNICEF, o diretor do escritório da OIT no Brasil e o presidente da Fundação Abrinq.

Em agosto de 98 encerraram-se as atividades deste programa de ação que, segundo avaliação do órgão implementador, concretizou todos os produtos inicialmente previstos, sendo o principal deles um acervo de dados digitalizados à disposição do público via internet. Posteriormente, 2000 unidades do CD-ROM foram distribuídas gratuitamente, processo que gerou também um cadastro de pessoas e entidades da sociedade civil envolvidas com o tema.

Um dos desdobramentos deste programa de ação foi uma proposta, feita pela Fundação Abrinq ao FNPETI, de criação de uma comissão quadripartite para acompanhar o processo de recebimento de denúncias nacionais e internacionais, formada por representantes de governos, empregadores, trabalhadores e ONGs voltadas para a questão da infância e da cidadania, sob a coordenação da OIT e do UNICEF. Desta forma a imparcialidade e justiça no julgamento das formas de trabalho infantil seriam melhor estabelecidas, garantindo melhores resultados no trabalho desta Comissão.

Associada a esta iniciativa, a Fundação Abrinq participou da criação de um fundo internacional para financiar programas que integravam o conjunto de medidas necessárias para o apoio às famílias e para a retirada das crianças do trabalho. Foram considerados bons exemplos, no âmbito deste fundo, projetos do tipo Bolsa-Escola, assim como projetos de geração de emprego e renda, e atividades complementares à escola.

OUTRAS AÇÕES CONJUNTAS

Vale destacar que a atuação conjunta do IPEC/OIT e da Fundação Abrinq gerou importantes resultados na área da ação política, por meio da mobilização de órgãos governamentais e empresariais das principais cadeias produtivas onde se concentra o trabalho infantil.

Alguns desdobramentos desta mobilização foram a criação do Instituto Pró-Criança na cidade de Franca, a assinatura do Pacto dos Bandeirantes entre a Câmara Paulista do setor Sucroalcooleiro e Governo do Estado de São Paulo e a assinatura do Pacto do Trabalho Infantil do Governo Federal e seus Ministérios.

O Instituto Pró-Criança, com o objetivo de erradicar o trabalho infantil na cadeia produtiva de calçados, principalmente no setor terceirizado e quarteirizado da produção, criou o Selo Pró-Criança, concedido a todas as empresas que, uma vez devidamente fiscalizadas, não utilizassem a mão-de-obra infantil em nenhum estágio de produção.

A parceria IPEC/OIT e Fundação Abrinq pode ser considerada de sucesso, haja vista a grande quantidade de produtos e os desdobramentos de âmbito nacional e internacional de seus Programas de Ação, o que demonstra o compromisso destas instituições na erradicação do trabalho infantil e na promoção de uma maior conscientização da sociedade civil em geral.

OUTRAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ABRINQ

É importante salientar que durante os anos de sua parceria com o IPEC/OIT, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança desenvolveu inúmeras outras ações relevantes a favor dos direitos da criança e do adolescente. Podem ser destacados, entre vários outros, os projetos Brinquedoteca: o direito de brincar, Nossas Crianças, Bola pra Frente, Biblioteca Viva, O Livro Vai à Escola, Prefeito Criança, Jornalista Amigo da Criança, bem como o Programa Crer para Ver.

Essa grande quantidade de iniciativas da Fundação refletiu um expressivo crescimento desta instituição, que duplicou o seu quadro de funcionários para atender as demandas que lhe eram feitas. Vale registrar que, recentemente, houve um incremento de 26% no número de sócios da Fundação, que subiu para 316 só no ano de 1997.

O projeto “Brinquedoteca: o Direito de Brincar” criou um centro cultural com objetivo de fomentar a atividade coletiva em todos os meios sociais e oferecer o acesso a brinquedos para o maior número de crianças possível. As brinquedotecas foram implementadas em escolas, hospitais, indústrias, associações comunitárias e religiosas e contaram com a colaboração de diversos fabricantes de brinquedo do país.

A Fundação Abrinq promoveu, na área da saúde, o engajamento do setor empresarial visando a divulgação de uma lista de cuidados básicos e essenciais de acordo com o livro “Medidas Vitais” do UNICEF. Promoveu também a “Campanha Pré-natal”, com o objetivo de instruir as mulheres grávidas para um melhor parto e tratamento do bebê, diminuindo a mortalidade materno-infantil no país.

Outro destaque deve ser dado ao Programa Prefeito Amigo da Criança, projeto da Fundação em parceria com o UNICEF, que atuou principalmente por meio das Associações de Municípios. No final de 1997 o programa já contabilizava um total de 206 prefeitos (as) comprometidos (as) com a melhoria da qualidade de vida das crianças brasileiras por meio da assinatura de uma Carta Compromisso.

O projeto “O Livro Vai à Escola”, com o intuito de estimular o hábito da leitura, promoveu a doação de mais de 8.500 livros da Coleção Castelo Rá-Tim-Bum para escolas públicas localizadas em 27 municípios do Brasil, num total de 850 instituições. Este projeto contou com o apoio da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e do Ministério da Cultura.

A grande
quantidade de
iniciativas da
Fundação
refletiu em um
expressivo
crescimento
da instituição



Outro projeto na área da promoção da educação e cultura que merece destaque foi o projeto Biblioteca Viva, realizado com apoio do Citibank e da agência de publicidade Lew Lara Propeg. Foram selecionadas, por meio de uma pesquisa, 33 entidades carentes que receberam bibliotecas compradas com o apoio financeiro das instituições citadas. O projeto promoveu ainda a capacitação de educadores e uma posterior supervisão do andamento do projeto nas bibliotecas implantadas.

Nos últimos 5 anos outras ações de destaque foram empreendidas, merecendo uma citação: a Fundação representou o Brasil no âmbito de um projeto regional desenvolvido pela OIT/IPEC denominado Sistema de Informação Regional sobre Trabalho Infantil (SIRTI), tendo produzido a ficha país do projeto (que continha informações-chave sobre trabalho infantil no Brasil); coordenou nacionalmente a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, tendo inclusive integrado a coordenação mundial da mesma, e participou da Conferência sobre os Direitos da Criança, em Oslo.

Vale ainda ressaltar que a Fundação Abrinq foi extremamente ativa na luta pela aprovação e ratificação das convenções 138 e 182 da OIT e que trabalhou firmemente durante o processo de elaboração e aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei que exclui de licitações e financiamentos públicos empresas nas quais haja ocorrência de exploração de trabalho infantil.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES EMPREENDIDAS

Hoje o combate ao trabalho infantil faz parte da agenda política de diferentes níveis de governos, organizações da sociedade civil, organizações internacionais e mídia. A ocupação deste espaço só foi possível em função da qualidade amplamente reconhecida de inúmeros projetos de combate ao trabalho infantil implementados em todo o Brasil.

Os programas de ação aqui descritos inscrevem-se neste padrão de qualidade e seriedade, tendo buscado atuações conjuntas com entidades de conscientização e erradicação do trabalho infantil. Esta estratégia, que primou pelo estabelecimento de parcerias, possibilitou a definição de metas mais objetivas e mais claras, o que facilitou enormemente seu percurso de implementação

Sendo um processo gradual que depende de uma forte articulação e mobilização de todos os segmentos da sociedade, e um constante monitoramento, a erradicação do trabalho infantil ganhou um impulso sensível a partir da produção e distribuição do livro e do filme citados, bem como do banco de dados que, hoje, encontra-se acessível via internet.

A realização de campanhas de conscientização, transformou a visão sobre o trabalho infantil de atores fundamentais engajados em organizações de trabalhadores, bem como em parcelas do segmento empresarial.

Assim, toda a ação da Fundação pela erradicação do trabalho infantil centrou-se em três eixos básicos: um novo contrato social (operacionalizados por meio dos pactos instituídos), um novo condicionante (por meio do incentivo à adoção de cláusulas trabalhistas de exclusão de mão-de-obra infantil nos acordos coletivos de trabalho) e um novo incentivo ao marketing social (materializado através do selo Empresa Amiga da Criança).

Estas três frentes de ação garantiram e continuam garantindo uma modalidade de intervenção bastante abrangente, sendo que seus resultados até o momento não poderiam ser melhores.

MATERIAL DE PESQUISA

Arquivos do IPEC do programa de ação “Conscientização Objetivando a Eliminação do Trabalho Infantil”

Documento de proposta

Agreement

Relatório de acompanhamento (maio/junho - 1993)

Relatório de acompanhamento (julho/agosto - 1993).

Relatório de Execução das atividades.

Relatório Final.

Proposta de continuação para o programa.

Clipping sobre as repercussões do trabalho desenvolvido por Sandra Werneck e Gilberto Dimenstein.

Projeto do filme de Sandra Werneck: Brasil, o país da infância.

Projeto de Difusão e Distribuição em vídeo do filme “A Guerra dos Meninos”.

Arquivos do IPEC do programa de ação “Programa Empresa Amiga da Criança - Banco de Dados sobre Trabalho Infantil”

Documento de proposta

Agreement

Relatório de Execução das Atividades.

Relatório de Atividades realizadas em 1995.

Relatório Final.

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre a Fundação Abrinq

Folder da Campanha “Projeto Nossas Crianças”

Boletim Proteção Integral da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

2º Relatório Trimestral do Projeto “Trabalhadores do Amanhã” - IPEC-OIT/FADC.

A Turma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente.

Relatório de Atividades - 1991.

Brinquedoteca: o direito de brincar. Projeto de assessoria para formação de brinquedotecas no Brasil.

Fundação Abrinq lança Campanha Nacional para reduzir em um terço a mortalidade infantil. (Informativo e Folder da Campanha)

Roteiro para o documentário “Brasil, país da infância”.

Relatório Projeto Empresa Amiga da Criança.

Artigo de jornal Folha de São Paulo, dia 04/12/96, p. 1-3.

Teses para as Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional do Direito da Criança.

Plano de Ação Conjunta entre Unicef e Abrinq.

Artigo “Entre o trabalho e a escola”.

Texto: O trabalho infantil é hoje uma das piores formas de exploração porque tira o direito de estudar e brincar e assim poder construir um futuro melhor.

Publicação Trabalho Infantil (divulgação da base de conhecimento sobre o trabalho infantil em 1997).

Guia da Empresa Amiga da Criança. Como fazer um futuro melhor.

Cartilha Fundação Abrinq.

Caderno Survey do jornal Financial Times “The World's young people”.





1011 vai combater o trabalho de crianças

Da Reportagem Local

A Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças lança hoje em âmbito nacional a campanha "Empresa Amiga da Criança", cujo objetivo é combater o trabalho infantil e incentivar empresários a manter projetos de auxílio a menores carentes.

A cerimônia acontece às 14h30, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, em Brasília. Está programada a participação da primeira-dama Ruth Cardoso, que é presidente do conselho do Programa Comunidade Solidária.

A empresa que for considerada "amiga da criança" receberá um "selo de qualidade", que poderá ser usado na embalagem de seus produtos.

empresas que ajudam crianças e vem tendo grande repercussão no meio empresarial", explica Grajew. "Assim, decidimos incentivar outras empresas a iniciarem projetos, trocando experiências com as que já começaram."

A campanha visa também combater o trabalho de crianças menores de 14 anos de idade, que é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Brasil é o terceiro país do mundo com maior evasão escolar, perdendo apenas para Haiti e Guiné-Bissau, segundo pesquisa da Unicef (departamento da ONU para a infância), que também participa do projeto da Fundação Abrinq.

Para ele, as crianças que deixam a escola para ir trabalhar serão "crianças escravas". "Elas param de estudar, não conseguem se desenvolver profissionalmente e ainda carregam para sempre as sequelas causadas pelo trabalho no corpo das crianças", diz.

Também devem participar do lançamento da campanha os ministros da Educação, Paulo Renato de Souza, da Saúde, Adilmar de Oliveira, da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e da Indústria e Comércio, Dorothea

Crianças de fibra

entrevista com
IOLANDA HUZAK e
JÔ AZEVEDO

por
ALÍPIO FREIRE
edição
ELIZABETH LORENZOTTI



Iolanda, a fotógrafa



Jô, o repórter

Folha de São Paulo, 21/09/00

ter uma campanha publicitária para incentivar os consumidores a darem preferência às empresas que possuem esse selo", diz o presidente da Fundação Abrinq, Odete Grajew.

Para receber o selo, a empresa tem que se inscrever na fundação, provando que não emprega meninos

TRABALHO INFANTIL Abrinq faz balanço da campanha

Para realizar um balanço dos cinco anos do programa de erradicação do trabalho infantil no país, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança realiza, amanhã, no Instituto Itaú Cultural, um encontro com empresas que participaram da

campanha. Por meio de uma parceria com a Fundação Telefônica, o projeto contribuiu para a redução da exploração da mão-de-obra de menores de 14 anos. Entre 93 e 98, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando caiu de 3,4 milhões para 2,5 milhões. No evento, também será feita a divulgação de uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o impacto de selos sociais (logotipos que mostram não haver envolvimento de trabalho infantil na fabricação do produto) na conscientização do consumidor. (DA REDAÇÃO)

Teoria & Debate, jun/jul/ago/94

Crianças trabalhando no país inte-

ão quase 2 milhões, entre dez e

praticamente

brasileiros

riando e ca-

em Pernambuco, no Rio de Ja-

Quemando as mãos nos fornos

do vegetal no Mato Grosso do

itando pedras no Ceará e na

atando lito nas grandes cida-

ndendo jornais

fumo no Rio de

rapatos de

do Sul,

armado aos efeitos

da cola.

Artesãos da porcelana e de olaria

em São Paulo, são pegados artistas

com os pulmões comprometidos. No

processamento do sisal, indígenas

cortam folhas e

As cifras são chocantes, mas nem de

longe refletem o drama das crianças

trabalhadoras e de suas famílias. Du-

rante quatro meses e meio dois jorna-

listas — a repórter Jô Azevedo e a

fotógrafa Iolanda Huzak — percorreram

algumas re-

Programa combate uso de mão de obra infantil

campanha Empresa Amiga da Criança foi lançada ontem em Brasília pela Abrinq

BRASÍLIA — A presidente do Conselho do Programa Condições de Trabalho Infantil, Ruth Cardoso, disse estar "satisfeita" com o lançamento da campanha Empresa Amiga da Criança, que visa a erradicação do trabalho infantil. Ela participou, ontem, em Brasília, do lançamento da campanha, que é o primeiro passo de uma série de ações para a erradicação do trabalho infantil. Segundo ela, a campanha é o primeiro passo de uma série de ações para a erradicação do trabalho infantil.



Nome: Severino de Souza
Idade: 7 anos
Pena: 65 anos de trabalhos forçados

Estado de São Paulo, 24/08/95

SOS Criança vai para campanha radica

Idéia é profissionalizar e oferecer empregos aos adolescentes

O Conselho da Criança, Fundação e Bem-Estar Social, deve partir para uma campanha radical para melhorar a qualidade de vida dos menores da cidade. A previsão é de que o projeto Novo Caminho seja lançado na próxima semana, englobando um conjunto de ações que visam, em primeiro plano, combater os problemas dos adolescentes.

Pacto tenta tirar crianças do trabalho

IS ROSSI
Conselho Editorial

governo federal rendeu-se a intensa pressão de entidades da sociedade civil e lança amanhã, 05/09/96, o "Pacto Nacional contra o Trabalho Infantil".

Folha de São Paulo, 05/09/96

Descobriu, porém, que as minas de carvão ro-gusa e, depois, empregos de crianças. A tomáveis, foram as primeiras promissas de trabalho forçado. A percução que o gênero teria. Depois, a

Fundação Abrinq cria selo de comprometimento

A Fundação Abrinq, que vem encabeçando nacionalmente a luta pelos direitos da criança e do adolescente, criou o Selo Empresa Amiga da Criança, que certifica aquelas que se comprometem em não empregar mão-de-obra infantil e em promover campanhas pela erradicação do trabalho de crianças. Em todo o Brasil, 946 empresas já receberam o certificado, 80 delas localizadas no Vale do Sinos. Na noite de ontem, outras 25 empresas da região foram certificadas na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

sobre trabalho infantil elaborado pela entidade em parceria com a OIT.

VÍNCULO - Em São Leopoldo, desde o ano passado, intensificaram-se as ações junto à comunidade no sentido de recuperar o vínculo das crianças de rua com suas respectivas famílias assim como incentivar a matrícula e a continuidade dos estudos. Para atingir esses objetivos, ONGs como o Programa de Apoio a Meninos e Meninas de Rua (Proame), o Centro de Defesa da Criança e Adolescente e o Centro Cooperativo de Assistência ao Menor (Cecam) procuram

Jornal NH, 03/03/98

Abrinq Odeia Grapex fez o lançamento do CD ROM do programa de assistência Pia 2000.



O TAMANHO DO PROBLEMA

Para as empresas, eliminar o trabalho infantil é mais lucrativo do que se imagina — Exame, 08/03/00

Por Alfredo Ogawa

ESTA É UMA HISTÓRIA COMO TANTAS QUE VOCÊ JÁ LEU. A não ser por um detalhe. Tuane Michele dos Santos tem 9 anos e participa de um programa de erradicação do trabalho infantil em Itapetins, cidade a 370 quilômetros de São Paulo. Assim como vem da cultura da laranja, a colheita pode ser um serviço mesmo para um adulto. São de 8 a 10 horas diárias, enchendo cestas de 28 quilos com laranjas. Ao final da jornada, o trabalhador levou em média 60 desses engradados e o caminhar da fazenda, ou, em outros casos, para o bem ou para o mal.

(CEC) de Itapetins: nenhuma delas tem nos laranjeiras. Elas participam de um programa de trabalho infantil onde não há trabalho, apenas dizer que não exploram.

Garcia, presidente da Associação de Críticos (Associação de Críticos), há alguns anos. "Para as empresas e não perder negócios no exterior, mostram na prática como estamos preocupados." Só no CEC de Itapetins, inaugurado em 1999, vestidos 350 000 reais. Outros 250 000 reais via unidade de Amarapura, também no interior paulista.

Mais do que um jogo de aparências, a atitude é um exemplo das recentes mudanças na relação das empresas com o velho problema: o emprego infantil. Ser contra meninos e meninas para fazer curvão e outras formas tenebrosas de mão de obra é básico para qualquer um — empresa ou não. O que a porção Lida e S.A. da sociedade descobriu nos últimos anos é que, agora a questão humanitária, a forma de tratado o trabalho infantil repercute diretamente no bem ou para o mal.

Empresas amigas das crianças

Nome	Cidade
Calçados Jacob S.A.	Novo Hamburgo
Sola Passo Componentes para Calçados Ltda.	Novo Hamburgo
Laeder Brasil S.A.	Novo Hamburgo
Solimar Indústria de Artefatos de Couro Ltda.	Novo Hamburgo
J.H. Indústria de Couros e Peles Ltda.	Novo Hamburgo
Fenac S.A.	Novo Hamburgo
Revista Quality	Novo Hamburgo
Calçados Myrabel Ltda.	Sapiranga RS
Nanika Componentes para Calçados Ltda.	Itapetins
Calçados Gerência Ltda.	Itapetins
Calçados Tânia Ltda.	Itapetins
Calçados Rosella	Parobé
Calçados Raccorn	Parobé
Calçados Valéria Ltda.	Parobé
Calçados Simpática Ltda.	Parobé
Calçados Rio de Luz S.A.	Parobé

Renda x trabalho

Traduzindo: trata-se de suplementar a renda da família de forma a permitir que a transferência das crianças do trabalho para a escola não provoque queda no rendimento familiar, que fatalmente levaria à volta da utilização de mão-de-obra infantil. Para chegar ao pacto, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, sua principal patrocinadora, percorreu um longo caminho. Começou por um levantamento dos setores industriais que utilizam produtos cuja elaboração em algum momento, passa

Alcool, o grande gar a um próprio gr presa esta ra do álcool cana-de-i em parte. A prim cimento alegação dia pres mentari prios u tão, era Por r pelo d mente que os pacto menti Um nar p Assis tar a form não. O de l do, rior tra



ÍNDICE REMISSIVO

Abrinq
11, 12, 13, 17, 22, 23, 29,30, 46, 56, 57, 59, 60, 75, 107, 108, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 231, 235

Abuso e Exploração Sexual
206, 208, 209

Agricultura
44, 45, 50, 55, 60, 72, 87, 88, 89, 120, 121, 165, 167, 173, 187, 243, 244, 256

ANDI
15, 45, 53, 108, 191, 231, 234

articulação
23, 30, 44, 49, 59, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 91, 97, 98, 100, 108, 111, 113, 120, 122, 129, 165, 169, 178, 182, 186, 187, 190, 191, 192, 194, 202, 203, 205, 206, 210, 213, 214, 220, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 235, 237, 248, 252, 259

ASBEM
108, 109, 110, 111, 112, 114, 116

Bahia
11, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 168, 172, 173, 175

banco de dados
7, 23, 27, 28, 59, 73, 74, 186, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 202, 216, 233

Belém 176, 179, 180, 230, 231, 232, 236

calçados 22, 29, 30, 45, 57, 59, 60, 61, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 164, 169, 176, 182, 187, 189, 192, 193

campanha
51, 55, 60, 78, 94, 104, 110, 188, 189, 193, 195, 201, 202, 207, 208, 215, 227, 228, 230, 231, 232

campanhas
30, 31, 46, 47, 60, 65, 66, 107, 111, 191, 194, 209, 217, 219, 228, 230, 235, 257

cana 57, 58, 60, 61, 73, 75, 76, 88, 90, 91, 95, 120, 187, 188, 192

capacitação 46, 48, 53, 54, 57, 58, 64, 103, 104, 119, 124, 125, 126, 127, 130, 190, 191, 194, 206, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 231, 232

caprinocultura 122, 123, 124, 125

Cáritas 15, 78

carvão
29, 58, 61, 72, 73, 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 99, 100, 120, 192

carvoarias
57, 58, 60, 61, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

casas de farinha 148, 149, 150

CBIA 44, 45, 56, 89

CECIP 59

CECRIA
200, 202, 203, 204, 207, 209, 210, 220

CEDECA
15, 201, 202, 203, 204, 206, 219, 220, 231

CENDHEC 15, 231

CETID 15, 232

CGT
16, 29, 44, 45, 56, 57, 72, 165, 168, 174, 175, 176, 243

cidadania 185, 189, 190, 192

CIELA 148, 150

CNI
16, 29, 44, 45, 60, 72, 201, 204, 205, 243

Comissão Estadual 75, 121, 123, 125

Comissão Pastoral da Terra
16, 59, 73, 87, 88, 90, 94

Comissão Permanente
87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98

Comissões Permanentes 208, 209

CONANDA 16, 47, 49, 50, 60, 62, 72, 77, 78, 126, 186, 192, 201, 203, 232, 249, 259

conscientização 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 120, 123, 124, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 226, 228, 230, 231, 232, 235, 236

Conselhos Municipais 43, 46, 52, 72, 250

conselhos municipais 124, 208

Conselhos Tutelares 43, 50, 72, 106, 134, 138, 191, 201, 206, 207, 208, 209, 214, 215, 228, 233

Conselhos Tutelares e de Direitos 206, 208, 209

construção civil 30, 42, 57, 61

CONTAG
16, 29, 56, 57, 60, 72, 73, 89, 120, 128, 165, 167, 168, 172, 173, 174, 189, 243

Convenções 138 e 182 78, 243

CPT
16, 59, 73, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100

creches
149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 228

criança
11, 15, 16, 19, 30, 35, 42, 46, 47, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 89, 90, 91, 97, 104, 107, 108, 114, 115, 116, 120, 122, 124, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 156, 159, 185, 186, 187, 189, 191, 193, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 217, 226, 229, 242, 249, 250, 251, 257, 258

Crianças de Fibra 57, 74, 188, 189, 190

crianças trabalhadoras
26, 40, 42, 47, 57, 61, 62, 66, 71, 72, 80, 88, 89, 93, 103, 105, 107, 110, 111, 114, 121, 124, 127, 136, 142, 143, 144, 158, 160, 187, 188, 225, 230, 255, 256, 258

cursos profissionalizantes 107, 114, 205

CUT
16, 29, 44, 45, 56, 57, 60, 72, 103, 104, 105, 106, 107, 143, 144, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 182, 189, 192, 243

destilarias 72, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Diagnóstico Rápido 16, 23, 31, 63, 211, 231, 248, 250, 252

DIEESE 60, 105, 140, 143, 159, 160, 192

dirigentes sindicais 167, 171, 172, 174, 181

ECA 16, 17, 19, 43, 44, 50, 51, 52, 72, 114, 134, 139, 140, 151, 185, 186, 188, 189, 191, 201, 206, 208, 229, 243, 250

educação
11, 17, 29, 30, 34, 36, 42, 44, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 62, 65, 74, 77, 79, 89, 93, 97, 109, 110, 115, 120, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 194, 200, 205, 206, 208, 213, 216, 217, 219, 226, 231, 236, 247, 248, 255, 256, 257, 258

educadores
15, 17, 30, 56, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 194, 208, 217, 218

Empresa Amiga da Criança 190, 191, 192, 194, 195

exploração sexual 7, 11, 23, 29, 30, 42, 43, 51, 60, 63, 64, 65, 78, 138, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 243, 255, 256, 257

exposição 114, 169, 177, 190, 250

exposição fotográfica 169, 177

fiscalização 17, 18, 36, 42, 50, 56, 57, 72, 76, 78, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 108, 113, 160, 186, 201, 214, 225, 228, 229, 230, 233

FNPETI 11, 17, 120, 190, 191, 192

Força Sindical 17, 44, 45, 56, 57, 60, 165, 168, 177, 179, 182, 243

Fórum 11, 13, 17, 21, 29, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 56, 58, 59, 61, 62, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 100, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 120, 121, 122, 126, 168, 169, 172, 176, 178, 179, 180, 186, 187, 190, 192, 200, 201, 206, 216, 228, 242, 249, 259

Fórum Nacional 11, 13, 17, 21, 29, 45, 46, 47, 49, 51, 58, 59, 61, 62, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 88, 100, 106, 120, 121, 122, 126, 168, 172, 178, 186, 190, 200, 201, 228, 242, 249, 259

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 11, 13, 21, 29, 46, 58, 71, 72, 120, 126, 168, 178, 201, 228, 242

Fóruns Estaduais 47, 74, 77, 79

fóruns estaduais 46, 47, 62, 63, 77, 78, 171

Franca 11, 189, 193

Fundação Abrinq 11, 17, 22, 23, 27, 29, 30, 46, 56, 57, 59, 60, 75, 107, 108, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 231, 235

Fundação Municipal do Menor 56, 226

geração de renda 22, 29, 59, 63, 64, 79, 113, 115, 119, 123, 124, 126, 127, 129, 205, 213, 216, 232, 257

indústria de calçados 57, 59, 103, 104, 108, 111, 112, 116

infância 43, 44, 45, 51, 53, 56, 64, 203, 214, 246, 247, 249

jornada ampliada 47, 60, 109, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 243, 258

Juazeiro 138, 139

legislação 165, 166, 168, 173, 176, 177

mapeamento 46, 91, 137, 182, 186, 188, 191

Marcha Global 17, 61, 76, 116, 176, 194

Mato Grosso do Sul 11, 12, 13, 22, 29, 58, 60, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 120, 122, 170, 171, 173, 174, 181

Menina Esperança 206, 207, 208, 220

Ministério do Trabalho 16, 17, 36, 39, 43, 44, 47, 49, 54, 56, 65, 72, 73, 81, 109, 121, 125, 149, 178, 189, 191, 214, 223, 229, 235, 242, 243, 249, 250

Ministério Público do Trabalho 18, 44, 73, 92, 93, 94, 121, 125, 128,

149, 176, 223, 225, 228, 243, 249

Mobilização 22, 89, 119, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 155, 157, 158, 159, 175, 192, 203

mobilização 11, 19, 29, 30, 31, 44, 45, 46, 49, 53, 55, 56, 58, 61, 62, 73, 74, 77, 80, 81, 88, 90, 91, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 135, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 158, 160, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 218, 219, 227, 228, 232, 235, 236, 237, 251, 257

mobilização social 11

MOC 18, 64, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 130

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua 186

Movimento Sindical 22, 165, 173, 177

movimento sindical 30, 45, 49, 57, 165, 166, 167, 177

MPT 18, 29, 72, 73, 243, 249

multiplicadores 64, 120, 124, 138, 140, 154, 155, 156, 157, 158, 166, 172, 173, 174, 175

NAICE 56

oficina de planejamento 75, 76, 79, 94, 121, 125, 149

ONGs 31, 53, 55, 57, 59, 73, 75, 81, 129, 138, 139, 166, 177, 192, 202, 206, 215, 220, 228, 231, 233, 236, 251

PAI 120

PAI-Sisal 122, 124, 125

Pastoral do Menor 44, 56, 186, 200, 207

Pernambuco 15, 56, 57, 60, 73, 74, 76, 140, 143, 148, 149, 155, 159, 160, 168, 173, 174, 175, 181, 205, 219

Pesquisa 17, 18, 22, 23, 62, 100, 125, 141, 182, 190, 210, 211, 227, 237, 252

pesquisa 7, 16, 18, 21, 22, 34, 42, 55, 57, 62, 64, 66, 90, 100, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 116, 121, 129, 130, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 159, 160, 163, 166, 169, 172, 178, 179, 182, 192, 194, 195, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 219, 220, 225, 227, 228, 232, 234, 245, 246, 247, 248, 251, 252

PETI 18, 47, 49, 59, 60, 61, 65, 75, 93, 95, 97, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 209, 232, 233, 243

Plano Nacional 16, 47, 61, 62, 65, 201, 203, 220, 243

PNBE 18, 29, 59, 72, 189, 190

política nacional 61, 62, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 126, 214, 228

POMAAR 78

PPETI 120, 130

Prêmio Bem Eficiente 126

Prêmio Criança 189

prêmio Criança 186

prêmio The Body Shop 126

Programa de Ação 187, 189, 190, 191, 192

Programa de Ação Integrada 120

Programa Empresa Amiga da Criança 23, 59, 190, 191, 192, 195

Programas de Ação 11, 192, 193, 194

Projeto Axé 22, 45, 56, 59, 125, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 158, 161, 189

projeto piloto 120, 124

PROSOL 204, 206, 207, 208, 220

reforma agrária 17, 89, 167

Região Sisaleira 11, 22, 29, 75, 76, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 188

Retirolândia 45, 120, 121, 124

Salvador 45, 56, 60, 136, 138, 139, 161, 175, 201, 205, 227, 257

saúde 18, 19, 29, 30, 44, 50, 51, 59, 62, 65, 74, 78, 79, 86, 89, 90, 98, 94, 95, 110, 113, 120, 122, 129, 130, 134, 136, 149, 167, 172, 198, 200, 205, 208, 217, 218, 219, 231, 236, 237, 242, 255

SEAS 19, 47, 59, 75, 107, 120, 122, 126, 155, 232, 243

seminário nacional 78, 171, 227, 248

seminários regionais 170, 171

SENAI 16, 19, 60, 106, 114, 204, 205

SENAR 19, 76, 78

SEPLANDES 148, 154

SESI 16, 45, 60, 109, 112, 203, 204, 205

SETRAS 19, 121, 125, 128

sindicalistas 53, 66, 103, 104, 123, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 189

Sindicato 19, 40, 56, 59, 89, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 112, 124, 140, 141, 169, 170, 177, 181, 189, 233

Sindicato dos Trabalhadores 56, 59, 89, 106, 140, 141, 170, 177, 181

sindicatos 16, 17, 18, 36, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 53, 57, 59, 66, 73, 89, 90, 108, 144, 145, 158, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 188, 215, 216, 228

sisal 13, 29, 30, 58, 60, 61, 73, 76, 122, 125, 127, 130, 174

trabalho infantil doméstico 7, 11, 15, 19, 23, 29, 30, 31, 62, 63, 64, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 244, 245

treinamento 19, 46, 56, 58, 109, 122, 125, 137, 138, 139, 140, 146, 158, 169, 171, 72, 173, 174, 189, 206, 215, 218, 251

UNICEF 186, 189, 190, 191, 192, 193, 195

USAID 18, 19, 48, 78

Vale dos Sinos 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116